



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marcia Rangel Candido

**Dois gêneros, duas histórias?**

**A institucionalização da ciência política no Brasil**

Rio de Janeiro

2021

Marcia Rangel Candido

**Dois gêneros, duas histórias?**  
**A institucionalização da ciência política no Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Feres Júnior  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Beigel

Rio de Janeiro

2021

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

C217 Candido, Marcia Rangel.

Dois gêneros, duas histórias? A institucionalização da ciência política no Brasil / Marcia Rangel Candido. – 2021.

207 f .

Orientador: João Feres Júnior.

Coorientadora: Fernanda Beigel

Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Ciência política - Brasil - História - Teses. 2. Crítica feminista - Teses. 3. Mulheres - Condições sociais - Teses. I. Feres Júnior, João. II. Beigel, Fernanda. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 32(091)(81)

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Marcia Rangel Candido

**Dois gêneros, duas histórias? A institucionalização da ciência política no Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de março de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. João Feres Júnior (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Beigel (Coorientadora)  
Universidad Nacional de Cuyo

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela de Castro Gomes  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Biroli  
Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lorena Barberia  
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2021

**DEDICATÓRIA**

Para Jane.

## AGRADECIMENTOS

Essa tese é marcada por duas relações opostas com o espaço e o tempo: o trânsito intenso entre diferentes lugares e o aprisionamento interminável sob um mesmo teto, ocasionado pela chegada da pandemia. Fui de um extremo, cheio de novos conhecidos e colegas, no qual preciso agradecer a muitas gentilezas e ajudas, a outro, que manteve em destaque um pequeno e fiel grupo de colegas. O privilégio de cursar um doutorado e trabalhar com o que se gosta infelizmente não é acessível a todos. Agradeço, em primeiro lugar, à FAPERJ, que financiou o começo dessa minha experiência, e à CAPES, que acompanhou o término, e me creditou a oportunidade de representar o país em uma instituição estrangeira.

Além de fomento, a experiência na pós-graduação também é definida substancialmente pelos nossos espaços de convívio. Ao IESP-UERJ, seu quadro geral de funcionários, técnicos, professores e estudantes, agradeço pelo aprendizado contínuo. Ao longo dos anos de mestrado e doutorado passei quase tantas horas na instituição do que na minha própria casa e foram muitas as pessoas que se tornaram amigas. Foi também nessa jornada cotidiana que pude saber mais como enfrentar os desafios da academia.

A meu orientador, João Feres Júnior, que me acompanha desde o mestrado, agradeço por tantas vezes ter me aberto os olhos e me estimulado a buscar caminhos de aprimoramento profissional, sobretudo a partir de uma leitura atenta, perspicaz e dedicada das coisas que escrevi. Não foram poucas as vezes que bati na porta da sua sala no IESP-UERJ – literalmente – e pude encontrar espaço para conversa e partilha de inquietações. Desse nosso contato surgiram ainda outras duas redes de relações às quais sou grata: a do LEMEP e a do GEMAA. Agradeço a todos os colegas desses grupos de pesquisa pelas conversas do dia a dia. Em especial, a Luiz Augusto Campos, que junto ao João, passou a aturar minhas teimosias desde 2014. Luiz, ademais, se mostrou uma dupla que divide o apreço por várias coisas, como pela editoração e a satisfação com a DADOS.

A minha coorientadora, Fernanda Beigel, agradeço a generosidade no trato e por ter aceito estar comigo mesmo com a distância entre os nossos países. Tal relação foi construída como um desses casos bonitos e raros em que uma autora que lemos e gostamos ganha corpo em nossa vida pessoal. Agradeço a ela e aos demais colegas da Universidad Nacional de Cuyo (UNCUYO) pela recepção afetuosa em Mendoza. Agradeço à Alejandra Ciriza, Maximiliano Salatino, Natalia Rizzo, Sofia e Osvaldo Gallardo pela simpatia dos diálogos e a solicitude com

as dúvidas. Agradeço à Lari, um dos legados tão queridos dessa fase, pelos dias, pela poesia e pela música.

Na Argentina, também agradeço à Ximena Simpson pelo cuidado e a abertura para que eu pudesse conhecer e passar uma breve temporada na Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). A UNCUIYO e a UNSAM são casos exemplares de universidades agradáveis e bem estruturadas em nosso país vizinho. Agradeço ainda aos argentinos e argentinas que disponibilizaram seu tempo para entrevistas e trocas: Maria Ollier, Martín D'Alessandro, Alejandro Blanco, Elsa Llenderrozas, Oscar Oszlak, Carolina Spataro, María Puglia, Mariana Palumbo e as demais mulheres da Dirección de Género y Diversidad Sexual da UNSAM. Agradeço à Sarah e Marjo pela casinha em Buenos Aires e as saudosas arepas.

Mudando de continente, agradeço ao meu supervisor na Universidade de Cambridge, o professor Patrick Baert, por tantas respostas rápidas, abertura de portas e oportunidades. Os dias que passei nessa cidade estão entre os melhores da vida e nada disso teria sido possível sem sua interlocução. Agradeço à Zeina, Alaa e June por terem representado uma pequena família, de diferentes maneiras, que me trouxe muitas alegrias. Ao meu refúgio de Brasil no Reino Unido - Pedro, Cris&Lucas, Lígia, Fabi e Assílio -, agradeço pelos jantares, o carnaval – mesmo frustrado -, e o companheirismo.

De volta ao Brasil, agradeço a minha turma e a tantos outros iespianos, muitos deles em prontidão de solidariedade, se oferecendo pra revisar a tese e dar palavras de estímulo, ao Coletivo Feminista do IESP-UERJ Virgínia Leone Bicudo, aos que dividiram as tarefas na Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, à Claudinha e à Marina, companheiras de salinha da DADOS e à equipe da HaoS pela presença na rotina de vida e trabalho. Agradeço ao Rafael Moura, por mais de uma década de amizade e carinho, à Tassinha, pelos conflitos permeados por risos, e à Talita, por memórias bonitas compartilhadas.

Ainda no IESP-UERJ, agradeço aos professores que gentilmente leram ou comentaram partes dessa tese comigo, Maria Regina Soares de Lima, Charles Pessanha, Fernando Guarnieri, Luiz Augusto Campos (de novo) e Cristina Buarque de Hollanda. Agradeço também ao João Marcelo Maia, que junto ao Luiz Augusto Campos, participou da minha banca de qualificação e formulou muitos comentários construtivos.

Dei sorte de me envolver com um tema que ganhava espaço na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), mas isso não teria sido tão bom se não fosse por muitas das pessoas que constituíram essa gestão. Agradeço à Flávia Biroli pelo diálogo sempre amigável e pela inteligência que não se perde na pretensão. Agradeço à Cristina Buarque de Hollanda, que me acompanha desde a graduação, mais uma vez, por ter me juntado a um grupo de acadêmicas

que admiro. Agradeço ao Fernando Guarnieri e à Alessandra Fonseca pela presteza na resposta às solicitações de dados e pelo jeito sempre simpático. Agradeço à Danusa Marques e Vanessa Elias pela confiança que depositaram em nosso trabalho coletivo e por terem sido ótimas parceiras. As demais organizadoras do livro, *Mulheres, Poder e Ciência Política* – Luciana Tatagiba e Carla Almeida -, mesmo não tendo muito contato, agradeço pela dedicação à edição e ao cuidado com as autoras.

Ao longo da pesquisa para a tese, entrevistei, além de argentinos, professoras brasileiras, as quais agradeço pela atenção: Ângela de Castro Gomes, Ana Lucia Lyra de Tavares, Maria Antonieta Leopoldi, Maria Regina Soares de Lima e Maria Teresa Kerbauy. Ao Adriano Codato agradeço pela solicitude em compartilhar dados. Ao Niury Novacek e ao André Felix agradeço pelo auxílio e pelas dicas na administração de algumas estatísticas.

Agradeço à Graziela Moraes e ao Ivo Coser por terem sido minhas primeiras referências como bons docentes no IFCS e por terem se tornado bons conselheiros.

Agradeço à Ângela de Castro Gomes, Flávia Biroli, Lorena Barberia e Luiz Augusto Campos pelo aceite para integrarem a minha banca de defesa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao cercado de amor que encontro todos os dias na minha família escolhida – Gabriel, Paola, Tiago, Gabi e Paolo -, e na minha família com laços biológicos – tio Edson, tia Sueli, tia Regina, Rosane, minhas primas, meus dois afilhados e as demais crianças que me enchem de sorrisos.

Uma tese de doutorado é fruto de anos de trajetória e tudo que nos cerca impacta no que conseguimos ou não fazer. À memória do meu pai e saudoso melhor amigo, sabendo que muitas das coisas que ele me ensinou refletiram nas relações que pude ter e no estágio ao qual cheguei. Acima de tudo, agradeço a minha mãe, Jane, por sempre ter estimulado e sustentado meus sonhos, mesmo quando nosso contexto era adverso.



## RESUMO

CANDIDO, Marcia Rangel. *Dois gêneros, duas histórias? A institucionalização da ciência política no Brasil*. 2021. 207f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O objetivo desta tese é analisar as desigualdades de gênero na institucionalização da ciência política no Brasil. O estudo explora a hipótese que as mulheres possuem menos prestígio entre as pessoas que consolidaram a disciplina por serem afetadas pela divisão de gênero do trabalho, que as concentra em atividades e tópicos menos estimados nos meios de avaliação científica. A principal pergunta da pesquisa é: como homens e mulheres participaram da formação da ciência política no país? O texto é dividido em quatro capítulos, cada um endereçado a uma das seguintes questões secundárias: De que modo surgiu a discussão sobre as assimetrias de gênero na disciplina? Como a diversidade de gênero variou ao longo do tempo na área? Quais são as pioneiras e os pioneiros intelectuais da ciência política brasileira? Quais são as diferenças nas práticas de trabalho e na acumulação de prestígio de acordo com o gênero dos fundadores e fundadoras da disciplina? Para responder tais indagações, a investigação utiliza métodos mistos, com fontes de dados primárias e secundárias, dentre as quais, entrevistas semiestruturadas, revisão sistemática da bibliografia especializada, análise de documentos oficiais, análise de trajetórias, estatísticas descritivas, materiais de pesquisa de campo e técnicas de bibliometria. Ademais, sempre que possível, lança mão de comparações com outros países para posicionar a realidade brasileira em relação ao cenário internacional. Os principais resultados do trabalho mostram que a diversidade de gênero varia conforme estágio de formação e função profissional, área temática de concentração dos programas de pós-graduação, universidades e práticas de trabalho. No Brasil, ao contrário de países como os Estados Unidos, berço de formação da ciência política como um setor de profissionalização, e a vizinha Argentina, as mulheres conquistaram rapidamente posições de poder na disciplina. O grupo nacional de fundadoras chega a ter tantas citações e legados de internacionalização e orientação de estudantes quanto o de fundadores. Por outro lado, quando observamos a totalidade da comunidade científica, é possível concluir que as mulheres são minoritárias nas atividades de maior prestígio, como na docência e na autoria de publicações, o que não pode ser explicado pela variação de tópicos que estudam. A redução da presença feminina conforme as carreiras progridem é um dos problemas centrais das desigualdades de gênero na história da ciência política.

Palavras-chave: História da Ciência Política no Brasil. Gênero. Desigualdades. Crítica Feminista. Ensino e Pesquisa.

## ABSTRACT

CANDIDO, Marcia Rangel. *Two genders, two histories? The institutionalization of political science in Brazil*. 2021. 207f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The objective of this thesis is to analyze gender inequalities in the institutionalization of political science in Brazil. This study explores the hypothesis that women have less prestige among people who consolidated the discipline because they are affected by the gender division of labor, which concentrates them in less esteemed activities and topics in the means of scientific evaluation. The main question of this research is: how did men and women participate in the formation of political science in the country? The text is divided into four chapters, each addressing one of the following secondary questions: How did the discussion about gender asymmetries in the discipline arise? How has gender diversity in the field varied over time? Who are the intellectual pioneers of Brazilian political science? What are the differences in work practices and the accumulation of prestige vis-à-vis the gender of the founders and founders of the discipline? To answer such questions, the investigation uses mixed methods with primary and secondary data sources, among which are semi-structured interviews, systematic review of the specialized bibliography, analysis of official documents, analysis of trajectories, descriptive statistics, field research materials and bibliometric techniques. In addition, whenever possible I use comparisons with other countries to position the Brazilian reality in relation to the international scenario. The main results of the work show that gender diversity varies according to degree level and professional role, thematic area of concentration of graduate programs, universities and work practices. In Brazil, in contrast to countries like the United States - the birthplace of political science education as a professional field - and neighboring Argentina, women quickly gained positions of power in the discipline. The national group of founding women even has as many citations and legacies of internationalization and student supervision as that of the founding men. On the other hand, when we observe the entire scientific community, it is possible to conclude that women are a minority in the most prestigious activities, such as teaching and authoring publications, which cannot be explained by variations in the topics studied. The reduction of female presence as careers progress is one of the central problems of gender inequalities in the history of political science.

Keywords: History of Political Science. Gender. Inequalities. Feminist criticism. Teaching and research.

## RESUMEN

CANDIDO, Marcia Rangel. *¿Dos géneros, dos historias? La institucionalización de la ciencia política en Brasil*. 2021. 207f. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

El objetivo de esta tesis es analizar las desigualdades de género en la institucionalización de la ciencia política en Brasil. El estudio explora la hipótesis de que las mujeres tienen menos prestigio entre las personas que consolidaron la disciplina porque se ven afectadas por la división del trabajo por género, que las concentra en actividades y temas menos valorados en los medios de evaluación científica. La pregunta principal de la investigación es: ¿Cómo participaron los hombres y las mujeres en la formación de la ciencia política en el país? El texto está dividido en cuatro capítulos, cada uno de los cuales aborda una de las siguientes preguntas secundarias: ¿Cómo surgió la discusión sobre las asimetrías de género en la disciplina?, ¿Cómo ha variado la diversidad de género a lo largo del tiempo en el área?, ¿Quiénes son los pioneros y las pioneras intelectuales de la ciencia política brasileña?, y ¿Cuáles son las diferencias en las prácticas laborales y la acumulación de prestigio según el género de los fundadores y las fundadoras de la disciplina? Para dar respuesta a tales interrogantes, la investigación utiliza métodos mixtos, con fuentes de datos primarias y secundarias, entre las que se encuentran entrevistas semiestructuradas, revisión sistemática de la bibliografía especializada, análisis de documentos oficiales, análisis de trayectorias, estadística descriptiva, materiales de investigación de campo y técnicas de bibliometría. Además, siempre que puedo, utilizo comparaciones con otros países para posicionar la realidad brasileña en relación al escenario internacional. Los principales resultados del trabajo muestran que la diversidad de género varía según la etapa de formación y función profesional, área temática de concentración de los programas de posgrado, universidades y prácticas laborales. En Brasil, a diferencia de países como Estados Unidos, cuna de la formación de las ciencias políticas como sector de profesionalización, y la vecina Argentina, las mujeres ganaron rápidamente posiciones de poder en la disciplina. El grupo nacional de fundadoras incluso tiene tantas citas y legados de internacionalización y orientación estudiantil como el de fundadores. Por otro lado, cuando observamos a toda la comunidad científica, es posible concluir que las mujeres son una minoría en las actividades más prestigiosas, como la docencia y la autoría de publicaciones, lo que no se puede explicar por variaciones en los temas que estudian. La reducción de la presencia femenina a medida que avanza la carrera es uno de los problemas centrales de las desigualdades de género en la historia de la ciencia política.

Palabras clave: Historia de la ciencia política en Brasil. Género. Desigualdades. Crítica feminista. Docencia e investigación.

## LISTA DE TABELAS

|             |                                                                                                                                                                                  |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 –  | Quadro de síntese da pesquisa.....                                                                                                                                               | 31  |
| Tabela 2 –  | Listagem de entrevistadas.....                                                                                                                                                   | 34  |
| Tabela 3 –  | Artigos mais citados sobre história da ciência política brasileira.....                                                                                                          | 39  |
| Tabela 4 –  | Datas de criação das primeiras pós-graduações em ciência política no Brasil.....                                                                                                 | 64  |
| Tabela 5 –  | Gerações pioneiras tituladas em mestrado de ciência política (até 1979)                                                                                                          | 69  |
| Tabela 6 –  | Distribuição de gênero de estudantes matriculados em cursos de mestrado acadêmico na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019.....                | 75  |
| Tabela 7 –  | Distribuição de gênero de estudantes matriculados em cursos de doutorado acadêmico na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019.....               | 76  |
| Tabela 8 –  | Proporção de gênero de matriculados ou titulados em 2018 na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa ..... | 77  |
| Tabela 9 –  | Ranking de inclusão de mulheres entre discentes de pós-graduação por universidade.....                                                                                           | 79  |
| Tabela 10 – | Distribuição de gênero de docentes permanentes de pós-graduação na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019                                       | 84  |
| Tabela 11 – | Proporção de gênero dos docentes na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa.....                          | 85  |
| Tabela 12 – | Ranking de inclusão de mulheres docentes de pós-graduação por universidade.....                                                                                                  | 87  |
| Tabela 13 – | Proporção de mulheres na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa e o estágio de formação ou carreira..... | 94  |
| Tabela 14 – | Lideranças das chapas da nova ABCP por mandato.....                                                                                                                              | 103 |
| Tabela 15 – | Média de artigos publicados nas revistas pioneiras por gênero.....                                                                                                               | 123 |

|             |                                                                                                                                                      |     |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 16 – | Cartografia das primeiras gerações de autoras com participação em mais de uma publicação nas revistas pioneiras em ciência política (1956-2019)..... | 124 |
| Tabela 17 – | Fundadores do gênero masculino com participação em mais de uma publicação nas revistas pioneiras em ciência política (1956-2019).....                | 138 |
| Tabela 18 – | Pioneiros e pioneiras por ano de formação e instituição de pós-graduação.....                                                                        | 140 |
| Tabela 19 – | Internacionalização acadêmica dos pioneiros e pioneiras.....                                                                                         | 143 |
| Tabela 20 – | Genealogia dos fundadores da ciência política.....                                                                                                   | 146 |
| Tabela 21 – | Taxas de citações dos fundadores da ciência política brasileira.....                                                                                 | 150 |
| Tabela 22 – | Taxas de citação das três principais obras dos fundadores da ciência política brasileira.....                                                        | 153 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|              |                                                                                                                                                                 |     |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 –  | Mestres(as) Titulados(as) nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década.....                                                            | 66  |
| Gráfico 2 –  | Proporção de Mulheres Mestras nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década.....                                                        | 67  |
| Gráfico 3 –  | Doutores(as) Titulados(as) nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década.....                                                           | 72  |
| Gráfico 4 –  | Proporção de Mulheres Doutoradas nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década.....                                                     | 74  |
| Gráfico 5 –  | Proporção de Mulheres que Orientaram Teses ou Dissertações nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política em Cada Década.....                                 | 81  |
| Gráfico 6 –  | Distribuição de bolsas de produtividade do CNPq para professores da ciência política por gênero.....                                                            | 88  |
| Gráfico 7 –  | Proporção de mulheres entre professores de pós-graduação por grande área do conhecimento da CAPES.....                                                          | 90  |
| Gráfico 8 –  | Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na USP por década (1990-2019) .....                                                                   | 92  |
| Gráfico 9 –  | Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na UFRGS por década (1990-2019) .....                                                                 | 92  |
| Gráfico 10 – | Proporção de mulheres nas posições de formação e docência no IUPERJ/IESP-UERJ por década (1990-2019) .....                                                      | 93  |
| Gráfico 11 – | Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na ciência política contemporânea (2004-2019) .....                                                   | 94  |
| Gráfico 12 – | Proporção de gênero dos autores na RBEP (1956-2019).....                                                                                                        | 116 |
| Gráfico 13 – | Proporção de gênero dos autores na RCP (1967-1990).....                                                                                                         | 117 |
| Gráfico 14 – | Proporção de gênero dos autores na DADOS (1966-2019) .....                                                                                                      | 119 |
| Gráfico 15 – | Proporção de gênero na editoração de revistas classificadas pela CAPES na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” no quadriênio 2013-2016..... | 120 |

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 16 – Distribuição de autoria na ciência política por gênero dos autores dos livros avaliados no Qualis em 2017..... | 121 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE IMAGENS

|             |                                                                                                                                |     |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1 –  | Cartazes de uma campanha contra a violência de gênero na UBA, realizada em 2018.....                                           | 50  |
| Imagem 2 –  | Panfletos da campanha contra a violência de gênero na UBA e do seminário (de)Generando la Ciencia Política de 2018.....        | 50  |
| Imagem 3 –  | Manifestação estudantil no campus da UNSAM em 2018.....                                                                        | 52  |
| Imagem 4 –  | Tabela com os resultados de perfis reconhecidos na ciência política argentina.....                                             | 54  |
| Imagem 5 –  | Resolução que regulamenta a implementação do Departamento de Ciência Política da UFMG.....                                     | 181 |
| Imagem 6 –  | Documento de Nomeação de Orlando Magalhães Carvalho como Chefe do DCP da UFMG.....                                             | 182 |
| Imagem 7 –  | Chamada no jornal <i>Estado de Minas</i> para inscrições na primeira turma de mestrado do DPC-UFMG, 22 de outubro de 1966..... | 183 |
| Imagem 8 –  | Registro do credenciamento do curso de mestrado em ciência política da UFMG, 9 de julho de 1973.....                           | 184 |
| Imagem 9 –  | Documento de credenciamento dos cursos de pós-graduação do IUPERJ.....                                                         | 185 |
| Imagem 10 – | Listagem dos fundadores e fundadoras da Associação Brasileira de Ciência Política vinculada à FGV-RJ (1966) .....              | 186 |
| Mapa 1 –    | Proporção de mulheres como filiadas a associações profissionais por país (2017) .....                                          | 105 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                      |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| APSA      | American Political Science Association                                               |
| AT        | Área Temática                                                                        |
| ACCP      | Asociación Chilena de Ciencia Política                                               |
| ABA       | Associação Brasileira de Antropologia                                                |
| ABCP      | Associação Brasileira de Ciência Política                                            |
| ABRI      | Associação Brasileira de Relações Internacionais                                     |
| ANPOCS    | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais                  |
| UNIEURO   | Centro Universitário Euro Americano                                                  |
| CSWP      | Committee on the Status of Women in the Profession                                   |
| CAPES     | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                          |
| CNPq      | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                        |
| ECEME     | Escola de Comando e Estado-Maior do Exército                                         |
| EUA       | Estados Unidos da América                                                            |
| FWR       | Fábio Wanderley Reis                                                                 |
| FFLCH-USP | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo       |
| FGV       | Fundação Getúlio Vargas                                                              |
| FUFPI     | Fundação Universidade Federal do Piauí                                               |
| INDIPO    | Instituto de Direito Público e Ciência Política                                      |
| IESP-UERJ | Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| IPSA      | International Political Science Association                                          |
| IUPERJ    | Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro                               |
| PUC/MG    | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais                                     |
| PUC/SP    | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo                                        |

|               |                                                     |
|---------------|-----------------------------------------------------|
| PUC/RIO       | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  |
| RBEP          | Revista Brasileira de Estudos Políticos             |
| RCP           | Revista de Ciência Política                         |
| RDPCP         | Revista de Direito Público e Ciência Política       |
| SAAP          | Sociedad Argentina de Análisis Político             |
| SBS           | Sociedade Brasileira de Sociologia                  |
| UnB           | Universidade de Brasília                            |
| UBA           | Universidade de Buenos Aires                        |
| USP           | Universidade de São Paulo                           |
| UERJ          | Universidade do Estado do Rio de Janeiro            |
| UEPB          | Universidade Estadual da Paraíba                    |
| UNICAMP       | Universidade Estadual de Campinas                   |
| UECE          | Universidade Estadual do Ceará                      |
| UNESP-<br>MAR | Universidade Estadual Paulista Campus Marília       |
| UFBA          | Universidade Federal da Bahia                       |
| UNILA         | Universidade Federal da Integração Latino-Americana |
| UFPB-JP       | Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa       |
| UFCG          | Universidade Federal de Campina Grande              |
| UFG           | Universidade Federal de Goiás                       |
| UFMG          | Universidade Federal de Minas Gerais                |
| UFPEL         | Universidade Federal de Pelotas                     |
| UFPE          | Universidade Federal de Pernambuco                  |
| UFSC          | Universidade Federal de Santa Catarina              |
| UFSCAR        | Universidade Federal de São Carlos                  |
| UFU           | Universidade Federal de Uberlândia                  |

|        |                                                                      |
|--------|----------------------------------------------------------------------|
| UFABC  | Universidade Federal do ABC                                          |
| UNIRIO | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro                     |
| UFPA   | Universidade Federal do Pará                                         |
| UFPR   | Universidade Federal do Paraná                                       |
| UFRJ   | Universidade Federal do Rio de Janeiro                               |
| UFRGS  | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                            |
| UFF    | Universidade Federal Fluminense                                      |
| UNSAM  | Universidade Nacional de San Martín                                  |
| WGS    | Wanderley Guilherme dos Santos                                       |
| WCPS   | Women`s Caucus for Political Science                                 |
| AIB    | Ação Integralista Brasileira                                         |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                   |            |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|          | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                            | <b>20</b>  |
| <b>1</b> | <b>UMA CRÍTICA ÀS NARRATIVAS DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL.....</b>                                   | <b>36</b>  |
| 1.1      | Trasversalizar a crítica feminista na ciência política.....                                                       | 42         |
| 1.2      | O Brasil e o debate internacional sobre desigualdades de gênero na ciência política....                           | 48         |
| 1.3      | Considerações finais.....                                                                                         | 60         |
| <b>2</b> | <b>RELAÇÕES DE GÊNERO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: FORMAÇÃO, ASSOCIAÇÕES E REDES.....</b> | <b>61</b>  |
| 2.1      | Introdução.....                                                                                                   | 61         |
| 2.2      | A constituição das pós-graduações.....                                                                            | 61         |
| 2.2.1    | O corpo discente.....                                                                                             | 65         |
| 2.2.2    | O corpo docente.....                                                                                              | 80         |
| 2.3      | A criação de redes de pesquisa e a trajetória das associações profissionais.....                                  | 96         |
| 2.3.1    | A findada ABCP.....                                                                                               | 97         |
| 2.3.2    | A “nova” ABCP.....                                                                                                | 102        |
| 2.3.3    | O cenário global: a diversidade de gênero na nova ABCP e nas demais associações de ciência política do mundo..... | 104        |
| 2.4      | Considerações finais.....                                                                                         | 106        |
| <b>3</b> | <b>CARTOGRAFIA E TIPOLOGIA DAS PIONEIRAS DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>                                  | <b>109</b> |
| 3.1      | Introdução.....                                                                                                   | 109        |
| 3.2      | As revistas pioneiras de ciência política .....                                                                   | 110        |
| 3.3      | Cartografia e tipologia das pioneiras da ciência política.....                                                    | 122        |
| 3.4      | A participação de mulheres no debate sobre institucionalização da ciência política no Brasil.....                 | 128        |
| 3.5      | Considerações finais.....                                                                                         | 132        |
| <b>4</b> | <b>DOIS GÊNEROS, DUAS HISTÓRIAS? TRAJETÓRIAS DE FUNDADORAS E FUNDADORES DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>   | <b>135</b> |
| 4.1      | Introdução.....                                                                                                   | 135        |
| 4.2      | Metodologia e critérios de seleção de casos.....                                                                  | 136        |

|       |                                                                                                                                   |     |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3   | Comparação de trajetórias e a divisão do trabalho entre os fundadores e fundadoras da ciência política brasileira.....            | 149 |
| 4.3.1 | Formação.....                                                                                                                     | 149 |
| 4.3.2 | Internacionalização.....                                                                                                          | 141 |
| 4.3.3 | Ensino.....                                                                                                                       | 146 |
| 4.3.4 | Impacto da produção.....                                                                                                          | 148 |
| 4.4   | Considerações finais.....                                                                                                         | 160 |
|       | <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                             | 162 |
|       | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                           | 165 |
|       | <b>ANEXO A</b> – Documentos de criação da pós-graduação em ciência política na UFMG.....                                          | 181 |
|       | <b>ANEXO B</b> – Documento de credenciamento dos cursos de pós-graduação do IUPERJ.....                                           | 185 |
|       | <b>ANEXO C</b> – Listagem dos fundadores e fundadoras da Associação Brasileira de Ciência Política vinculada à FGV-RJ (1966)..... | 186 |
|       | <b>APÊNDICE A</b> – Guia bibliográfico de autoras pioneiras na RBEP, DADOS E RCP (1956-2019).....                                 | 190 |
|       | <b>APÊNDICE B</b> - Guia bibliográfico de uma geração selecionada de autores pioneiros que publicaram na RBEP, DADOS E RCP.....   | 204 |

## INTRODUÇÃO

Há diferentes maneiras de abordar a relação das mulheres com a política. Mas é comum que o envolvimento feminino no tema apareça como algo raro e pouco natural. Embora o grupo tenha adquirido direitos e avançado na conquista da igualdade de gênero, muitas disparidades persistem. Inúmeros estudos de opinião pública e comportamento político indicam que as mulheres têm menor interesse e dispõem de menos conhecimento sobre política em comparação aos homens (VERBA, BURNS e SCHLOZMAN, 1997; FRAZER e MACDONALD, 2003). Elas também estão sub-representadas na maioria dos cargos eletivos e nas instituições de governo (IPU e UNWOMEN, 2020). E são, ainda, minoria entre os que produzem pesquisas e lecionam na ciência política (CARPIUC, 2016; CANDIDO, FERES JÚNIOR e CAMPOS, 2019). Tais exemplos são antecidos, ademais, por uma série de autores clássicos que descrevem o lugar da parcela feminina da população como restrito às atividades do âmbito privado, atrelado aos sentimentos e à sujeição, em contrapartida à racionalidade constitutiva das posições masculinas e da predisposição dos homens a interagir e dominar nos espaços políticos (TOLLESON-RINEHART e CARROLL, 2006)<sup>1</sup>.

A despeito de as mulheres serem presença minoritária em muitas arenas públicas, uma crescente literatura sobre gênero e política vem contribuindo para desvelar particularidades metodológicas e conceituais, bem como vieses analíticos que reforçam explicações para as desigualdades estritamente amparadas na experiência cotidiana dos homens. Se mesmo entre autores clássicos dos séculos XVIII e XIX, posturas dissonantes já surgiam no debate intelectual contestando as interpretações vigentes sobre o direito e a capacidade de participação das mulheres na política (WOLLSTONECRAFT, 2016; MILL e MILL, 1970)<sup>2</sup>, mais recentemente pesquisas mostram que, além de existir pouco consenso em relação às formas de mensurar interesses ou conhecimentos sobre política, os resultados podem variar significativamente conforme o conteúdo das perguntas feitas, a dimensão temporal dos aspectos examinados e o formato das questões. Essas perspectivas evidenciam que um dos problemas

---

<sup>1</sup> Para uma crítica feminista a autores clássicos, especialmente aos contratualistas como Rousseau, Locke e Hobbes, centrais na teoria política, ver Pateman (1988).

<sup>2</sup> Diversas autoras contestaram desde o século XVIII a posição das mulheres na política, mas elas ainda são pouco lidas na ciência política. Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor Mill são exemplos de destaque por duas razões: o trabalho de Mary Wollstonecraft dialogou diretamente com o de Jean Jacques Rousseau e Edmund Burke, autores clássicos que são frequentemente ensinados nas disciplinas de teoria política. Já Harriet Taylor Mill foi coautora de Stuart Mill, autor que também conquista atenção nas ementas da área, mas sempre citado sozinho. Essas afirmações são baseadas na observação de ementas de cursos oferecidos nos principais programas de pós-graduação em ciência política no Brasil.

dos estudos tradicionais na ciência política é favorecer percepções que predominam entre as escolhas masculinas. Em contrapartida, quando se consideram elementos como a representação de mulheres ou as políticas sociais, a desvantagem feminina tende não só a diminuir, como inclusive a ser revertida (DOLAN, 2011; FERRIN, FRAILE e GARCIA-ALBACETE, 2018; FERRIN ET AL, 2019). Saber mais ou menos e ter mais ou menos interesse em política pode depender, portanto, do que está sendo valorizado e apreendido sobre o assunto.

O mesmo pode ser dito quando se discute participação feminina em espaços políticos. Há um contraste substantivo de conclusões em função dos âmbitos que são analisados (SACCHET, 2009; HTUN, 2002). Se a discussão é sobre ativismo, organização em movimentos sociais e mobilização em reação a processos políticos, bem como influência da sociedade civil em políticas públicas, é possível destacar uma atuação robusta de mulheres em determinadas áreas, que inclusive tem representado uma das principais fontes de confronto com os governos conservadores e autoritários emergentes no período recente, como os de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) (MUSSI e ZANINI, 2020).

A sub-representação de mulheres na política institucional, por sua vez, oscila não só entre países, como é impactada por uma série de desafios que não necessariamente podem ser justificados por escolhas livres. É fundamental levar em conta como as estruturas sociais podem influenciar na construção de preferências individuais e na determinação de agência (BIROLI, 2013). Níveis extremos de violência política, falta de recursos para campanhas, poucas oportunidades de disputar candidaturas nos partidos e diferenças de gênero nos tipos de associativismo, que repercutem nas oportunidades políticas, são algumas das razões que especialistas têm atestado empiricamente como motivos que retardam a inserção feminina em cargos de representação (HTUN, 2002; SACCHET, 2009; FREIDENBERG e DEL VALLE PÉREZ, 2017). Soma-se a isso o peso da divisão sexual do trabalho, que onera mais as mulheres, em comparação aos homens, em funções de cuidado e organização da vida doméstica, enquanto as priva de tempo para participação política nas democracias contemporâneas (BIROLI, 2016, 2018).

Na observação da composição de mulheres nos parlamentos e demais espaços de representação política institucional, entretanto, existe outra dimensão a ser ponderada: ainda que escassa, a presença feminina em cargos políticos costuma reproduzir uma segregação de funções e tópicos tratados. Fora o fato de as mulheres serem minoria nesses setores de poder, elas frequentemente acabam vinculadas a pastas ou agendas legislativas específicas, que desfrutam de menor reconhecimento público e diminuta disposição de recursos (PANSARDI e

VERCESI, 2017; GOODWIN, BATES e MCKAY, 2020). Analistas conceituam essas distintas modalidades de desigualdade, no mercado de trabalho de uma maneira geral, como “horizontais” ou “verticais”. Por “horizontais” são discutidas as assimetrias que se manifestam na distribuição não equitativa de homens e mulheres entre áreas ou subáreas profissionais. Já no quesito das desigualdades “verticais” são examinadas as diferenças de status e prestígio, que podem estar associadas a valores simbólicos ou econômicos e hierarquias de posições em uma mesma carreira (FERGUNSON, 2013; LIMA, 2013).

Na ciência política, disciplina que se concentra em analisar os fenômenos políticos, parte das desigualdades de gênero encontradas nos espaços de representação política institucional são reproduzidas. O fenômeno conhecido como “leaky pipeline” – diminuição da presença feminina conforme se evolui nas posições profissionais e de formação - já foi apurado para a área em alguns países (APSA, 2005; MONROE e CHIU, 2010). Certas análises também apontaram que o grupo se concentra em algumas temáticas e metodologias da disciplina menos valorizadas no *mainstream*, como os estudos de gênero ou as pesquisas qualitativas (YOUNG, 1995; TEELE e THELEN, 2017; KEY e SUMNER, 2019). Se de algum modo é possível conjecturar que confluem desigualdades horizontais e verticais nas socializações que orientam a comunidade acadêmica dos analistas da política, essa assertiva não é facilmente generalizável. A maior parte dos trabalhos sobre assimetrias de gênero na área são produzidos no Norte global e temos diminutas informações sobre a situação no hemisfério Sul (FERNANDEZ, 2006; IBARGUENGOYTIA, 2014; CARPIUC, 2016; CANDIDO, FERES JÚNIOR e CAMPOS, 2019; CARPIUC e MADEIRA, 2019; FREIDENBERG, 2020; CANDIDO, CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2021).

A presente tese procura contribuir para reverter esse quadro. A questão central da investigação é entender como homens e mulheres participaram da institucionalização da ciência política no Sul global. Para tal, o trabalho se aprofunda no Brasil, país no qual a disciplina completou mais de cinquenta anos de consolidação nas universidades. Além de buscar acrescentar aos estudos de gênero e política, essa investigação parte da constatação de duas lacunas nas pesquisas sobre o contexto brasileiro. A primeira diz respeito à falta de abordagens que tratam das desigualdades nas publicações sobre a história da disciplina (FORJAZ, 1997; KEINERT e PINHEIRO, 2010; BULCOURF, MARQUEZ e CARDOZO, 2014, 2015; MAGLIA, 2016). A segunda se refere à ausência da questão nos balanços sobre o estado da área e os seus desafios de futuro (MADURO, 1979; LAMOUNIER, 1982; LESSA, 2010; LEITE e CODATO, 2013; BARBERIA, GODOY e BARBOZA, 2014; AMORIM NETO e SANTOS, 2005, 2015; MARENCO, 2014, 2015; LEITE, 2010, 2015; MADEIRA e



MARENCO, 2016; NICOLAU e OLIVEIRA, 2017). As poucas exceções são mais recentes e sugerem uma abertura incipiente à temática (SILVA, 2008; CARPIUC 2016; CANDIDO, FERES JUNIOR E CAMPOS, 2019; MENDES e FIGUEIRA, 2019; MADEIRA e CARPIUC, 2019; BIROLI et al, 2020; CANDIDO, CAMPOS e FERES JUNIOR, 2021).

### **O problema de pesquisa**

A política, enquanto objeto de conhecimento científico ou não, abunda em exemplos que favorecem certa naturalização, seja pelo senso comum ou por evidências empíricas, de um distanciamento da participação de mulheres. Em estudo publicado na *Science*, Sarah Leslie et al. (2015) buscaram apreender a percepção de pesquisadores sobre diferentes áreas e demonstraram que a presença feminina e de afro-americanos é menor em especializações que são mais associadas ao “brilhanismo”, como a ciência política.

Não são poucos os dados que reforçam a noção de que a ciência política é uma ciência “masculina”. A qualificação de “masculina”, todavia, não pretende afirmar que existe uma essência biológica no perfil que compõe a disciplina, mas sim que ela é socialmente construída como um espaço desigual e predominantemente ocupado pelos homens, que exercem as funções principais e mais valorizadas em avaliações deste campo do conhecimento, como a publicação de artigos e livros, a docência e a pesquisa, a edição de revistas especializadas (CANDIDO, CAMPOS e FERES JUNIOR, 2021).

Esse mesmo grupo é ainda creditado como o que originou a própria existência da área. A definição de fundadores de uma disciplina acadêmica é importante por afirmar um legado intelectual às gerações procedentes e orientar uma possível perspectiva simbólica de quais perfis sociais são mais afeitos a determinados ramos de trabalho. A identificação de pioneiros também dá corpo a casos exemplares para estudos de longo prazo que empreendam análises de trajetória e permitam examinar possíveis empecilhos aos indivíduos de acordo com suas características socialmente construídas.

O verbete da *Wikipedia* para “ciência política no Brasil”, embora curto e com vários aspectos contestáveis, declara que Wanderley Guilherme dos Santos (WGS) e Fábio Wanderley Reis (FWR) são os principais fundadores da disciplina no país. A afirmação é, de fato, legítima por dados e problematizar seu conteúdo não significa negá-lo em totalidade. WGS e FWR participaram ativamente da criação das primeiras instituições de ensino e pesquisa da ciência política brasileira, respectivamente no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ambos marcaram a

produção intelectual da área. É plausível, portanto, que seus nomes apareçam regularmente em fontes de teor propriamente acadêmico, como os artigos mais citados de história da ciência política no âmbito nacional (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010; RODRIGUES, 2017)<sup>3</sup>, que seus pensamentos sejam alvo de revisões bibliográficas e base para novas propostas analíticas (LYNCH, 2013, 2020; DULCI, 2013; MOREIRA, 2014; MOREIRA, 2019; MOREIRA e TEODORO DOS SANTOS, 2020), ou que eles próprios tenham sido entrevistados e questionados sobre variados aspectos da disciplina e de suas trajetórias pessoais (LOPES, 2004; PEREIRA e RODRIGUES, 2009; MOREIRA, 2013)<sup>4</sup>.

As mulheres, por outro lado, aparecem em algumas rápidas menções em meio a outros homens ou em notas de rodapé (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010; LESSA, 2010). É possível que isso apenas reitere o caráter dominante dos homens na produção de conhecimento especializado sobre política. Pode-se argumentar que no período de fundação e consolidação da disciplina no Brasil o grupo do gênero feminino era praticamente irrelevante, minoritário quantitativamente e com diminuta contribuição intelectual ao campo. No entanto, sabemos pouco sobre como realmente as mulheres se inseriram na área e de que modo a diversidade de gênero oscilou ao longo dos anos. Aliada à baixa observação do problema são escassas as tentativas de indicar explicações possíveis para as suas causas. Essa tese investiga a institucionalização da ciência política no país com especial atenção a como as desigualdades de gênero permearam o crescimento de sua comunidade acadêmica.

Além de examinar a questão central de como homens e mulheres participaram da formação da ciência política no Brasil, as demais perguntas secundárias que o estudo encara são: De que modo surgiu a discussão sobre as assimetrias de gênero na disciplina? Como a diversidade de gênero variou ao longo do tempo na área? Quais são as pioneiras e os pioneiros intelectuais das modernas análises sobre política? Existe diferença nas práticas de trabalho e no acúmulo de prestígio acadêmico de acordo com o gênero dos fundadores e fundadoras da “nova” ciência política? Fora investigar as desigualdades que permearam a institucionalização do campo, a pesquisa observa a hipótese de que as mulheres possuem menos prestígio entre as pessoas que consolidaram a disciplina por serem afetadas pela divisão de gênero do trabalho,

---

<sup>3</sup> A afirmação é baseada em busca pelo tópico “história da ciência política no Brasil” e “ciência política brasileira” no software *Harzing's Publish or Perish* (Disponível em <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>). Ver listagem completa de textos no Capítulo I.

<sup>4</sup> Além desses exemplos publicados em livros ou periódicos, ver também as entrevistas de WGS e FBR ao projeto *Memória das Ciências Sociais*, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/brasil> Acesso em 4 nov. 2020.

E a de WGS ao programa *Caminhos*, que marcou a comemoração dos 50 anos do antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ilckIHZSqB8> Acesso em 4 nov. 2020.

que as concentra em atividades e tópicos menos estimados nos meios de avaliação da produção científica. A concepção de “prestígio” que adotamos toma como indicadores aspectos qualitativos e quantitativos, sendo eles: a forma como a própria literatura de história da ciência política aborda a contribuição de mulheres à sua fundação e desenvolvimento, as posições que elas ocupam em níveis de educação superior e cotidiano profissional, a recorrência de suas publicações, as tendências de internacionalização, a recepção de suas obras em termos de taxas de citação e a genealogia dos estudantes que orientaram, sempre em comparação ao contexto desfrutado pelo grupo masculino. Entender de que maneira se estrutura a organização das tarefas nas rotinas acadêmicas, se existem padrões diferenciados ou não de atuação e inclusão de intelectuais, permite colaborar a construção de ambientes mais igualitários entre os pares.

### **Escopo da análise**

O escopo deste trabalho é a realidade brasileira, mas sempre que possível estaborecerei alguns paralelos com outros países. Ainda que as análises comparativas sejam relevantes e já tenham sido apontadas como raras na subárea de história da ciência política (BERNDTSON, 1991; BARRIENTOS DEL MONTE, 2013), o estudo de apenas um caso pode assegurar maior detalhamento de particularidades contextuais. Erkki Berndtson (1991) argumenta que a possibilidade de generalização das condições explicativas de desenvolvimento da ciência política é relativamente limitada e enfrenta desafios em definição de variáveis. A análise de cada país e uma pluralidade de métodos ajudam a apreender o campo e as relações de poder que o constituem de uma forma mais aprofundada.

Há, contudo, demais dimensões a serem fixadas. O recorte temporal dessa tese se baseia somente no período de institucionalização da ciência política como uma disciplina autônoma nas universidades brasileiras. Isso não significa negar as tradições de pensamento político que antecederam a demarcação de uma carreira profissional, nem hierarquizar essa nova etapa como melhor. A delimitação pretende apenas dar centralidade ao momento em que a área se tornou um espaço de trabalho mais formal.

A institucionalização de uma disciplina é observada por fatores como o surgimento de cursos de formação e pesquisa, o aumento da comunidade acadêmica, a criação de revistas especializadas, a consolidação de uma associação profissional e a expansão de análises sobre a própria área (FERES, 2000; LEITE e CODATO, 2013). Se tais indicadores pressupõem o enquadramento a um arcabouço específico de análise, que nem sempre corresponde aos contextos nacionais e pode gerar comparações assimétricas entre diferentes realidades, a noção

é bastante profícua para investigar a ciência política brasileira, que tem sido exaltada por seu alto grau de institucionalização na contemporaneidade (MARENCO, 2015; AVRITZER, MILANI e BRAGA, 2016).

Alguns autores contestam o uso do conceito de “institucionalização” nas abordagens sobre história da ciência política por afirmarem que ele incorre em uma simplificação de concepções de desenvolvimento que é teleológica e destina caracterizações negativas à trajetória de certos países, tendo outros como modelo de acertos (BAQUERO, NOGUEIRA e ORTIZ, 2019). É fato que muitos estudos de ciência política chegaram a qualificar casos, como o do Brasil, de “atrasados” ao delimitar como parâmetro de evolução a ciência política estadunidense (FORJAZ, 1997). Mas a referência aos EUA não é recebida no país apenas de forma acrítica (FERES JUNIOR, 2000).

No Brasil, o desenvolvimento da carreira de cientista político ocorreu sobretudo a partir da criação das pós-graduações. Isto é um aspecto de distinção relevante em relação a outros países, como a Argentina, que alavancou a especialização na disciplina por meio da graduação. No contexto brasileiro a proliferação de cursos de graduação começou a ganhar força apenas nos últimos anos e ainda é pequena. Mesmo que tais espaços também sejam proveitosos e raramente conquistem atenção em análises sobre a ciência política (SARMENTO, REZENDE e FELIPPE DOS SANTOS JUNIOR, 2019), essa tese dá centralidade à pós-graduação por reconhecer o seu peso histórico na consolidação da área no país. Além da longevidade maior nas universidades, é nesses espaços que encontramos o grupo que pode ser qualificado como uma “elite acadêmica”, que defino como as pessoas que recebem mais financiamento para a condução de pesquisa, que lecionam ou aprendem nos graus mais elevados de formação, e editam as revistas de maior prestígio nacional.

As primeiras pós-graduações brasileiras de ciência política foram criadas no final dos anos 1960, mas antes disso, ainda nos anos 1950, mais precisamente em 1956 com a fundação da Revista Brasileira de Estudos Políticos na Universidade Federal de Minas Gerais, começaram a surgir as publicações que endereçariam a autonomização da disciplina como um objetivo. Os dados reunidos nessa tese partem deste marco de 1956 e se estendem até o período atual sempre que possível. O intuito com o acompanhamento de mais de cinco décadas de atividades acadêmicas é analisar se as desigualdades entre os grupos sociais que compõem a disciplina sofreram alterações, positivas ou negativas, durante o tempo.

Vale salientar, por fim, que essa pesquisa abarca especialmente as assimetrias entre homens e mulheres. Essa opção não ignora que as desigualdades no Brasil são mais amplas (FERES JUNIOR, 2020). A ciência política nacional cresceu e se consolidou sem encarar a

diversidade de sua comunidade como um tópico relevante. São poucos e recentes os trabalhos que abordam o problema, o que resulta na carência de aprofundamento em muitos enfoques possíveis. Destaco três limitações específicas que foram determinantes para reduzir o recorte aqui empreendido:

- (i) *Dificuldade de acessar dados para formular uma perspectiva interseccional:* o cruzamento de marcadores sociais de diferença – como gênero, raça, classe, sexualidade etc - para investigar a formação da comunidade acadêmica de ciência política no Brasil esbarra em um desafio maior do que meramente articular debates de opressões diferenciadas. A disponibilidade de estatísticas para muitos desses casos é escassa. Detalho os desafios específicos para gênero no ponto (ii) e para raça no ponto (iii).
- (ii) *Empecilhos na produção de dados sobre gênero:* os bancos de dados oficiais das universidades se baseiam, em geral, na noção de sexo biológico. Esse é um obstáculo às pesquisas que tentam trabalhar com a categoria “gênero” enquanto uma construção social (MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015). Nessa tese, a maior parte da classificação dos grupos sociais analisados é assentada na utilização de um pacote de programação no R, que emprega um algoritmo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsável por calcular a incidência de casos “feminino” e “masculino” de acordo com o padrão de escolhas de nomes na população nacional por sexo<sup>5</sup>. Os casos remanescentes, não apreendidos com o uso do pacote, são classificados manualmente e com auxílio de buscas na internet. Se é necessário pressionar as instituições que produzem dados oficiais para adotar as identidades de gênero como critério de mensuração da diversidade no campo científico, também precisamos que cada disciplina amadureça suas discussões internas. Mesmo que dicotômica, a reunião de dados desta tese pode fornecer um ponto de partida para mais aprofundamento em diferenças de gênero no futuro.

---

<sup>5</sup> Ver: MEIRELES, F. Genderbr: predizendo sexo a partir de nomes próprios. **Fernando Meireles**, 2010. Disponível em: <https://fmeireles.com/blog/rstats/genderbr-predizer-sexo/> acesso em 10 de outubro de 2020.

- (iii) *Empecilhos na produção de dados sobre raça/cor*: no caso da variável raça, um dos grandes empecilhos à consulta de estatísticas seguras é a falta de obrigatoriedade do preenchimento da questão sobre autodeclaração racial na Plataforma Lattes. O registro e a concessão da informação não é prioridade aparente de nenhuma das instituições governamentais responsáveis por acompanhar a produção acadêmica no país. A heteroclassificação é um método de pesquisa que ajuda a contornar a ausência de dados de autodeclaração sobre cor/raça<sup>6</sup>. Tal solução foi incorporada em análises sobre a ciência política brasileira<sup>7</sup>, mas ela não é passível de transposição nessa tese pelas seguintes razões: a maior parte dos dados levantados para a pesquisa da tese é fruto de um trabalho individual. O método da heteroclassificação envolve trabalho coletivo para ser mais rigoroso e o tempo dispendido depende da quantidade de pessoas envolvidas no processo. Somado a isso, essa pesquisa não trata somente do presente, mas também de uma história de mais de cinquenta anos. A possibilidade de consulta a fotografias de quadros de cientistas políticos mais antigos é bem mais reduzida do que à de figuras da contemporaneidade.

Nos limitamos, portanto, a observar as relações de gênero no desenvolvimento da ciência política no Brasil, em especial nos espaços de formação e pesquisa das pós-graduações, desde a criação das primeiras revistas especializadas na disciplina, ainda na década de 1950, até os dias atuais. A pesquisa é dividida em quatro etapas, que se concentram, respectivamente, na análise da bibliografia, na evolução da composição de profissionais, nas publicações pioneiras e nas trajetórias de fundadoras/es. A estrutura dos capítulos é descrita com mais detalhes abaixo.

### **Estrutura da tese**

O presente tese apresenta quatro capítulos, além dessa introdução e de uma conclusão geral. O capítulo I investiga de que modo surgiu a discussão sobre as assimetrias de gênero na disciplina. Para tal, inicialmente o texto empreende uma análise sistemática da literatura de

---

<sup>6</sup> A atividade requer mobilizar um grupo de pesquisadores para determinar a cor dos indivíduos analisados de acordo com a consulta a fotografias na internet e a utilização de categorias de classificação do IBGE (preta, parda, branca, indígena e amarela).

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Candido, Campos e Feres Júnior (2019), Feres Júnior (2020) e Menezes et al (2020).

história da ciência política no Brasil, identificando como homens e mulheres foram representados nas narrativas de fundação da disciplina. Na sequência, o estudo contextualiza a emergência dos debates de assimetrias na comunidade acadêmica nacional, tendo como parâmetro o envolvimento de associações profissionais. Os casos dos EUA e da Argentina são tomados como objetos de comparação para aprimorar a descrição das particularidades brasileiras.

O capítulo II, por seu turno, mobiliza diferentes fontes de dados para produzir um retrato empírico da diversidade na progressão da formação na pós-graduação e na carreira de ciência política, assim como na composição da criação de redes profissionais. A intenção é demonstrar como a diversidade de gênero variou ao longo do tempo na trajetória da área no país. Novamente, tal qual no primeiro capítulo, a parte final dessa etapa da pesquisa compara o contexto brasileiro com o de outros países do mundo.

A produção intelectual de pioneiros da disciplina é tema do capítulo III, que se baseia em revistas precursoras dos estudos sobre política para formular uma cartografia e uma tipologia de autoras fundadoras da fase de profissionalização da área nas universidades. A ideia de cartografar consistiu em localizar as mulheres nos meios de divulgação científica, nos temas em que estavam trabalhando, no tempo em que publicavam e nas carreiras que seguiram. Os grupos femininos que emergiram dessa análise foram categorizados em “consolidadas”, “derivadas” e “desaparecidas”, tipologia que sintetizou as trajetórias de distintas mulheres que colaboraram para a institucionalização da ciência política no país.

O quarto e último capítulo é o que possui o menor número de casos. Enquanto o capítulo II discute estatísticas que promovem um panorama das desigualdades de gênero na comunidade de cientistas políticos, e o capítulo III refina a seleção de intelectuais fundadoras a partir da classificação de décadas de produções bibliográficas, o capítulo IV analisa comparativamente a trajetória de doze carreiras consolidadas na disciplina, sendo metade constituída por mulheres e a outra metade por homens. Para responder se existe diferença nas práticas de trabalho e no acúmulo de prestígio acadêmico de acordo com o gênero dos pioneiros da “nova” ciência política, a pesquisa se debruça em informações sobre formação superior, internacionalização, taxas de citação e legados de ensino, computados em genealogias de orientações.

Na conclusão geral, revisito as indagações da pesquisa e como cada capítulo tratou delas. Abordo a estruturação da tese e saliento que o emprego de métodos mistos abrangeu os aspectos apreendidos na análise e proporcionou melhores reflexões sobre a questão principal do estudo. Argumento que o trabalho possui pelo menos duas contribuições especiais à literatura da área: de um lado, os dados mostram que há uma redução da presença feminina na

ciência política brasileira conforme os níveis de formação e as carreiras progridem, fenômeno que também ocorre na disciplina em outros países e em variados campos do conhecimento (PELL, 1996; APSA, 2004, 2011; BATES, JENKINS e PLAEGGER, 2012; CURTIN, 2013; ABELS e WOODS, 2015; CARPIUC, 2019). De outro lado, entretanto, algumas mulheres conseguiram rapidamente ascender a posições de poder na área. Em distinção à fundação da ciência política nos EUA, por exemplo, que desfrutava de outro contexto histórico e continha homens contrários aos direitos das mulheres, que eram hegemônicos; no Brasil, o gênero feminino teve representações importantes na institucionalização da disciplina (TOLLESON-RINEHART e CARROLL, 2006).

## **Metodologias**

Essa tese parte de um esforço teórico e empírico de análise das desigualdades de gênero na constituição da ciência política como uma disciplina acadêmica no Brasil. O estudo observa como o gênero dos cientistas políticos – variável independente – afeta seu prestígio acadêmico – variável dependente. A pesquisa trabalha com métodos mistos, aliando técnicas e dados quantitativos e qualitativos, bem como estudos assentados em poucos casos ou em amostras mais robustas. A vantagem de tal enfoque é apreender especificidades que as investigações com N grande não abarcam e tornar os resultados mais passíveis de generalização (PARANHOS et al, 2016). A Tabela 1 sintetiza os aspectos principais do desenho de pesquisa.



**Tabela 1:** Quadro de síntese da pesquisa

|                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo</b>                         | Analisar as desigualdades de gênero na institucionalização da ciência política no Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Contribuições à literatura</b>       | 1) Perspectiva de gênero à história da ciência política brasileira<br>2) Perspectiva de gênero aos balanços sobre a institucionalização da disciplina no país e seus desafios de futuro                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Hipótese</b>                         | A hipótese da pesquisa é que as mulheres possuem menos prestígio entre as pessoas que consolidaram a disciplina por serem afetadas pela divisão de gênero do trabalho, que as concentra em atividades e tópicos menos estimados nos meios de avaliação da produção científica.                                                                                                                                    |
| <b>Questão principal</b>                | Como homens e mulheres participaram da formação da ciência política no Brasil?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Questões secundárias de pesquisa</b> | De que modo surgiu a discussão sobre as assimetrias de gênero na disciplina?<br>Como a diversidade de gênero variou ao longo do tempo na área?<br>Quais são as pioneiras e os pioneiros intelectuais das modernas análises sobre política?<br>Quais são as diferenças nas práticas de trabalho e no acúmulo de prestígio acadêmico de acordo com o gênero dos fundadores e fundadoras da “nova” ciência política? |
| <b>Recorte temporal</b>                 | A partir de 1956 até os dias atuais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Métodos mistos</b>                   | Revisão sistemática da literatura, análise de documentos e acervos, estatísticas descritivas, entrevistas semiestruturadas, análises de trajetória, pesquisa de campo e bibliometria                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Variável independente</b>            | Gênero                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Variável dependente</b>              | Prestígio acadêmico                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

---

|                              |                                                                                                                                                                       |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Materiais de pesquisa</b> | 1) Bibliografia especializada                                                                                                                                         |
|                              | 2) Registros de pesquisa de campo (fotografias)                                                                                                                       |
|                              | 3) Acervo de revistas acadêmicas, principalmente da <i>DADOS</i> , da <i>Revista de Ciência Política</i> (FGV-RJ) e da <i>Revista Brasileira de Estudos Políticos</i> |
|                              | 4) Websites de programas de pós-graduação e universidades                                                                                                             |
|                              | 5) Currículo Lattes                                                                                                                                                   |
|                              | 6) Documentos oficiais de associações profissionais                                                                                                                   |
|                              | 7) Entrevistas semiestruturadas                                                                                                                                       |
|                              | 8) Dados da Plataforma Acácia                                                                                                                                         |
|                              | 9) Software <i>Harzing's Publish or Perish</i>                                                                                                                        |

---

Fonte: A autora.

Os capítulos da tese seguem uma ordenação que vai de um âmbito mais geral de análise da população de pesquisadores de ciência política a um mais reduzido. Uma das maiores dificuldades da execução de métodos mistos é promover uma unidade entre os aspectos analisados, que responda à questão de pesquisa (PARANHOS et al, 2016). Nessa investigação, cada uma das escolhas metodológicas busca complementar informações e melhorar a compreensão sobre o fenômeno examinado – as desigualdades de gênero na institucionalização da disciplina no Brasil. O estudo trabalhou com pesquisa de campo, revisão sistemática da bibliografia, consulta a acervos de revistas e documentos oficiais, técnicas de bibliometria, estatísticas descritivas, análises de trajetória e entrevistas semiestruturadas.

O desenvolvimento dessas atividades ocorreu muitas vezes de modo quase simultâneo. O capítulo I começa com uma revisão sistemática da literatura, que se baseia na seleção de textos mais citados na subárea de história da ciência política. O tratamento da bibliografia especializada a partir desse recorte tem como objetivo discutir o conteúdo das obras que são mais referenciadas entre os cientistas. Utilizado de maneira isolada o método é suficiente para abordarmos os artigos que estão em destaque na produção acadêmica e conhecer detalhes das características desses trabalhos, como as escolhas analíticas, os tipos de autoria e as datas e formatos de publicação. Contudo, o recurso não elucida as condições sociais de emergência de determinados assuntos na comunidade científica, algo que pôde ser explorado na pesquisa de campo e nas entrevistas semiestruturadas. Outra demanda que surgiu com a leitura das publicações sobre a disciplina foi a de consultar documentos oficiais das pós-graduações, pois havia dissenso nos textos em relação a datas de origem de instituições.

No capítulo II, a verificação de documentos oficiais, a consulta a websites de universidades, ao acervo de revistas e a dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e pela International Political Science Association (IPSA) foram essenciais para a elaboração de estatísticas descritivas. Nessa etapa as entrevistas semiestruturadas também estiveram presentes para complementar informações históricas ou indicar percepções acadêmicas. Os capítulos III e IV utilizaram análises bibliométricas e análises de trajetória.

A seleção de entrevistados foi feita durante o transcurso de realização da pesquisa e na medida em que dúvidas pontuais surgiam ou trajetórias se destacavam por alguma razão especial ao tema do estudo. As entrevistas creditam ao interlocutor o papel de fonte, algo que dá valor às representações sociais geradas subjetivamente. Ao contrário de questionários aplicados a um grande número de pessoas e com perguntas e respostas fechadas, o trabalho com entrevistas semiestruturadas possibilita uma liberdade maior à pesquisadora e à respondente. A quantidade de casos, por sua vez, acaba sendo balanceada não por sua significância estatística, como nos surveys, mas sim pela diversidade de evidências que proporciona (LIMA, 2016).

A Tabela 2 lista as entrevistas que forneceram informações relevantes para essa tese. O grupo de interlocutoras brasileiras possui em comum o pioneirismo de trabalho com a ciência política, tendo publicado textos em revistas precursoras e se envolvido nas primeiras instituições e pesquisas da área. A conversa com elas permitiu conhecer mais experiências que possuem poucos registros históricos, como a da existência de uma findada ABCP, criada em 1966 e sem data oficial de término, e capturar percepções em relação ao surgimento da disciplina sob pontos de vistas distintos, tanto de mulheres que seguiram carreira na área quanto das que se encaminharam a outras temáticas. Vale pontuar que recentemente a atual ABCP lançou uma série com trinta entrevistas a cientistas políticas, que proporcionou uma fonte rica para investigações das questões de gênero. Como será mencionado mais adiante, já existem produções focadas na análise de trajetórias tendo como base essas entrevistas com mulheres (ALMEIDA e BUARQUE DE HOLLANDA, 2020; PINTO e OLIVEIRA, 2020).

**Tabela 2:** Listagem de entrevistadas

| <b>Entrevistadas(os)</b>    | <b>Função atual</b>                                               | <b>Local</b> |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------|--------------|
| Ana Lúcia Lyra de Tavares   | Professora de Direito,<br>PUC-RJ                                  | Brasil       |
| Ângela de Castro Gomes      | Professora de História,<br>UFF e FGV                              | Brasil       |
| Elsa Llenderozas            | Diretora da carreira de<br>Ciência Política, UBA                  | Argentina    |
| Maria Antonieta Leopoldi    | Professora de Ciência<br>Política, UFF                            | Brasil       |
| María Ollier                | Diretora da carreira de<br>Ciência Política,<br>UNSAM             | Argentina    |
| Maria Regina Soares de Lima | Professora de Ciência<br>Política, IESP-UERJ                      | Brasil       |
| Maria Teresa Kerbaux        | Professora de Ciência<br>Política, UNESP                          | Brasil       |
| Martin D`Alessandro         | Presidente da Sociedade<br>Argentina de Análise<br>Política, SAAP | Argentina    |

Fonte: A Autora.

As entrevistas realizadas com cientistas argentinos, por sua vez, auxiliaram na análise do capítulo I, com a comparação do contexto brasileiro ao do país vizinho no que diz respeito ao surgimento do debate sobre desigualdades de gênero na ciência política latino-americana. Os dois países podem ser notabilizados como casos da região que lideraram a oficialização da abordagem do tema por meio de suas associações profissionais em períodos temporais similares. Entre os entrevistados nesse escopo está o presidente da Sociedade Argentina de Análise Política (SAAP), Martín D`Alessandro, que além de dirigir a associação, costuma escrever balanços sobre a disciplina (BULCOURF e D`ALESSANDRO, 2002; D`ALESSANDRO, MEDINA e LEIRAS, 2015), Elsa Llenderozas e Maria Ollier, que assumem posições de liderança na ciência política, respectivamente, na Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Todas as entrevistas adotaram um roteiro prévio que demandava, inicialmente, que os acadêmicos narrassem sua trajetória de formação e escolhas de trabalho, para, na sequência,

indagar quesitos mais particulares e detalhados sobre instituições, intelectuais, publicações e percepções do campo da ciência política. Elas foram gravadas e transcritas e variam de tempo de duração: a mais curta tem trinta minutos, enquanto a mais longa tem duas horas e dez minutos. Trechos de depoimentos serão citados ao longo da tese ou as entrevistadas serão referenciadas quando forem fonte de alguma informação histórica.

## 1. UMA CRÍTICA ÀS NARRATIVAS DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é apresentar uma crítica à literatura que trata da história da ciência política brasileira. Para tal, o estudo se divide em duas partes e utiliza como materiais de investigação a bibliografia especializada, entrevistas semiestruturadas, dados secundários e fotografias de pesquisa de campo. Em uma primeira etapa, o trabalho contextualiza o desenvolvimento dessa subárea no país e produz uma revisão sistemática dos textos mais citados<sup>8</sup>. Nesse estágio, o argumento é que as perspectivas de gênero precisam ser transversais à disciplina e não somente tratadas como uma temática segregada de outros subcampos do conhecimento. Isso redundará em duas modalidades de reflexão crítica: além de apontar lacunas na produção acadêmica mais geral, também são discutidos os problemas das publicações supostamente neutras em relação às assimetrias entre homens e mulheres. A segunda etapa, por sua vez, situa a conjuntura dessa agenda de pesquisa no país em comparação ao cenário internacional e salienta a importância de compreender as particularidades do contexto local.

A história da ciência política, como uma subárea de investigação, começou a ganhar força na América Latina apenas recentemente (BARRIENTOS DEL MONTE, 2013; BULCOURF, MÁRQUEZ e CARDOZO, 2014; MARQUEZ, e TORRES-RUIZ, 2018; RAVECCA, 2019), mas isso não significa que a região esteja desprovida de referências precursoras. Ainda nos anos 1950, Argentina, Brasil, México e Uruguai foram os países latino-americanos selecionados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para figurar na coletânea *Contemporary Political Science*, que buscava descrever o desenvolvimento da disciplina em diversos contextos nacionais ao redor do mundo. O caso brasileiro ficou a cargo da análise de Djacir Menezes, autor do ensaio “Political Science in Brazil during the last thirty years”. O texto, curto e com pouco rigor, demonstrava o caráter incipiente do ensino e da produção de ciência política no país.

Mais de uma década depois, a dupla Heloisa Michetti e Maria Teresa Kerbaux publicou os resultados de uma investigação iniciada em 1967, cuja base foi um survey que mapeou a emergente comunidade de acadêmicos interessados em difundir a ciência política no âmbito nacional. O artigo “A Situação do Ensino e Pesquisa de Ciência Política no Brasil”, divulgado em 1969 na *Revista de Ciência Política*, não explicitou dados estatísticos relevantes pois obteve

---

<sup>8</sup> Ao longo do texto me refiro a temas estudados dentro da grande área da ciência política brasileira como “subáreas” ou “subcampos”. A “história da ciência política” é um deles. Por outro lado, os estudos de gênero também costumam ser tratados como uma “subárea” ou um “subcampo”, ao invés de considerados como importantes para a ciência como um todo. Ver, Biroli, Gago e Fridenberg (2019).

diminuta participação de respondentes, mas o escopo do questionário e a própria iniciativa do trabalho conquistaram caráter singular e proeminente no acúmulo do que seria produzido sobre a temática. Além de antecederem a consolidação de cursos de mestrado e doutorado, ou seja, de se anteciparem ao desenvolvimento de espaços formais de profissionalização dos debates intelectuais na disciplina, as autoras consideraram variáveis que perduraram muitos anos sem ser objeto de escrutínio dos cientistas quando abordavam o tópico, tal como gênero ou procedência geográfica (MICHETTI e MICELI, 1969).

A partir do final dos anos 1960 começaram a surgir as primeiras pós-graduações em ciência política no Brasil. Precedidos pela criação de revistas, que data já de meados da década de 1950, esses cursos de formação de mestres e, mais tarde, doutores, possibilitaram o crescimento das discussões na área, e, em conjunto ao funcionamento de associações profissionais e à realização de congressos, marcaram a institucionalização da disciplina no país<sup>9</sup>. Embora o tema da história disciplinar ainda seja menos frequente entre os analistas políticos do que entre os sociólogos e antropólogos (JACKSON e BARBOSA, 2017), há uma substantiva expansão do assunto, que tem recebido um importante estímulo com ações da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), como a destinação de uma área temática para debates nos congressos bianuais e o fomento de projetos de memória, reunidos nos livros *A Ciência Política no Brasil* (AVRITZER, MILANI e BRAGA, 2016) e *Mulheres, Poder e Ciência Política* (BIROLI et al, 2020)<sup>10</sup>.

Mas como os cientistas políticos têm observado seu próprio ofício? O estudo da disciplina pode enfocar diferentes aspectos, como a trajetória de intelectuais ou instituições, o conteúdo produzido, tanto em relação a temas pesquisados, como a métodos utilizados, dentre outras coisas. Vale pontuar, contudo, que nem sempre tais abordagens proporcionam perspectivas históricas ou mesmo procuram prover dados com recortes temporais mais extensos. Recentemente houve um acréscimo considerável de textos que utilizam técnicas de bibliometria para avaliar a evolução da ciência política brasileira (SOARES, 2005; SOARES, RIBEIRO DE SOUZA, WHATELY DE MOURA, 2010; LEITE, 2010, 2015, 2017; TAVARES e CAETANO DE OLIVEIRA, 2016; FERES JUNIOR, CAMPOS e

---

<sup>9</sup> Duas revistas que enunciavam entre seus objetivos promover a especialização da ciência política foram criadas antes de cursos de pós-graduação em suas respectivas universidades sede, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, publicada na UFMG a partir de 1956, e a *DADOS*, iniciada no antigo IUPERJ, hoje IESP-UERJ, em 1966.

<sup>10</sup> Os debates da área temática “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais” possuem registros no site da ABCP pelo menos desde 2012. Ver em <https://cienciapolitica.org.br/index.php/eventos/80-encontro-abcp/areas-tematicas/at-4/ensino-e-pesquisa-ciencia> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

ASSUMPÇÃO, 2016; LIMONGI, TAVARES DE ALMEIDA e FREITAS, 2016; MARENCO, 2016; AVRITZER, 2016; FIGUEIREDO e SANTOS, 2016; LYNCH, 2016; MATOS, 2016; MARQUES e SOUZA, 2016; SOARES DE LIMA e MILANI, 2016; SOARES, 2016; CAMPOS, FERES JUNIOR e GUARNIERI, 2017; NICOLAU e OLIVEIRA, 2017; BATISTA, DOMINGOS e VIEIRA, 2021)<sup>11</sup>. Os balanços conjunturais sobre a área declaram que ela alcançou um estágio exitoso de institucionalização no país, mas, em contrapartida, costumam indicar que um dos principais problemas do campo permanece sendo a baixa visibilidade internacional das produções locais (AMORIM NETO E SANTOS, 2015; MARENCO, 2014; MADEIRA E MARENCO, 2016; AVRITZER, 2016).

As taxas de citação, embora bastante contestáveis como mecanismo de definição de qualidade aos pesquisadores na academia, facilitam mensurar o que tem circulado mais nas produções de cada área<sup>12</sup>. Com auxílio do software *Harzing's Publish or Perish* para uma revisão bibliográfica sistemática da literatura, busquei as palavras-chave “história da ciência política brasileira” ou “ciência política brasileira”<sup>13</sup>. O resultado precisou ser refinado pois apareceram muitos textos que não eram propriamente de estudos sobre a disciplina. Após exclusão das referências a outros temas ou a contextos que não tratavam do país, assim como de alguns poucos livros, teses, dissertações e trabalhos de congresso, a listagem de artigos mais citados culminou na presença significativa de publicações de políticas públicas<sup>14</sup>. Balanços sobre esse tópico lideraram as citações e são de autoria de mulheres como Celina Souza (2003) e Marta Arretche (2003)<sup>15</sup>. Há também análises da trajetória de conceitos na ciência política e nas ciências sociais como um todo, com Ângela de Castro Gomes (1996), e debate sobre os problemas de formação metodológica na disciplina, com Gláucio Ary Dillon Soares (2005),

---

<sup>11</sup> Diversos dos textos citados são capítulos do livro *A Ciência Política no Brasil* (AVRITZER, MILANI e BRAGA, 2016), o que demonstra como a técnica se difundiu entre os cientistas políticos para discutir a disciplina.

<sup>12</sup> Entre as críticas ao uso das taxas de citação como critério de avaliação da produção científica podemos apontar a diferença entre subáreas de pesquisa, pois nem sempre um tema alcança o mesmo interesse de pesquisadores que outros. Há também o uso do inglês como língua preferencial e a produção de assimetrias entre centros e periferias (BEIGEL, 2013; 2018). Além disso, no que toca especificamente às questões de gênero, não são poucos os estudos que mostram disparidades que prejudicam as mulheres. Para a ciência política, ver: Maliniak, Powers e Walter (2013), Mitchell, Lange, e Brus (2013) e Dion, Sumner, e Mitchell (2018).

<sup>13</sup> A ferramenta é interessante para ser utilizada em revisões de literatura. Ver, por exemplo, Batista, Domingos e Vieira (2021).

<sup>14</sup> A opção pela seleção apenas de artigos ocorreu por eles estarem recebendo centralidade considerável nos debates e avaliações da ciência. Embora não ignoremos a importância de outros formatos de publicação, sobretudo dos livros, a proposta foi padronizar o perfil de análise. Acreditamos que os artigos fornecem um bom retrato sobre as características de certos debates na academia, ainda que não os esgote.

<sup>15</sup> Vale pontuar que a temática de políticas públicas tem caminhado para uma maior especialização, com o crescimento de programas de pós-graduação próprios. Ver o Documento de área de ciência política e relações internacionais da CAPES (FERNANDES, CODATO E MOREIRA, 2019).



além de uma série de discussões de subcampos específicos de pesquisa (RUBIM e AZEVEDO, 1998; GUIMARAES, 2001; ALONSO e COSTA, 2002; GUAZINA, 2007; MANCUSO, 2007; MEDEIROS, CRANTSCHANINOV e SILVA, 2013; LESSA, 2005; LYNCH, 2016). A Tabela 3 apresenta a seleção dos textos mais citados que desenvolveram perspectivas mais gerais sobre a história da ciência política nacional.

**Tabela 3:** Artigos mais citados sobre história da ciência política brasileira<sup>16</sup>

| Mais citados | Quantidade de citações | Título                                                                                                 | Autor                                          | Ano  | Revista                                |
|--------------|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|------|----------------------------------------|
| 1            | 128                    | A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais                          | Maria Cecília Forjaz                           | 1997 | Revista Brasileira de Ciências Sociais |
| 2            | 105                    | Política: história, ciência, cultura etc.                                                              | Ângela de Castro Gomes                         | 1996 | Estudos Históricos                     |
| 3            | 62                     | A gênese da ciência política brasileira                                                                | Fábio Cardoso Keinert e Dimitri Pinheiro Silva | 2010 | Tempo Social                           |
| 4            | 53                     | La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión                                              | Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos           | 2005 | Revista de Ciencia Política            |
| 5            | 39                     | Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar | João Feres Júnior                              | 2000 | Revista de Sociologia e Política       |

<sup>16</sup> A tabela reúne todas as referências a artigos de história da ciência política brasileira que receberam citações e constaram em busca realizada no *Harzing's Publish or Perish* pela última vez em 29 de dezembro de 2020.

|    |    |                                                                                                                                 |                                                            |      |                                                                         |
|----|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------|-------------------------------------------------------------------------|
| 6  | 33 | La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo                  | Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos                       | 2015 | Revista de Ciencia Política                                             |
| 7  | 29 | Departamento de Ciência Política                                                                                                | Célia Quirino                                              | 1994 | Estudos Avançados                                                       |
| 8  | 27 | El desarrollo de la ciencia política en Argentina, Brasil y México: construyendo una mirada comparada                           | Pablo Bulcourf, Enrique Gutiérrez Márquez e Nelson Cardozo | 2014 | Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales |
| 9  | 13 | ¿Hacia una hegemonía del 'modelo mainstream norteamericano'? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012)      | Cecilia Carpiuc                                            | 2014 | Revista Latino-Americana de Investigación Crítica                       |
| 10 | 9  | Tradições intelectuais na ciência política brasileira contemporânea                                                             | Fernando Leite                                             | 2017 | DADOS                                                                   |
| 11 | 9  | Entre a “velha” e a “nova” ciência política: continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista Dados (1966-1976) | Christian Edward Cyril Lynch                               | 2017 | DADOS                                                                   |
| 12 | 6  | Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, sociologia e ciência política                             | Lidiane Soares Rodrigues                                   | 2017 | Urbana                                                                  |

Fonte: elaboração da autora com base em dados do Google Scholar extraídos do software *Harzing's Publish or Perish*.

Entre os artigos campeões em citações há mais autores homens do que mulheres, mas essas últimas chegam a desfrutar de boa visibilidade, figurando inclusive entre as primeiras colocadas. De todo modo, os textos listados corroboram o diagnóstico de escassez de abordagens sobre as desigualdades de gênero na ciência política brasileira, bem como de sua incipiente circulação entre os pares. É possível, ademais, encontrar a prevalência do contexto do Sudeste. Pode-se argumentar que é natural cidades como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo terem adquirido mais atenção da comunidade acadêmica, visto que é nesses locais que surgiram os primeiros cursos de mestrado e doutorado, assim como continua a ser nessa região a concentração maior de programas de pós-graduação<sup>17</sup>. Por outro lado, a subárea de história da ciência política no Brasil ainda é muito pequena. É de se esperar que o crescimento de produções sobre a temática gere mais pluralidade nos debates. Os livros lançados pela ABCP nos últimos anos mostram algum progresso nesse sentido, a exemplo dos capítulos publicados por Helgio Trindade (2016) sobre o Rio Grande do Sul, David Fleischer (2016) sobre Brasília e Monique Menezes et. al. (2020) sobre as regiões Norte e Nordeste.

Os avanços em termos de preocupação com a diversidade também podem ser sentidos nos estudos mais recentes sobre a ciência política brasileira no que diz respeito às relações de gênero (MENDES e FIGUEIRA, 2019; CANDIDO, FERES JUNIOR e CAMPOS, 2019; BIROLI et. al, 2020). Todavia, as explicações para a demora de inserção desse tema na agenda de pesquisa dos cientistas é mais complexa, afinal, as mulheres são metade da população do país e estão relativamente bem distribuídas nas diferentes regiões nacionais. Uma hipótese aventada é que a composição da própria disciplina, majoritariamente dominada por homens em posições de poder, limitou a sensibilidade ao tema da sub-representação feminina (BIROLI, 2016). Outro fator importante é que o campo de estudos de gênero, de uma maneira geral, demorou a ganhar legitimidade na área (MATOS, 2016).

As análises de gênero na ciência política não devem, contudo, ser apenas uma subárea do conhecimento. As diferenças de gênero orientam as formas de socialização das pessoas e precisam ser incorporadas como uma perspectiva transversal na academia<sup>18</sup>. Mesmo que as propostas de algumas pesquisas não sejam propriamente discutir a questão, é necessário que se conteste a falta de certo estranhamento em retratar sociedades nas quais as mulheres “não existem” ou aparecem apenas como o “outro” dos homens<sup>19</sup>. Nessa tese são ressaltados,

---

<sup>17</sup> Ver: Fernandes, Codato e Moreira (2019).

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Biroli, Freidenberg e Gago (2019).

<sup>19</sup> A alteridade entre homens e mulheres é um dos temas clássicos da literatura feminista. Grosso modo, tal alteridade consiste em representar as mulheres como o “outro” dos homens, complementares, mas restritas ao âmbito privado (BEAUVOIR, 1967).

portanto, dois problemas distintos no tocante à variável gênero na literatura sobre a ciência política. De um lado, falhas analíticas em trabalhos supostamente neutros, mas que desconsideram os tipos de participação feminina nos espaços sociais, de outro, a baixa produtividade de estudos que enfrentam diretamente as desigualdades na disciplina.

### **1.1 Transversalizar a crítica feminista na ciência política**

Os próximos parágrafos discutem os textos mais citados de história da disciplina no Brasil e apontam críticas ou elogios ao material a partir da mobilização das questões de gênero. Esses artigos podem ser separados em pelo menos três grupos. Em primeiro lugar, o de autores que são passíveis de uma crítica feminista, seja por invisibilizarem as mulheres ou por não explicitarem as desigualdades como uma questão a ser enfrentada (QUIRINO, 1994; FORJAZ, 1997; BULCOURF, MÁRQUEZ e CARDOZO, 2014; AMORIM NETO e SANTOS, 2005, 2015; KEINERT e SILVA, 2010; RODRIGUES, 2017); em seguida, os que podem ser associados a certa paridade nas formas de tratamento (GOMES, 1996; LYNCH, 2017); e, por fim, os que são qualificados como neutros, ou seja, que se dirigem a recortes como a discussão de conteúdo disciplinar ou a análises transnacionais (FERES JUNIOR, 2000; CARPIUC, 2014; LEITE, 2017).

Maria Cecilia Forjaz (1997) alcançou o posto de autora com o artigo mais citado sobre a história da ciência política no país. No texto publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a cientista apresenta elementos internos e externos que teriam possibilitado a profissionalização de uma área sobre estudos políticos entre os brasileiros. No quesito de elementos internos aparece a criação de um sistema de pós-graduação implementado pela Reforma Universitária de 1968, bem como a formação de agências de fomento, como a CAPES - valorizada também em outros balanços sobre a ciência política (LEITE e CODATO, 2013; MARENCO, 2014, 2015) -, e de um sistema nacional de desenvolvimento científico. Entre os elementos externos, por sua vez, estariam os estímulos internacionais, que ocorreram por meio de investimentos que financiaram a construção dos primeiros cursos na UFMG e no antigo IUPERJ, a criação de espaços de pesquisa como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e a circulação de pesquisadores, que recebiam bolsas para formação em países estrangeiros, destacando-se a influência particular dos EUA e dos recursos da Fundação Ford.

Não são poucas as controvérsias possíveis de serem suscitadas com a leitura da narrativa que Forjaz (1997) constrói sobre a ciência política brasileira. No período inicial de institucionalização da disciplina, o país enfrentava uma ditadura militar que durou mais de duas

décadas (1964-1985). Mesmo que a autora não deixe de mencionar casos de perseguição e tortura, ela se refere ao momento do golpe com o termo, no mínimo problemático, “revolução”, e destaca o papel do estado na condução de uma modernização conservadora que garantiu desenvolvimento científico. Um dos elementos que mais sobressaem na análise, no entanto, é a escolha de instituições e atores, bem como o evidente posicionamento de Forjaz sobre eles.

Assim como outros textos que revisitaremos sobre a história da ciência política no Brasil, Forjaz (1997) enfoca os conflitos intelectuais na formação da disciplina e seleciona o antigo IUPERJ e a UFMG como espaços privilegiados de observação, salientando as trajetórias de lideranças como Wanderley Guilherme dos Santos (WGS) e Fábio Wanderley Reis (FWR). Segundo ela, um dos empecilhos ao desenvolvimento da área no país consistiu na politização excessiva do debate, que derivava da herança do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no Rio de Janeiro, e de suas ressonâncias em Minas Gerais, cidade que era simultaneamente afetada por uma tradição de intervenção na política institucional. Essas características são qualificadas como negativas pela autora, que tece elogios à Bolívar Lamounier por escapar de tal postura de militância. Trabalhos de José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Carvalho recebem a mesma variante de bons comentários. Na postura de Forjaz sobre o que representa o melhor ou mesmo o pior da ciência política brasileira há pouco ou nenhum espaço para as mulheres. O gênero feminino aparece rapidamente citado sem nenhuma descrição de seus trabalhos ou contribuições, como é o caso de Eli Diniz, ou em meio à reprodução de uma crítica dos mineiros, feita por FWR, à Maria do Carmo Campello de Souza, WGS e Olavo Brasil de Lima Júnior.

Os textos “A gênese da ciência política brasileira” e “Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, sociologia e ciência política” se somam ao de Forjaz (1997) no quesito da falta de atenção às mulheres. Ambos também se concentram nos conflitos do Sudeste. No artigo de Fábio Cardoso Keinert e Dimitri Pinheiro da Silva (2010) o objetivo foi discutir o processo de autonomização da ciência política no país a partir dos grupos geracionais que a fundaram. Nessa ideia de “grupo”, não obstante, os autores inseriram ao longo do trabalho somente agentes homens. A contenda entre WGS e Florestan Fernandes recebeu centralidade, mas Lamounier e outros cientistas do mesmo gênero foram alvo de algum grau de reconhecimento. O mais curioso na presença dessa lacuna é que Pinheiro da Silva possui uma dissertação sobre a trajetória de Paula Beiguelman e um artigo no qual aborda desafios específicos às mulheres nas ciências sociais (PINHEIRO DA SILVA, 2008, 2016). Não se trata, portanto, de faltar contato ou discernimento sobre as relações desiguais de gênero.

A produção de Lidiane Rodrigues (2017), por seu turno, estabelece uma retomada interessante das trajetórias de Fernandes e WGS, mobilizando-as como fundamento para contextualizar e explicar os modelos de narrativa que esses autores propuseram na redação de histórias das ciências sociais. O primeiro centrado em uma periodização que divide momentos pré-científicos e científicos em função da criação de instituições. E o segundo baseado na contestação a separações rígidas e à desqualificação de tradições intelectuais precedentes à institucionalização das ciências sociais no país. Para esse último, a ênfase importante a ser dada nas análises das respectivas disciplinas estaria na continuidade de um pensamento nacional orientado a enfrentar os problemas sociais e políticos dos brasileiros.

Na contribuição de Rodrigues é possível constatar uma das representações concedidas às mulheres como o “outro” dos homens. Entre os diversos atores mencionados nas relações que WGS e Fernandes estabeleciam à época, a única mulher citada é a esposa do sociólogo paulista, Myriam Rodrigues. A referência é, ainda, apenas ao casamento dos dois, ou seja, a uma questão do âmbito privado. O artigo chega a abordar os trabalhos de Spirandelli (2011) e Silva (2008) em uma linha que fala do patriarcalismo no regime de cátedras da USP, mas não se aprofunda mais em problemas de gênero. O que, de fato, é mais relevante no texto de Rodrigues para os fins de análise dessa tese, que o associa aos trabalhos de Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010), é a naturalização da ausência feminina em interações intelectuais coletivas.

Em “Departamento de Ciência Política”, Célia Quirino (1994) avalia a trajetória da especialização dos estudos políticos na USP. Há uma distinção fundamental no texto de Quirino em relação aos discutidos acima: a autora descreve a dinâmica de apenas um espaço institucional. Para isso, ela estabelece uma cronologia da criação de cadeiras, cátedras e departamentos, e um registro de memória dos cursos e autores ensinados em política. O único nome feminino a aparecer no ensaio é o de Paula Beiguelman. Isto é, de certa maneira, justificável, visto que a pesquisa trata de atribuições profissionais específicas no período de surgimento da ciência política na universidade paulista. Beiguelman foi a única mulher a desfrutar de uma função de poder nesse momento, mas não recebeu comentários diferenciados por isso. Outro elemento a se chamar a atenção é a dimensão da formação de alunos/as. O artigo traz evidências históricas de que as principais referências estudadas nas aulas lecionadas eram basicamente do gênero masculino. Mais do que endereçar uma cobrança à autora por não indicar a sub-representação de mulheres, destacar esses aspectos pretende tomar o texto como uma espécie de evidência empírica que, mais uma vez, demonstra a naturalização das desigualdades partilhada entre os acadêmicos.

Pablo Bulcournf, Enrique Márquez e Nelson Cardozo (2014), por sua vez, partem de um recorte mais extenso de pesquisa e estabelecem paralelos entre países com base na história da ciência política. Em “El desarrollo de la ciencia política en Argentina, Brasil y México: construyendo una mirada comparada”, o grupo de autores postula cinco níveis de análise para apreender a evolução desse campo científico nos países latino-americanos em que ele se encontra mais consolidado: os sujeitos, as instituições, a produção acadêmica e os seus meios de comunicação, e as associações e redes. O intuito de estabelecer um estudo comparado no espaço de um artigo logicamente restringe as condições de aprofundamento em detalhes e são elencadas uma série de informações sobre cada lugar, que não enunciam previamente seus critérios de seletividade. Se homens e mulheres são citados no decorrer do artigo, há casos em que o gênero feminino não consta e nos quais tal ausência não é explicada, como no de “principais obras”. Para o Brasil são mencionados livros de Olavo Brasil de Lima Júnior, Bolívar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso, Gláucio Soares, Wanderley Guilherme dos Santos, Renato Boschi e Luiz Bresser Pereira (BULCOURNF, MARQUEZ e CARDOZO, 2014: p.177). Tratada de modo individual, essa evidência não necessariamente teria importância. Porém, ela faz parte de um cenário mais geral de não atribuição de crédito às mulheres. O tema dos partidos políticos, que foi endereçado em algumas das publicações sugeridas, teve participação feminina considerável no país, inclusive com lançamentos anteriores aos dos homens referenciados, como *Estado e partidos políticos no Brasil*, de 1976, escrito por Maria do Carmo Campello de Souza.

Com maior ênfase na atualidade e assumindo o desafio de prover um balanço sobre a ciência política no Brasil para um meio estrangeiro, Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos foram encarregados da redação de dois panoramas da área em dossiês da *Revista de Ciencia Política*, editada pelo Instituto de Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Chile. As edições, lançadas em 2005 e 2015, buscaram difundir análises sobre a situação da disciplina na América Latina, com enfoques majoritariamente nacionais e algumas exceções que se voltaram ao aspecto regional (ALTMAN, 2005; BULCOURNF, MARQUEZ e CARDOZO, 2015).

Os textos sobre o Brasil fornecem excelentes apanhados dos êxitos e empecilhos vivenciados pela comunidade acadêmica, mas fica de fora novamente a apreciação sobre as desigualdades de gênero. Em “La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión”, Amorim Neto e Santos (2005) postulavam a necessidade de (1) expandir a quantidade de pós-graduações a nível nacional, (2) melhorar o ensino de estatística, (3) criar maior diálogo e solidariedade entre os pares, (4) aprimorar as graduações em ciências sociais e (5) fomentar o

estudo da política comparada, tornando nossa ciência menos paroquial. Já no ano de 2015, em “La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo”, os autores declaravam alguns avanços e os impasses contemporâneos a serem superados apareceram por conta da (1) continuidade de uma baixa visibilidade da produção nacional nos países estrangeiros, (2) diminuta especialização em métodos qualitativos e (3) insegurança sobre o futuro em função da conjuntura política de cortes de gastos em ciência.

Embora todos os pontos ressaltados por Amorim Neto e Santos (2005, 2015) sejam válidos, eles também refletem um descuido que é mais generalizado da ciência política quanto a encarar os problemas de gênero (FREIDENGERG, 2018). Mesmo sendo uma das áreas mais desiguais das ciências sociais no Brasil, quando comparada à sociologia e à antropologia (CANDIDO, CAMPOS e FERES JUNIOR, 2019; FERES JUNIOR, 2020), a disciplina segue seu cotidiano com relativa normalidade como um espaço predominantemente masculino e branco. Isto é identificável tanto na forma como os cientistas afirmam seu passado, não se incomodando com as referências apenas a homens, quanto no modo como analisam o presente, sem encontrar defeitos em espaços de trabalho isentos de diversidade.

Tornar a crítica feminista transversal à ciência política ajuda a identificar ausências nas análises sobre os espaços coletivos e as relações sociais, mas também fornece um novo tipo de embasamento para elogios às pesquisas produzidas, mesmo quando elas não possuem as questões de gênero como objeto. Nos artigos “Política: história, ciência, cultura etc.” e “Entre a “velha” e a “nova” ciência política: continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista Dados (1966-1976)”, há uma abrangência considerável no tratamento de referências e autores, sem que se reproduza esquecimento das contribuições de mulheres. O primeiro texto, de autoria de Ângela de Castro Gomes (1996), retoma a formação do campo de estudos sobre política principalmente a partir das suas fronteiras com a história, e destaca, além de trabalhos de homens, uma série de publicações importantes de mulheres, com notoriedade, por exemplo, ao aporte que o grupo deu à literatura sobre partidos políticos.

Já o segundo, redigido por Christian Lynch para uma edição especial dos cinquenta anos de *DADOS*, empreende uma análise qualitativa dos debates divulgados nos anos iniciais de funcionamento da revista, que marcaram uma transição conciliada entre uma “velha” ciência política, “ensaísta e nacionalista”, e uma “nova”, empiricamente orientada e oriunda de influências dos EUA (LYNCH, 2017: p.664). A revisão dos textos feita pelo autor não deixa de mencionar os artigos de mulheres e também faz uma contextualização da instituição que criou a publicação, o antigo IUPERJ, referenciando o quadro de docentes, estudantes e pesquisadores de ambos os gêneros. Diferentemente das produções que citamos anteriormente,



é perceptível, pela leitura do estudo, a presença feminina neste momento incipiente da disciplina, o que fornece um retrato histórico mais realista do que aqueles que propõem caracterizar grupos e gerações sem atentar para outros atores além dos homens.

Os três estudos restantes que estão entre os mais citados sobre a história da ciência política no Brasil podem ser associados a um caráter mais neutro em relação a uma proposta de crítica feminista. O cientista político Fernando Leite (2017), em “Tradições intelectuais na ciência política brasileira contemporânea”, seleciona artigos dos periódicos mais prestigiados na disciplina e procura contribuir aos debates da área com uma análise sistemática de seu campo de pesquisas. Cecilia Carpiuc (2014), em “¿Hacia una hegemonía del 'modelo mainstream norteamericano'? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012)”, por outro lado, explora, também a partir de revistas acadêmicas, a *americanização*<sup>20</sup> da área em países como o Brasil, o México e a Argentina.

Por fim, em “Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar”, Feres Júnior (2010) revisita as principais referências que narram a trajetória da disciplina nos EUA e critica as versões dominantes que universalizam o desenvolvimento da área como algo associado à vocação democrática. Para o autor, o insulamento da teoria política de outras subáreas com enfoques em pesquisas empíricas entre os estadunidenses funcionou como uma barreira para que perspectivas mais contestatórias, que relacionam a formação da disciplina com o conservadorismo, por exemplo, pudessem emergir. A alta especialização acadêmica naquele país e o discurso de veracidade científica aparecem no texto como características que devem ser problematizadas pelos brasileiros. Isto permitiria que estes últimos valorizassem a falta de especialização da academia nacional, no sentido do desfrute de uma maior interdisciplinaridade, como uma fonte em potencial para o enriquecimento de posições críticas mais abrangentes sobre as realidades sociais e políticas, não reproduzindo as limitações às quais os norte-americanos estão sujeitos.

Os artigos de história ou conjuntura da ciência política brasileira importam pois são eles que comunicam às distintas gerações de pesquisadores a memória da área, suas figuras e obras mais relevantes, assim como as agendas de melhorias que os cientistas devem endereçar para o futuro. Geralmente tais tipos de trabalho proliferam-se quando as disciplinas acadêmicas já têm um grau desenvolvido de institucionalização, que permite a uma comunidade bem estruturada começar a refletir sobre o conteúdo de suas atividades e práticas de organização. Na próxima

---

<sup>20</sup> Embora o continente americano seja muito maior do que apenas os Estados Unidos, o termo “americanização” costuma ser utilizado para falar da influência do país na ciência política de outros países da região.

seção, o texto explicita uma comparação da formação desta agenda de pesquisa, com recorte de gênero, em distintos contextos nacionais.

## **1.2 O Brasil e o debate internacional sobre desigualdades de gênero na ciência política**

A primeira parte deste capítulo buscou elaborar uma crítica feminista ao campo de pesquisa sobre a história da ciência política brasileira e mostrou que esta subárea ainda é pequena e possui poucas contribuições acerca das desigualdades internas à disciplina. Esta condição não é generalizável a todo canto do mundo e existem países, como os EUA, que acumulam textos sobre o assunto. Por que, então, o Brasil diverge neste quesito? Na presente etapa do trabalho, traçamos paralelos entre a realidade nacional e casos estrangeiros para contextualizar a emergência do debate em diferentes localidades.

A ciência política, como um campo de profissionalização, surgiu nos EUA entre o final do século XIX e o começo do XX<sup>21</sup>. Há um distanciamento temporal desta experiência em relação a outras, como a do Brasil, que iniciou seu processo de institucionalização apenas na segunda metade dos anos 1950, sob forte influência de recursos e referências dos estadunidenses. Se a noção de “institucionalização” carrega uma porção de parâmetros que cada realidade deve seguir tendo como modelo o sistema de ensino e pesquisa dos norte-americanos, detentor de uma história mais longa, é comum que os casos que os procederam sejam vistos como “atrasados”. No que diz respeito a temáticas de investigação, o mesmo tipo de raciocínio pode emergir. Baquero, Noguera e Julián (2019) alertam que a ideia de “desenvolvimento situado” é uma proposta menos provinciana de entender as diferenças entre os países em suas trajetórias de construção de disciplinas acadêmicas. Uma das formas de identificar a relevância do que os autores postulam é comparar a ascensão de agendas de pesquisas em distintos contextos nacionais.

A implementação de perspectivas de gênero para avaliar a ciência política é rara na América Latina. Alguns estudos se concentram em investigar a evolução do tema como um constructo analítico de pesquisa, que orienta abordagens sobre diferentes assuntos de política na Argentina (PERRI, 2015; MARTIN, 2019) e no México (TORRES, ARANZA e VIESCA, 2020). Neste último país, ademais, existe uma produção que mapeia a presença feminina em cursos de licenciatura (IBARGUENGOYTIA, 2014). Sobre o Uruguai, há um trabalho que

---

<sup>21</sup> Almond (1966) considera que a institucionalização da ciência política estadunidense começou com a criação da American Political Science Association (APSA) em 1906. No entanto, antes disso já haviam cursos de pós-graduação.

compara as tendências de internacionalização dos acadêmicos por gênero, se baseando também em estatísticas do Brasil (CARPIUC e MADEIRA, 2019). No Chile, o texto de María de los Ángeles Fernández (2006), ex-presidenta da Asociación Chilena de Ciencia Política (ACCP), é um esforço pioneiro e mais abrangente, que fornece dados sobre a comunidade de cientistas chilenos e contextualiza historicamente a atenção à participação de mulheres na política. Outra contribuição com enfoque mais amplo é a de Cecilia Carpiuc (2016) contrastando informações quantitativas sobre diversas realidades latino-americanas.

Em meio a esses exemplos, é importante destacar a atuação das associações profissionais, que nos últimos anos têm tentado promover a ascensão do debate sobre desigualdades em espaços formais de cada comunidade acadêmica. Na América Latina, assumem protagonismo ações na Argentina e no Brasil. No âmbito da SAAP foi elaborado em 2018 um questionário a ser distribuído no congresso de área de 2019. A iniciativa endereçava constatar percepções sobre violência de gênero e aspectos da carreira<sup>22</sup>. A SAAP é presidida desde 2014 por Martín D'Alessandro, que liderou a implementação destes estudos e costuma publicar balanços sobre a ciência política no país (BULCOURF e D'ALESSANDRO, 2002; D'ALESSANDRO, MEDINA e LEIRAS, 2015). Quando indagado em entrevista se o avanço da agenda de pesquisas de gênero e desigualdades estava relacionado à incorporação de mulheres na disciplina, D'Alessandro (2018) afirmou que:

(...)Não precisa necessariamente haver mulheres para que essa mudança aconteça. Se houver mulheres, ótimo. Mas não acho que seja essa a variável dependente. Porque se não pareceria que todos os homens, por exemplo, na Ciência Política, foram conservadores em relação à desigualdade de gênero. E não é assim! (tradução da autora)<sup>23</sup>.

A posição declarada do cientista político é condizente com as práticas que ajudou a materializar em sua gestão na SAAP, mas nem sempre é comprovada em todos os lugares. É claro que em ambientes dominados por homens, somente a alianças entre eles e as minorias podem propiciar que certas demandas apareçam e se consolidem, entretanto, em geral, as pautas de paridade ou as críticas de gênero à ciência política emergiram historicamente de grupos de mulheres. Não é de se menosprezar que na Argentina o movimento feminista tem presença

---

<sup>22</sup>Consultar os resultados em: SAAP. Primera Encuesta sobre Violencia y Género en la Ciencia Política Argentina. Disponível em: <https://saap.org.ar/novedades-45-primerencuestasobreviolenciaygeneroenlacienciapoliticaargentina.html> Acesso em 10 de dezembro de 2020.

<sup>23</sup> Trecho original: No necesariamente tiene que haber mujeres, para que ese cambio se produzcan. Si hay mujeres, fantástico. Pero no creo que sea esa la variable dependiente. Porque si no pareciera que todos los varones, por ejemplo, en la Ciencia Política, fueron conservadores respecto de la desigualdad de género. ¡y no es así!

significativa nos espaços de formação em ensino superior, no debate público e nas posições de poder dos cursos ofertados na disciplina em algumas das principais universidades do país, como na UBA, que tem Elsa Llenderrozas como diretora, e na UNSAM, com coordenação de Maria Ollier. Em ambas as instituições, foram constituídos projetos que buscaram enfrentar também as discriminações de gênero e os assédios. No caso da UBA isso se concretizou com a criação, em 2018, de uma *Subsecretaría de Políticas de Género*, conduzida por Carolina Spataro e sediada no mesmo campus que hospeda as aulas de ciência política. Na Imagem 1 é possível ver cartazes da campanha realizada neste mesmo ano contra as violências de gênero. Na Imagem 2 também está disponível o material de divulgação do evento “(de)generando la Ciencia Política: Seminario Anual de Estudios de Género y Feminismo”, organizado pelas estudantes com amplo apoio de Llenderrozas.

**Imagem 1:** Cartazes de uma campanha contra a violência de gênero na UBA, realizada em 2018



Fonte: acervo pessoal.

**Imagem 2:** Panfletos da campanha contra a violência de gênero na UBA e do seminário (de)Generando la Ciencia Política de 2018



Fonte: acervo pessoal.

Quando questionada se o clima das universidades argentinas mudou com a chegada de mulheres a posições de liderança e se elas fazem diferença para certas reivindicações progredirem, Llenderrozas (2018) respondeu:

Acho que sim. Obviamente, uma coisa empurra a outra. E, sobretudo, porque chegamos com o compromisso de abrir mais portas, de solucionar iniquidades, no que pudermos, não. Enfim, na universidade, por exemplo, a questão salarial é justa, digamos, né. Mas, sim, você pode notar a diferença, que a maioria dos estudantes são mulheres. A maioria dos professores assistentes são mulheres. Mas à medida que vai subindo a escala, a escala de docentes, professores, sabe que os homens ocupam cada vez mais lugares. Então é isso que a gente quer fazer... Isso é feito com concursos, concursos docentes, que promovam mais mulheres. Que mais mulheres sejam convidadas a participar. E, claro, há algo que ainda não alcançamos, que é o reitor da universidade. Quase 200 anos e nunca tivemos uma reitora. Não... Então, isso é algo (tradução da autora)<sup>24</sup>.

No caso da UNSAM, a *Dirección de Género y Diversidad Sexual*, também fundada em 2018, teve como um dos seus primeiros desafios o contexto de um julgamento contra um professor por acusação coletiva de assédio. A cientista política Maria Ollier foi uma das

---

<sup>24</sup> Trecho original: Creo que sí. Que obviamente una cosa empuja a la otra. Y sobre todo, porque llegamos con el compromiso de abrir más puertas, de resolver inequidades, en lo que podamos, no. De todas maneras, en la universidad, por ejemplo, el tema salarial, es equitativo, digamos, no. Pero sí, se nota la diferencia, que la mayoría de los estudiantes son mujeres. La mayoría de los auxiliares docentes, son mujeres. Pero a la medida que va subiendo en la escala, la escala de docente, profesores, sabe que cada vez, ocupa más lugar los hombres. Entonces, eso queremos ir... eso se hace con concursos, concursos docentes, que promuevan más las mujeres. Que se inviten más mujeres a participar. Y por supuesto, hay algo que todavía no hemos llegado, que es el rector de la universidad. Cuasi 200 años y no hemos tenido nunca, una rectora mujer. No... así que, así que eso es algo.

integrantes do comitê, que mantem detalhes do processo sob sigilo, embora o desfecho de afastamento do acusado seja público. Em entrevista, assim como Llenderozas (2018), Ollier (2018) destacou a importância de mulheres integrarem funções de poder para que determinados problemas de relações de gênero na academia pudessem aparecer e receber um tratamento de cuidado e atenção com as partes envolvidas. A Imagem 3 apresenta uma das manifestações estudantis que ocorreram no campus durante o conflito.

**Imagem 3:** Manifestação estudantil no campus da UNSAM em 2018



**Fonte:** acervo pessoal.

A ênfase nas qualidades da participação feminina não significa equiparar as mulheres a uma essência atrelada ao sexo biológico, mas sim a fatores sociais e experiências compartilhadas. Como mostra o relatório divulgado pela SAAP sobre violência de gênero (SAAP, 2019), o grupo feminino é o que mais relata sofrer assédio e ter dificuldade de dar continuidade a aspectos da carreira em função dos traumas vividos. Se a inclusão de mulheres em certos espaços não assegura que elas sejam solidárias no enfrentamento de tais questões –

ou mesmo que não tendam a reproduzi-las -, ao menos na avaliação da ciência política como uma disciplina são marcantes as transformações no debate público. Na Argentina é possível apontar uma conjuntura que alinhou o movimento estudantil e feminista, os departamentos de ciência política e as universidades ao momento de entrada e formalização do debate das violências de gênero como objeto de análise da SAAP<sup>25</sup>.

Nesse país, o papel da associação em trazer a perspectiva de gênero para examinar as interações na ciência política se concentrou em problemas que obtêm visibilidade na contemporaneidade e envolvem diferentes modalidades de hostilidade – desde os assédios até divergências salariais e de reconhecimento, que minam a possibilidade de criação de uma autoimagem positiva (HONNETH, 1992). Antes do desenvolvimento do questionário e do lançamento do relatório resultante, a revista da SAAP publicou uma nota de Augustín Vallejo (2017) que, dentre outras coisas, indicava uma presença significativa de mulheres no congresso nacional da área e, por outro lado, a falta de créditos concedidos ao grupo feminino como profissionais bem-sucedidas. A Imagem 4 mostra as respostas dadas por participantes da então edição do evento quando perguntados sobre os principais cientistas políticos argentinos.

---

<sup>25</sup> As duas universidades citadas no exemplo ficam em Buenos Aires, assim como a sede da SAAP. A Argentina é mais do que apenas esta cidade, entretanto, é nesta localidade que se concentra a maior parte dos estudantes de ciência política. Por outro lado, o debate de gênero também começou a aparecer em departamentos de ciência política em outras regiões do país. Ver, por exemplo, o caso da Universidade Nacional do Rosário, onde a Faculdade de Ciência Política foi a primeira a aprovar o protocolo sobre transversalizar a perspectiva de gênero nos cursos oferecidos: [https://docs.google.com/document/d/1KWwoTT0tC1kXrvOHp6pJ8zcgjd\\_17sFDBnzoIr6wP58/edit](https://docs.google.com/document/d/1KWwoTT0tC1kXrvOHp6pJ8zcgjd_17sFDBnzoIr6wP58/edit) Acesso em 10 de janeiro de 2020.



**Imagem 4:** Tabela com resultados de perfis mais reconhecidos na ciência política argentina

**Tabla 5**  
*¿Cuáles son, a su criterio, los 3 politólogos/as argentinos/as más destacados/as?*

|     | Político            | Menciones | %     |
|-----|---------------------|-----------|-------|
| 1.  | Guillermo O'Donnell | 330       | 20,68 |
| 2.  | Andrés Malamud      | 100       | 6,27  |
| 3.  | Juan Abal Medina    | 94        | 5,89  |
| 4.  | Ernesto Laclau      | 70        | 4,39  |
| 5.  | Atilio Borón        | 67        | 4,2   |
| 6.  | Ernesto Calvo       | 64        | 4,01  |
| 7.  | Oscar Osztak        | 55        | 3,45  |
| 8.  | Aníbal Pérez Liñán  | 40        | 2,51  |
| 9.  | Carlos Acuña        | 31        | 1,94  |
| 10. | Natalio Botana      | 25        | 1,57  |
| 10. | Ana María Mustapic  | 25        | 1,57  |

Fonte: Vallejo, 2017.

A única mulher a ser lembrada é Ana María Mustapic. O artigo de Vallejo (2017: p.395), em contrapartida, lista vários nomes femininos e afirma que “essa falta de reconhecimento do trabalho das cientistas políticas não se deve à ausência das mulheres na disciplina, tampouco à sua baixa produtividade”<sup>26</sup>. O fator do desfrute desigual de prestígio aparece por alto nos meios difundidos pela SAAP, seja na publicação de Vallejo na revista oficial da associação ou no desenho do questionário difundido no congresso da área. Mas a atenção à participação feminina ainda não foi oficialmente incorporada em um debate mais amplo sobre a trajetória da disciplina. Esta é a principal distinção da emergência da perspectiva de gênero para avaliar a ciência política como um campo profissional na Argentina e no Brasil.

No caso brasileiro, as questões de memória orientaram as primeiras iniciativas empreendidas pela ABCP. Seguindo a mesma linha do projeto que originou o livro *A Ciência Política no Brasil*, organizado por Avritzer, Milani e Braga (2016) em gestão anterior, a presidência de Flávia Biroli, com mandato entre 2018-2020, enfocou a história da ciência política brasileira a partir de um recorte de gênero, fomentando a pesquisa “Mulheres na Ciência Política”<sup>27</sup>. As publicações oriundas desta ênfase foram duas: o livro *Mulheres, Poder e Ciência*

<sup>26</sup> Trecho original: Esta falta de reconocimiento al trabajo de las politólogas no se debe a la ausencia de mujeres en la disciplina ni tampoco a su baja productividad. Politólogas argentinas las hay y muy buenas.

<sup>27</sup> O projeto “Ciência Política no Brasil: História, Conceitos e Métodos”, que originou o livro, começou em 2013 com apoio da Fundação Ford.



*Política*, lançado em 2020, e uma série de entrevistas divulgadas no site da organização, que contaram com a colaboração de diversos acadêmicos do país<sup>28</sup>. Mesmo que não seja necessariamente um elemento causal generalizável, a liderança de uma mulher com trajetória acadêmica e produção bibliográfica vinculada ao feminismo registrou o maior conjunto de iniciativas direcionadas a promover a diversificação da disciplina, tanto no que toca à construção de conhecimento sobre o passado, quanto à possibilidade de articulações para melhorias futuras. A apresentação destas ações declarava que a ABCP assumia então um “...compromisso público de diagnosticar, analisar e construir alternativas para a superação de injustiças e violências de gênero nas relações de poder, dentro e fora do mundo acadêmico” (BIROLI, GUARNIERI e TATAGIBA, 2020: p.11).

Entre os capítulos da primeira obra, *A Ciência Política no Brasil*, a questão de gênero apareceu apenas no texto de Marlise Matos (2016) sobre a institucionalização deste tema como uma subárea de pesquisa na disciplina. A autora salientou a inserção tardia destas discussões entre os cientistas políticos nacionalmente e fez um balanço dos artigos, teses e dissertações publicadas, demonstrando que mulheres predominavam entre as pesquisadoras do assunto. Esta dominação do gênero feminino, contudo, não se transpõe para a ocupação de posições de poder. Como um paralelo aos achados de Matos, vale pontuar que uma investigação das produções nas revistas de maior classificação na ciência política brasileira demonstrou que os homens lideram a redação dos artigos em quase todos os tópicos estudados no país, inclusive o de gênero e feminismo (CANDIDO, CAMPOS E FERES JÚNIOR, 2021).

Já no livro *Mulheres, Poder e Ciência Política*, organizado por Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Carla Almeida, Cristina Buarque de Holanda e Vanessa Elias de Oliveira (2020), gênero figurou como uma categoria analítica central para entender variados temas da política. A publicação foi dividida em duas partes. Na primeira, após um capítulo mais geral de Flávia Biroli, intitulado “Ciência, Política e Gênero”, os demais versaram sobre a divisão sexual do trabalho (ARAÚJO, 2020), as relações de poder nos partidos (SACCHET, 2020), a violência política (MATOS, 2020) e os protestos feministas e as eleições (MUSSI e ZANINI, 2020), finalizando com um panorama sobre desigualdades de raça e gênero nas ciências sociais (FERES JUNIOR, 2020).

Na segunda seção, por sua vez, foram desenvolvidos estudos que trataram diretamente da análise da formação da ciência política. Flavia Freidenberg fez um apanhado de como a área

---

<sup>28</sup> Para consultar as entrevistas e ler mais sobre o projeto, ver: <https://cienciapolitica.org.br/projetos/projeto-mulheres-ciencia-politica> Acesso em 7 de setembro de 2020.

mantém divisões internas de gênero e tem sido conservadora em incorporar perspectivas feministas na América Latina. Outros três capítulos, de Carla Almeida e Cristina Buarque de Holanda; de Celi Pinto e Augusta da Silva de Oliveira; e, de minha autoria; recontaram a história da disciplina com um olhar especial à participação de fundadoras mulheres. Por outro lado, Monique Menezes et. al. acrescentaram à literatura tratando de trajetórias femininas do Norte e do Nordeste. Além de contribuírem para atenuar as lacunas de gênero e região geográfica das abordagens tradicionais, estas autoras também evidenciaram dados sobre a questão racial. Para terminar, o trabalho de Danusa Marques e Layla Carvalho ofereceu um retrato da inserção de pesquisadoras nas revistas acadêmicas e nas apresentações dos congressos de área nos anos 2000.

A edição de livros que almejam consolidar uma memória oficial da ciência política brasileira representa um estímulo consistente ao estudo da história disciplinar e de suas interações com as relações de gênero, mas logicamente não é o único movimento que colabora para incitar debate na comunidade acadêmica. A Área Temática (AT) criada há alguns anos nos congressos bianuais da ABCP, nomeada “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais”, é a única do evento a permitir que seus proponentes de trabalho enviem submissões também a outras ATs<sup>29</sup>. Esta medida constituiu um atrativo para que pesquisadores produzissem sobre o assunto sem necessariamente se desviar de suas demais agendas de pesquisa.

Não obstante, isso não garantiu que perspectivas feministas fossem implementadas nas análises. A gestão de 2018-2020 da associação foi a que mais definiu regras com impacto direto nas desigualdades de gênero, seja na composição das esferas de interlocução intelectual ou no conteúdo de publicações. Além das obras lançadas, são exemplos disso a exigência de paridade de gênero nas composições de mesas nos congressos de área, a organização de um Comitê de Gênero, Raça e Diversidade Sexual, o surgimento de uma nova AT, que engloba Raça, Etnicidade e Política, bem como a criação de prêmios direcionados a incentivar estudos em gênero e política (Prêmio ABCP ONU Mulheres) e raça (Prêmio Lélia Gonzalez)<sup>30</sup>. Duramente a pandemia, ademais, a ABCP realizou um survey para estimar o impacto da Covid-19 nas rotinas profissionais das ciências sociais. O objetivo foi verificar os percalços vividos em meio

---

<sup>29</sup> Para consultar uma listagem com todas as áreas temáticas, ver:

<https://cienciapolitica.org.br/institucional/areas-tematicas>

<sup>30</sup> Ver especialmente a listagem de iniciativas apresentada no terceiro ponto do Relatório Gestão ABCP 2018-2020. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/institucional/diretoria> Acesso em 2 de janeiro de 2021.

a um período de crise e quais possíveis desafios poderiam surgir aos acadêmicos, sobretudo no que diz respeito às assimetrias entre os grupos sociais<sup>31</sup>.

A Argentina e o Brasil partilham não só de protagonismo entre os países latino-americanos a terem associações promovendo a expansão dos estudos sobre desigualdades internas à ciência política, como também do mesmo período temporal em que esta mudança começou a ocorrer, com os pontos de partida para as primeiras publicações especializadas em 2018. Trata-se, portanto, de um movimento recente e que destoa do contexto dos EUA, tido como “berço da disciplina”. Se na América Latina a agenda de estudos de gênero chegou nos anos 1990 e rendeu frutos à análise específica das relações de trabalho da ciência política apenas na segunda década dos anos 2000, entre as acadêmicas estadunidenses esta perspectiva sobre a área acompanhou o próprio crescimento do campo de pesquisa e as ações dos movimentos feministas da segunda onda, no final dos anos 1960 e início dos 1970.

Dois marcos principais para os EUA foram o surgimento da Women's Caucus for Political Science (WCPS), organização da sociedade civil, e do Committee on the Status of Women in the Profession (CSWP), da APSA, em 1969<sup>32</sup>. Ambos os grupos deram centralidade à produção de dados sobre assimetrias de gênero e se mobilizaram para demandar maior visibilidade e inserção de mulheres na ciência política, com especial atenção aos cargos de liderança e às melhores posições de carreira, cujo acesso à parcela feminina chegava a ser inexistente<sup>33</sup>. A primeira presidenta da APSA, por exemplo, chegou à função somente em 1989, quase nove décadas depois da criação da associação. Nos dias atuais, as mulheres constituem cerca de 10% dos que assumiram tal atividade<sup>34</sup>. Enquanto neste segmento a representatividade persiste desigual, muita coisa mudou na diversificação das relações entre os cientistas no país. Pesquisas mostram três estágios de inserção feminina na carreira. No período fundacional, antes dos anos 1960, os homens eram quase a totalidade dos acadêmicos, com poucas exceções. A primeira mulher doutora em ciência política era branca e adquiriu a titulação na Universidade

---

<sup>31</sup> O Capítulo IV discute em detalhe resultados desse survey para a ciência política. A divulgação do questionário recebeu, a partir de articulação de Flávia Biroli, o apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

<sup>32</sup> As páginas dos grupos podem ser consultadas em: WCPS (<https://womenscaucusforpoliticalscience.org/>) e CSWP (<https://web.apsanet.org/cswp/>) Acesso em 5 de setembro de 2020.

<sup>33</sup> O amplo espaço dado em revistas acadêmicas para o debate sobre a disciplina é elemento fundamental para pensar o desenvolvimento deste campo de pesquisa na ciência política estadunidense. Diversos textos com balanços sobre a área são divulgados, por exemplo, na PS: Political Science & Politics. Além disso, tais grupos começaram a lançar relatórios oficiais sobre diversidade a partir dos anos 1990 (SHAMES, 2010).

<sup>34</sup> Em um histórico de 115 presidentes entre 1904 e 2020, 11 são mulheres. Os nomes delas são: Judith Shklar, Elinor Ostrom, Theda Skocpol, Susanne Rudolph, Margaret Levi, Ira Katznelson, Dianne Pinderhughes, Carole Pateman, Jane Mansbridge, Jennifer Hochschild, Kathleen Thelen e Paula McClain.

de Chicago em 1904, Sophonisba Breckridge. As mulheres negras, por sua vez, impactadas pelo acúmulo de discriminações de gênero e raça, chegaram ao mesmo feito com as pioneiras Merze Tate, doutora pelo curso de Governo e Relações Internacionais de Harvard em 1941, e Jewel Prestage, doutora em ciência política pela University of Iowa em 1954 (SHAMES, 2010; TOLLESON-RINEHART e CARROLL, 2006).

A eclosão da segunda onda feminista nos EUA e a expansão do ativismo de mulheres dentro e fora das universidades nos anos 1960 influenciou a pluralização da ciência política. Finalmente, nos tempos mais recentes, as mulheres atingiram maior igualdade em relação aos homens nos cursos de ensino superior da disciplina, mas permanecem minoritárias em níveis hierárquicos de mais status. Outro problema é a continuidade de certo menosprezo pelos estudos de gênero (TOLLESON-RINEHART e CARROLL, 2006). Shames (2010) destaca ainda que os avanços conquistados não são permanentes. Segundo a autora, há oscilação considerável nos dados sobre diversidade no decorrer dos anos e estudos que sinalizam reações negativas na contemporaneidade, assim como resistência masculina, às pautas feministas.

Contudo, nos mais de cinquenta anos desde que a ciência política estadunidense começou a ser espaço de críticas às suas desigualdades, esta agenda de pesquisa se pluralizou e desfruta hoje de inúmeras fontes de informação. Além de relatórios oficiais publicados no site da APSA, a associação sustenta comitês para enfrentar discriminações não só contra mulheres, mas também em relação a negros, latinos, asiáticos e grupos de orientações sexuais diversas<sup>35</sup>.

Além de Argentina e EUA, mais países poderiam ser comparados ao Brasil. A julgar, por exemplo, pela ação das associações profissionais, há iniciativas importantes também na Europa, com relatórios sendo lançados pelo European Consortium for Political Research (ECPR - em 2016, 2017 e 2018) e pela International Political Science Association (IPSA - em 2011, 2013 e 2017)<sup>36</sup>. No entanto, os contextos mencionados são suficientes para elucidar diferenças na ascensão dos debates acadêmicos sobre gênero na ciência política e responder a questão inicial desta seção, que indagou qual seria a razão da tardia incorporação do tema na comunidade brasileira.

O primeiro elemento que sobressai na breve comparação dos três países é a distinção entre os enfoques principais que foram objeto das publicações precursoras das respectivas

---

<sup>35</sup> Para ver os relatórios, consultar: <https://www.apsanet.org/reports>. No caso dos comitês, consultar: <https://www.apsanet.org/status-committees>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

<sup>36</sup> Há mais produções sobre desigualdades assinadas pelas associações, mas estes relatórios são os divulgados formalmente nos websites das instituições. Ver os da ECPR em <https://ecpr.eu/contentpage.aspx?id=458>; IPSA em <https://www.ipsa.org/publications/ipsa-gender-diversity-monitoring-report>. Acesso em 1 de outubro de 2019.

associações profissionais. Na Argentina, *a violência de gênero*, alvo de intensos protestos e medidas de combate nas universidades, no Brasil, *a memória*, resquício temático de gerações precedentes, e nos EUA, *o acesso à formação e às posições de liderança na carreira*, em meio ao turbilhão dos movimentos feministas que clamavam por inserção mais justa no mercado de trabalho e denunciavam a divisão sexual das atividades. Vale ressaltar que indicar o predomínio em certos problemas não redundaria em afirmar que estas organizações não atuaram em relação a outros desafios. O que parece evidente é que cada realidade proporcionou oportunidades políticas distintas para ação das acadêmicas e/ou ativistas e isso ajuda a compreender melhor as características de desenvolvimento das agendas de pesquisa.

O segundo fator que podemos salientar a partir da comparação dos casos é a dimensão da questão temporal. É fato que o recente surgimento da temática na Argentina e no Brasil contrasta com a longevidade e o montante considerável das produções nos EUA. Há duas formas, grosso modo, de interpretar essa disparidade. Podemos recair no estereótipo de atraso dos países latino-americanos ou pormenorizar como as comunidades acadêmicas desses locais se constituíram e de que forma o debate sobre desigualdades promoveu mudanças ao longo do tempo. Se a ciência política estadunidense mobiliza as lutas por igualdade em seus espaços institucionais há décadas, isso não significa que ela tenha sido mais exitosa em desfrutá-la ou efetivá-la. As assimetrias que assolam a disciplina naquele país possuem bastante similaridade às encontradas ao Sul do continente. E, aliás, a depender do que se observa, podem ser até pior.

A alegação de que a ciência política foi fundada por homens é mais factível para os EUA do que para o Brasil. A disciplina emergiu como um campo de profissionalização entre os estadunidenses na virada do século XIX para o XX. Os perfis que são considerados pais da área naquela terra se posicionavam contra o sufrágio universal, sendo contrários à principal pauta do movimento feminista da época (TOLLESON-RINEHART e CARROLL, 2006). O pensamento político de mulheres e sua produção intelectual girava em torno desta questão. No Brasil, por sua vez, o campo de conhecimento começou a se institucionalizar nos anos 1950. Mulheres desfrutavam, nessa fase, de direitos políticos e acesso ao ensino superior. Como veremos no restante desta tese, o gênero feminino esteve inserido na criação das primeiras associações profissionais, nas pesquisas, nos artigos e nas instituições de formação precursoras.

### 1.3 Considerações finais

Esse capítulo utilizou, inicialmente, o recurso da revisão sistemática da literatura para estabelecer uma crítica feminista à história da ciência política brasileira que é dual: demonstra que há pouca atenção dos estudos em promover análises especializadas nas desigualdades de gênero, assim como explicita nas produções mais reconhecidas limitações de tratamento à participação das mulheres. Apesar da subárea examinada ser modesta e ter começado a se expandir recentemente, o trabalho sustenta evidências de que a sub-representação feminina e a mera referência ao grupo parecem não ser questão relevante ao quadro majoritário dos autores da área.

As pesquisas originadas nas duas últimas décadas vem contribuindo para demonstrar que existem hierarquias de reconhecimento e prestígio em relação ao perfil de acadêmicos que são consagrados na ciência política nacional e internacional (LENINE e MORSCHBACHER, 2020). Ao considerarmos os textos supramencionados como objetos de investigação, é possível sugerir um primeiro indício de que gênero impacta na visibilidade dos intelectuais, uma vez que os homens conquistam centralidade nas narrativas, enquanto as mulheres, por vezes, sequer são lembradas. Todavia, o corpus de artigos é pequeno e não permite uma generalização para a comunidade.

Ao examinarmos o percurso de difusão da agenda de pesquisas de desigualdades no interior da ciência política em diferentes países, conseguimos deixar a interpretação do contexto brasileiro mais acurada. Cada realidade nacional registrou oportunidades políticas distintas para a emergência do debate e não é subestimável a conjuntura dos direitos disponíveis às mulheres nas variadas fases de fundação da disciplina. Importar acriticamente a ideia, mais comprovável nos EUA, de que a área foi criada por homens pode promover a invisibilidade do gênero feminino em locais nos quais, na verdade, elas contribuíram para criar e consolidar um campo científico autônomo e institucionalizado. No próximo capítulo, investigamos a presença feminina nos espaços de ensino, pesquisa e criação de redes profissionais a fim de entender em que medida as assimetrias marcaram a formação da disciplina no Brasil.

## **2. RELAÇÕES DE GÊNERO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: FORMAÇÃO, ASSOCIAÇÕES E REDES**

### **2.1 Introdução**

A participação de mulheres na fundação da ciência política brasileira ainda é pouco explorada na literatura acadêmica. Na seção anterior vimos que a ideia de que a origem da disciplina é “masculina” pode fazer sentido ao contexto em que ela emergiu nos EUA, mas não necessariamente no Brasil, onde as mulheres já desfrutavam de direitos políticos e acesso considerável ao ensino superior. O objetivo desse capítulo é apresentar um panorama das relações de gênero em uma parte da trajetória da área no país, que consiste nos espaços de formação e organização coletiva de profissionais. Para tal, o trabalho produz estatísticas descritivas inéditas que se apoiam na análise de documentos, na consulta a acervos de revistas acadêmicas, na comunicação com associações profissionais e na categorização de registros oficiais das primeiras pós-graduações nacionais especializadas.

A estrutura do texto está dividida da seguinte maneira: inicia com a mensuração da evolução da composição discente e docente de cursos de mestrado e doutorado em ciência política, e prossegue para a retomada de informações da criação de associações profissionais e redes de pesquisa entre os brasileiros e estrangeiros. Essas etapas se baseiam em dados primários – entrevistas semiestruturadas - e secundários. Destacam-se dois achados principais ao longo do estudo. Em primeiro lugar, ocorreu uma participação considerável de mulheres nas primeiras turmas de pós-graduação. Embora o quadro estudantil não seja tão valorizado nas análises tradicionais sobre o desenvolvimento do campo científico, é também a partir dele que especializações podem de fato avançar. Discutiremos isso em detalhe mais pra frente (Tópico 2.2.1). Por outro lado, a pesquisa nos acervos das revistas precursoras da disciplina revelou a existência de uma associação profissional que antecedeu bastante a formação da que conhecemos na contemporaneidade. Isso trouxe um novo elemento ao estado das artes da perspectiva histórica sobre a área, uma vez que usualmente essa experiência não era mencionada.

### **2.2 A constituição das pós-graduações**

As primeiras instituições de ensino superior de ciência política do Brasil foram criadas, como mencionamos na introdução dessa tese, na segunda metade da década de 1960. A

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) hospeda o curso de mestrado que inaugurou a formação especializada na disciplina no país. Logo depois veio o do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), vinculado à Universidade Candido Mendes. Os dois casos, frequentemente analisados como “fundadores”, comemoraram há pouco tempo seus cinquentenários. O acontecimento rendeu eventos e publicações, assim como facilitou o acesso a registros de trajetória desses locais, que não costumam estar disponíveis para outros casos. Para a UFMG, um dos aspectos que a abertura à consulta de documentos oficiais gerou foi a elucidação acerca das datas de origem do Departamento de Ciência Política (DCP) e de seu funcionamento. A leitura de textos sobre o tema ocasionava certa confusão em razão da falta de consenso com o marco de partida das atividades. Alguns autores disseram que a pós-graduação começou em 1965 (AMORIM NETO E SANTOS, 2005), outros trabalhos afirmaram 1966 (BULCOUF, MARQUEZ E CARZODO, 2014), 1967 (FORJAZ, 1997) ou 1969 (LEITE, 2010; BARRIENTOS DEL MONTE, 2013; LYNCH, 2016).

A divergência quanto às datas tem algumas justificativas. O DCP foi criado em 1965, como mostra a resolução na **Imagem 5**. Em 1966, o apoio da Fundação Ford começou movimentar a instituição, garantindo 1) “financiamento de docentes visitantes”; 2) “programas de bolsa para estudantes brasileiros no exterior”, 3) “apoio à pesquisa”, 4) verbas para “aquisição de livros” etc<sup>37</sup>. Ainda em janeiro desse mesmo ano, como mostra a **Imagem 6**, foi definido o primeiro chefe do departamento, Orlando Magalhães Carvalho, também fundador da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), editada desde alguns anos antes. Carvalh foi candidato à posição com outros oito homens: Gerson Boson, Júlio Barbosa, Morse de Belem Teixeira, Antônio Octávio Cintra, Tocary de Assis Bastos, Fábio Wanderley Reis, Ronald Braga e José Clóvis Machado. Em outubro, saiu no jornal *Estado de Minas* a chamada para inscrição de alunos/as (**Imagem 7**) na turma que teria início em 1967. Por fim, em 1969 os integrantes da pós-graduação buscaram credenciar o programa de mestrado na CAPES, processo burocrático que só foi oficializado em 1973, conforme atesta a **Imagem 8** (ANEXO A - imagens 5 a 8). O doutorado da instituição, por sua vez, foi sacramentado apenas em 2005.

No livro *Sonhos e Labores: o Cinquentenário do Primeiro Departamento de Ciência Política do Brasil*, organizado por Dawisson Belém Lopes e Márcia Miranda Soares, as questões de gênero foram objeto de uma discussão sobre o campo de estudos na disciplina. Marlise Matos, mesma autora a escrever o balanço da subárea em obra da ABCP – *A Ciência*

---

<sup>37</sup> Todas essas informações estão no website do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFMG, na aba “Memória”. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/memoria.php> Acesso em 5 de setembro de 2020.



*Política no Brasil* (AVRITZER, MILANI e BRAGA, 2016) -, redigiu com Magda Neves e Solange Simões uma análise específica da emergência do tema no DCP-UFMG. A autora relatou a falta de reconhecimento do assunto no começo do funcionamento da pós-graduação, que mesmo com a efervescência do movimento feminista nos anos 1970, lutando por anistia a presos políticos e contra a ditadura, bem como a existência de jornais que circulavam ideias feministas, como o *Mulherio* e o *Nós Mulheres*, tardou a acontecer. Nos anos 1980 a fundação de grupos de pesquisa como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e o Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano (NESTH), teriam ajudado a revigorar o debate no interior da ciência política, mas a incorporação mais consistente do tópico ocorreria somente nos anos 2000.

Mesmo representando um processo lento e gradual, coube a integrantes do DCP-UFMG um papel de pioneirismo no avanço da agenda de pesquisas de gênero na ciência política. A presença de Marlise Matos e Jussara Reis Prá no quadro de professoras do departamento contribuiu para esse cenário. Em levantamento feito pelas autoras (MATOS, NEVES e SIMÕES, 2018: p.268) para os anos de 2000 a 2015, Matos é a cientista política que orientou mais teses e dissertações sobre o tema, seguida de Flávia Biroli (UnB), Rita de Cassia Santos Freitas (UFF), Jussara Reis Prá (UFRGS) e outras. Esses trabalhos de conclusão de pós-graduação foram principalmente redigidos por mulheres, o que pode se relacionar com um maior incremento do gênero feminino no quadro estudantil da UFMG, como veremos nas próximas páginas.

Se o surgimento da pós-graduação na UFMG foi narrado com certa diversidade de critérios temporais, o mesmo não ocorreu com o transcurso do antigo IUPERJ, que hoje funciona no IESP-UERJ. O IUPERJ foi criado em 1965 com o planejamento de ser um centro substituto e herdeiro do findado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), encerrado pela ditadura militar, ao mesmo tempo que promovia o fortalecimento de uma ciência social com base empírica. Assim como CEBRAP, em São Paulo, o instituto contou com dotações e estímulos da Fundação Ford. Seu núcleo fundador era constituído por quatro homens: Candido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins e César Guimarães (LYNCH, 2017). Ao atingir estabilidade institucional na década de 1980, o IUPERJ contava com mestrados e doutorados em sociologia e ciência política. Após prolongada crise financeira da mantenedora, a Universidade Candido Mendes, que afetou funcionários e professores, com o não pagamento de salários e direitos, ocorreu a transferência de praticamente todo o corpo docente, discente e técnico, assim como das instalações e infraestrutura, para a UERJ, em 2010. Não é objetivo da presente tese tratar dos detalhes deste momento. Para nossa análise, importa

apenas notar que o IESP-UERJ foi recebido pela comunidade científica e pelas instituições de fomento ao ensino e pesquisa como a continuação institucional do antigo IUPERJ, agora na universidade pública. Por conta disso, os dados relativos às duas instituições serão apresentados em conjunto. A Imagem 9 (ANEXO B) mostra a data de credenciamento do mestrado na CAPES, em 1982, mesmo ano no qual se iniciariam também os cursos de doutorado da casa.

As histórias do DCP-UFMG e do IUPERJ/IESP-UERJ estão mais acessíveis que a de outras instituições não somente por seus recentes projetos de reconstituição de memória, mas também pela centralidade que essas instituições receberam nos estudos da área, como já abordamos anteriormente (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010). Contudo, mesmo nesses casos o papel das relações de gênero não foi analisado em profundidade e informações sobre a participação feminina na formação das comunidades acadêmicas permanecem como uma lacuna. A situação é similar nas pós-graduações subsequentes, como a da UFRGS, terceira a criar um curso de mestrado, e a da USP, primeira a fundar um doutorado. Se ambos os exemplos têm começado a ser objeto de pesquisa, as desigualdades entre homens e mulheres praticamente ainda não foram tratadas. Na Tabela 4 podemos ver as datas de criação desses espaços pioneiros.

**Tabela 4:** Datas de criação das primeiras pós-graduações em ciência política no Brasil

| <b>Universidade da Instituição de Pós-Graduação</b> | <b>Mestrado</b> | <b>Doutorado</b> |
|-----------------------------------------------------|-----------------|------------------|
| UFMG                                                | 1967*           | 2005             |
| IUPERJ/ IESP-UERJ                                   | 1969            | 1982             |
| UFRGS                                               | 1973            | 1996             |
| USP                                                 | 1974            | 1974             |

\*Priorizei como critério o ano de início da primeira turma.

Fonte: elaboração da autora a partir de documentos oficiais e informações nos websites institucionais.

No caso da UFRGS, estudos mais recentes ressaltaram as contribuições particulares do programa para a expansão da ciência política brasileira (MAGLIA, 2016; MAGLIA e PERES, 2019). A USP, por seu turno, em somatório ao estudo de Quirino (1994), que descreveu o desenvolvimento do Departamento de Ciência Política, recebeu atenção em análises de trajetória de intelectuais mulheres. Mas somente uma acadêmica da nossa área foi alvo de aprofundamento: Paula Beiguelman (PINHERIO DA SILVA, 2008, 2016; SPIRANDELLI, 2009). As perspectivas de Pinheiro da Silva (2008, 2016) e Spirandelli (2009) estão relacionadas ao projeto coordenado por Sérgio Miceli em São Paulo, que empreende

abordagens de história das ciências sociais, com pesquisadores de diversas subáreas, fornecendo algumas considerações sobre a ciência política (MICELI, 1989) - recorte que é similar ao adotado por Helgio Trindade ao refletir sobre as mesmas disciplinas na América Latina (TRINDADE, 2007).

A próxima seção apresenta a composição de gênero dos quadros discentes e docentes das pós-graduações em ciência política no Brasil em duas fases distintas. Em relação às instituições fundadoras - UFMG, IUPERJ/ IESP-UERJ, UFRGS e USP – foi possível ter acesso ao detalhamento das pessoas que defenderam ou orientaram dissertações e teses desde suas origens, entre os anos 1960 e 1970. Tais informações, presentes nos websites dos departamentos e em repositórios das universidades, auxiliaram na identificação de pioneiras, permitindo a observação de como esses espaços eram integrados no princípio da disciplina no país<sup>38</sup>. Em contrapartida, a consulta à Plataforma Sucupira rendeu a computação de dados atualizados para todos os programas que funcionam na contemporaneidade. Com base neles, analiso a composição de seus quadros e formulo rankings com informações estatísticas mais recentes sobre a presença de mulheres entre estudantes e professores.

### 2.2.1 O corpo discente

Os estudantes são figuras chave no desenvolvimento de disciplinas acadêmicas. A ambição de fortalecer uma área de pesquisa e trabalho precisa, em sua gênese, ser coletiva. Mas, ao mesmo tempo, a empreitada não depende de ações voluntaristas de grupos ou indivíduos. No caso da ciência política brasileira, vimos que o contexto político, aliado a investimentos nacionais e estrangeiros, sobretudo de organizações como a Fundação Ford, foram fundamentais para os primeiros passos de institucionalização da área no país, que envolviam a expansão das universidades, a qualificação de professores e a atração de alunos/as e pesquisadores/as a partir da concessão de bolsas. O Gráfico 1 mostra como ocorreu a evolução da quantidade de titulados como mestres na disciplina nas primeiras pós-graduações nacionais.

---

<sup>38</sup> As consultas aos websites foram feitas durante o ano de 2019.

UFRGS, disponível em: [https://www.ufrgs.br/cienciapolitica/br/producoes/teses\\_dissertacoes](https://www.ufrgs.br/cienciapolitica/br/producoes/teses_dissertacoes)

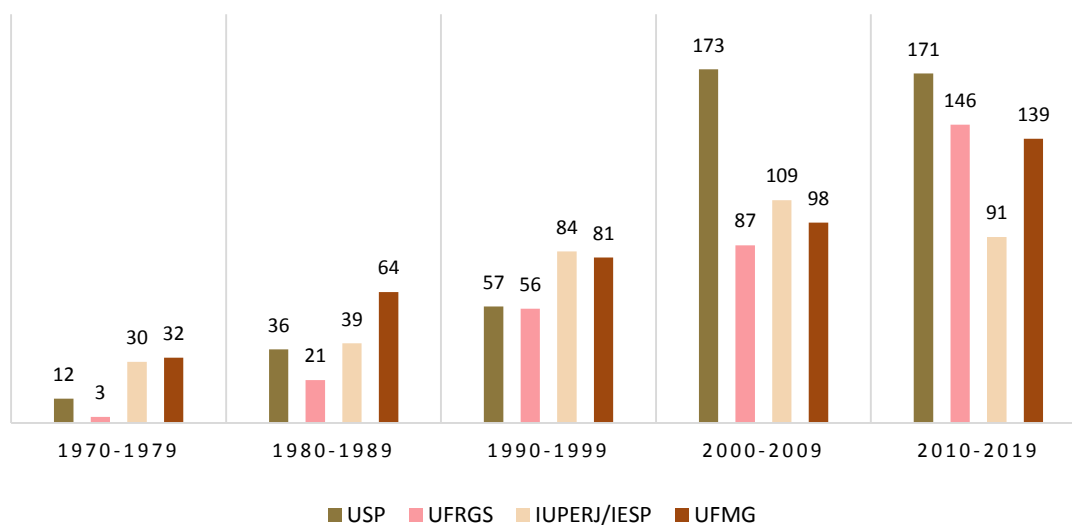
IUPERJ/IESP-UERJ, disponível em: <http://50anos.iesp.uerj.br/teses-e-dissertacoes/>

UFMG, disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/bancodefesas.php>

No caso da USP, há um repositório com registros das defesas realizadas entre 1937 e 2012:

[http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas?title=&field\\_departamento\\_value=DCP&field\\_ano\\_value=All&field\\_nivel\\_value=All&field\\_orientador\\_value=&field\\_orientando\\_value=](http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas?title=&field_departamento_value=DCP&field_ano_value=All&field_nivel_value=All&field_orientador_value=&field_orientando_value=). Assim como um para os anos subsequentes: [https://defesas.fflch.usp.br/antiores?programa=on&busca\\_programa=8131&busca\\_nivel=&busca=](https://defesas.fflch.usp.br/antiores?programa=on&busca_programa=8131&busca_nivel=&busca=).

**Gráfico 1:** Mestres(as) Titulados(as) nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década

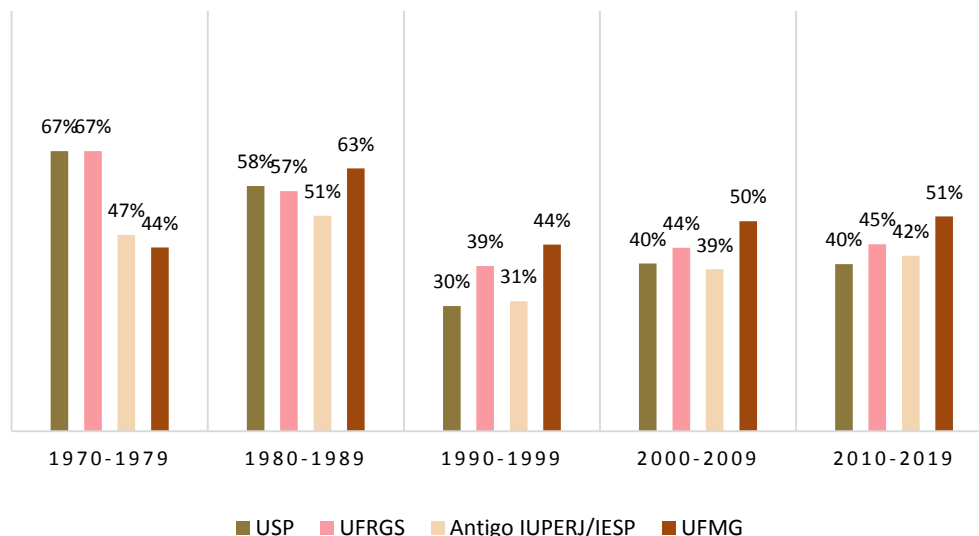


N=1529

Fonte: elaboração da autora a partir de informações nos repositórios das universidades.

É relevante ponderar a avaliação desses dados com as mudanças ocorridas nas formas de admissão e permanência na carreira. Se no momento inicial de criação dos cursos de mestrado existia certa dose de “aventura” para os que se arriscavam em tentar uma nova profissão no Brasil, hoje em dia tal escolha desfruta de maior estabilidade, ao menos no que toca ao entendimento de oportunidades e caminhos de trabalho. Nos primeiros anos da pós-graduação a entrada nas instituições não era tão concorrida quanto é agora, as pressões em relação a prazos eram menores e os instrumentos disponíveis para pesquisa eram mais arcaicos. Nos dias atuais, há mais diversidade de recursos e técnicas de investigação devido à modernização dos meios de comunicação e cresceram as demandas por produtividade. O Gráfico 2 explicita que as instituições pioneiras tiveram maior igualdade de gênero no passado do que no presente. Ao contrário do que poderíamos supor com os avanços da participação feminina no mercado de trabalho, não houve aumento proporcional da inserção de mulheres entre as mestres em ciência. A década de 1990, por sinal, revelou o pior resultado em termos de proporcionalidade.

**Gráfico 2:** Proporção de Mulheres Mestras nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década



N=1529

Fonte: elaboração da autora a partir de informações nos repositórios das universidades.

A proporção significativa de mulheres no quadro estudantil dos primeiros anos da pós-graduação é uma característica relevante para compararmos diferentes percepções de cientistas e ponderarmos como surge o debate de gênero na ciência política. Outro fator importante é o tamanho da comunidade acadêmica e o asseveramento da competitividade por vagas e empregos nos últimos anos. As condições que o grupo feminino vivenciavam naquele etapa não eram as mesmas que temos hoje. A impressão que a disciplina era um campo femininizado, tal qual demais áreas das humanidades, aparece em declarações de diversas fundadoras (TABAK, 1971c; GOMES, 2020; KERBAUY, 2021; SOARES DE LIMA, 2021)

Os quatro primeiros cursos de mestrado surgiram em períodos relativamente próximos. O que não pode ser dito dos doutorados (rever Tabela 4). É na titulação de mestres, portanto, que aparecem os registros mais preliminares do começo das iniciativas de ensino especializado em ciência política no Brasil. A Tabela 5 detalha os primeiros estudantes a adquirir o título nas instituições de ensino de acordo com a ordem cronológica das defesas. O recorte temporal abarcado vai até 1979. Essa década é tomada nessa pesquisa como o período em que a

profissionalização da disciplina conquistou certa consolidação no país, com o funcionamento regular das primeiras pós-graduações e revistas<sup>39</sup>.

Não é possível indicar com segurança o/a estudante que inaugurou a formação na área pois nem todas as pós-graduações possuem especificação da data da banca. Não obstante, as informações permitem aludir a gerações por ano. Em 1970, as mulheres eram quase metade (3) dos 7 primeiros estudantes a finalizar mestrado em ciência política. Em 1971, eram maioria, totalizando 3 mulheres contra 2 homens. Tanto em 1975 como em 1977, houve paridade, 1 homem e 1 mulher. Em 1976 e 1979, por sua vez, apenas uma mulher concluiu a tarefa em cada ano.

---

<sup>39</sup> Ver também: Amorim Neto e Santos, 2005.

**Tabela 5:** Gerações pioneiras tituladas em mestrado de ciência política (até 1979)

| Universidade  | Defesa | Nome                           | Gênero          | Orientador               | Gênero    | Título das dissertações                                                                                                                           |
|---------------|--------|--------------------------------|-----------------|--------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IUPERJ</b> | 1970   | Renato Raul Boschi             | Masculino       | Simon Schwartzman        | Masculino | Educação e Aspirações: Uma Contribuição a Teoria do Comportamento Político do Favelado                                                            |
| <b>UFMG</b>   | 1970   | <b>Magda Prates Coelho</b>     | <b>Feminino</b> | Fábio Wanderley Reis     | Masculino | Radicalismo Político Estudantil em quatro Escolas Superiores                                                                                      |
| <b>UFMG</b>   | 1970   | Malori José Pompermayer        | Masculino       | Frank Bonilla            | Masculino | Autoritarismo no Brasil                                                                                                                           |
| <b>UFMG</b>   | 1970   | Benício Viero Schmidt          | Masculino       | Frank Bonilla            | Masculino | Um Teste de duas Estratégias Políticas: A dependência e a Autonomia                                                                               |
| <b>UFMG</b>   | 1970   | <b>Evelina Peixoto Dagnino</b> | <b>Feminino</b> | Antônio Octávio Cintra   | Masculino | Sistema de valores: Um Modelo                                                                                                                     |
| <b>USP</b>    | 1970   | Luiz Alfredo Kiehl Galvão      | Masculino       | Francisco Corrêa Weffort | Masculino | Estudo crítico das ideias políticas na Revolução Alemã de 1848                                                                                    |
| <b>USP</b>    | 1970   | <b>Noracy Ruiz de Souza</b>    | <b>Feminino</b> | Philip. E. Converse      | Masculino | Ideologia como um aspecto do processo de socialização dos EEUU: a influência da família sobre o sistema de crença e opiniões dos filhos no que se |

|               |      |                                                      |                 |                                          |                 |                                                                                                         |
|---------------|------|------------------------------------------------------|-----------------|------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|               |      |                                                      |                 |                                          |                 | refere aos<br>conceitos de<br>liberal e<br>conservador                                                  |
| <b>IUPERJ</b> | 1971 | <b>Denise de<br/>Souza<br/>Simões<br/>Rodrigues</b>  | <b>Feminino</b> | Amaury De<br>Souza                       | Masculino       | A Racionalidade<br>do Empresário<br>Brasileiro: um<br>estudo sobre<br>filantropia.                      |
| <b>IUPERJ</b> | 1971 | <b>Eli Diniz</b>                                     | <b>Feminino</b> | Edmundo<br>Campos<br>Coelho              | Masculino       | Status do<br>Funcionário e<br>Envolvimento na<br>Organização                                            |
| <b>IUPERJ</b> | 1971 | Clovis<br>Eugenio<br>Georges<br>Brigagao             | Masculino       | Wanderley<br>Guilherme<br>Dos Santos     | Masculino       | O Poder<br>Legislativo no<br>Brasil: 1959-<br>1966                                                      |
| <b>UFMG</b>   | 1971 | Ronaldo<br>Noronha                                   | Masculino       | José Murilo<br>de Carvalho               | Masculino       | Orientações<br>Políticas dos<br>Setores Médios                                                          |
| <b>USP</b>    | 1975 | Arthur<br>Shaker Fauzi<br>Eid                        | Masculino       | <b>Ruth Corrêa<br/>Leite<br/>Cardoso</b> | <b>Feminino</b> | Pelo espaço do<br>cangageiro,<br>Jurubeba                                                               |
| <b>USP</b>    | 1975 | <b>Maria<br/>Victória<br/>Benevides</b>              | <b>Feminino</b> | Francisco<br>Correa<br>Weffort           | Masculino       | Desenvolvimento<br>economico e<br>estabilidade<br>politica o<br>governo de<br>kubitschek<br>(1956-1961) |
| <b>USP</b>    | 1976 | <b>Maria de<br/>Lurdes<br/>Scarfion</b>              | <b>Feminino</b> | <b>Ruth Corrêa<br/>Leite<br/>Cardoso</b> | <b>Feminino</b> | Populações<br>marginais no<br>município e<br>Piracicaba                                                 |
| <b>IUPERJ</b> | 1977 | <b>Maria<br/>Antonieta<br/>Parahyba<br/>Leopoldi</b> | <b>Feminino</b> | <b>Aspasia<br/>Camargo</b>               | <b>Feminino</b> | Estado e<br>Representação de<br>Interesses no<br>Brasil. Um<br>estudo do                                |



|              |      |                                 |                 |                                 |           |                                                                                                                                  |
|--------------|------|---------------------------------|-----------------|---------------------------------|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|              |      |                                 |                 |                                 |           | Legislativo Brasileiro e dos representantes políticos da Guanabara                                                               |
| <b>UFRGS</b> | 1977 | <b>Loiva Otero Felix</b>        | <b>Feminino</b> | Hélgio Henrique Casses Trindade | Masculino | O Modelo Político de Alberto Torres                                                                                              |
| <b>UFRGS</b> | 1977 | René Ernaini Gertz              | Masculino       | Hélgio Henrique Casses Trindade | Masculino | Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul. Contribuição para a Integração de um fenômeno Político Controvertido |
| <b>UFRGS</b> | 1979 | <b>Céli Regina Jardim Pinto</b> | <b>Feminino</b> | Hélgio Henrique Casses Trindade | Masculino | Contribuição ao Estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)                                              |

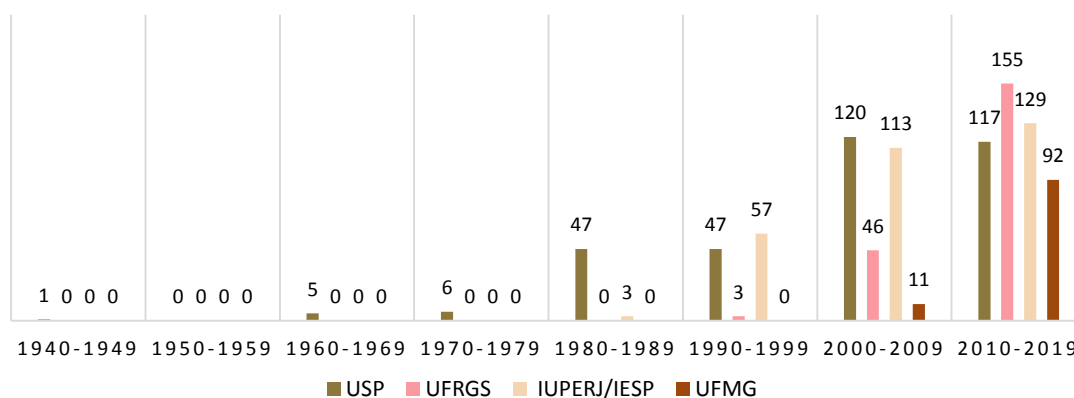
Fonte: elaboração da autora a partir dos repositórios das universidades<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> A informação de data de defesa para Maria Antonieta Parahyba Leopoldi variou em relação às informações do IUPERJ, que registraram 1971, enquanto em entrevista a autora declarou ter recebido o título em 1977. O trabalho optou pelo depoimento dela como fonte (LEOPOLDI, 2020).

Vale salientar um pormenor em relação à listagem da Tabela 5. A consulta à base disponível no website da USP para os primeiros anos de oferta em formação em ciência política mostra defesas que antecederam a criação do próprio programa de pós-graduação e que, em alguns casos, destoam inclusive da declaração dos autores em seus Currículos Lattes<sup>41</sup>. Após extrair as referências de teses e dissertações do repositório, com a finalidade de verificar os dados consultamos também os CVs de cada um: Noracy Ruiz de Souza não menciona a universidade<sup>42</sup>; Arthur Eid indica titulação do mestrado em “Ciências Sociais”<sup>43</sup>; Maria Victória Benevides faz o mesmo com a Sociologia<sup>44</sup>; e, por fim, Maria de Lurdes Scarfon não está inscrita na plataforma. Esse fenômeno ocorre de modo similar entre os doutores, que figuram nos registros uspianos desde a década de 1940 e 1960, pois naquela época se tratava de “teses de mestrado”. No **Gráfico 3** constam os números brutos de doutores formados nas quatro pós-graduações. Como vimos, os doutorados abriram as suas turmas apenas em 1974.

**Gráfico 3:** Doutores(as) Titulados(as) nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década



N=952

Fonte: elaboração da autora a partir de informações nos repositórios das universidades.

<sup>41</sup> Disponível em:

[http://pos.flch.usp.br/bancodefesas?title=&field\\_departamento\\_value=DCP&field\\_ano\\_value=All&field\\_nivel\\_value=All&field\\_orientador\\_value=&field\\_orientando\\_value](http://pos.flch.usp.br/bancodefesas?title=&field_departamento_value=DCP&field_ano_value=All&field_nivel_value=All&field_orientador_value=&field_orientando_value) Acesso em 20 de outubro de 2019.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9955357843078449> Acesso em 17 de outubro de 2020.

<sup>43</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5031933292792702> Acesso em 17 de outubro de 2020.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3886021819751016> Acesso em 17 de outubro de 2020.

Para o caso da formação em doutorado os dados não sinalizam padrões gerais. Nas décadas iniciais em que observamos doutores titulados o total de concluintes era muito pequeno. Nos anos 1940, o único a ter logrado tal estágio é homem, Lourival Gomes Machado, que, mais tarde, orientaria a tese de Paula Beiguelman, “Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista”. Beiguelman defendeu em 1961 e se tornou a primeira mulher considerada doutora em ciência política pela USP. Tais datas, contudo, não só vêm antes da fundação dos cursos de doutorado e mestrado, como também da criação de um sistema nacional de pós-graduação. Essas minúcias auxiliam a refletir sobre as mudanças nos tipos de formação que eram experimentadas pelos pioneiros em contraste ao que vivenciamos no presente.

Ao levarmos em conta a data de início formal das atividades do programa uspiano (1974), dois doutores abriram a aquisição das titulações: Evaldo Amaro Vieira e Gilberto Cardoso Alves Velho, titulados em 1975. O problema, entretanto, é que um ano não seria suficiente, nos termos e regras da atualidade, para concluir uma tese de doutorado. Novamente, a consulta ao CV Lattes dos pesquisadores redundou em afirmações que variaram em relação às contidas no repositório da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da universidade. Vieira as confirma e sinaliza doutorado em “Ciência Política”<sup>45</sup>, feito entre 1973 e 1975, e Alves Velho, ao contrário, indica formação em “Ciências Humanas”<sup>46</sup>, conduzida no mesmo período. As primeiras mulheres apareceram como doutoras em 1976: Giralda Seyferth declarou o título em “Ciências Humanas (Ciência Política)” e em “Ciência Social: Antropologia Social”<sup>47</sup>; enquanto Maria do Carmo Campello de Souza não dispõe de página Plataforma da CAPES para verificação. O mesmo vale para Madel Therezinha Luiz, concluinte em 1978. Já Maria Victória Benevides, que encerrou o doutorado em 1980, repetiu, como no mestrado, a referência à Sociologia<sup>48</sup>. Esse cenário disciplinarmente confuso da USP não se reproduz nas outras instituições.

No IUPERJ, onde o doutorado começou em 1982, as únicas pessoas a alcançar o diploma na década de 1980 foram mulheres: Ângela de Castro Gomes em 1987, Iná Elias de Castro e Maria Celina Soares d’Araujo em 1989. Na UFRGS e na UFMG, por fim, a oferta desse nível de ensino só chegou mais tardiamente.

---

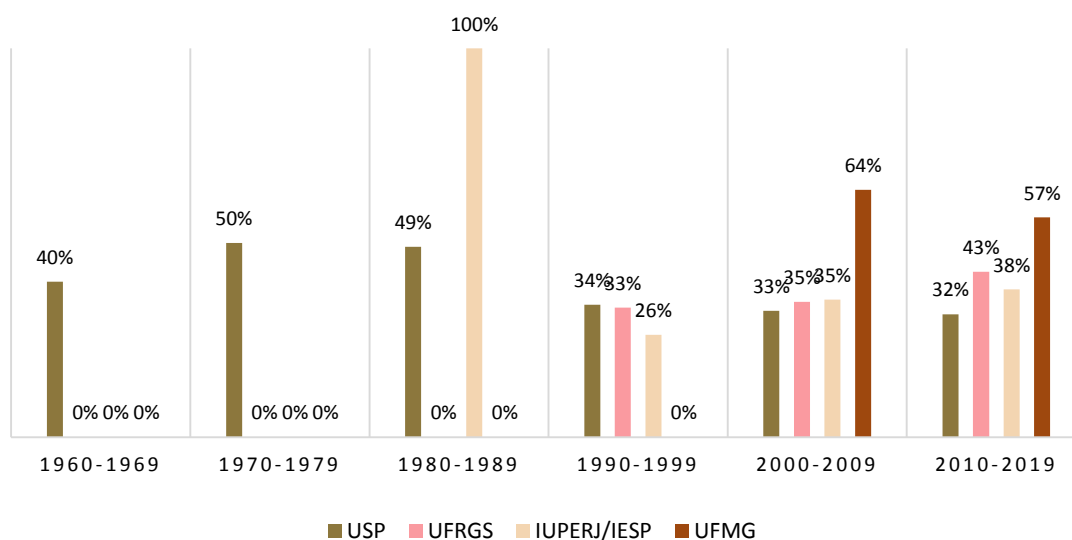
<sup>45</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7150708772150161> Acesso em 17 de outubro de 2020.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2359744840519373> Acesso em 17 de outubro de 2020.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4083973035511869> Acesso em 21 de dezembro de 2020.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3886021819751016> Acesso em 17 de outubro de 2020.

**Gráfico 4:** Proporção de Mulheres Doutoradas nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política no Brasil por Década



N= 952

Fonte: elaboração da autora a partir de informações nos repositórios das universidades.

Até agora analisamos estatísticas demográficas do corpo discente dos programas de mestrado e doutorado mais antigos do Brasil. Esses espaços estão nas regiões Sudeste e Sul do país, e têm alto desempenho em avaliações nacionais de pós-graduação<sup>49</sup>. Com o objetivo de identificar se existe diferença de tais contextos privilegiados para os demais casos brasileiros, consultamos as informações fornecidas na Plataforma Sucupira e elaboramos análises para toda a população de pesquisadores. Os registros disponíveis cobrem os anos de 2004 a 2019. Antes de apresentarmos os dados para o mestrado, no entanto, vale pontuar outro achado. Entre as informações disponíveis nas tabelas da CAPES, o ano de 2021 foi o último a incluir alunos de graduação. Naquele momento, as mulheres já representavam maioria, sendo 55% contra 45% graduandos. A **Tabela 6** mostra a evolução do total bruto e da proporção de mulheres e homens matriculadas/os em programas de mestrado acadêmico. É notório que de 2015 a 2019 se estabeleceu uma paridade de gênero, com anos, inclusive, em que a participação feminina superou, ainda que timidamente, a masculina.

<sup>49</sup>Me refiro especificamente às avaliações realizadas pela CAPES.

**Tabela 6:** Distribuição de gênero de estudantes matriculados em cursos de mestrado acadêmico na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019

| <b>Mestrado</b> | <b>Feminino</b> |     | <b>Masculino</b> |     |
|-----------------|-----------------|-----|------------------|-----|
| <b>2004</b>     | 46%             | 236 | 54%              | 275 |
| <b>2005</b>     | 47%             | 230 | 53%              | 255 |
| <b>2006</b>     | 46%             | 227 | 54%              | 266 |
| <b>2007</b>     | 43%             | 191 | 57%              | 250 |
| <b>2008</b>     | 41%             | 230 | 59%              | 336 |
| <b>2009</b>     | 41%             | 265 | 59%              | 386 |
| <b>2010</b>     | 43%             | 303 | 57%              | 395 |
| <b>2011</b>     | 44%             | 339 | 56%              | 437 |
| <b>2012</b>     | 44%             | 368 | 56%              | 461 |
| <b>2013</b>     | 46%             | 377 | 54%              | 434 |
| <b>2014</b>     | 47%             | 406 | 53%              | 460 |
| <b>2015</b>     | 50%             | 470 | 50%              | 477 |
| <b>2016</b>     | 52%             | 550 | 48%              | 504 |
| <b>2017</b>     | 50%             | 557 | 50%              | 550 |
| <b>2018</b>     | 50%             | 530 | 50%              | 534 |
| <b>2019</b>     | 53%             | 593 | 47%              | 528 |

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Na composição dos programas acadêmicos de doutorado, por seu turno, os últimos anos ainda não registraram paridade de gênero. A proporção de mulheres é menor nesse estágio do que durante o mestrado. O doutoramento é uma etapa mais avançada do ensino superior, cujo prazo ideal de finalização, regulamentado pela CAPES, é de quatro anos, o dobro do tempo do mestrado. Além da progressão hierárquica em termos de formação acadêmica, o título de doutorado também proporciona diferenciais, como pontuações especiais em chamadas de trabalho, ou mesmo requerimento básico em concursos para docência em universidades públicas. Ter doutorado significa, portanto, desfrutar de uma modalidade de prestígio que é distinta daquela vivenciada por graduados ou mestres. Enquanto as mulheres chegam a ser maioria nessas últimas modalidades, na atividade de se tornar “doutor”, ou seja, na ocupação de uma posição de maior prestígio no âmbito da formação, elas ainda são minoria. No entanto, como indica a Tabela 7, ocorreu um aumento percentual do gênero feminino entre os doutorandos em ciência política recentemente. Desde 2013 o grupo fica acima dos 41%.

**Tabela 7:** Distribuição de gênero de estudantes matriculados em cursos de doutorado acadêmico na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019

| <b>Doutorado</b> | <b>Feminino</b> |     | <b>Masculino</b> |     |
|------------------|-----------------|-----|------------------|-----|
| <b>2004</b>      | 35%             | 79  | 65%              | 149 |
| <b>2005</b>      | 34%             | 77  | 66%              | 147 |
| <b>2006</b>      | 37%             | 110 | 63%              | 184 |
| <b>2007</b>      | 35%             | 116 | 65%              | 217 |
| <b>2008</b>      | 35%             | 133 | 65%              | 251 |
| <b>2009</b>      | 34%             | 143 | 66%              | 279 |
| <b>2010</b>      | 35%             | 164 | 65%              | 298 |
| <b>2011</b>      | 35%             | 190 | 65%              | 348 |
| <b>2012</b>      | 37%             | 218 | 63%              | 378 |
| <b>2013</b>      | 41%             | 273 | 59%              | 391 |
| <b>2014</b>      | 42%             | 319 | 58%              | 443 |
| <b>2015</b>      | 44%             | 357 | 56%              | 463 |
| <b>2016</b>      | 45%             | 398 | 55%              | 496 |
| <b>2017</b>      | 43%             | 440 | 57%              | 575 |
| <b>2018</b>      | 46%             | 449 | 54%              | 534 |
| <b>2019</b>      | 45%             | 445 | 55%              | 539 |

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Outras características do corpo estudantil podem ser relevantes para pensar desigualdades. Relembrando a hipótese dessa tese - que as mulheres possuem menos prestígio na disciplina por serem afetadas pela divisão de gênero do trabalho, que as concentra em atividades e tópicos menos estimados nos meios de avaliação da produção científica -, podemos, por um lado, ressaltar que os dados demonstraram até o momento a leve queda de participação feminina justamente no nível de formação de maior status na academia – o doutorado. Resta, ainda, examinar o quadro docente. Mas e o fator dos tópicos de pesquisa no que toca aos alunos?

Estudos estrangeiros têm demonstrado certa segregação de gênero em temáticas de trabalho na ciência política (KEY e SUMNER, 2019; REID E CURY, 2019). No Brasil, em artigo coletivo analisamos o perfil social dos primeiros autores das principais revistas acadêmicas da disciplina no país, considerando seu papel de liderança em investigações, os assuntos abordados e o gênero de seus redatores. Os resultados indicaram a presença de divisão de gênero em relação aos conteúdos pesquisados. As

mulheres se mostraram mais regulares em temáticas como “direito e justiça”, “gênero e feminismo”, “ação coletiva e movimentos sociais”, “políticas públicas” e “participação social”. Já os homens, dominaram ainda em maior proporção discussões sobre “estado e nação”, “metodologia quantitativa”, “econômica política”, “opinião pública e mídia”, “teoria política”, dentre outros. Apesar da variação de composição de cada subárea temática, a sub-representação feminina apareceu em todas (CANDIDO, CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2021).

A grande área “Ciência Política e Relações Internacionais”, que é objeto de avaliações de qualidade pela CAPES, agrupa programas de pós-graduação de campos de investigação de temáticas diferenciadas. Na Tabela 8 podemos observar esse aspecto nos contextos de mestrados e doutorados<sup>50</sup>. A presença proporcional de mulheres é mais equilibrada, e até mesmo maior, em “Políticas Públicas”, “Relações Internacionais” e “outros”. Esse último grupo soma os programas de mestrado de “Direitos humanos, Cidadania e Violência” e “Integração Contemporânea da América Latina – ICAL”. Os cursos de “Ciência Política” e “Estudos Estratégicos”, linha de pesquisa voltada à segurança e militares, possuem dominação dos homens independente do grau de formação.

**Tabela 8:** Proporção de gênero de matriculados ou titulados em 2018 na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa

| Temática do programa           | Mestrado |           |       | Doutorado |           |       |
|--------------------------------|----------|-----------|-------|-----------|-----------|-------|
|                                | Feminino | Masculino | Total | Feminino  | Masculino | Total |
| <b>Ciência Política</b>        | 46%      | 54%       | 100%  | 46%       | 54%       | 100%  |
| <b>Relações Internacionais</b> | 54%      | 46%       | 100%  | 48%       | 52%       | 100%  |
| <b>Estudos Estratégicos</b>    | 34%      | 66%       | 100%  | 21%       | 79%       | 100%  |
| <b>Políticas Públicas</b>      | 66%      | 34%       | 100%  | 50%       | 50%       | 100%  |
| <b>Outros</b>                  | 52%      | 48%       | 100%  | -         | -         | -     |
| <b>Geral</b>                   | 50%      | 50%       | 100%  | 45%       | 55%       | 100%  |

<sup>50</sup> As informações acessíveis na Plataforma Sucupira variam para cada ano e às vezes dificultam a padronização de análises no mesmo espaço temporal. Nas tabelas que proporcionam detalhamentos sobre os discentes, por exemplo, é possível consultar a divisão de áreas dos programas classificados em “Ciência Política e Relações Internacionais” para o ano de 2018, mas a informação não aparece em 2019. A variação do ano de alguns dados dessa tese ocorre por conta disso.

N=2669

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira referentes a 2018.

Esse dado é interessante pois mostra que até mesmo em campos nos quais as mulheres são maioria no mestrado, como “Relações Internacionais” e “Políticas Públicas”, a proporção delas cai conforme o status de prestígio da formação aumenta. A despeito disso, vale mencionar que os nichos de trabalho na ciência política têm se diversificado e, como atestam as evidências de gênero, isso pode interferir no quadro geral de mulheres lidando, de alguma maneira, com política. Segundo o Documento de Área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES publicado em 2019, os programas de pós-graduação em políticas públicas foram os que mais expandiram no Brasil nos últimos tempos (FERNANDES, CODATO e MOREIRA, 2019)<sup>51</sup>. Resta saber se isso vai influenciar no crescimento da inserção feminina em um futuro próximo ou se ela vai regredir.

Como último fator a ser destacado no que diz respeito ao quadro discente de ciência política, constituímos na Tabela 9 um ranking de inclusão de mulheres de acordo com as suas respectivas instituições de ensino. As siglas se referem a universidades que podem ou não hospedar mais de um programa de mestrado e doutorado. A exibição agrupada do dado ocorreu pois as informações mais recentes da Plataforma Sucupira não indicavam o nome dos programas de pós-graduação e impossibilitavam o tratamento diferenciado dos cursos oferecidos. Mais da metade dos casos estudados alcançam paridade de gênero ou maioria feminina entre os estudantes, o que é um resultado positivo e colabora para desestabilizar a noção de que a disciplina é “masculina” na contemporaneidade. No entanto, cabe observar que alguns dos espaços de formação mais prestigiados no nível nacional estão no final da lista desse ranking de inclusão de gênero, como os que hospedam as tradições das gerações fundadoras, como a USP, a UFRGS e a UERJ. Apenas a UFMG está entre os 10 primeiros colocados. Outra observação importante é que a proporção feminina, como vimos, é maior no mestrado que no doutorado.

---

<sup>51</sup> Os documentos de área fazem balanços sobre o desenvolvimento de campos do conhecimento e discutem os mecanismos analisados pela Capes para aferir qualidade às pós-graduações.



**Tabela 9:** Ranking de inclusão de mulheres entre discentes de pós-graduação por universidade

| Ranking | Universidade | Feminino | Masculino | Total Geral |
|---------|--------------|----------|-----------|-------------|
| 1.      | PUC-RIO      | 68%      | 32%       | 100%        |
| 2.      | UFU          | 64%      | 36%       | 100%        |
| 3.      | UFABC        | 59%      | 41%       | 100%        |
| 4.      | UEPB         | 59%      | 41%       | 100%        |
| 5.      | UFPEL        | 58%      | 42%       | 100%        |
| 6.      | UNIRIO       | 58%      | 42%       | 100%        |
| 7.      | FUFPI        | 58%      | 43%       | 100%        |
| 8.      | UFMG         | 57%      | 43%       | 100%        |
| 9.      | UNILA        | 55%      | 45%       | 100%        |
| 10.     | UFPB-JP      | 55%      | 45%       | 100%        |
| 11.     | UNESP-MAR    | 55%      | 45%       | 100%        |
| 12.     | UFRJ         | 55%      | 45%       | 100%        |
| 13.     | PUC/MG       | 54%      | 46%       | 100%        |
| 14.     | UFSC         | 51%      | 49%       | 100%        |
| 15.     | UNICAMP      | 51%      | 49%       | 100%        |
| 16.     | UFSCAR       | 51%      | 49%       | 100%        |
| 17.     | UFBA         | 50%      | 50%       | 100%        |
| 18.     | UFPR         | 49%      | 51%       | 100%        |
| 19.     | UNIEURO      | 48%      | 52%       | 100%        |
| 20.     | UFPE         | 47%      | 53%       | 100%        |
| 21.     | UFPA         | 46%      | 54%       | 100%        |
| 22.     | UECE         | 46%      | 54%       | 100%        |
| 23.     | USP          | 44%      | 56%       | 100%        |
| 24.     | UFRGS        | 43%      | 57%       | 100%        |
| 25.     | UFF          | 42%      | 58%       | 100%        |
| 26.     | UERJ         | 40%      | 60%       | 100%        |
| 27.     | UNB          | 38%      | 62%       | 100%        |
| 28.     | UFG          | 38%      | 63%       | 100%        |
| 29.     | UFCE         | 23%      | 77%       | 100%        |
| 30.     | PUC/SP       | 22%      | 78%       | 100%        |
| 31.     | ECEME        | 16%      | 84%       | 100%        |
| *       | Média geral  | 48%      | 52%       | 100%        |

N=2669

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira referentes a 2018.

Os dados sobre os quadros discentes nos ajudaram a ter um retrato consistente das desigualdades de gênero nas pós-graduações em ciência política. Sobressaem entre as evidências o fato de que as gerações que participaram da fundação da disciplina no Brasil no âmbito da aquisição de formação especializada, compondo o futuro da área no país, obtiveram parcela relevante de mulheres. Mais recentemente, todavia, houve um decréscimo da proporção feminina entre os estudantes de mestrado dessas instituições pioneiras. Ainda assim, de uma maneira geral, quando abrangemos as informações analisadas para outras variáveis do contexto contemporâneo, constatamos que há oscilações importantes na diversidade de gênero por razão do campo de pesquisa em que atuam e da universidade na qual estudam. Na próxima etapa avançamos na hierarquia de posições na comunidade acadêmica e investigamos a situação dos docentes.

### 2.2.2 O corpo docente

Ao contrário da diversidade constatada no corpo discente durante a fundação das pós-graduações mais antigas de ciência política, essas instituições demoraram a incorporar mulheres entre os docentes. O Gráfico 5 apresenta o dado baseado nas informações sobre os acadêmicos que orientaram ao menos uma vez estudantes de mestrado ou doutorado em cada década observada. Depois de elencar todas as defesas, separamos os detalhes para cada 10 anos e cortamos os nomes repetidos de professores nesses respectivos agrupamentos. O critério foi suficiente para identificar as pessoas que obtiveram vínculos consideráveis com as universidades em variados períodos temporais, ao mesmo tempo que não sofreu com as oscilações de produtividade dos pesquisadores, visto que foram comprovadas diferenças substantivas na quantidade de orientações por professor(a)<sup>52</sup>.

Embora casos como o do IUPERJ/IESP-UERJ forneçam registros do histórico de acadêmicos que eventualmente lecionaram cursos, sem chegar a orientar teses e dissertações, tal dado não está acessível para todas as universidades<sup>53</sup>. Além de buscar

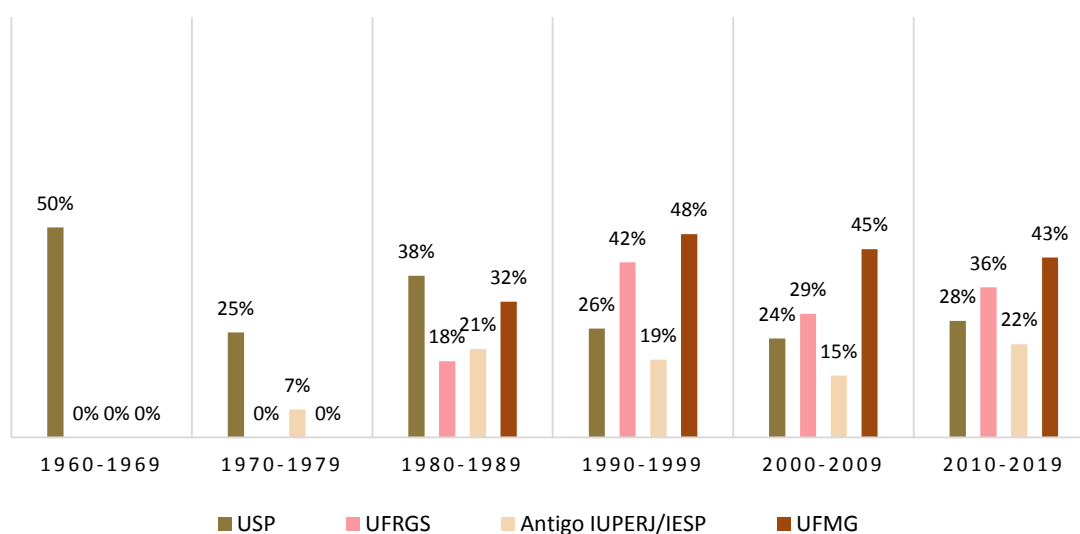
---

<sup>52</sup> Para dar somente um exemplo, no decorrer de sua trajetória, Maria Regina Soares de Lima orientou quase o dobro de estudantes na ciência política do que Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Antônio Octávio Cintra e Fábio Wanderley Reis juntos. Na Plataforma Acácia é possível consultar essas informações rapidamente. Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso em 5 de janeiro de 2021. O Capítulo IV tratará delas.

<sup>53</sup> Ver, no site do já mencionado Projeto de Memória do IESP-UERJ, a linha do tempo da participação de docentes na instituição: <http://50anos.iesp.uerj.br/docentes/> Acesso em 10 de setembro de 2020.

padronizar a análise, recorrer às informações de orientação também é justificável por elas serem evidências de relações mais permanentes dos professores com as respectivas instituições de ensino de seus estudantes, uma vez que orientar um aluno pressupõe alguns anos de ligação de trabalho. As estatísticas mostram incremento na população feminina em alguns locais e decréscimo em outros.

**Gráfico 5:** Proporção de Mulheres que Orientaram Teses ou Dissertações nas Primeiras Pós-Graduações de Ciência Política em Cada Década



N= 453

Fonte: elaboração da autora a partir de informações nos repositórios das universidades.

Como os dados para os discentes já tinham indicado, os registros das defesas na USP antecedem a criação de seu programa de pós-graduação. A universidade é a única a ter tido uma professora orientando alunos em ciência política ainda nos anos 1960. O nome pioneiro, mais uma vez, é o de Paula Beiguelman, que supostamente acompanhou as teses de Oliveiros da Silva Ferreira (defendida em 1966)<sup>54</sup> e de Francisco Weffort (defendida em 1968)<sup>55</sup>. Após a data de consolidação formal dos cursos de mestrado e

<sup>54</sup> No Lattes do autor há também incongruências em relação ao repositório de teses da FFLCH-USP. Ferreira declara doutorado em Ciências Sociais sob orientação de Lourival Gomes Machado. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9766388150092192> Acesso em 10 de outubro de 2019.

<sup>55</sup> A informação de defesa em ciência política foi confirmada em consulta ao Lattes. No entanto, não há referência ao nome de Beiguelman: <http://lattes.cnpq.br/8626062232301483> Acesso em 10 de outubro de 2019.

doutorado na disciplina, em 1974, o primeiro aluno a ser orientado por uma mulher teria sido Arthur Fauzi Eid. Mas o Lattes do pesquisador, ainda que confirme a instrução feminina, dada por Ruth Cardoso, indica formação como mestre em “Ciências Sociais”, não em ciência política<sup>56</sup>.

O IUPERJ/IESP-UERJ concede evidências menos conflituosas de que a mulher que inaugurou a orientação de estudantes em ciência política na instituição foi Aspásia Camargo. Sete anos depois das dissertações começarem a ser defendidas no local, Camargo acompanhou o encerramento do trabalho de Maria Antonieta Parahyba Leopoldi - “Estado e Representação de Interesses no Brasil. Um estudo do Legislativo Brasileiro e dos representantes políticos da Guanabara”, defendido em 1977. Comentando sobre sua trajetória, Leopoldi elucida que iniciou no mestrado em 1969, fazendo parte da primeira turma do curso, terminou os créditos exigidos em 1971, mas finalizou a aquisição do título apenas em 1977.

....nesse meio tempo, eu comecei a trabalhar na UFF, e aí atrasei com a tese de mestrado, aí surgiu uma oportunidade de fazer um doutorado na Inglaterra. Eu fui para o doutorado e acabei o mestrado lá na Inglaterra. Então eu fiquei com um mestrado do IUPERJ e o doutorado, que eu acabei em 1984, na Universidade de Oxford(...).

E aí eu comecei a dar aula, deixei um pouco a tese de lado; a tese ia ser sobre a minha pesquisa com os deputados, mas acabei deixando de lado. No fim, fui pra Inglaterra e aí foi lá na Inglaterra que eu acabei a tese. Então eu acabei defendendo em 77 e a Aspásia foi minha orientadora (LEOPOLDI, 2020).

Mais de uma década transcorreria até que outra pessoa do gênero feminino alcançasse o mesmo feito na UFMG e na UFRGS. No caso de Minas Gerais, o marco foi estabelecido por uma mulher que é da sociologia, pioneira nos estudos de gênero. Bila Sorj orientou Maria Lina Valadares Campos em “Processo de Trabalho na Construção Civil: Um Estudo de Caso”, tese defendida em 1982. Questionada sobre o processo, Sorj afirmou ter sido convidada por Campos a instruí-la em função de afinidades temáticas. Segundo a professora, havia poucas mulheres com doutorado nas ciências sociais e o DCP a cadastrou para essa atividade específica<sup>57</sup>. Na UFRGS, Helga Iracema Landgraf Piccolo foi responsável por direcionar Fátima Cristina Vieira Perurena em “A Consciência Conservadora da Imprensa”, de 1985. O que chama a atenção nessas duas últimas universidades é a distância temporal que separa o início do funcionamento dos programas

<sup>56</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5031933292792702> Acesso em 17 de outubro de 2020.

<sup>57</sup> A informação foi checada com Bila Sorj por e-mail em 9 de junho de 2020.

de pós-graduação das datas nas quais mulheres pela primeira vez exerceram função tão fundamental da atividade acadêmica, a orientação.

Dois padrões de desigualdades podem ser ressaltados a partir da análise dos dados das instituições pioneiras. O primeiro se refere à intensidade da diversificação promovida nos quadros docentes ao longo do tempo. A UFMG e a UFRGS foram as pós-graduações que atingiram as maiores proporções de professoras mulheres no decorrer da história da institucionalização da ciência política, quando comparadas à USP e ao IUPERJ/IESP-UERJ. Em oposição, esses dois últimos programas foram os que registraram mais precocemente a participação feminina nessa ocupação, que pode ser definida como um cargo de poder se considerarmos a progressão da carreira acadêmica. Mesmo assim, nenhum dos casos estudados atingiram similaridade entre o percentual de gênero de discentes e docentes. As mulheres estão em maior proporção nos estágio de formação de menor prestígio e diminuem conforme se evolui na carreira.

A análise histórica dos quadros docentes das instituições pioneiras mostrou tendências distintas de inclusão do gênero feminino a depender do programa de pós-graduação. De que maneira esse cenário se reproduz para o restante do Brasil? Como fizemos anteriormente quando da discussão sobre as características sociais dos estudantes de ciência política, examinamos agora dados secundários mais recentes, que dão conta da totalidade dos cursos de mestrado e doutorado credenciados pela CAPES. Antes de apresentarmos as novas estatísticas, vale salientar que a desigualdade mais severa constatada nessas universidades é a de natureza racial, presente em todas as regiões do país e que requer mais esforço para ser apreendida em novas agendas de pesquisa<sup>58</sup>.

O perfil dominante dos docentes de ciência política já pode sair do ponto de partida de que ele é predominantemente branco, masculino e sudestino (CANDIDO, CAMPOS E FERES JÚNIOR, 2019; FERES JUNIOR, 2020). A Tabela 10 descreve a proporção de mulheres e homens que lecionam com vínculo permanente na pós-graduação, indicando uma certa estagnação da inserção feminina no cargo de 2004 a 2019. O melhor resultado ocorre em 2017, com 34% de docentes mulheres na grande área de “Ciência Política e Relações Internacionais”, enquanto o pior resultado, de 28%,

---

<sup>58</sup> Pesquisas que endereçam o contexto contemporâneo conseguem de alguma maneira lidar com a falta de dados para a cor de docentes fazendo uso do método da heteroclassificação. Como discutimos na introdução, esta solução é pouco factível para estudar perfis de acadêmicos mais antigos, que nem sempre dispõem de imagens na internet. Por outro lado, a produção deste tipo de dado para o presente requisita uma equipe de trabalho grande, não disponível para estudantes de doutorado. Ver Candido, Campos e Feres Júnior (2019), Feres Júnior (2020) e Menezes et al (2020).

é de 2005. Há, portanto, pouca variação percentual de diversidade. Em contraposição, a quantidade bruta de cada grupo aumentou chegou a triplicar, atestando o crescimento da comunidade acadêmica, que, no entanto, não esteve acompanhado de uma maior pluralização nos espaços de trabalho.

**Tabela 10:** Distribuição de gênero de docentes permanentes de pós-graduação na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de 2004 a 2019

| <b>Docentes</b> | <b>Feminino</b> |     | <b>Masculino</b> |     |
|-----------------|-----------------|-----|------------------|-----|
| <b>2004</b>     | 29%             | 52  | 71%              | 126 |
| <b>2005</b>     | 28%             | 50  | 72%              | 126 |
| <b>2006</b>     | 31%             | 66  | 69%              | 145 |
| <b>2007</b>     | 30%             | 55  | 70%              | 131 |
| <b>2008</b>     | 29%             | 65  | 71%              | 163 |
| <b>2009</b>     | 31%             | 94  | 69%              | 208 |
| <b>2010</b>     | 30%             | 85  | 70%              | 201 |
| <b>2011</b>     | 29%             | 95  | 71%              | 234 |
| <b>2012</b>     | 32%             | 112 | 68%              | 236 |
| <b>2013</b>     | 33%             | 124 | 67%              | 249 |
| <b>2014</b>     | 31%             | 125 | 69%              | 276 |
| <b>2015</b>     | 33%             | 156 | 67%              | 314 |
| <b>2016</b>     | 33%             | 158 | 67%              | 325 |
| <b>2017</b>     | 34%             | 166 | 66%              | 320 |
| <b>2018</b>     | 32%             | 171 | 68%              | 359 |
| <b>2019</b>     | 33%             | 198 | 67%              | 400 |

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

No âmbito da questão temática, os docentes seguem tendência ligeiramente aproximada à dos discentes, embora as mulheres apareçam em proporção mais tímida. Há diferenças consideráveis na diversidade de gênero do professorado dos variados programas agrupados nas avaliações da CAPES<sup>59</sup>. A Tabela 11 mostra que o grupo feminino quase alcança paridade no ensino de “Políticas Públicas”. Homens, por sua vez, dominam, de forma decrescente em proporções, as “Relações Internacionais”, a “Ciência Política” e os “Estudos Estratégicos”. O dado que mais destoia em relação à composição do quadro discente é o de pessoas que lecionam no rótulo “Outros”, ou seja, nos

<sup>59</sup> Essa tendência também foi discutida em Feres Júnior (2020).

mestrados de “Direitos humanos, Cidadania e Violência” e “Integração Contemporânea da América Latina – ICAL”. Enquanto as estudantes mulheres são maioria, o quadro docente inverte o cenário e manifesta a sub-representação delas nos estratos mais altos da carreira.

**Tabela 11:** Proporção de gênero dos docentes na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa

| <b>Temática do programa</b>    | <b>Feminino</b> | <b>Masculino</b> | <b>Total</b> |
|--------------------------------|-----------------|------------------|--------------|
| <b>Ciência Política</b>        | 32%             | 68%              | 100%         |
| <b>Relações Internacionais</b> | 37%             | 63%              | 100%         |
| <b>Estudos Estratégicos</b>    | 16%             | 84%              | 100%         |
| <b>Políticas Públicas</b>      | 46%             | 54%              | 100%         |
| <b>Outros</b>                  | 20%             | 80%              | 100%         |
| <b>Geral</b>                   | 33%             | 67%              | 100%         |

N=717

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira referentes a 2018.

Se mais da metade das universidades possui paridade de gênero ou maioria feminina entre as estudantes de programas de pós-graduação avaliados na grande área de “Ciência Política e Relações Internacionais” pela Capes, o mesmo não acontece na docência. Mulheres são maioria apenas na PUC-Rio, que também lidera na proporção do grupo entre discentes. A Tabela 8 retrata estas dinâmicas e sinaliza que, dentre as instituições fundadoras, IESP-UERJ (22%) e USP (28%) apresentam resultados inferiores à média nacional de 33% de mulheres entre os docentes da ciência política brasileira (rever Gráfico 5). Se consultamos os websites destes casos para verificar diferenças entre o percentual de mulheres anotadas como orientadoras e aquelas que constam no quadro permanente como professoras de pós-graduação, o resultado muda, mas não altera sua relação com a média do país: O IESP-UERJ melhora, com o acréscimo de alguns pontos percentuais na proporção feminina, que atinge 31%, enquanto a USP cai para 27%<sup>60</sup>. A informação agregada da diversidade nas universidades é, portanto, ambivalente. Ao mesmo tempo que nos ajuda a entender os contextos universitários, pode

<sup>60</sup> Consulta feito aos websites das instituições pela última vez em 20 de janeiro de 2021.

gerar confusões em torno da variação da presença de mulheres em cada programa de pós-graduação.



**Tabela 12:** Ranking de inclusão de mulheres docentes de pós-graduação por universidade

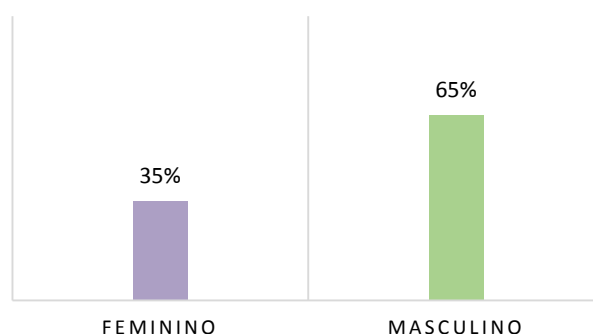
| <b>Ranking</b> | <b>Universidade</b> | <b>Feminino</b> | <b>Masculino</b> | <b>Total Geral</b> |
|----------------|---------------------|-----------------|------------------|--------------------|
| 1.             | PUC/RIO             | 53%             | 47%              | 100%               |
| 2.             | UFRJ                | 49%             | 51%              | 100%               |
| 3.             | UERJ                | 46%             | 54%              | 100%               |
| 4.             | UFPEL               | 45%             | 55%              | 100%               |
| 5.             | PUC/MG              | 44%             | 56%              | 100%               |
| 6.             | UFG                 | 44%             | 56%              | 100%               |
| 7.             | UFSC                | 44%             | 56%              | 100%               |
| 8.             | UEPB                | 40%             | 60%              | 100%               |
| 9.             | UFMG                | 40%             | 60%              | 100%               |
| 10.            | UNIRIO              | 40%             | 60%              | 100%               |
| 11.            | UFSCAR              | 38%             | 63%              | 100%               |
| 12.            | UNB                 | 38%             | 63%              | 100%               |
| 13.            | UNESP-MAR           | 35%             | 65%              | 100%               |
| 14.            | UECE                | 35%             | 65%              | 100%               |
| 15.            | USP                 | 34%             | 66%              | 100%               |
| 16.            | UFABC               | 33%             | 67%              | 100%               |
| 17.            | UFU                 | 33%             | 67%              | 100%               |
| 18.            | UNICAMP             | 32%             | 68%              | 100%               |
| 19.            | UFRGS               | 31%             | 69%              | 100%               |
| 20.            | UFBA                | 31%             | 69%              | 100%               |
| 21.            | UFPA                | 31%             | 69%              | 100%               |
| 22.            | UFCG                | 27%             | 73%              | 100%               |
| 23.            | UFPE                | 26%             | 74%              | 100%               |
| 24.            | FUFPI               | 23%             | 77%              | 100%               |
| 25.            | UNILA               | 23%             | 77%              | 100%               |
| 26.            | ECEME               | 21%             | 79%              | 100%               |
| 27.            | PUC/SP              | 20%             | 80%              | 100%               |
| 28.            | UFPB/JP             | 20%             | 80%              | 100%               |
| 29.            | UNIEURO             | 15%             | 85%              | 100%               |
| 30.            | UFF                 | 11%             | 89%              | 100%               |
| 31.            | UFPR                | 6%              | 94%              | 100%               |
| *              | Média geral         | 34%             | 66%              | 100%               |

N=717

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira referentes a 2018.

A docência nas universidades públicas brasileiras – e em algumas poucas particulares – pode ser considerada um dos níveis mais altos e estáveis na carreira acadêmica dos cientistas políticos. É nesses espaços, em especial nas pós-graduações, que se concentra boa parte dos recursos de investigação, das revistas especializadas e das chances de influenciar as novas gerações por meio do ensino e da orientação. Os professores são, portanto, uma elite intelectual (CANDIDO, FERES e JUNIOR, 2019). Ao chegar em tal estágio, contudo, há outras condições que podem produzir uma diferenciação de status entre pares da mesma área. As bolsas de produtividade, por exemplo, são um dos elementos de distinção entre pesquisadores. A mais prestigiosa delas, a do CNPq, é direcionada para conceder reconhecimento aqueles que se destacam em suas respectivas disciplinas e é implementada de acordo com estratos hierárquicos com seis modalidades (PQ-1A, PQ-1B, PQ-1C, PQ-1D, PQ-2, PQ-SR). As mulheres são minoria em todos os patamares. O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos processos em vigência e atesta mais uma vez a predominância masculina. É importante ponderar, entretanto, que a proporção de mulheres entre bolsistas de produtividade é similar à seu percentual nos quadros docentes, o que indica certo equilíbrio na concessão desses fomentos às pessoas que exercem a profissão.

**Gráfico 6:** Distribuição de bolsas de produtividade do CNPq para professores de ciência política por gênero



**Fonte:** elaboração própria com base nos dados do CNPq<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> Disponível em:

[http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO\\_PQ\\_102003.prc\\_comp\\_cmt\\_links?V\\_COD\\_DEMANDA=200310&V\\_TPO\\_RESULT=CURSO&V\\_COD\\_AREA\\_CONHEC=70900000&V\\_COD\\_CMT\\_ASSESSOR=CS](http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.prc_comp_cmt_links?V_COD_DEMANDA=200310&V_TPO_RESULT=CURSO&V_COD_AREA_CONHEC=70900000&V_COD_CMT_ASSESSOR=CS) Acesso em 6 de novembro de 2020.

Como vimos no capítulo 1 ao revisar a literatura internacional, a sub-representação feminina não é exclusividade da academia brasileira. Tentamos também distinguir questões que são generalizáveis daquelas que desfrutam de caráter singular na história de institucionalização do ensino e da pesquisa especializada em política no país.

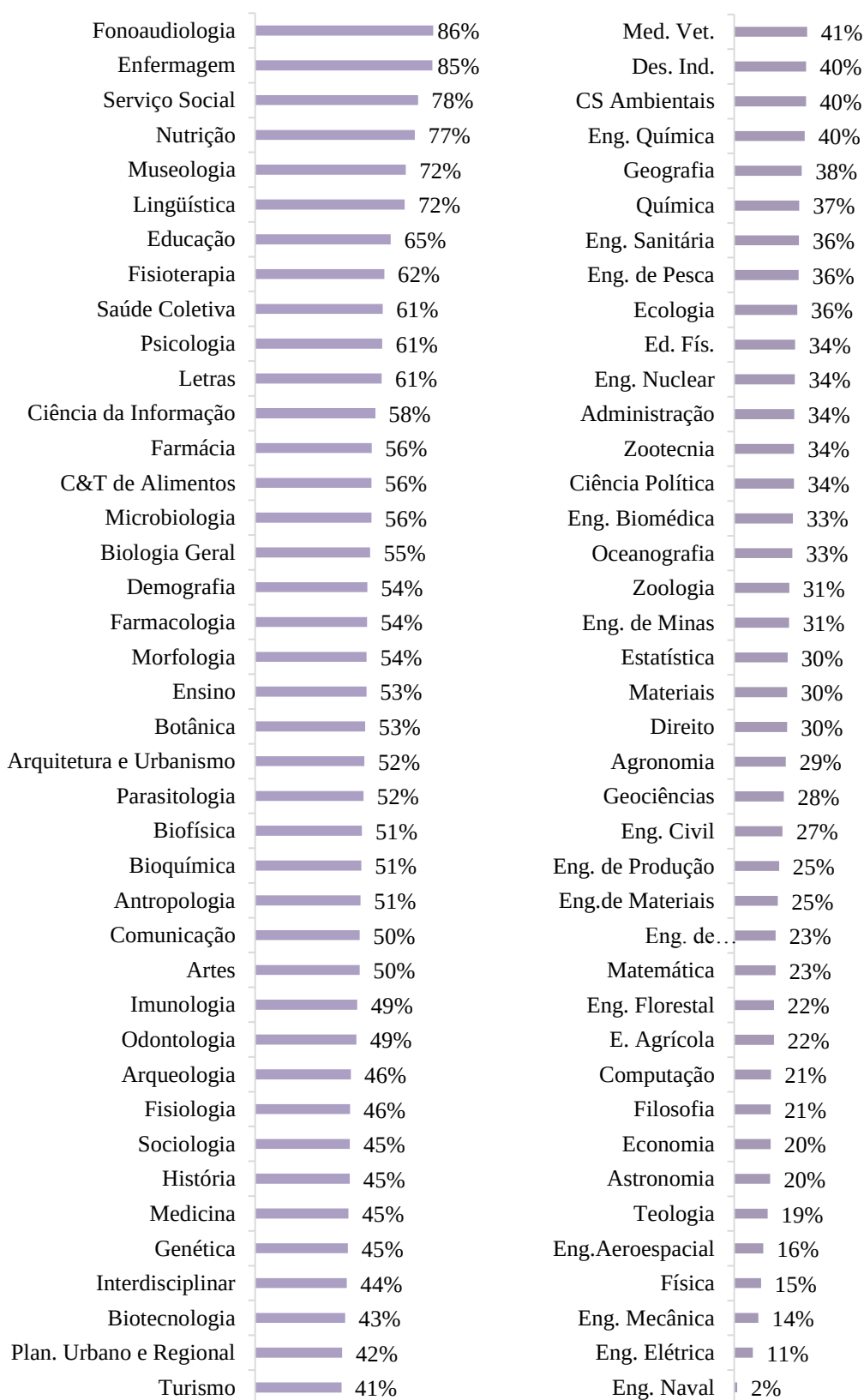
As estatísticas de inserção feminina entre professores da pós-graduação elucidam consequências da divisão sexual do trabalho, que produz socialmente as diferenças de gênero, construindo expectativas e padrões em torno do que as mulheres ou os homens devem ser (KERGOAT, 2009; BIROLI, 2016). A ciência política, em meio às tantas assimetrias explícitas no Gráfico 7, não é a disciplina que ostenta os piores resultados. Mas também está longe de atingir um cenário ideal de paridade, o que não se restringe aos problemas de gênero<sup>62</sup>. Essa conjuntura – de variada composição dos espaços de trabalho – é caracterizada por especialistas dos estudos sobre desigualdades como segregação ou exclusão horizontal (FERGUSON, 2013; LIMA, 2013). Quando observamos as carreiras que possuem mais mulheres como docentes, é possível associá-las a diversos estereótipos do que representa o “feminino”, como a proximidade a tarefas que lidam com o cuidado de pessoas (fonoaudiologia, enfermagem, serviço social, nutrição, fisioterapia etc). De outro lado, ramos de atuação ligados às ciências exatas, como as engenharias, são dominados por homens.

As divisões de gênero por temáticas apareceram na composição dos programas de mestrado e doutorado de ciência política (Tabelas 8 e 11) e na docência das pós-graduações de uma maneira mais geral (Tabela 10). Existem evidências de que essas segregações também ocorrem na repartição de subáreas de pesquisa em uma mesma disciplina, com o adendo de que os homens ocupam postos de liderança em autoria de trabalhos independente dos tópicos serem mais ou menos “femininos” (CANDIDO, CAMPOS e FERES JÚNIOR, 2021). Essa segunda forma de assimetria – de status e poder no interior de uma área ou disciplina - é definida como uma segregação ou exclusão vertical (FERGUSON, 2013; LIMA, 2013).

---

<sup>62</sup> Essa tese trabalha com a ideia de que um cenário ideal de paridade tem relação com a proporção de grupos sociais na população. Mulheres e autodeclarados pretos e pardos constituem as parcelas majoritárias do país e devem integrar em igual medida os espaços sociais e políticos. Feres Júnior (2020) elaborou um índice de inclusão racial que sintetiza bem esse princípio no que diz respeito às desigualdades raciais. No caso da ciência política, há evidências que ambos os grupos sociais tendem a diversificar os temas estudados e as análises produzidas, acrescentando maior pluralidade à circulação de conhecimento.

**Gráfico 7:** Proporção de mulheres entre professores de pós-graduação por grande área do conhecimento da CAPES, N= 103439.



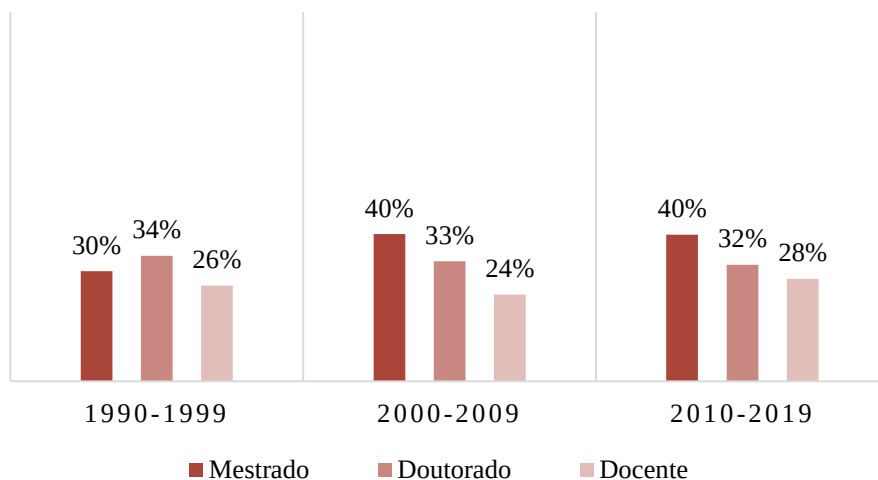
Fonte: elaboração da autora com base em dados da Plataforma Sucupira para 2018.

A ausência ou escassez de mulheres em posições hierárquicas mais altas é alvo de propostas conceituais e explicações variadas. Além de ser rotulada como uma espécie de segregação, autores recorrem a metáforas, como o “teto de vidro” para aludir aos empecilhos que impedem o gênero feminino de alcançar o topo dos cargos de trabalho. O “teto de vidro” faz referência à presença de obstáculos que não são visíveis, mas que, no entanto, limitam a chegada das mulheres às chefias. O termo *leaky pipeline*, por sua vez, descreve a diminuição da presença feminina conforme as carreiras vão progredindo. A referência é bastante utilizada nas pesquisas de trajetórias educacionais e inserção nas comunidades acadêmicas para indicar a evasão do grupo, sendo abordada tanto em análises sobre as ciências exatas, quanto nas humanidades, tal qual na ciência política (PELL, 1996; APSA, 2004, 2011; BATES, JENKINS e PLAEGGER, 2012; CURTIN, 2013; ABELS e WOODS, 2015; CARPIUC, 2019).

Nas páginas anteriores vimos separadamente dados de diversidade de gênero no mestrado, doutorado e quadro docente das pós-graduações em ciência política do país. Os Gráficos 8, 9 e 10 tratam dessas informações em conjunto respectivamente para a USP, a UFRGS e o IESP-UERJ. O recorte tendo como ponto de partida os anos 1990 buscou dar conta das divergentes datas de origem dos cursos de mestrado e doutorado. A UFMG não está na listagem pois criou seu doutorado somente nos anos 2000. Todavia, os resultados apresentados nos Gráficos 2, 4 e 5 mostram que o DCP da universidade alcançou as melhores taxas de inclusão feminina nas últimas décadas quando comparado aos outros três casos mais antigos da área. Somado a isso, o programa é o único no qual a proporção de mulheres no doutorado superou a de homens desde os anos 2000-2009.

Se na USP, na UFRGS e no IUPERJ/IESP-UERJ é possível sugerir que recentemente é identificável a ocorrência de *leaky pipeline*, nem sempre o fenômeno apareceu em todos os casos. Ainda assim, vale ponderar que a análise de tal ocorrência faz mais sentido na população geral de pesquisadores. A menção aos programas de pós-graduação tem o intuito apenas de indicar a reprodução de uma tendência na área. Na USP, como explicita o Gráfico 8, a proporção de mulheres na década de 1990 foi maior no grupo de titulados no doutorado do que no mestrado. Esta leve diferença, contudo, não se manteve nas décadas seguintes. A instituição possui certa estabilidade na intensa sub-representação de mulheres entre suas professoras.

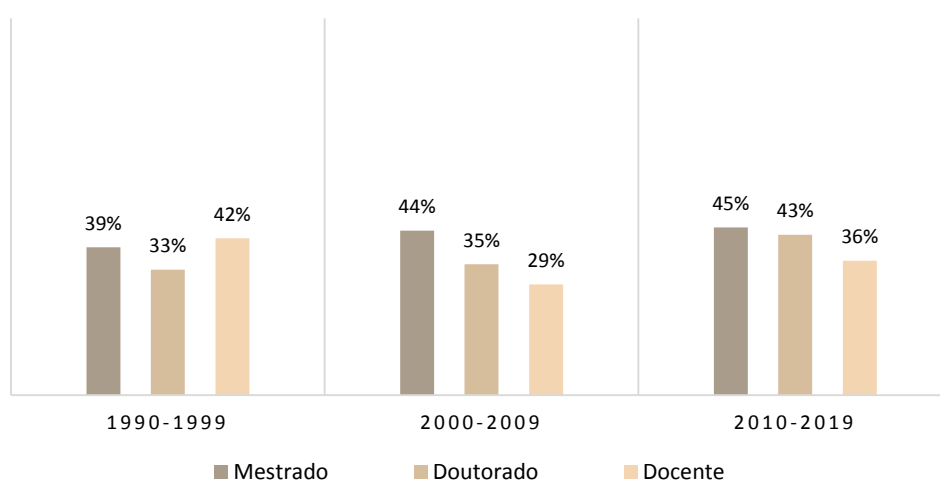
**Gráfico 8:** Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na USP por década (1990-2019)



Fonte: elaboração da autora a partir de informações do repositório da universidade.

O programa de pós-graduação em ciência política da UFRGS é outro que obteve variação na tendência de diminuição feminina nos postos mais altos da carreira. O Gráfico 9 demonstra que na década de 1990 havia mais mulheres orientando teses e dissertações do que nos períodos mais atuais. Nesse sentido, a instituição registrou um retrocesso no que toca à diversificação de seu quadro docente.

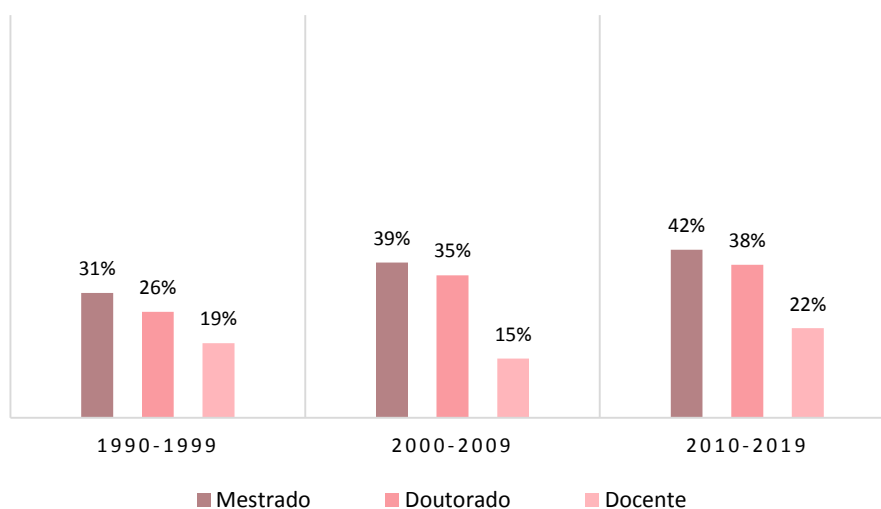
**Gráfico 9:** Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na UFRGS por década (1990-2019)



Fonte: elaboração da autora a partir de informações do repositório da universidade.

No IUPERJ/IESP-UERJ, as três décadas examinadas reproduzem o mesmo padrão (Gráfico 10). Mulheres são minoritárias em todos os níveis, mas sua proporção decresce conforme se avança na titulação de pós-graduação e na ocupação do cargo de docência. Um aspecto importante para considerar nesses casos é que o total é pequeno, então alterações de um outro caso já podem impactar bastante no percentual identificado.

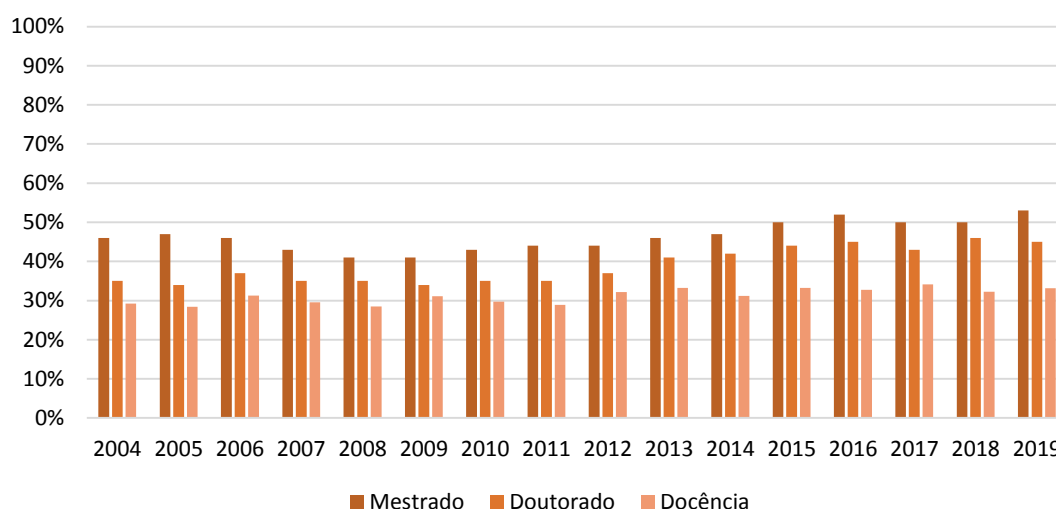
**Gráfico 10:** Proporção de mulheres nas posições de formação e docência no IUPERJ/IESP-UERJ por década (1990-2019)



Fonte: elaboração da autora a partir de informações do repositório da universidade.

As pequenas diferenças constatadas nas instituições pioneiras se referem, então, à década de 1990. Nos anos 2000, com exceção do programa de ciência política da UFMG, as outras três pós-graduações tiveram a mesma inclinação. O Gráfico 11 apresenta dados para a totalidade de discentes matriculados e docentes permanentes dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES entre os anos 2004 e 2019. Há maior oscilação nos percentuais de estudantes por gênero do que no de professores, assim como presença de *leaky pipeline*.

**Gráfico 11:** Proporção de mulheres nas posições de formação e docência na ciência política contemporânea (2004-2019)



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Nem mesmo os programas que se concentram em campos de pesquisa com mais mulheres destoam no quesito do *leaky pipeline*, conforme vemos na Tabela 13. A variação da participação feminina chega a cair pela metade em alguns casos, como o de Estudos Estratégicos e o dos programas classificados em “Outros”. Os espaços adicionados à “ciência política” são os que parecem encarar menor queda, ainda que também possuam sub-representação de mulheres em todos os estágios da carreira.

**Tabela 13:** Proporção de mulheres na pós-graduação da grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” de acordo com a temática do programa e o estágio de formação ou carreira

| Leaky Pipeline                 | Mestrado   | Doutorado  | Docência   |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| <b>Ciência Política</b>        | 46%        | 46%        | 32%        |
| <b>Relações Internacionais</b> | 54%        | 48%        | 37%        |
| <b>Estudos Estratégicos</b>    | 34%        | 21%        | 16%        |
| <b>Políticas Públicas</b>      | 66%        | 50%        | 46%        |
| <b>Outros*</b>                 | 52%        | *          | 20%        |
| <b>Total</b>                   | <b>50%</b> | <b>45%</b> | <b>33%</b> |

Fonte: elaboração da autora com base em dados da Plataforma Sucupira para 2018.



O que afasta as mulheres da profissionalização acadêmica e, mais especificamente, da docência? Em artigo sobre a trajetória do grupo na Física, Betina Lima (2013: p.885) postula o conceito de “labirinto de cristal” para discutir os desafios de diversificação na própria área e na ciência como um todo. A proposta da autora tem ponto de partida em uma crítica à concepção do “teto de vidro”, que, segundo ela, reforça a ideia de preocupação com as assimetrias apenas nos níveis mais altos da carreira e pode suscitar a “errônea percepção de que não há obstáculos para as mulheres até que desejem ascender na profissão”. A crítica de Lima é importante por conciliar um bom diagnóstico dos estudos existentes com uma nova proposição de análise respaldada por pesquisa empírica.

A partir de entrevistas, ela identifica dinâmicas do labirinto de cristal. Em comum com a noção de “teto de vidro”, o “labirinto de cristal” faz alusão ao caráter invisível das discriminações de gênero - que muitas vezes aparecem também como internalizadas pelas mulheres -, mas, em contraposição, enfatiza a continuidade dos percalços na experiência vivida no cotidiano, não somente no estágio da disputa por poder. Dentre as ocorrências rotineiras, Lima chama a atenção a aspectos como as expectativas de comportamento, o questionamento da competência feminina, muitas vezes associada a suas relações com os homens, a sobrecarga de trabalho e, inclusive, a falta de permeabilidade e apoio das instituições responsáveis por avaliar a produção científica a fatores como a maternidade e o cuidado.

No texto de Lima são indicados uma série de conceitos, contextualizados como elementos do labirinto de cristal, que descrevem opressões contra as mulheres. A autora destaca que o gênero feminino recebe uma “inclusão subalterna”, caracterizada por participar das comunidades acadêmicas, mas receber menos reconhecimento do que seus pares homens (Lima, 2013: p.885). É também essa prática que estamos averiguando na presente tese. Como nossos dados indicaram, as mulheres participaram da institucionalização da ciência política brasileira desde seu início. Mas durante o desenvolvimento das pós-graduações, o grupo marcou presença substantiva em uma esfera que costuma não ser considerada como importante pelas análises que definem os “fundadores” da disciplina, qual seja, a dos quadros discentes. Conforme mostraremos na próxima seção e no capítulo seguinte, elas tomaram parte na criação de associações profissionais, conduziram pesquisas pioneiras e contribuíram para a produção intelectual

que começou a defender a autonomização da área, mesmo quando ainda figuravam como estudantes.

O problema da pouca qualificação de mulheres como fundadoras da ciência política está sobretudo nas escolhas analíticas em relação aos objetos observados. Isso diz respeito não só à desconsideração de estágios mais baixos da carreira, quando as pessoas estavam ainda no período de formação, como também a esferas de poder onde elas apareciam. Lima (2013) afirma que as desigualdades na ciência são causadas por múltiplos fatores e que a crítica feminista tem contribuído para debatê-las com enfoques variados, que intentam, dentre outras coisas, explicar a baixa presença de mulheres em certas áreas ou posições de prestígio e retomar a trajetória de pioneiras, objetivos que são perseguidos no presente trabalho. Há, também, a promoção de um certo estímulo à movimentação da produção de conhecimento. Pesquisadoras dos estudos de gênero apontam o sexismo e o androcentrismo nas análises acadêmicas, ao mesmo tempo que propõem alternativas de investigação.

A presente tese argumenta que as narrativas de história da ciência política brasileira têm privilegiado observar a fundação da disciplina a partir dos fundadores que figuravam no topo da carreira, sem ponderar que as condições sociais de institucionalização de uma área demandam o investimento de novos membros que muitas vezes assumem papéis importantes em sua evolução. Nas páginas abaixo, finalizamos esse capítulo discutindo a atuação do grupo feminino na constituição de redes que dinamizaram e fortaleceram a comunidade acadêmica no Brasil.

### **2.3 A criação de redes de pesquisa e a trajetória das associações profissionais**

As associações profissionais são espaços que reúnem estudantes, professores e pesquisadores em torno de temas específicos de suas áreas de trabalho. Essas organizações podem exercer diferentes funções, mas, geralmente, no âmbito da ciência política, promovem congressos, grupos de debate e agendas de pesquisa que colaboram para dinamizar a produção intelectual, fomentar interlocuções e fortalecer processos de autonomia disciplinar. Grande parte dos analistas que se aprofundam de alguma maneira na institucionalização da área de estudos políticos no Brasil enunciam em seus textos que a primeira dessas experiências foi criada no país na década de 1980 (BULCOURF, MARQUEZ e CARDOZO, 2014; AMORIM NETO e SANTOS, 2015; AVRITZER,

MILANI e BRAGA, 2016) ou até 1990 (AMORIM NETO e SANTOS, 2005). Mesmo quando os artigos não explicitam datas, é possível conjecturar que se baseiam em estimativas similares pois ressaltam a continuidade de atividades, não distinguem ações paralelas, fazem referência a iniciativas findadas ou a gerações diferenciadas (LEITE e CODATO, 2013; MARENCO, 2014).

Está quase ausente na literatura de história da ciência política brasileira, ou nos seus retratos conjunturais, o reconhecimento de uma experiência prévia, que ocorreu ainda nos anos 1960, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (FGV-RJ)<sup>63</sup>. Seu nome também era Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), assim como a existente nos dias atuais. Trataremos, então, de estabelecer um panorama da participação feminina na “findada” ABCP e na “nova” ABCP.

### 2.3.1 A “findada” ABCP

O desenvolvimento da Ciência Política no Brasil estava a exigir a organização de uma associação brasileira que reunisse os professores e especialistas interessados no estudo e pesquisa científica.

Foi atendendo a êsse objetivo e a sugestão da Associação Internacional de Ciência Política que o Instituto de Direito Público e Ciência Política convocou por correspondência, numeroso grupo de especialistas sugerindo a criação daquela instituição...” (REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA, 1966a: p.145).

O trecho supracitado abre o documento “Associação Brasileira de Ciência Política”, divulgado no vol.9, n.3, da *Revista de Direito Público e Ciência Política* do Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Originada em 1966 na cidade carioca, a findada ABCP elegeu o periódico publicado pela instituição, que mais tarde seria nomeado apenas de *Revista de Ciência Política* (RCP), como “órgão oficial da Associação” (REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA, 1966a: p.146). Nas páginas desses meios impressos seriam circuladas diversas contribuições que tratavam da ciência política, desde atas de reunião de grupos mobilizados a consolidar a disciplina, até listas bibliográficas de textos lançados pelo mundo, resenhas de eventos acadêmicos nacionais e internacionais, noticiários, estudos sobre o desenvolvimento da disciplina, pesquisas de cientistas

---

<sup>63</sup> Tratei do tema em Candido (2018, 2020). Recentemente mais autores mencionaram a experiência. Ver: Feres Júnior, 2020; Marques e Carvalho, 2020.

políticos que se tornariam pioneiros na área e traduções de cientistas políticos estrangeiros.

O capítulo III se aprofunda mais nos estilos de publicação da RCP e no perfil de seus autores. Nessa seção, enfocaremos brevemente as características de criação da associação e alguns de seus desdobramentos. Na primeira de duas reuniões que definiram a constituição da organização estiveram juntos apenas homens. O encontro inaugural de setembro contou com Themístocles Cavalcanti, Orlando de Carvalho, Miguel Reale, Paulo Bonavides, Candido Mendes de Almeida, Pe. Fernando Bastes D'Ávila, Osmar Ferreira, Aderson de Menezes, José Pedro Galvão de Sousa, Dalmo Dallari e Armando de Oliveira Marinho, e determinou uma comissão executiva provisória. Nela, Cavalcanti figurava como presidente, Orlando de Carvalho e Paulo Bonavides como vice-presidentes, Candido Mendes de Almeida, Fernando Bastos D'Ávila e Osmar Ferreira como vogais, e, por fim, Flávio Novelli e Eutacílio Leal como suplentes (REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA, 1966a).

Já no segundo compromisso, ocorrido no dia 18 de outubro e documentado em “Reunião da Associação Brasileira de Ciência Política”, com liderança do presidente Themístocles Brandão Cavalcanti, foi escolhido como secretário-executivo da associação Armando de Oliveira Marinho, editor-chefe da RDPCP. Em distinção ao registro de setembro, nessa ocasião mulheres começaram a aparecer de duas formas: como integrantes fundadoras da associação e como coordenadoras de pesquisas promovidas no INDIPO e vinculadas à fundada ABCP. Um total de quarenta pessoas integrava a listagem de fundação da organização, sendo elas: Aspásia Brasileiro de Alcântara, Celestino Sá Freire Basílio, Fernando Bastos D'Ávila, Tocary de Assis Bastos, Paula Beiguelman, Ana Maria de Freitas Brasileiro, Luís Navarro de Britto, Orlando M. Carvalho, Antonio Octávio Cintra, Dalmo de Abreu Dallari, Roberto Costa Fachin, Manoel Gonçalves Filho, Oliveiros da Silva Ferreira, Ary Guimarães, Raul Machado Horta, Eutacílio da Silva Leal, Maria Regina Soares de Lima<sup>64</sup>, Carlos Alberto Estevan Aldo Martins, Aderson Menezes, Abelardo Montenegro, Albérico Motta, Flávio Bauer Novelli, Nilda Águeda Martínez Pita, Hélio Pontes, Miguel Reale, Fábio Wanderley Reis, João Ubaldo Ribeiro, Margarida Maria Lessa de Sá, Nelson de Souza Sampaio, Wanderley Guilherme dos Santos, Oscar Saraiva, Glória Maria Mariani Collet Solberg, Amaury Guimarães de Souza, Ruy de

---

<sup>64</sup> No documento, Maria Regina Soares de Lima foi erroneamente referida como Maria Regina Dayrell de Lima. Dayrell é o nome da família de seu pai, porém não é adotado pela cientista.

Souza, Amilcar Alves Tupiassú, João Camilo de Oliveira Torres, Roque Spencer, Paulo Bonavides, Júlio Barbosa e José Pedro Galvão de Souza (REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA, 1966b). A Imagem 10 (ANEXO C) apresenta informações completas dos nomes que supostamente participaram do início da empreitada. Muitos dos acadêmicos que integraram o documento conquistaram notoriedade como pioneiros na disciplina, tal qual Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis (FORJAZ, 1997). Dentre o gênero feminino figuraram sete mulheres, ou o que representou 18% da composição do grupo.

Embora as atas de fundação da findada ABCP permitam indicar o envolvimento de uma coletividade no momento em que ela foi gerada, há evidências que sua curta duração esteve majoritariamente associada às redes de Themistocles Cavalcanti, que exercia funções importantes na UNESCO e participou de uma série de iniciativas de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e nos países vizinhos, como a criação do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)<sup>65</sup>. Cavalcanti era um jurista e foi um dos fundadores do Núcleo de Direito Público da FGV-RJ em 1947<sup>66</sup>. Poucos anos depois de sua origem, em 1952, o Núcleo seria transformado em Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO<sup>67</sup>), cuja direção seria ocupada por Themistocles até seu falecimento, na década de 1980.

O INDIPO foi concretizado no mesmo ano em que Cavalcanti se tornou membro da International Political Science Association (IPSA) - 1952. A relação da findada ABCP com a IPSA aparece de diversas maneiras nos registros da RCP: em declaração de articulação direta para promover a ciência política<sup>68</sup>, em tradução de documentos da IPSA<sup>69</sup> ou textos de seus presidentes<sup>70</sup> para o português, em relatórios de participação de representantes da FGV nos congressos internacionais<sup>71</sup>, em noticiários<sup>72</sup>, em eventos

---

<sup>65</sup>Revista de Direito Público e Ciência Política (1958).

<sup>66</sup> Para mais detalhes biográficos de Cavalcanti, consultar o verbete:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes/biografico/themistocles-brandao-cavalcanti> Acesso em 21 fev. 2021.

<sup>67</sup> A sigla do instituto variou ao longo dos anos, no começo era IDPCP, mas depois ficou INDIPO. Para evitar confusões, padronizei desta última forma. Acesso em 20 fev. 2021.

<sup>68</sup> Cavalcanti (1958).

<sup>69</sup> Ver, por exemplo: Goorwaghtigh (1958) e Revista de Ciência Política (1968).

<sup>70</sup> Chapsal (1960).

<sup>71</sup> Ver, por exemplo: Revista de Direito Público e Ciência Política (1961) e Maduro, Oliveira e Tavares (1982).

<sup>72</sup> Ver: Revista de Ciência Política (1967a), Revista de Ciência Política (1967b) e Revista de Ciência Política (1967c).

organizados em conjunto<sup>73</sup>, e, sobretudo, em referências que explicavam as motivações de origem da associação nacional<sup>74</sup>. Em 1967, um dos noticiários publicados nas edições da revista declarava que:

A Associação Brasileira de Ciência Política vem se expandindo de forma promissora, não apenas através da constante solicitação de inscrições em seu quadro, como também pela instalação de Associações Regionais em vários Estados (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1967b ).

Essa “expansão”, todavia, não foi comprovada com o tempo. A iniciativa de operacionalizar uma associação profissional no país, iniciada ainda nos anos 1960, foi se diluindo com o passar dos anos. A RCP termina em 1990, com o óbito de Afonso Arinos de Melo Franco, substituto de Cavalcanti na direção da revista. Mas, antes disso, as próprias páginas da publicação já não mencionavam mais a ABCP com tanta regularidade. O estágio de maior esforço com o empreendimento parece ter sido na gestão de Themístocles. É necessário maior aprofundamento nos acervos da FGV para detalhar mais essa experiência e investigações futuras podem desvelar fatos ainda desconhecidos nas narrativas de história da ciência política no Brasil.

Há, contudo, aspectos relativos à findada ABCP que merecem cuidado. A falta de menção a essa associação na literatura acadêmica pode ser entendida como uma lacuna das pesquisas, mas também como um forte indicativo que a organização não logrou conquistar reconhecimento entre seus pares, se restringindo a um círculo pequeno daqueles que a dirigiam. Algumas das entrevistas que realizamos nessa tese revelam contradições nos documentos que tratam da experiência. Maria Regina Soares de Lima (2021), por exemplo, que consta na ata de fundação (REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA, 1966b), declarou não se lembrar nem de a ter assinado<sup>75</sup>. A

---

<sup>73</sup> Destaque-se nesse quesito o primeiro evento da IPSA feito na América Latina, que era patrocinado pela findada ABCP e contava com o apoio de instituições pioneiras, como o IUPERJ: “Sob o patrocínio da Associação Brasileira de Ciência Política e com a colaboração do Instituto de Direito Público e Ciência Política e do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, a Associação Internacional de Ciência Política realizou, entre os dias 27 e 31 de outubro de 1969, uma Mesa-Redonda de Ciência Política, aqui no Rio de Janeiro. A importância do conclave avulta não apenas pelo aspecto científico, que foi dos mais expressivos, como também pelo fato de ter sido a primeira reunião internacional em Ciência Política que a Associação Internacional de Ciência Política conseguiu realizar na América Latina”. Participaram do evento nomes nacionais como Fanny Tabak, Helio Jaguaribe, Candido Mendes e Simon Schwartzman (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1970).

<sup>74</sup> Revista de Ciência Política (1977).

<sup>75</sup> Além de Maria Regina Soares de Lima, tentei contato com Fábio Wanderley Reis e Antonio Octávio Cintra para averiguar se a percepção era compartilhada, mas não obtive sucesso. Wanderley Guilherme

cientista política também chamou a atenção ao fato que na época ela tinha acabado de se formar na graduação, assim como duas outras mulheres que figuram na listagem: Glória Maria Mariani Collet Solberg e Margarida Maria Lessa de Sá. As três constam na publicação como vinculadas ao IUPERJ. Segundo Soares de Lima, o grupo fazia parte de uma pesquisa coordenada por Rubem Fonseca, mas Solberg e Lessa de Sá nem chegaram a cursar pós-graduação na instituição, tomando rumos que eram divergentes da ciência política.

A percepção de outras duas mulheres de diferentes posições em relação à associação também auxilia a entendermos seu funcionamento. O INDIPO produziu uma série de pesquisas que tiveram coordenação feminina, algumas delas comentadas em maior detalhe no capítulo III. Maria Teresa Kerbauy, que hoje é professora de ciência política na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), trabalhou, junto com Heloísa Michetti, no primeiro survey realizado para mapear a emergente comunidade de ciência política no Brasil, que foi promovido pela findada ABCP. O estudo, decorrente da pesquisa “Situação do Ensino da Ciência Política no Brasil”, iniciada em 1967 ainda com outra equipe - Ana Maria de Freitas Brasileiro, Nilda Águeda Martinez Pita e Amaury de Souza – (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1968), foi indicado a Kerbauy por sua então professora na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Fanny Tabak.

Tabak foi a única professora mulher a integrar como contratada o corpo de docentes do INDIPO no começo dos anos 1970 e sua trajetória também será mais desenvolvida no capítulo III (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1970)<sup>76</sup>. Ainda que diversas pesquisas de política apareçam em artigos e relatórios da RCP como coordenadas por mulheres, a relação delas com a FGV era muitas vezes voluntária e concomitante a experiências de formação em outras universidades<sup>77</sup>. Esse era o caso de Kerbauy e

---

dos Santos era uma figura mais acessível no IESP-UERJ, só que, infelizmente, quando encontrei o documento ele já havia falecido.

<sup>76</sup> Vale mencionar que o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado em 1973 vinculado ao INDIPO e sob a coordenação de Celina do Amaral Peixoto (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1974). Além da coordenação de Celina, o CPDOC contaria com um quadro amplo de pesquisadoras mulheres, dentre elas Ângela de Castro Gomes, com diversas pesquisas nas fronteiras entre ciência política e história.

<sup>77</sup> Maria Terezinha Vieira Moreira, por exemplo, coordenava as pesquisas “Composição Socioeconômica dos Quadros Partidários do Estado da Guanabara” e “Renovação da Representação Popular do Estado da Guanabara”, enquanto era estudante de graduação em Direito na atual UFRJ (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1968). Ver também: TABAK (1971c).

Michetti, que eram estudantes de graduação em Araraquara e trabalharam no relatório do survey sem receber bolsa de pesquisa. Em entrevista, Kerbauy conta que seu contato com a findada ABCP foi intermediado por Tabak e sem demais consequências futuras. A cientista política desconhece os encaminhamentos posteriores da associação (KERBAUY, 2021).

Ana Lucia Lyra de Tavares (2020), por sua vez, associada à carreira de direito e pesquisadora no INDIPO, que foi coautora de um relatório sobre a primeira edição do congresso da IPSA no país<sup>78</sup>, declarou em entrevista que os textos de política eram encomendas de Themístocles e refletiam o interesse dele em desenvolver a ciência política no país. Da mesma forma, Ângela de Castro Gomes (2021), mais uma autora pioneira a aparecer nas edições da RCP, pontuou que a publicação ocorreu em virtude de um convite, feito por Aspásia Camargo, quando Gomes era estudante de pós-graduação no IUPERJ. Ela comentou, ademais, que sua percepção sobre os meios editoriais naquele tempo era que a RCP não circulava bem e não era lugar de melhor visibilidade para a ciência política de qualidade, posto que pertencia à *DADOS*.

Somada à invisibilidade nas produções acadêmicas de história da ciência política no Brasil, os depoimentos de intelectuais e pesquisadoras de variadas relações com a findada ABCP e a sua revista oficial reforçam a conclusão que a organização não teve êxito em ser reconhecida pela comunidade de cientistas. A associação, de vida breve, manteve oscilações nas hierarquias de poder por gênero, que envolveu a centralização da presidência no mandato contínuo de um homem, o Cavalcanti, a inclusão de mulheres graduadas entre suas “fundadoras” e a difusão de cargos de coordenação de investigações sob responsabilidade de estudantes do gênero feminino.

### 2.3.2 A “nova” ABCP

Fundada em 1986, a nova ABCP já iniciou seu funcionamento com uma mulher em posição de poder: Maria Teresa Sadek exerceu o cargo de Secretária Executiva durante os dez anos da primeira gestão de Olavo Brasil de Lima Júnior (1986-1996)<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> Maduro, Oliveira e Tavares (1982).

<sup>79</sup> O site da ABCP informa essa data. No entanto, há dissenso quanto à ela. Em entrevista, Lourdes Sola (2020) afirma que a associação foi “recriada” em 1986. É possível que ela esteja se referindo à experiência da associação da FGV-RJ, uma vez que faz referência ao envolvimento de Candido Mendes nela.



Logo na sequência, que tardou um hiato grande de tempo para ocorrer, a segunda presidência da organização foi ocupada por Lourdes Sola, que permaneceu por dois mandatos e, depois de algum tempo, exerceu funções de liderança na IPSA<sup>80</sup>. Ao longo da sua trajetória a associação teve seis mandatos presididos por mulheres, de um total de quatorze, como detalga a Tabela 14.

**Tabela 14:** Lideranças das chapas da nova ABCP por mandato

| <b>Presidência</b>                | <b>Secretaria Executiva</b>  | <b>Mandato</b> |
|-----------------------------------|------------------------------|----------------|
| Luciana Veiga                     | Marjorie Marona              | 2020-2022      |
| Flavia Biroli                     | Fernando Guarnieri           | 2018-2020      |
| Renato Perissinotto               | Cristina Buarque de Hollanda | 2016-2018      |
| Leonardo Avritzer                 | Carlos R. S. Milani          | 2014-2016      |
| Leonardo Avritzer                 | Carlos R. S. Milani          | 2012-2014      |
| Fabiano Guilherme Santos          | Amâncio Jorge de Oliveira    | 2010-2012      |
| Fabiano Guilherme Santos          | Amâncio Jorge de Oliveira    | 2008-2010      |
| Maria Hermínia Tavares de Almeida | Leticia Pinheiro             | 2006-2008      |
| Maria Hermínia Tavares de Almeida | Marcus Figueiredo            | 2004-2006      |
| Gláucio Soares                    | Sônia Miriam Draibe          | 2002-2004      |
| Gláucio Soares                    | Sônia Miriam Draibe          | 2000-2002      |
| Lourdes Sola                      | Renato Lessa                 | 1998-2000      |
| Lourdes Sola                      | Renato Lessa                 | 1996-1998      |
| Olavo Brasil de Lima Júnior       | Maria Teresa Sadek           | 1986-1996      |

Fonte: elaboração da autora com base em consulta ao website da ABCP.

A despeito de ter tido mulheres em posições de liderança institucional desde sua fundação, a nova ABCP até recentemente não possuía procedimentos regimentais que garantissem a igualdade ou inclusão de gênero. Como discutido no capítulo I, foi na gestão de Flávia Biroli e Fernando Guarnieri (2018-2020), que a associação mais avançou na promoção da diversidade. Em estudo que mapeia as desigualdades na participação dos eventos oficiais da organização, Danusa Marques e Layla Carvalho (2020) salientam

<sup>80</sup> A cientista política foi vice-presidente da IPSA entre 2003-2006, sendo eleita como presidente no mandato subsequente. Ver em: <http://nupps.usp.br/index.php/lourdes-sola-15> Acesso em 12 de dezembro de 2020.

mudanças positivas na incorporação do grupo feminino nos espaços de debate entre 2016 e 2018 em função do agendamento do tema das desigualdades promovido na transição dos mandatos. Dados para o 12º Encontro Nacional da ABCP, que ocorreu virtualmente, mostram também que as mulheres predominaram entre as presentes, sendo 52% das inscritas que estiveram no evento, contra 47% de homens<sup>81</sup>.

Ainda em relação às mulheres, vale ressaltar a forte presença de gerações fundadoras uspianas nas presidências iniciais da ABCP. Enquanto na metade dos mandatos, o Rio de Janeiro foi representado por pioneiros como Olavo Brasil de Lima Júnior, Gláucio Soares, Renato Lessa e Marcus Figueiredo, todos relacionados com o IUPERJ; o grupo feminino dessas primeiras gestões tinha dominação paulista. Maria Teresa Sadek, que inaugurou o cargo de Secretária Executiva, adquiriu doutorado em 1984 na USP e em 1986 já estava dando aulas na mesma universidade. É ela, junto com Lourdes Sola e Maria Hermínia Tavares, que pressiona colegas da comunidade acadêmica para dinamizar a ABCP. Em entrevista, Sola (2020) declara que a recriação da ABCP nos anos 1980 a manteve apenas “dormente” e que elas se articularam na década de 1990 para mudar isso. Sola e Tavares exerceram dois mandatos na liderança da organização e são professoras de longa data na USP. Sônia Draibe, por seu turno, conquistou o doutorado pela universidade em 1981, se tornando docente na UNICAMP.

### 2.3.3 O cenário global: a diversidade de gênero na nova ABCP e nas demais associações de ciência política do mundo

As associações profissionais de ciência política nem sempre reproduzem o mesmo tipo de vitalidade em cada país, mas representam organizações oficiais da disciplina que podem de alguma maneira funcionar como parâmetro para observarmos a participação dos grupos sociais nos meios acadêmicos de seus respectivos países. O Mapa 1 busca fornecer um apanhado geral da participação de mulheres em tais espaços. O dado se refere à proporção de gênero de associados de cada contexto nacional, informação coletada por survey realizado pela IPSA em 2017. Os países que obtiveram os melhores desempenhos em termos de inserção feminina foram a Tunísia (58%) e a Turquia (54%). Outros 11 países ficaram entre 40% e 48% de associadas mulheres (além do Brasil, Islândia, Rússia,

---

<sup>81</sup> Ver o Relatório Gestão ABCP 2018-2020. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/institucional/diretoria> Acesso em 2 de janeiro de 2021.

Croácia, Bolívia, Nova Zelândia, França, Canadá, África do Sul, Espanha e Bulgária), 30% e 39% (Austrália, Bélgica, Polônia, Dinamarca, Finlândia, Lituânia, Estados Unidos, Suíça, Coreia do Sul, Alemanha, Reino Unido Irlanda, Portugal, Grécia e Itália), 28% e 29% (Chile e Noruega) e 12% e 17% (China e Japão).

**Mapa 1:** Proporção de mulheres filiadas a associações profissionais por país (2017)

**DISPARIDADE DE GÊNERO NAS ASSOCIAÇÕES DE CIÊNCIA POLÍTICA PELO MUNDO**

*Proporção de mulheres entre participantes de associações de Ciência Política, por país, em 2017*



Fonte: elaboração própria com base em dados da IPSA<sup>82</sup>.

Há casos de países que não responderam ao questionário da IPSA naquela ocasião, mas dispõem de estatísticas, como a Argentina, cujo congresso da SAAP de 2017 somou 48,92% de apresentações de mulheres (VALLEJO, 2017). Apesar da paridade de participação feminina no evento, a SAAP, criada em 1982, nunca teve uma mulher na presidência. Mulheres constituem proporção alta de colaboradoras nos eventos de ciência política, mas não ascendem ao cargo mais representativo de poder na comunidade acadêmica. Sofrem, portanto, uma exclusão vertical. Cenário similar ocorre na Tunísia, que tem maioria feminina entre as associadas, mas nunca indicou uma presidenta, só que a associação do país foi criada apenas em 2011. De acordo com o relatório da IPSA, redigido por Yasmeeen Abu-Laban, Marian Sawyer e Mathieu St-Laurene (2018), apenas outros cinco países nunca tiveram mulheres na presidência de suas associações da

<sup>82</sup> Agradeço ao colega Niury Novacek pela elaboração do mapa. Agradeço também a Marian Sawyer e Mathieu St-Laurene por disponibilizarem a base de dados completa do survey da IPSA. No relatório publicado em 2018 constavam apenas os países com associações mais populosas.

disciplina: China, Japão, Holanda, Coreia e Dinamarca - todos países que possuem baixa participação feminina nos seus quadros associados.

No que toca a inclusão do gênero feminino na ciência política, o lugar ocupado pelo Brasil em relação aos outros países não é dos piores. Mantemos profundas desigualdades, mas as mulheres participaram ativamente da fundação da disciplina e conquistaram postos de poder em um curto espaço de tempo. Da mesma forma que os problemas de gênero não se reduzem a um campo do conhecimento, eles também não se limitam a fronteiras geográficas. Colocar essas duas dimensões em perspectiva com a nossa realidade contribui para avaliarmos melhor nosso passado, presente e futuro.

## **2.4 Considerações finais**

Estudos sobre desigualdades frequentemente colocam em evidência questões negativas: falta de mulheres, sub-representação de negros, baixa diversidade etc. Embora tais diagnósticos costumem refletir a triste realidade na qual estamos imersos, muitas vezes deixamos de observar avanços e êxitos da atuação dos próprios grupos sociais. O objetivo desse capítulo foi fornecer um levantamento amplo das relações de gênero na ciência política, no que se refere à inserção de homens e mulheres, na trajetória da composição dos quadros discentes e docentes das pós-graduações, assim como da formação das associações profissionais. Enquanto no capítulo anterior mapeamos a literatura sobre o tema e vimos que existiam poucos registros sobre as fundadoras do gênero feminino, escassez aliada à raridade de balanços das assimetrias na área, na presente etapa identificamos a participação de mulheres em uma parte da história da disciplina. No próximo capítulo, por seu turno, avançamos para analisar a produção intelectual, ainda com o objetivo de avaliar a real participação das pioneiras na constituição da área no Brasil.

Antes disso, todavia, cabe retomar alguns elementos para reflexão. Esse estágio da tese reuniu dados secundários de diferentes fontes, que indicaram a oscilação da participação feminina na ciência política brasileira no decorrer das décadas. O caráter instável dessa inserção não nos permite concluir que houve melhora ou piora na composição da área. Assim, devemos estar alertas para possíveis retrocessos que ameaçam nossa disciplina, muitas vezes estimulados pela conjuntura política, como salientado no estudo de Shames (2010) ao abordar a diversidade na área nos EUA. O

Brasil é um dos países com os piores resultados para a representação de mulheres em cargos eletivos, mas o mesmo não ocorre para a ciência política, onde o grupo marcou, historicamente, posições importantes e estabeleceu um bom desempenho quando comparado a outros contextos nacionais.

Os paralelos da ciência política com áreas do conhecimento distintas e com demais realidades do mundo abrangem as interpretações possíveis sobre particularidades da disciplina e sua trajetória no país. Diversos problemas de gênero não se reduzem a um campo científico e precisam encontrar respostas coletivas na comunidade como um todo. A falta de reconhecimento de espaços que as mulheres ocupam na construção e reprodução de saberes, por exemplo, requer que os estudos acadêmicos tomem o gênero como categoria transversal em suas análises, independente de seus enfoques temáticos. Um empecilho para que as narrativas históricas deem conta das contribuições femininas na ciência é o privilégio costumeiro dado à observação de atores que estão no topo das hierarquias de poder. As pesquisas em ciência política começaram a surgir no Brasil com mulheres em diversos âmbitos. Embora tenham se incorporado à docência mais tarde, elas compuseram o corpo estudantil das primeiras pós-graduações e trabalharam na condução de investigações pioneiras em setores como o fomentado na fundada ABCP da FGV-RJ.

Considerar ambientes e estágios de carreira menos prestigiados não significa superestimá-los, mas sim conjecturar que são neles que as mulheres, e outros grupos atingidos por desigualdades, podem estar. Acompanhar os discentes de instituições pioneiras é relevante não só por afirmar uma história por “baixo”, capaz de encontrar as contribuições de parcelas populacionais usualmente excluídas das análises sobre intelectuais, como também trazer centralidade à dimensão do ensino. Os professores podem executar as decisões que definem o conhecimento transmitido, mas eles não existem sem a recepção de seus estudantes e a reprodução de suas ideias. Os caminhos que essas gerações seguiram ajudam a entender o que se deu do ofício de cientista político. Em tal ciência, muitas vezes associada ao gênero masculino, as mulheres ajudaram a abrir as portas da pós-graduação, estando consideravelmente entre os primeiros titulados no mestrado e inaugurando a defesa de teses.

A distintas formas que as desigualdades se manifestam, seja no plano da presença quantitativa (exclusão horizontal) ou hierárquica (exclusão vertical) só podem ser bem compreendidas se as pesquisas não se restringirem a valorizar apenas os níveis mais altos

de determinadas profissões. Na ciência política brasileira, o desafio enfrentado na contemporaneidade é duplo: ainda temos poucas docentes, o que atesta a dificuldade das mulheres progredirem no âmbito acadêmico; e, por outro lado, instituições de maior prestígio e tradição histórica têm reduzido a seleção de estudantes de mestrado do gênero feminino. O problema é maior pois os dados mostram que o grupo possui participação mais elevada em níveis de menor prestígio na academia. Se até mesmo nesses estágios há indícios de queda de diversidade, é urgente que a comunidade passe a debater mais as assimetrias em seu interior.

### 3. CARTOGRAFIA E TIPOLOGIA DAS PIONEIRAS DA CIÊNCIA POLÍTICA<sup>83</sup>

#### 3.1 Introdução

Mulheres colaboraram como docentes, mas sobretudo como discentes, pesquisadoras e fundadoras de associações profissionais no período inicial de desenvolvimento da ciência política brasileira, conforme pudemos observar no capítulo precedente. Nessa etapa da pesquisa, por sua vez, nos debruçamos sobre a inserção feminina na produção intelectual da disciplina e postulamos um modo objetivo de classificação de “pioneiras”. A proposta consiste na elaboração de uma cartografia da autoria dos trabalhos publicados em algumas das primeiras revistas da área, com atenção especial às edições precursoras lançadas entre os anos 1950 e 1970. A intenção de fazer uma “cartografia” almeja proporcionar um acervo de memória que localiza as acadêmicas em parte da história intelectual e institucional dos estudos sobre política, mas também fornece embasamento preliminar para análises com recortes temporais mais extensos que procurem ir além da constatação de desigualdades na atualidade, indagando como e por que as relações sociais no interior deste campo do conhecimento foram moldadas pela constante sub-representação feminina<sup>84</sup>.

O trabalho toma como objeto produções bibliográficas, buscando apreender os meios de veiculação, os temas e as redes que caracterizaram parcela significativa dos primórdios da participação de mulheres na ciência política brasileira. Para tal, utilizarei técnicas de bibliometria e métodos qualitativos, como as entrevistas e as análises de trajetória, a fim de complementar informações históricas e orientar a reconstituição de relações sociais. Após essa introdução, o texto percorre três etapas principais: (I) a descrição da conformação de um circuito de revistas nacionais precursoras e da distribuição de gênero de seus autores ao longo das décadas; (II) a construção de uma cartografia e uma tipologia de pioneiras; e, por fim, (III) o exame de perfis singulares elegidos a partir de um critério específico: a atuação em discussões que enfrentavam os desafios de elevar os fenômenos políticos a aspectos particulares de investigação.

---

<sup>83</sup> Uma versão preliminar e adaptada desse capítulo foi publicada em Candido (2020).

<sup>84</sup> Lynch (2016) elaborou também uma “cartografia” sobre o pensamento político brasileiro em artigo publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*. Disponível em:

### 3.2 As revistas pioneiras de ciência política

A trajetória de revistas de ciência política no Brasil pode ser dividida em pelo menos três momentos: o que antecede a institucionalização da disciplina e registra os esforços iniciais de delimitação de temas de pesquisa, o que acompanha a expansão da área e, finalmente, o que se manifesta na consolidação desse campo do conhecimento na contemporaneidade. Durante o transcurso dessas etapas históricas, as publicações assumiram papéis diferenciados, que marcaram não somente a existência particular de cada revista, como também contribuíram ao entendimento das condições de profissionalização de uma nova área de investigação científica.

Embora as reflexões sobre política antecedam a criação, a partir dos anos 1950, de revistas periódicas direcionadas ao aperfeiçoamento do tema enquanto campo de pesquisa, é com a fundação de alguns projetos editoriais no interior das universidades que as linhas de investigação e as justificativas de demarcação de uma “nova” ciência política começaram a ser enunciadas no debate acadêmico. A etapa inicial desta perspectiva histórica pode ser descrita pelo surgimento de publicações como a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), em 1956, a *Revista de Direito Público e Ciência Política*, em 1958, que depois se transformou, em 1967, na *Revista de Ciência Política* (RCP), e a *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, iniciada em 1966.

Essas publicações convergiram nos seguintes aspectos: a) traduzir e disseminar a obra de cientistas políticos estrangeiros, sobretudo dos EUA e da Europa, como Arend Lijphart e Philippe Schmitter; b) divulgar pesquisas pioneiras sobre eleições, política local e representação; c) veicular textos de autores que seriam mais tarde reconhecidos como fundadores dessa nova etapa dos estudos sobre política, como Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, Antônio Octávio Cintra, Glaucio Ary Dillon Soares, Olavo Brasil de Lima Júnior, Victor Nunes Leal, Marcus Figueiredo e outros. Tais meios impressos ajudaram a dar origem e a expandir um sistema de comunicação de pesquisas voltado à centralidade da política como objeto de estudo.

A fundação dessas revistas não se deu de maneira isolada. Além de uma consistente tradição de pensamento político brasileiro (KEINERT E SILVA, 2010; LYNCH, 2013), o país já recebia atenção de organismos internacionais interessados na profissionalização da ciência política, como a UNESCO (MENEZES, 1950), e até mesmo



do governo federal, que ainda nos anos 1940, promovia órgãos de incentivo a análises da política, como o Instituto Nacional de Ciência Política, vinculado ao governo Vargas e responsável pela edição do boletim *Ciência Política*, publicado entre 1943 e 1945<sup>85</sup>. Tanto essa quanto demais publicações precursoras aparecem no relatório “O Ensino e a Pesquisa da Ciência Política no Brasil”, encomendado pela findada ABCP e redigido por Lídice Aparecida Pontes Maduro em 1979.

Na compilação de Maduro (1979) estão listadas revistas que tiveram períodos de edição muito reduzidos, que propuseram abordagens mais amplas sobre as ciências sociais ou mesmo que serviram exclusivamente de material de divulgação de instituições de ensino e pesquisa<sup>86</sup>. A RBEP, a RCP e a DADOS são os casos mencionados por ela que acabaram imprimindo em suas edições esforços mais longevos de desenvolvimento da ciência política. Enquanto as duas primeiras deixavam claro em seus títulos e editoriais o intuito de avançar na qualificação da disciplina, DADOS, que se propunha uma revista mais interdisciplinar, acabou registrando em sua história a presença predominante de trabalhos de cientistas políticos (CAMPOS, FERES JÚNIOR e GUARNIERI, 2017).

Há, contudo, desafios distintos para analisar essas revistas. A RBEP não possui todo o seu acervo digitalizado e o acesso às primeiras edições da publicação é parcial. A partir de contato com o comitê editorial, consegui as capas que indicavam os títulos dos artigos e o nome de seus respectivos autores(as), mas não foi possível consultar o restante das páginas de cada volume. Ainda assim, como a presente pesquisa tem como objetivo utilizar os periódicos como um dos pontos de partida para mapear a presença de mulheres e homens na produção intelectual dos primórdios da nova ciência política brasileira, tal problema não interferiu significativamente no resultado final almejado. O conteúdo publicado nos anos restantes – desde 1999 - foi verificado no repositório virtual (<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep>).

Nos dados demográficos sobre autoria de artigos que serão examinados a seguir acabei por considerar diferentes parâmetros na seleção do material avaliado nas revistas. Na RBEP, em vista da falta de acesso ao conteúdo geral dos textos, comuniquei todos os autores e artigos. Ficaram de fora apenas algumas exceções, como edições cujas capas

---

<sup>85</sup> Para ver um fascículo, acesse: [http://memoria.bn.br/pdf/162493/per162493\\_1942\\_05004.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/162493/per162493_1942_05004.pdf)

<sup>86</sup> São citadas: *Ciência Política*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *DADOS*, *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, *Documentação e Atualidade Política*, diferentes revistas do CEBRAP, *Revista de Direito Público e Ciência Política*, *Revista Ciência e Cultura*, *Revista Política* (Maduro, 1979).

não estavam acessíveis<sup>87</sup>, textos de apresentação ou editoriais, e números voltados especialmente a contendas jurídicas. Ademais, durante o final dos anos 1990 e início dos 2000 a revista permaneceu sem ser editada, retornando em 2004<sup>88</sup>. A RCP e a DADOS, por sua vez, possuem toda a sua coleção online. A facilidade da consulta aos volumes das revistas permitiu que materiais interessantes fossem encontrados na RCP, mesmo que não se tratassem de artigos acadêmicos. Nesses casos, em particular, relatórios de pesquisas e reuniões, bem como transcrições de encontros e palestras, foram relevantes para identificar os principais pesquisadores em ciência política vinculados à instituição. Em DADOS, por fim, atualizei o banco de dados utilizado por Campos, Feres Júnior e Guarnieri (2017), que considerou só textos com formatação de artigo acadêmico<sup>89</sup>.

Nos últimos anos, os periódicos adquiriram centralidade nas atividades de acadêmicos. O livro como mecanismo de divulgação científica perdeu espaço para os artigos<sup>90</sup>. A consagração de carreiras, a concessão de bolsas de produtividade e a qualificação de programas de pós-graduação são, cada vez mais, determinadas pela capacidade dos pesquisadores terem trabalhos aceitos em revistas bem posicionadas no sistema de avaliação nacional, o Qualis CAPES (LEITE e CODATO, 2013). Esse formato de publicação tem sido, ademais, fonte de estudos sociais sobre a própria ciência, aspecto facilitado pela modernização dos meios de comunicação e das técnicas no campo da bibliometria.

A observação de revistas acadêmicas como instrumento de ponderação sobre a ciência política cresceu na disciplina. Contudo, essas perspectivas costumam partilhar um escopo de pesquisa restrito aos estratos de periódicos de melhor desempenho, classificados como A1, A2 e B1 pela CAPES<sup>91</sup>. Isso significa que a produção veiculada fora das publicações de elites intelectuais geralmente não entra nas análises conjunturais da disciplina. Apesar da justificativa da seleção ser razoável e valorizar os consensos

---

<sup>87</sup> No total, 12 edições não foram acessadas, sendo elas os volumes 23, 50, 60, 61, 62, 63, 64, 88, 89, 93, 94 e 95.

<sup>88</sup> UFMG. Direito relança Revista Brasileira de Estudos Políticos. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/000142.shtml> Acesso em 10 de setembro de 2020.

<sup>89</sup> A partir da pesquisa para esta tese, divulguei resultados preliminares em: CANDIDO, Marcia. (2020).

<sup>90</sup> O fato dos livros terem perdido espaço para os artigos não quer dizer que eles não tenham mais importância. Do ponto de vista histórico, ademais, existem poucas pesquisas sobre o papel do mercado editorial na institucionalização das grandes áreas das Ciências Sociais. Ver, por exemplo, Villas Bôas (2007) e Silva (2019).

<sup>91</sup> Para maiores informações sobre os critérios de definição do Qualis, ver o referido artigo de Leite e Codato, 2013.

Há muitos casos que já foram citados nesse texto, mas no que toca a análises sobre diversidade de gênero ver: Campos, Feres Júnior e Guarnieri (2017) Mendes e Figueira (2019) e Marques e Carvalho (2020).

de excelência mais aceitos entre a comunidade científica, é evidente que bastante material é perdido.

No que toca às desigualdades, é possível que esse recorte seja insuficiente para dimensionar oscilantes formas de participação do grupo feminino em produções bibliográficas. Trata-se, por um lado, de delimitar a análise em torno de um corpus de revistas usualmente mais acessível a pessoas que dispõem de melhores posições profissionais, desfrute de tempo, detenção de recursos e segurança na academia, aspectos cumulativos que são majoritariamente masculinos. Para dar alguns exemplos na ciência política, pesquisas têm mostrado que a presença feminina se reduz conforme a carreira progride e uma das explicações pra isso é a sobrecarga das exigências por produtividade em simultaneidade às demandas de trabalho reprodutivo (APSA, 2004). No caso das disparidades de autoria, há evidências que as mulheres submetem menos artigos por perceberem as revistas mais tradicionais da disciplina como pouco abertas às temáticas e métodos com os quais trabalham, além de se exigirem muito, demorarem a socializar resultados de suas pesquisas ou optarem por periódicos mais periféricos (DJUPE, SMITH e SOLHEY, 2018; HENGEL, 2017 apud SAMUELS e TEELE, 2018).

Por outro lado, a adoção do fator de qualidade para definir periódicos a serem analisados em estudos sobre a ciência se baseia em resultados de rankings nacionais e internacionais que são limitados ao presente, algo que nem sempre condiz com a trajetória de construção de circulação de conhecimento em uma disciplina. Ao mesmo tempo em que o circuito de opções disponíveis para publicar tende a aumentar e se transformar conforme o desenvolvimento de campos de pesquisa progride, revistas deixam de existir ou perdem valor.

Se é sabido que a proporção de submissões de autoria individual feminina (BRINGEL, 2016) e aceites de textos com participação de mulheres em variados periódicos brasileiros de elevado reconhecimento é inferior à dos homens em algumas áreas, como é o caso de diversas revistas da Ciência Política, ainda precisamos explorar mais em que medida isso varia de acordo com o formato, a subárea de concentração e o grau de avaliação das publicações (CARPIUC, 2016; CAMPOS, FERES JÚNIOR e GUARNIERI, 2017; MENDES e FIGUEIRA, 2019).

Nas próximas linhas discuto a participação feminina em algumas das primeiras revistas a circular trabalhos acadêmicos de ciência política no Brasil: a RBEP, a *DADOS*

e a RCP<sup>92</sup>. Como esses meios antecedem a criação de programas de pós-graduação e sistemas de avaliação, a disposição hierarquizada de periódicos difundida pela CAPES – o Qualis - não caracterizou a origem das três. Naquela época, a dimensão simbólica de prestígio das publicações era marcada por critérios distintos, como a reputação das instituições às quais eram vinculadas e o poder dos editores em atrair autores de renome. Nesse período primordial, a avaliação anônima por pares não havia sido incorporada, o fluxo de submissões era mais tênue e a periodicidade de edições era bem mais incerta do que em revistas de ponta da atualidade (PESSANHA, 2017; CAMPOS, FERES JÚNIOR e GUARNIERI, 2017; BRINGEL, 2017).

Outro aspecto comum à época é que diversas revistas eram criadas e descontinuadas. Projetos editoriais como a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, os *Cadernos do Nosso Tempo*, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), o *Boletim CLACPS* e a *América Latina*, do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) são alguns exemplos de ações que buscavam dinamizar a institucionalização de áreas das ciências sociais, mas existiram por espaço de tempo deveras curto<sup>93</sup>. Assim, no campo da ciência política, a RBEP, hospedada na UFMG, a *DADOS*, em expediente no IESP-UERJ, e a RCP, da FGV- RJ, são materiais privilegiados para mapear a presença de mulheres pioneiras nas produções da disciplina e investigar como a inserção feminina ocorreu historicamente.

Começamos, então, por analisar a distribuição de gênero dos autores de revistas acadêmicas especializadas. Em trabalhos prévios, Cecília Carpiuc (2016) comparou a participação feminina em países latino-americanos em diferentes nichos de atividade profissional da ciência política. O resultado indicou, dentre outras coisas, que o Brasil possui uma das associações mais feminizadas (44% de associadas da ABCP são mulheres) da região, mas a *Brazilian Political Science Review* (BPSR), editada pela própria ABCP, detém um reduzido percentual de publicações só de mulheres (20%) e mistas (19%) entre os anos de 2010 e 2015. Marcos Mendes e Ariane Figueira (2019) examinaram todos os periódicos classificados nos estratos A1 e A1 do Qualis CAPES na

---

<sup>92</sup> Em relatório de Lidice Aparecida Pontes Maduro (1979), é possível ver uma listagem em que figuram as três revistas, além, ademais, de outras publicações precedentes que não conquistaram a mesma importância histórica para a ciência política, ou que vieram depois.

<sup>93</sup> Para ler sobre os *Cadernos do Nosso Tempo* ver, por exemplo, Buarque de Hollanda (2012). Para ler sobre o CLAPCS ver, por exemplo, Bringel et al (2015) e Macedo (2017).

área temática “Ciência Política e Relações Internacionais” e concluíram que o grupo feminino participa da maioria dos artigos (50,8%) no período de 2006 a 2016. O dado, entretanto, merece cuidado: revistas próximas à temática de saúde pública e educação pesam sobre o percentual geral (mulheres participam de 58,1% dos artigos na *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, 72,6% na *Cadernos de Pesquisa* e 85,2% na *Saúde e Sociedade*). E, isentando a *Revista de Administração Pública*, que registra 55,2% dos textos com alguma autoria feminina, as demais publicações tradicionais de Ciência Política ficam entre 23,7%, menor proporção de autoras representada pela *Revista de Economia Política*, e 48,4%, maior proporção feminina pertencente à *Opinião Pública*.

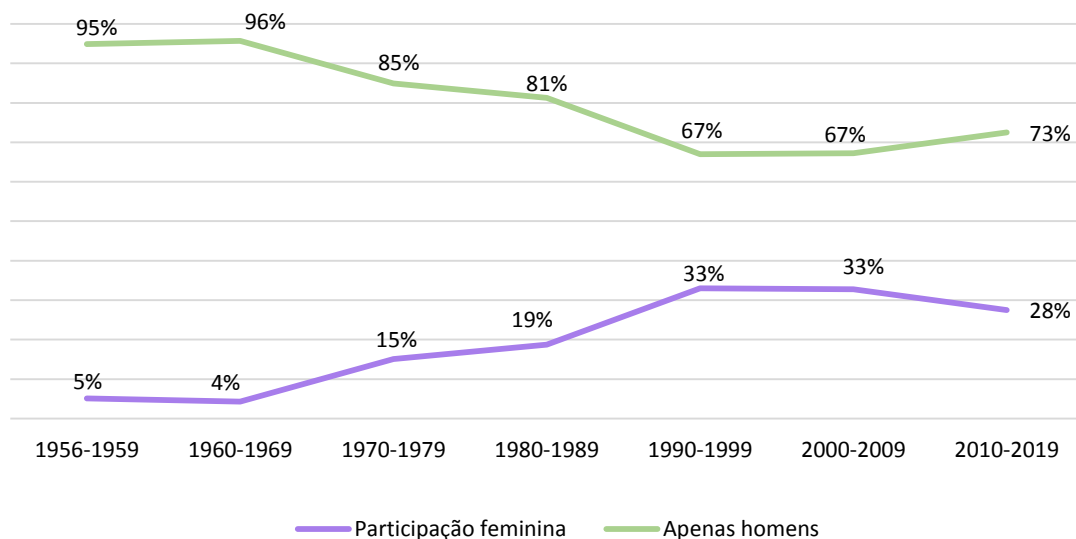
A RBEP, por seu turno, não figura contemporaneamente nas avaliações da CAPES como um periódico de excelência em ciência política (pertence ao estrato B3), obtendo maior desempenho em áreas como o Direito (A1) e a História (B1). Ainda assim, a importância histórica da revista é incontestável. Com uma das experiências mais duradouras de divulgação científica no país, A RBEP cresceu na UFMG em meio aos conflitos que gerariam o primeiro curso de pós-graduação em ciência política no país, sendo mencionada como relevante por gerações de clássicos da disciplina (LEAL, 1959; FORJAZ, 1997).

Embora tenha sido criada na UFMG, sua formação não se deu no DCP, originado em dezembro de 1965 e dinamizado mais substantivamente a partir dos financiamentos da Fundação Ford em 1966, mas sim no interior da Faculdade de Direito com a liderança de Orlando Magalhães Carvalho, que seria o primeiro diretor indicado do DCP<sup>94</sup>. Da liderança de Magalhães Neto ao presente – hoje a RBEP encontra-se sob direção da professora Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva -, a linha editorial é de caráter interdisciplinar, com enfoque em estudos sobre o poder e o Estado.

Os resultados explicitados no Gráfico 12 mostram que a RBEP praticamente não incluía autoras em seus primeiros números, algo que viria a mudar consideravelmente somente entre os anos de 1990 a 2009, com surpreendente retroação na última década (de 33% para 28%). Entre 1956 e 2019, excluídas as edições inacessíveis, 833 textos foram divulgados, dos quais apenas 20% possuíam alguma mulher em coautoria. Em contrapartida, 80% das publicações foram escritas individualmente por um autor ou em parcerias só de homens.

---

<sup>94</sup>Vale mencionar que nesse momento fundacional não havia mulheres indicadas à posição, conforme descrito no Capítulo II.

**Gráfico 12:** Proporção de gênero dos autores na RBEP (1956-2019)

Fonte: elaboração da autora com base em consultas ao acervo da revista.

Ainda que a década de 1970 pareça ter inaugurado uma progressiva inserção feminina na autoria dos textos publicados na RBEP, as mulheres persistiram como parcela minoritária nesse quesito ao longo dos anos. Trajetória similar pode ser constatada na RCP, revista que emergiu na FGV-RJ, no contexto de envolvimento da instituição com a IPSA e a UNESCO<sup>95</sup>. Outra comparação que pode ser estabelecida como pano de fundo desse período inicial, entre o percurso da RCP e da RBEP em distinção à *DADOS*, é a proximidade com o autoritarismo. Na RBEP, por exemplo, Miguel Reale, um dos juristas responsáveis por consolidar a ditadura militar de 1964 e notório membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), aparece até hoje no website do periódico como um dos “mais importantes intelectuais”<sup>96</sup> do país a terem colaborado à revista<sup>97</sup>. Na RCP, o criador e diretor da publicação, Themístocles Brandão Cavalcanti, teve trajetória ligada a militares brasileiros durante fases de intensa repressão política, tendo sido nomeado

<sup>95</sup> Ver, por exemplo: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/view/59744/58084>

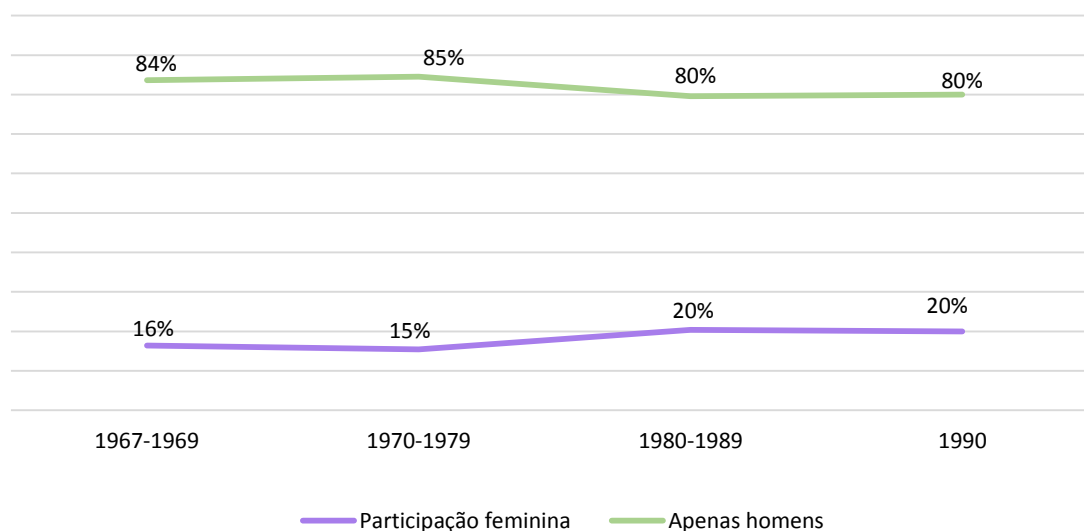
<sup>96</sup> “Histórico do Periódico”. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/about/history>. Acesso em 04/05/2019.

<sup>97</sup> A proximidade da RBEP com o autoritarismo também foi indicada em Arruda (1989), que apontava o periódico como um rival local da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), ambas hospedadas na UFMG. A autora mostrou que além de tradição ideológica distinta, a RBCS, publicada entre 1961 e 1966, teve poucos artigos classificados na área disciplinar de política – apenas 6% (ibidem, pp. 298) e nenhuma mulher entre as colaboradoras das edições (ver tabela, ibidem, pp. 303).

Procurador-Geral da República (1946-1947) por Eurico Gaspar Dutra e Ministro do Supremo Tribunal Federal por Costa e Silva (1967-1969).

Sob a liderança de Cavalcanti, a RDPCP, publicada entre 1958 e 1966, passou a se chamar RCP, a partir do ano seguinte. O periódico encerrou atividades em 1990 com o falecimento do editor que substituiu Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco. Ambas as experiências estiveram atreladas ao INDIPO da FGV-RJ e fizeram parte de um movimento declarado de tentativa de profissionalização da ciência política no Brasil. Como vimos no capítulo II, a RCP foi pensada como a revista oficial da fundada ABCP, ligada à IPSA. O Gráfico 13 sinaliza a constante sub-representação de mulheres na redação dos artigos lançados. Nos 24 anos de vida da RCP, a revista manteve escassa abertura ao trabalho feminino, oscilando entre o mínimo de 15% e o máximo de apenas 20% de textos com alguma autora. A presença masculina é dominante em todas as décadas, nunca tendo sido inferior a 80%.

**Gráfico 13:** Proporção de gênero dos autores na RCP (1967-1990)



Fonte: elaboração da autora com base em consultas ao acervo da revista.

Para finalizar a exposição de dados sobre as revistas, tratamos, por fim, de *DADOS*. Criada em 1966, o periódico teve em seus cinquenta anos o predomínio de colaborações de grandes nomes da ciência política nacional, seguidos, em menor quantidade, de sociólogos. Os tópicos mais recorrentes dos artigos variam entre democracia, transição de regimes políticos e eleições. A análise do conteúdo do material

publicado nos permite testemunhar a transformação dos estudos sobre política ao longo dos anos no Brasil.<sup>98</sup>

Entre os acadêmicos que ocuparam o posto de editor de *DADOS* temos tanto nomes consagrados como fundadores da ciência política, quanto acadêmicos mais jovens. Desconsideradas as diferenças geracionais, todos os responsáveis por assumir o cargo mais alto do periódico são homens (Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, César Guimarães, Charles Pessanha, Jairo Nicolau, Simon Schwartzman, Wanderley Guilherme dos Santos, Breno Bringel, Carlos Costa Ribeiro, Luiz Augusto Campos). A única exceção é Olga Lopes da Cruz, que editou o número 10, volume 11, de 1973.

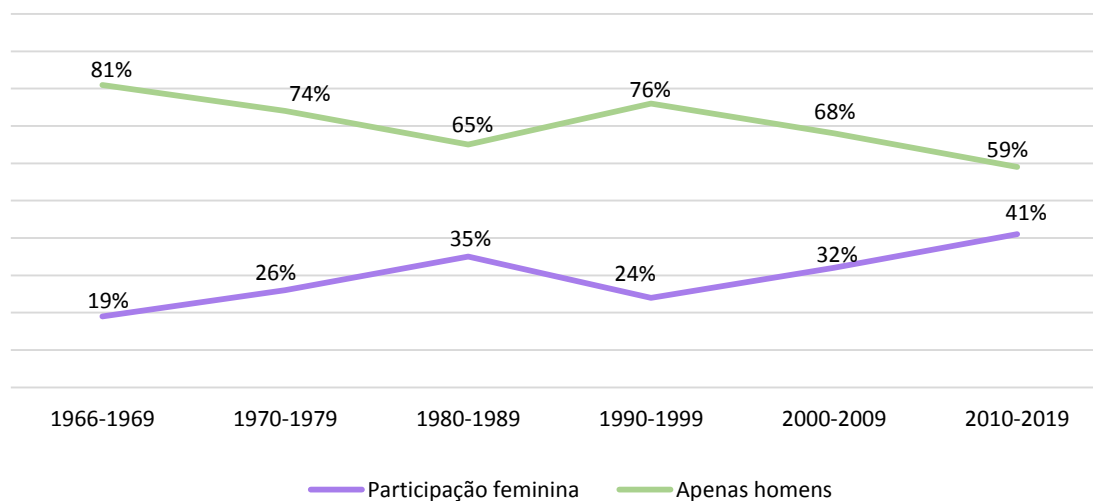
Enquanto a RBEP perdeu campo na ciência política e a RCP deixou de existir, a *DADOS* acumulou prestígio, recebendo por seguidas avaliações da CAPES a nota máxima não somente em ciência política mas tem todas as ciências sociais puras e na maioria das aplicadas. Nas poucas iniciativas de discussão de desigualdades em publicações de política no Brasil, a *DADOS* é geralmente tomada como parâmetro, em função de seu Qualis (A1) (MENDES e FIGUEIRA, 2019). Somado a isso, a revista disponibilizou em 2016 informações sobre a quantidade de submissões por gênero.<sup>99</sup> Em geral, os artigos enviados a parecer são de autoria masculina (33%) e coautoria mista (32%). Mulheres trabalhando sozinhas (15%), coautoria masculina (12%) ou coautoria feminina (8%) aparecem em menor grau (BRINGEL, 2016). No Gráfico 14 é possível constatar que o perfil dessa revista variou não só no quesito de vínculo temático dos autores, como também na presença de mulheres entre seus colaboradores quando comparada às outras duas supramencionadas. A inserção feminina foi maior do que nas demais e aumentou consideravelmente em cinco décadas, alcançando algo próximo à paridade no período mais recente.

---

<sup>98</sup> Ver os artigos do *Dossiê 50 anos*, vol.60, n.3, jul./set., 2017. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=60-3>

<sup>99</sup> Algum tempo depois do levantamento publicado na *DADOS*, editores de importantes periódicos norte-americanos buscaram verificar o mesmo aspecto. Ver: BROWN, Nadia; & SAMUELS, David. "Gender in the Journals, Continued: Evidence from Five Political Science Journals", 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/introduction-to-gender-in-the-journals-continued-evidence-from-five-political-science-journals/FF5B9A0C24935C2F926843BE0E93976D> Acesso em 04/05/2019.



**Gráfico 14:** Proporção de gênero dos autores na *DADOS* (1966-2019)

Fonte: elaboração da autora a partir de consulta a dados sobre a revista.

Na seção seguinte desse capítulo construiremos uma cartografia e posteriormente uma tipologia das pioneiras da ciências políticas no país. Antes disso, contudo, apresentamos no Gráfico 15 o cenário contemporâneo da diversidade na função de editoração no Brasil separado por estrato de qualidade e gênero. O dado merece ser destacado por duas razões. A começar por seu contraste expressivo com as revistas precursoras que analisamos até agora. Se a RCP não teve nenhuma mulher como editora, a *DADOS* só teve uma e a RBEP incorporou o perfil somente nos últimos anos. O função de liderar as publicações parece mais aberta ao gênero feminino na contemporaneidade. Isso, por outro lado, não necessariamente sinaliza um avanço em termos de igualdade. Se a função de editoração pode ser considerada uma posição de poder e prestígio, isso não vem sem ambivalências. Para alcançar bom desempenho nas avaliações nacionais, as revistas precisam se adequar a uma série de parâmetros que intensificam as rotinas de trabalho do corpo editorial. O acréscimo no montante de demandas, no entanto, não é acompanhado de políticas que de fato valorizassem essa função. Quem assume a tarefa de editar precisa lidar com a escassez de financiamento, bem como com as cobranças de celeridade e qualidade, que muitas vezes não são remuneradas e acabam figurando como tarefas de “amor” à causa. Não é de se estranhar que nesse âmbito as mulheres acabem obtendo maior representatividade do que em outros setores, como o de docência ou publicação de artigos. Seguindo a lógica tradicional da divisão do trabalho e da exclusão vertical, o gênero feminino tende a estar em atividades menos valorizadas e,

concomitantemente, mais relacionadas ao cuidado com os outros. O que é editar senão permanecer “por trás” da produção científica, trabalhando em função da comunidade?

**Gráfico 15:** Proporção de gênero na editoração de revistas classificadas pela CAPES na grande área “Ciência Política e Relações Internacionais” no quadriênio 2013-2016

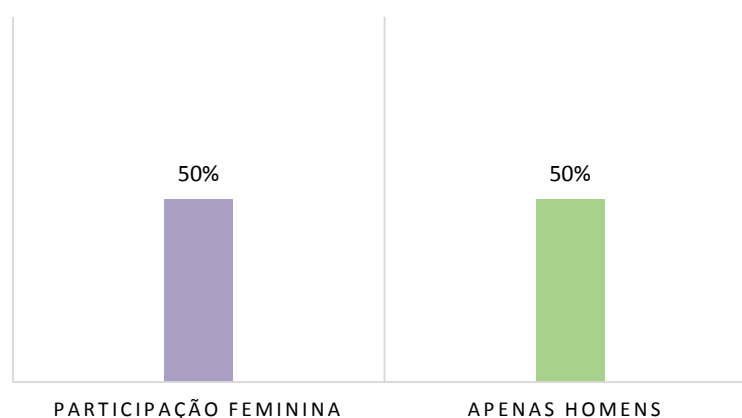


Fonte: elaboração da autora com base em dados de Macedo e Candido (2019).

As estatísticas presentes no Gráfico 15 se referem às classificações de revistas no Qualis CAPES do quadriênio 2013-2016. Não dá pra saber, portanto, se na editoração de revistas as mulheres regrediram ou avançaram em termos de igualdade em espaços temporais mais extensos. Excluídos os casos de periódicos estrangeiros, que representavam 36% da amostra, entre o total de editores-chefes, 55% foi do gênero masculino, 41% do feminino e 4% “institucional” - publicações editadas por grupos de pesquisa ou organizações da sociedade civil. Como a maior parte das revistas bem avaliadas encontra-se em funcionamento em instituições de pós-graduação, sendo editadas por professores, é possível indicar uma sobrerrepresentação de mulheres nessa posição. Enquanto entre os anos de 2013 e 2016 elas ficaram em torno de 31% e 33% dos docentes nos cursos de mestrado e doutorado, na atividade de editoração elas superaram isso.

Nas ciências sociais, inclusive na ciência política, a publicação de livros e de capítulos de livros é também levada em conta quando das avaliações dos programas feitas pela CAPES ou mesmo pelo edital da Bolsa de Produtividade do CNPq, outro marcador de reputação acadêmica. Nesse quesito as mulheres estão melhor representadas. O Gráfico 16, que leva em conta somente a autoria de livro, mostra que 50% das obras tiveram entre suas autoras ao menos uma mulher, enquanto a outra metade foi autorada somente por homens. O resultado oferece pistas para que sejam mais ponderadas as variações de escolhas de trabalho dos cientistas. Em estudo sobre pesquisadores argentinos, Fernanda Beigel e Osvaldo Gallardo (2021) encontraram diferenças mais leves nas médias de produtividade de mulheres e homens quando contrastados o formato artigo, que as primeiras registram mais desigualdades, e o de livros ou capítulos de livros, nos quais elas estão mais próximas da média de produção do grupo masculino.

**Gráfico 16:** Distribuição de autoria na ciência política por gênero dos autores dos livros avaliados no Qualis em 2017



N=58 livros

Fonte: elaboração da autora com base nos dados da CAPES (2017).

É preciso notar que as categorias utilizadas acima não são simétricas, e podem dar a falsa impressão que as mulheres estão em pé de igualdade com os homens nesse âmbito. Como vários livros têm muitos autores, a soma das participações de cada gênero, medida pelo critério de ter pelo menos um autor daquele gênero, dá mais que 100%. Assim, enquanto as mulheres obtêm 50%, os homens alcançam 116%. Já a categoria “apenas” deve ser considerada para os dois sexos em complemento aos livros que são autorados conjuntamente por homens e mulheres. Assim a totalidade (100%) corresponde à soma

de “apenas mulheres”, “apenas homens” e “livros autorados por pelo menos um homem e pelo menos uma mulher”. Os livros autorados apenas por mulheres ficam com 14% do total, contra os 50% dos homens. Outra medida que denota assimetria é o total de autores: 34% de mulheres e 66% de homens. Elas são minoria, mas se articulam mais para participar da edições de obras. Mais dois detalhes são relevantes para destacar em relação à informação. Em geral, os textos analisados não foram apenas monografias (26%), mas sim livros organizados que agrupavam uma série de pesquisadores (74%). Fora isso, os dados utilizados advém do primeiro Qualis Livros, divulgado para o ano de 2017. A empreitada é ainda pouco consolidada e possui critérios que estão em debate na comunidade acadêmica. De todo modo, é registro oficial mais confiável existente e fornece ao menos um retrato dessa faceta da produção intelectual. Na próxima etapa revisitamos as revistas precursoras para tematizar as pioneiras da ciência política.

### **3.3. Cartografia e tipologia das pioneiras na ciência política**

A reduzida proporção do grupo feminino nas primeiras revistas acadêmicas de ciência política reforça o diagnóstico de que a área é a mais masculina das ciências sociais (CANDIDO, CAMPOS e FERES JUNIOR, 2019). A apresentação de um simples dado quantitativo não contribui, todavia, como a tese vem discutindo, para conhecer as intelectuais que conseguiram transitar historicamente no campo. Com a finalidade de mapear as pioneiras na disciplina farei uma cartografia e uma tipologia das mulheres que publicaram nas edições iniciais da RBEP, DADOS e RCP. A proposta pretende contribuir à literatura da história da ciência política com a definição de um critério objetivo para retomar as acadêmicas que consolidaram a área. A Tabela 15 demonstra a distribuição de artigos por gênero nos três periódicos. A maior parte dos grupos sociais conseguiu divulgar apenas um estudo. Mas o mais interessante dos dados é que não houve distinção considerável internamente a cada gênero. A média de circulação de textos é igual para homens e mulheres: 2.

**Tabela 15:** Média de artigos publicados nas revistas pioneiras por gênero

| <b>Autoria em artigos na RBEP, RCP e DADOS por gênero entre 1956 e 2019</b>              |                  |                 |                      |                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|----------------------|---------------------|
| <b>Quantidade de artigos</b>                                                             | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> | <b>Masculino (%)</b> | <b>Feminino (%)</b> |
| <b>Apenas 1</b>                                                                          | 1058             | 382             | 76%                  | 78%                 |
| <b>2</b>                                                                                 | 186              | 55              | 13%                  | 11%                 |
| <b>3</b>                                                                                 | 52               | 18              | 4%                   | 4%                  |
| <b>4</b>                                                                                 | 18               | 10              | 1%                   | 2%                  |
| <b>5</b>                                                                                 | 18               | 7               | 1%                   | 1%                  |
| <b>6 ou mais</b>                                                                         | 58               | 15              | 4%                   | 3%                  |
| <b>Total de autores</b>                                                                  | 1390             | 487             | <b>100%</b>          | <b>100%</b>         |
| <b>Total de artigos com participação de cada gênero</b>                                  | 2443             | 743             | -                    | -                   |
| <b>Média de artigos publicados por cada autor(a) (total de artigos/total de autores)</b> | 2                | 2               | -                    | -                   |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas nos acervos das revistas.

Além da média de artigos - 2 no mínimo -, outros elementos foram adotados para selecionar as autoras listadas na Tabela 16: (a) a primeira publicação ter sido entre 1956 e 1979, (b) o conteúdo do texto ter relação com estudos políticos e/ou a pesquisadora ter alguma formação em ciência política e (c) o vínculo com o Brasil ser forte, seja por nacionalidade ou tempo de dedicação ao trabalho<sup>100</sup>. A justificativa da escolha do recorte temporal é simples: da data de criação da revista mais antiga, a RBEP, ao final da década que registrou os primeiros formados em pós-graduações nacionais.

<sup>100</sup> Entraram na classificação apenas autoras com o primeiro artigo entre 1956 e 1979, mas, a partir do momento em que eram delimitadas como “pioneiras”, todas as produções foram quantificadas. Por isso o recorte expresso na tabela é sinalizado até 2019.

**Tabela 16:** Cartografia das primeiras gerações de autoras com participação em mais de uma publicação nas revistas pioneiras em ciência política (1956-2019)<sup>101</sup>

| Pioneiras                                  | RBEP | DADOS | RCP | Total | Áreas                          | Primeira publicação |
|--------------------------------------------|------|-------|-----|-------|--------------------------------|---------------------|
| <b>Rosah Russomano</b>                     | 1    | 0     | 1   | 2     | Direito e Política             | 1961                |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b>   | 0    | 5     | 0   | 5     | Política                       | 1966                |
| <b>Aspásia Camargo</b>                     | 0    | 4     | 3   | 7     | Política                       | 1967                |
| <b>Fanny Tabak</b>                         | 1    | 0     | 6   | 7     | Sociologia e Política          | 1967                |
| <b>Paula Beiguelman</b>                    | 1    | 0     | 1   | 2     | Política                       | 1967                |
| <b>Maria Teresinha Vieira Moreira</b>      | 0    | 0     | 2   | 2     | Política e Direito             | 1967                |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b>   | 0    | 1     | 7   | 8     | Política                       | 1968                |
| <b>Heloisa Helena Michetti</b>             | 0    | 0     | 2   | 2     | Política                       | 1968                |
| <b>Moema Miranda de Siqueira</b>           | 3    | 0     | 0   | 3     | Administração e Política       | 1970                |
| <b>Lucia Lippi Oliveira</b>                | 0    | 4     | 0   | 4     | Sociologia e Política          | 1970                |
| <b>Norma de Góes Monteiro</b>              | 2    | 0     | 0   | 2     | Política                       | 1970                |
| <b>Lúcia Maria Gomes Klein</b>             | 0    | 1     | 1   | 2     | Política                       | 1970                |
| <b>Nancy Alessio</b>                       | 0    | 1     | 1   | 2     | História e Política            | 1970                |
| <b>Lidice Aparecida Pontes Maduro</b>      | 0    | 0     | 14  | 14    | Política                       | 1971                |
| <b>Eli Diniz</b>                           | 1    | 9     | 0   | 10    | Economia e Política            | 1971                |
| <b>Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna</b> | 0    | 1     | 4   | 5     | Política                       | 1971                |
| <b>Maria Regina Soares de Lima</b>         | 1    | 2     | 0   | 3     | Política                       | 1971                |
| <b>Anne-Marie Maculan</b>                  | 0    | 0     | 2   | 2     | Direito, Política e Sociologia | 1973                |

<sup>101</sup> Para consultar uma listagem das publicações, ver o Apêndice A, apresentado ao final deste capítulo.

|                                           |   |   |    |    |                          |      |
|-------------------------------------------|---|---|----|----|--------------------------|------|
| <b>Ana Maria Brasileiro</b>               | 2 | 0 | 3  | 5  | Política                 | 1974 |
| <b>Elisa Reis</b>                         | 0 | 8 | 0  | 8  | Sociologia e<br>Política | 1976 |
| <b>Mariana Herescu</b>                    | 0 | 0 | 6  | 6  | Direito e<br>Política    | 1976 |
| <b>Helena Bomeny</b>                      | 0 | 3 | 1  | 4  | Sociologia e<br>Política | 1977 |
| <b>Argelina Cheibub<br/>Figueiredo</b>    | 0 | 9 | 0  | 9  | Política                 | 1978 |
| <b>Maria Celina D`Araújo</b>              | 2 | 1 | 1  | 4  | Política                 | 1978 |
| <b>Ângela de Castro Gomes</b>             | 0 | 1 | 1  | 2  | Política e<br>História   | 1978 |
| <b>Ana Lucia de Lyra Tavares</b>          | 0 | 0 | 13 | 13 | Direito e<br>Política    | 1979 |
| <b>Maria Luiza Tostes de<br/>Carvalho</b> | 0 | 0 | 4  | 4  | Direito e<br>Política    | 1979 |
| <b>Ingrid Sarti</b>                       | 0 | 3 | 0  | 3  | Política                 | 1979 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas nos acervos das revistas.

Na Tabela 16, as autoras aparecem ordenadas de acordo com a data do primeiro texto que publicaram em qualquer uma das três revistas observadas. É interessante notar que algumas intelectuais tiveram produtividade intensa, como é o caso de Lidice Aparecida Maduro, Eli Diniz e Ana Lucia de Lyra Tavares. Entretanto, cabe lembrar que nem todos os documentos avaliados são artigos nos formatos tradicionais que conhecemos hoje. A RCP, por exemplo, meio no qual Maduro publicou 14 vezes e Tavares 13, costumava divulgar transcrições de palestras, debates, relatórios de pesquisa e ensaios encomendados. Em entrevista, Tavares (2020) disse que os textos vinham de acordo com demandas institucionais de atores ligados à FGV-RJ. Ângela de Castro Gomes (2020) e Maria Antonieta Parahyba Leopoldi (2020) reforçaram o mesmo condicionante.

As colunas da tabela explicitam a quantidade de textos em cada periódico, bem como o total geral de publicações. Em “áreas” foram abrangidas as disciplinas que as intelectuais tinham alguma proximidade. O interessante desse dado é que ele mostra campos de conhecimento que eram consolidados antes da institucionalização da ciência política e em relação aos quais a área buscou se diferenciar para conquistar autonomia

epistêmica, ou seja, promover um objeto próprio – a política – e técnicas de pesquisa relativamente independentes de tradições como as do direito ou da sociologia.

A cartografia das pioneiras elencadas na Tabela 16, que reúne aspectos de produção bibliográfica em termos de regularidade, temporalidade e vínculos temáticos, sustenta a elaboração de uma tipologia do quadro de fundadoras da ciência política que é abrangente e acrescenta duas dimensões usualmente pouco tratadas nas análises tradicionais sobre elites intelectuais. Primeiro, a tipologia leva em conta as fronteiras com outras disciplinas e, segundo, ela também leva em conta os casos de acadêmicas que desistiram da disciplina ou da profissão. Os “tipos” são também sínteses, obtidos, grosso modo, pela redução de perfis sociais. Baseados nos dados constantes na plataforma Lattes e em pesquisas complementares na internet, propomos os seguintes tipos: a) *mulheres que obtiveram carreira longa na ciência política, as “consolidadas”* – Argelina Cheibub Figueiredo, Eli Diniz, Ingrid Sarti, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Maria Celina D’Araújo, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Maria Regina Soares de Lima e Paula Beiguelman; b) *acadêmicas que priorizaram outras áreas ou carreiras, as “derivadas”* – Ana Lucia de Lyra Tavares, Ana Maria Brasileiro, Ângela de Castro Gomes, Anne-Marie Maculan, Aspásia Camargo, Elisa Reis, Fanny Tabak, Helena Bomeny, Lucia Lippi Oliveira, Moema Miranda de Siqueira, Nancy Alessio, Norma de Góes Monteiro e Rosah Russomano; e, por fim, c) *intelectuais cujo restante da trajetória é inacessível, as “desaparecidas”* – Heloisa Helena Michetti, Lidice Aparecida Pontes Maduro, Lúcia Maria Gomes Klein, Maria Luiza Tostes de Carvalho, Maria Teresinha Vieira Moreira e Mariana Herescu.<sup>102</sup>

As mulheres que integram o primeiro grupo, de carreiras consolidadas na ciência política, contribuíram para diferentes subáreas da disciplina. Paula Beiguelman, a mais antiga dessa geração, única a não figurar nos currículos da Plataforma Lattes, foi uma das laureadas na sétima edição do prêmio “Pioneiras da Ciência no Brasil” promovido pelo CNPq. Beiguelman é assunto de tese de doutorado e dissertação de mestrado, tendo sido a primeira pessoa do gênero feminino a ocupar a cátedra de política da USP e a se tornar professora emérita da mesma instituição em 2003 (PINHEIRO, 2008, 2016; SPIRANDELLI, 2008). Ela também assinou a ata de fundação da findada ABCP, como

---

<sup>102</sup> As acadêmicas foram agrupadas em trajetórias inacessíveis quando não apareceram em buscas na Plataforma Lattes, nem resultaram em achados no Google.



explicito no Capítulo II, e foi registrada como a primeira mulher a defender tese entre os uspianos.

Nenhuma das constituintes desse grupo, vale pontuar, chegou a se dedicar aos estudos de gênero, achado que se soma aos de outras pesquisas recentes que estudaram pioneiras (PINTO e OLIVEIRA, 2020). As contribuições das autoras são propriamente em temas tradicionais da ciência política. Cheibub Figueiredo e Tavares de Almeida estão entre as pessoas mais citadas em publicações sobre instituições políticas no país (LIMONGI, TAVARES DE ALMEIDA & FREITAS, 2016). Leopoldi se concentra em temáticas sobre estado e economia internacional, além de ter coordenado pesquisas sobre eleições nos primórdios do INDIPO, divulgando os resultados nas edições da RCP. Eli Diniz é professora titular do Instituto de Economia da UFRJ e referência em diversas subáreas de pesquisa, como a economia política. Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna desenvolve investigações sobre estado e governo. Maria Regina Soares de Lima é referência em política externa brasileira, tendo ajudado a fundar o campo de relações internacionais na academia nacional. Maria Celina D'Araujo, única autora que publicou nos três periódicos pioneiros (RBEP, DADOS e RCP), aborda desde partidos políticos a sindicatos, regimes de governo e elites políticas<sup>103</sup>.

Esses breves comentários sobre as áreas centrais de estudo das pioneiras da ciência política não fazem jus ao extenso acúmulo de trabalho e produção intelectual que elas aportaram – e seguem aportando – à disciplina. Também não dão conta das redes que essas autoras participaram ou do escopo de sua circulação internacional. A mesma afirmação se estende às mulheres que não prosseguiram propriamente nas fronteiras da área, pertencentes ao segundo núcleo de fundadoras das ciências sociais, que chamamos de “derivadas” (Ana Lucia de Lyra Tavares, Ana Maria Brasileiro, Ângela de Castro Gomes, Anne-Marie Maculan, Aspásia Camargo, Elisa Reis, Fanny Tabak, Helena Bomeny, Lucia Lippi Oliveira, Moema Miranda de Siqueira, Nancy Alessio, Norma de Góes Monteiro e Rosah Russomano). É interessante notar que dentre elas, diferentemente das consolidadas, há intelectuais associadas a perspectivas feministas. Tabak na sociologia e na ciência política, Russomano no direito, e Alessio na história, escreveram

---

<sup>103</sup> Eli Diniz e Maria Celina D'Araújo figuram em listagem sobre pioneiras em estudos de partidos políticos no Brasil. Ambas têm importantes livros publicados sobre o assunto. Ver: TANSCHKEIT, Talita. Pioneiras nos estudos sobre partidos políticos: um guia de leitura, 2018. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/08/30/PIONEIRAS-NOS-ESTUDOS-DE-PARTIDOS-POL%25C3%258DTICOS-UM-GUIA-DE-LEITURA>. Acesso em 05/04/2019.

sobre desigualdades de gênero e/ou atuaram profissionalmente no tema. Resta saber o que teria levado a parcela feminina que escrevia sobre política a derivarem para outras disciplinas correlatas, assim como descobrir qual o destino daquelas que desapareceram dos registros acadêmicos.

### **3.4 A participação de mulheres no debate sobre institucionalização da ciência política**

A última etapa desse capítulo aprofunda uma dimensão especial da institucionalização da ciência política e da participação feminina: os debates sobre a conquista de autonomia epistêmica. O acervo da RCP revela cinco mulheres que escreveram de forma pioneira sobre os desafios e a conjuntura de profissionalização dos estudos dos fenômenos políticos: Maria Teresa Kerbaudy, Heloísa Helena Michetti, Fanny Tabak, Lidice Aparecida Maduro e Ana Lucia de Lyra Tavares. O primeiro desses trabalhos foi fruto de pesquisa iniciada em 1967 e coordenada por Kerbaudy e Michetti e representa um marco, tanto por fundar a literatura de estudos do desenvolvimento da área de ciência política, como por ser autorada por duas mulheres.

A dupla de cientistas elaborou um survey para apreender as condições de ensino e investigação em ciência política no nível nacional. O desenho do questionário e os seus resultados foram divulgados em “A Situação do Ensino e Pesquisa de Ciência Política no Brasil”, artigo publicado na RCP em 1969. A natureza não probabilística da amostra aliada à baixa quantidade de respondentes inviabilizou testes estatísticos mais robustos. Contudo o trabalho é prenhe de informações históricas altamente relevantes para o propósito que ora nos anima. Além disso, o texto faz referência à findada ABCP. Ainda na introdução, as autoras declaravam que a

Associação Brasileira de Ciência Política, fundada em 1967, tem como objetivo estimular o estudo e pesquisa da referida disciplina em nosso país. Dentro desse propósito, em convênio e sob orientação e coordenação do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, iniciou suas atividades, promovendo um levantamento geral sobre a situação dos cientistas políticos brasileiros (MICHETTI & MICELI, 1969, pp. 90).

Mais de uma década depois, Lidice Maduro declararia em um texto de título similar ao de Michetti e Kerbaudy – “O Ensino e a Pesquisa da Ciência Política no Brasil” –, que o trabalho dela havia sido redigido a pedido da “Associação Brasileira de Ciência

Política” e seu presidente Themístocles Brandão Cavalcanti. No artigo, a autora elencava os cursos que eram oferecidos, as pesquisas em execução e os tipos de fomento disponíveis, os assuntos de teses defendidas, os meios de comunicação científica em exercício, os congressos e eventos da área, e o contexto de formação da associação profissional, criada em 23 de setembro de 1966 “por um grupo de professores e estudiosos da ciência política” (MADURO, 1979, pp. 19, 37).

Maduro publicou na RCP entre 1971 e 1990. As informações de currículo acessíveis nos textos definem a autora como socióloga, que variou de funções no decorrer da trajetória de trabalho no INDIPO, transitando de pesquisadora à coordenadora de estudos sobre representação política. A acadêmica veiculou artigos não só com panoramas sobre a ciência política, mas também acerca de temas como participação social, eleições municipais, movimentos sociais, representação no Rio de Janeiro, processos político-partidários, legislativo, política externa e parlamentarismo. Em coautoria com Ana Lucia de Lyra Tavares e Nei Roberto da Silva Oliveira, ela escreveu um relatório sobre o XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), cujo teor descreve a composição das mesas e dos debates que estiveram em curso no evento (MADURO, OLIVEIRA & TAVARES, 1982).

Fanny Tabak, por sua vez, foi docente na FGV, contratada oficialmente para o INDIPO em fevereiro de 1970, e exerceu coordenação de pesquisas sobre política local e representação política (REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1970). Tal como Maduro, Tabak instruiu pioneiras que publicaram na RCP. A autora orientou - em cursos e investigações – alunas como Maria Antonieta Pahayba Leopoldi, Heloisa Michetti e Maria Teresa Kerbauy<sup>104</sup>. Nos escritos sobre os impasses de desenvolvimento da ciência política no Brasil, a intelectual apontava diversos fatores, tais como: as limitações em técnicas de pesquisa e a necessidade de maior profissionalização em teoria e método; a dificuldade de obtenção de financiamento para projetos de investigação, associada à desconfiança das instituições e da opinião pública com relação aos estudos sobre política adotarem supostamente uma perspectiva militante, guiada por paixões e não por mecanismos válidos de mensuração dos fenômenos; e a urgência do sistema universitário nacional constituir uma tradição de pesquisa empírica combinada ao ensino (TABAK, 1969, 1971a, 1971b, 1971c; MICHETTI e LEOPOLDI, 1968).

---

<sup>104</sup> As três foram alunas de Tabak na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (UNESP). Leopoldi foi cursar o mestrado no IUPERJ por estímulo dela (LEOPOLDI, 2020).

Na função de coordenadora do curso “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais”, vinculado ao INDIPO e promovido a partir de 1967 na FGV-RJ, Tabak argumentava que o ensino de ciências sociais padecia de excessivo enfoque em aulas expositivas e teóricas, incorrendo na falha grave de não preparar efetivamente gerações de pesquisadoras(es) (TABAK, 1971c). Para a cientista, o investimento contínuo em pesquisa como uma prioridade nas universidades e na formação de novos profissionais era a resposta, no campo específico das ciências sociais, para a superação de uma condição periférica e o desenvolvimento de um “espírito crítico e criador”, que não replicaria teorias estrangeiras inadequadas à realidade social brasileira (TABAK, 1969, pp. 141).

A posição ocupada por Tabak na FGV-RJ é indicativa dos cruzamentos da sua trajetória com a ciência política também pelas interlocuções que estabeleceu junto aos demais centros de produção intelectual de relevância para a disciplina. O curso de metodologia sediado no INDIPO teve parcerias com o IUPERJ, o CLAPCS e a PUC-RJ, instituições cariocas que trabalhavam para desenvolver pesquisas de fôlego nas grandes áreas das ciências sociais no Brasil e na América Latina. Do IUPERJ, Fanny destacou a participação na avaliação dos processos seletivos e/ou na exposição de seminários de Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Júnior. Do CLAPCS, além do uso da biblioteca e da colaboração da bibliotecária Regina Helena Tavares, Jorge Graciarena e Carlos Alberto de Medina se envolveram diretamente na orientação de alunos e em projetos de investigação (Tabak, 1971c).

Os grupos de pesquisa relativos ao curso e hospedados na FGV-RJ eram coordenados apenas por mulheres e tinham como temas questões políticas: Tabak era responsável pelo “Integração política na esfera do poder local”; Ângela Peçanha pelo “O universitário brasileiro e sua imagem do desenvolvimento nacional”; Nancy Alessio e Irene Magalhães pelo “Dinâmica da transformação política em Caxias”; e Maria Leopoldi pelo “Estudo de representação política no Estado da Guanabara”. A participação majoritária feminina se refletia no quadro discente, 20 mulheres para 9 homens, aspecto que a coordenadora declarava não ser “estranhável, pois é fato notório que os cursos de ciências sociais, história, serviço social e outros afins têm atraído sempre, em nosso país, o sexo feminino em maior proporção” (TABAK, 1971c, pp. 161).

O contraste entre as salas de aula nas humanidades e a vivência de lecionar sociologia para estudantes de engenharia majoritariamente homens incitou Tabak a se

concentrar em renovados temas que viriam a expandir seu pioneirismo como pesquisadora. A autora de *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*, passou a se debruçar sobre os determinantes da sub-representação de mulheres nas ciências exatas, problema de pesquisa que também acompanharia seus trabalhos sobre participação política. Após experiência de trânsito nos EUA e nos recém-formados departamentos de *women's studies*, a dedicação aos estudos de gênero ganharia uma nova fase na vida de Fanny, com a abertura, na década de 1980, do primeiro Núcleo de Estudos da Mulher, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (TABAK, 2002; MENDES DE VASCONCELLOS & LIMA, 2016).

A trajetória de Tabak na FGV elucida redes fundamentais de incentivo à autonomização da ciência política e demonstra aspectos do pioneirismo da autora que ainda não foram apurados. Mendes de Vasconcellos e Lima (2016) escreveram sobre a vida da intelectual e o papel que ela desempenhou, em particular, no que toca à temática feminista na observação crítica do campo de Ciência e Tecnologia. Exilada durante a ditadura militar, doutora na antiga União Soviética, especialista em Sociologia do Desenvolvimento na London School of Economics (LSE) e pesquisadora de destaque em várias instituições, com exposição de trabalhos financiados inclusive pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), Tabak circulou para além das fronteiras nacionais e fomentou a produção científica brasileira em um momento decisivo de sua expansão<sup>105</sup>.

Baseado nos textos publicados na RCP, é possível conhecer de Lidice Maduro e Heloísa Michetti as posições de trabalho que exerciam na FGV-RJ, as relações que articulavam no interior da instituição e os seus detalhes de formação superior. A falta de mais informações em pesquisas na internet e consultas em entrevistas com acadêmicas que trabalharam com elas, levou à classificação delas no grupo de “desaparecidas” dos meios de produção de conhecimento. Ana Lúcia de Lyra Tavares, por seu turno, seguiu carreira enfocada no direito, o que caracterizou como uma escolha autônoma, exercendo cargo de docência na PUC-RJ (TAVARES, 2020). E, por fim, Maria Teresa Kerbauy, embora não tenha entrado no critério de pioneiras no quesito de quantidade de artigos

---

<sup>105</sup> Tabak foi, por exemplo, representante oficial do INDIPO no VIII Congresso Mundial da IPSA. Ver em: “Noticiário Internacional”. **Revista de Ciência Política**, vol.4, n.3, 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59099/57567> Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

O trabalho que a autora apresentou, com financiamento da IPSA, pode ser visto em Tabak (1971a).

publicados na RCP, na DADOS e na RBEP, foi a única intelectual hoje em atividade a escrever sobre o contexto da ciência política no período fundacional da disciplina. Orientada no mestrado e no doutorado por Bolívar Lamounier, cientista político também dedicado à análise do desenvolvimento da área desde seus primórdios no Brasil, Kerbaudy é professora da UNESP e da UFSCAR, assim como bolsista de produtividade em pesquisa no CNPq. A acadêmica atua nas subáreas de políticas públicas, governo local, gestão pública, comportamento eleitoral e partidos políticos. Em comum, Kerbaudy, Michetti, Maduro, Tabak e Tavares partilharam o feito de terem se aventurado a explorar *o que era* e *o que deveria* ser o futuro da ciência política nas páginas da RCP nos primórdios de consolidação da disciplina no Brasil. Junto a elas, outras personagens se somaram, durante período marcado por baixa profissionalização disciplinar e um regime político autoritário.

### 3.5 Considerações finais

O objetivo desse capítulo foi apresentar um mapeamento e uma tipologia das intelectuais pioneiras envolvidas na produção intelectual durante o processo de institucionalização da ciência política brasileira, fase em que revistas da área e institutos de ensino e pesquisa começaram a ser criados e ampliados no país. A partir da análise da RBEP, DADOS e RCP, constatamos que a participação feminina foi historicamente reduzida em quantidade na autoria de artigos em revistas acadêmicas precursoras. O dado de sub-representação do grupo, não obstante, variou de acordo com a linha editorial dos periódicos. A centralidade da influência do direito na RBEP e na RCP parece ter afastado a maior pluralidade de autores. O caráter interdisciplinar de DADOS e a tradição que o meio conquistou em disciplinas das ciências sociais, especialmente na ciência política, por sua vez, foi acompanhado de um aumento na participação feminina nos textos publicados em suas edições nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, o gênero feminino registrou, contemporaneamente, boa inserção em editoração de periódicos e na autoria de livros - como discutimos no capítulo anterior -, e algumas das mulheres que conseguiram inserção como autoras nesses meios, ainda em seus primórdios, lograram construir carreiras de significativa contribuição aos estudos de política, embora a maioria delas não tenha permanecido diretamente atrelada à área, enveredando por disciplinas contíguas como a sociologia, o direito e a história, ou mesmo

saindo do “radar” acadêmico. Após cartografar os trabalhos de cientistas políticas no circuito editorial das revistas precursoras conforme seu local de publicação, sua regularidade de produções e sua temporalidade de veiculação, postulamos uma tipologia para dar conta dos diferentes caminhos trilhados pelas fundadoras, dividida entre as “consolidadas”, as “derivadas” e as “desaparecidas”, que conformaram distintas formas de contribuição ao desenvolvimento da disciplina no país.

As variações de gênero na evolução da aquisição de prestígio na academia até agora foram discutidas em três sentidos: as mulheres apareceram de modo subalterno nas análises sobre a história da ciência política brasileira, em contraposição aos homens desfrutando de maior prestígio; o grupo feminino, ademais, apresentou o fenômeno do *leaky pipeline* na disciplina – tendo sua participação proporcional em níveis de formação de pós-graduação e na chegada ao mercado de trabalho docente reduzida de acordo com o progresso ao topo da carreira. E, por fim, elas constituíram, ao longo dos anos, minoria na autoria de artigos de revistas importantes da disciplina, demonstrando que estão sub-representadas também nos espaços de produção intelectual.

Há, portanto, indícios suficientes para sustentar que a parcela feminina dos acadêmicos enfrenta uma divisão de gênero do trabalho em algumas das principais atividades do ofício, sendo sub-representadas nas dimensões em que se desfruta de mais prestígio. O mesmo não pode ser dito, todavia, no que toca ao aspecto de envolvimento em tópicos de pesquisa. Se o capítulo II mostrou oscilação na proporção de mulheres em programas de pós-graduação em função de suas concentrações temáticas de formação e trabalho, algo que também apareceu na autoria dos artigos publicados em periódicos contemporâneos (CANDIDO, CAMPOS e FERES JUNIOR), 2021), não existem evidências de menor valorização de assuntos mais feminizados na ciência política brasileira.

A afirmação acima é nuançada quando consideramos o pequeno círculo de fundadoras discutido na presente etapa da tese. Para as mulheres “consolidadas” é possível constatar a vinculação a temáticas tradicionais na ciência política, que emergiam como caras ao debate público de suas épocas e se coadunavam com os enfoques adotados nos trabalhos também dos cientistas do gênero masculino. Isso significa que o tratamento subalternizado dado à parcela feminina no que se refere as narrativas de história da disciplina no país não pode necessariamente encontrar explicação nas orientações de pesquisa dessas elites intelectuais. Baseado nos resultados que viemos analisando para a

totalidade da comunidade acadêmica, é mais promissor tentar entender as diferenças de prestígio das pioneiras encarando como cada grupo de acadêmicos formatou seus percursos profissionais.

Quais divergências podem ser destacadas na trajetória de fundadores homens e mulheres da ciência política brasileira? O próximo capítulo endereça essa questão e se debruça sobre o grupo de mulheres “consolidadas” na disciplina estabelecendo uma comparação com perfis similares de homens. Antes disso, vale lembrar que há distintas formas de construção de prestígio na academia (BEIGEL, 2017). A literatura da história disciplinar é ainda pouco desenvolvida e não deve ser considerada como o único elemento para justificar assertivas generalizáveis sobre as mulheres serem menos reconhecidas na área. Por conta disso, a sequência da presente pesquisa busca apresentar outras métricas de prestígio para as pioneiras, como as taxas de citação de obras e os índices genealógicos de orientação de estudantes.



## 4. DOIS GÊNEROS, DUAS HISTÓRIAS? TRAJETÓRIAS DE FUNDADORAS E FUNDADORES DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

### 4.1 introdução

Embora minoritárias no topo das hierarquias de poder na academia, as mulheres tiveram papéis importantes no desenvolvimento das pós-graduações em ciência política no Brasil, compondo as primeiras gerações a se titular em mestrados e doutorados, participando de pesquisas pioneiras e publicando nas revistas precursoras, conforme pudemos constatar nos capítulos precedentes. Diferentemente de outros países, como os EUA – que demorou quase noventa anos até ter uma presidenta de associação profissional do gênero feminino - ou ao vizinho Argentina – que ainda não o teve -, mulheres conseguiram ascender a posições de poder em um curto espaço de tempo no contexto brasileiro. Essas características ajudam a pormenorizar as análises sobre desigualdades de gênero e a colocar em discussão a ideia de que a disciplina é “masculina”. Trata-se de um movimento relevante para não menosprezar a composição da parcela estudantil da área, nem os seus quadros que romperam barreiras sociais em um momento no qual ser estudante não impunha as mesmas condições que atualmente<sup>106</sup>.

Não obstante, mulheres apareceram pouco nas narrativas de fundação da disciplina no país, o que pode ser explicado pela escassez de considerações das desigualdades, e por elas, em comparação aos homens, terem demorado mais a acessar níveis mais altos na carreira. Como usualmente essas perspectivas da área se concentraram em discutir as disputas iniciais no topo das hierarquias de poder nas instituições de ensino, a contribuição de pessoas do gênero feminino, que integraram os primórdios das turmas de pós-graduação e desenvolveram estudos inovadores, ainda carece de maior atenção (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010; RODRIGUES, 2017). A breve distância temporal que separa a formação das primeiras gerações de pioneiros do gênero masculino das primeiras gerações de pioneiras não é suficiente, por

---

<sup>106</sup>As revistas precursoras de ciência política são um bom elemento para matizar a diferença de importância do quadro estudantil daquela época para o presente. No começo dessas publicações, que eram poucas e vinculadas a universidades com programas de pós-graduação (RBEP e *DADOS*) ou centros de pesquisa (RCP), parte considerável dos trabalhos divulgados provinha de alunos de mestrado e doutorado. Nos dias atuais, contudo, para publicar em uma revista especializada na área há inúmeras opções de periódicos e a presença de estudantes costuma ser menor naquelas que são mais prestigiadas na disciplina, como a *DADOS*.

outro lado, para conjecturar assimetrias nos modos de reconhecimento dessas elites intelectuais ao longo dos anos. Esse capítulo analisa comparativamente as trajetórias acadêmicas de fundadores da ciência política brasileira. O objetivo é verificar se existem diferenças de gênero na conformação de atores consolidados na área, seja nas práticas profissionais ou na recepção da produção de tais grupos.

A divisão de gênero do trabalho costuma ser uma das evidências que explicam a baixa presença feminina em postos de poder ou de prestígio na ciência e na política. Segundo argumentam e demonstram empiricamente diversas autoras, as mulheres se concentram em temáticas menos estimadas socialmente e frequentemente optam por atividades profissionais que não recebem devida recompensa, como trabalhos administrativos ou de cuidado das comunidades (YOUNG, 1995; LIMA, 2013; TEELE e THELEN, 2017; KEY e SUMNER, 2019; KEY e SUMNER, 2019; REID E CURY, 2019). Entre os dados que já apresentamos, foi possível identificar variação na proporção de mulheres conforme o enfoque temático das pós-graduações e a progressão de níveis de formação e trabalho na academia (Capítulo II), assim como elucidar que pioneiras conduziram pesquisas de tópicos tradicionais na ciência política e mantiveram médias de publicações próximas à dos homens, ainda que tenham sido historicamente minoritárias entre as autoras de artigos (Capítulo III).

No presente capítulo, o intuito é explorar em que medida assimetrias permaneceram ou se diluíram entre os estratos de intelectuais com longo histórico de destaque na disciplina. Para isso, investigamos quatro eixos da vida acadêmica dos fundadores e fundadoras da ciência política: a formação, a internacionalização, o ensino e o impacto da produção. A próxima seção descreve aspectos metodológicos do estudo e os marcadores de seleção dos intelectuais estudados. Em seguida, iniciamos a análise dos dados a partir de dados provenientes dos currículos na Plataforma Lattes, documentos oficiais, genealogias de orientações e taxas de citação. A concentração em grupos pequenos e elitizados redundou em achados que podem distorcer os indicadores de desigualdades que atestamos para toda a comunidade. Mais do que atrapalhar, entretanto, a variação de recortes analíticos e a triangulação de métodos permite um detalhamento que favorece melhores formulações de diagnósticos e proposições para pluralizar os espaços sociais.

## **4.2 Metodologia e critérios de seleção dos casos**

Os fundadores da ciência política brasileira já foram objeto de análises sociológicas ou de história intelectual, que forneceram aportes para introdução ao pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos e às suas contribuições à área, ou entendermos os desafios nas trajetórias particulares de mulheres, como Paula Beiguelman, em jornadas de inserção em uma universidade tradicional como a USP (PINHEIRO DA SILVA, 2008, 2016; LYNCH, 2013, 2020). Almejando colaborar com esses trabalhos a partir de um retrato coletivo e, em alguma medida, neutro da definição dos responsáveis pela institucionalização da disciplina, o Capítulo III utilizou técnicas de bibliometria de artigos de revistas precursoras e proporcionou uma cartografia da produção intelectual de acadêmicos pioneiros que publicaram com mais regularidade nesses meios, dando destaque ao gênero feminino e constituindo uma tipologia de três grupos de mulheres – as “consolidadas”, as “derivadas” e as “desaparecidas”.

A presente fase da pesquisa emprega a análise de trajetórias de componentes do grupo “consolidadas”. As nove mulheres agrupadas sob esse rótulo foram assim caracterizadas por terem se especializado no campo da ciência política e colaborado para torná-lo uma disciplina de formação autônoma no interior das universidades, sendo elas: Argelina Cheibub Figueiredo, Eli Diniz, Ingrid Sarti, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Maria Celina D’Araújo, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Maria Regina Soares de Lima e Paula Beiguelman. Depois dessa triagem prévia, refinamos mais os nomes pelos seguintes critérios: não possuir página na Plataforma Lattes (Paula Beiguelman), ter adquirido o título mais tardiamente que os outros casos (Maria Celina D’Araújo) ou já nos anos 1980 (Maria Lucia Weneck Vianna).

O intuito da maioria dos parâmetros dessa segunda filtragem foi aproximar mais os casos em relação ao momento que adentraram nos mestrados e doutorados em ciência política, bem como limitá-los a seis para cada gênero. É claro que isso impõe perdas analíticas. Cabe, ainda, chamar a atenção à justificativa para a retirada de Paula Beiguelman do escopo do estudo. Os currículos acadêmicos disponíveis na Plataforma Lattes são nossas principais fontes de informações<sup>107</sup>. O fato da intelectual não dispor de uma página nesse meio dificulta a padronização do que vamos examinar. Ademais, a

---

<sup>107</sup>Vale mencionar que isso não ocorre sem problemas, já que o preenchimento correto do Lattes parece um desafio a muitos acadêmicos.

situação também sinaliza um marco temporal, que diz respeito ao trabalho de Beiguelman ter se desenvolvido antes mesmo da propagação de um sistema nacional de avaliação científica, para o qual o cadastro na Plataforma Lattes é requisito fundamental.

Após fecharmos o recorte das pioneiras a serem pesquisadas, aplicamos as mesmas normas aos homens até igualarmos a quantidade deles a de mulheres selecionadas, tendo chegado nos respectivos nomes: Wanderley Guilherme dos Santos, Renato Boschi, Antônio Octávio Cintra, Fábio Wanderley Reis, Helgio Trindade e David Fleischer. Na Tabela 17 computamos os artigos que esses autores publicaram em cada uma das revistas precursoras de ciência política. Embora outros homens tenham publicado tanto quanto eles nesses periódicos, não se consagraram especificamente na área, não se formaram em pós-graduação especializada ou não possuíam Lattes<sup>108</sup>. Vale aclarar, entretanto, que os fundadores da disciplina do gênero masculino ascenderam aos cursos de mestrado e doutorado alguns anos antes das mulheres. Como veremos, há outras diferenças significativas entre os dois grupos.

**Tabela 17:** Fundadores do gênero masculino com participação em mais de uma publicação nas revistas pioneiras em ciência política (1956-2019)<sup>109</sup>

| <b>Nomes</b>                          | <b>DADOS</b> | <b>RBEP</b> | <b>RCP</b> | <b>Total</b> | <b>Primeira publicação</b> |
|---------------------------------------|--------------|-------------|------------|--------------|----------------------------|
| <b>Antônio Octávio Cintra</b>         | 2            | 3           | 0          | 5            | 1965                       |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b>           | 3            | 2           | 0          | 5            | 1965                       |
| <b>Wanderley Guilherme dos Santos</b> | 19           | 0           | 0          | 19           | 1967                       |
| <b>Renato Boschi</b>                  | 8            | 0           | 0          | 8            | 1970                       |
| <b>Helgio Trindade</b>                | 4            | 1           | 0          | 5            | 1971                       |
| <b>David Fleischer</b>                | 0            | 4           | 7          | 11           | 1976                       |

Fonte: elaboração da autora com base nos acervos das revistas.

<sup>108</sup> Para citar alguns exemplos: Olavo Brasil de Lima Júnior, Bolívar Lamounier, Sergio Abranches, José Antônio Giusti Tavares e Tocary de Assis Bastos não possuíam página no Lattes. Glaucio Ary Dillon Soares, por sua vez, teve mestrado em direito e doutorado em sociologia.

<sup>109</sup> Para consultar uma listagem das publicações, ver o Apêndice B, apresentado ao final desta tese.

### **4.3 Comparação de trajetórias e a divisão do trabalho entre os fundadores e fundadoras da ciência política brasileira**

#### **4.3.1 Formação**

Os anos 1960 e 1970 marcaram o início da institucionalização da pós-graduação na ciência política brasileira e, como não poderia ser diferente, registraram a criação de especializações acadêmicas. Uma particularidade que é comumente destacada entre as gerações pioneiras da disciplina é que elas necessitavam viajar para países estrangeiros para conseguir titulação de ensino superior na área (MADEIRA e MARENCO, 2016). No Brasil, os primeiros cursos que surgiram tinham como docentes acadêmicos provenientes de contextos internacionais distintos ou uma parcela de brasileiros que havia emigrado para obter formação no exterior. A Tabela 18 evidencia o peso da questão temporal nas tendências de formação, que de certa forma se associa ao ingresso mais tardio das mulheres no ensino. Nas gerações de fundadores, com exceção de Renato Boschi, que fez o mestrado no IUPERJ, todos passaram por experiências somente fora do território brasileiro. David Fleischer, em especial, antes mesmo de cursar mestrado, já havia adquirido título de graduação no campo.

A maioria das fundadoras, por outro lado, quase sem exceção, cursaram mestrados no Brasil. Maria Hermínia Tavares de Almeida declara no CV Lattes que adquiriu doutorado na USP entre 1973-1979. Antes disso ela tinha feito apenas uma especialização. Aparece, no entanto, uma diferença entre as informações na mini-bio e a presente na aba específica de formação: na primeira consta doutorado em ciência política e na segunda em ciências sociais<sup>110</sup>. Essa disparidade produz uma incerteza quanto aos dados da pós-graduação na universidade paulista, similar a que já tínhamos identificado no capítulo II dessa tese. Lembremos que o doutorado da USP foi oficializado em 1974. Maria Regina Soares de Lima (2020), todavia, não finalizou o curso no país, pois conseguiu uma bolsa e partiu para o doutorado no exterior. Assim como nos casos de homens, como WGS e Helgio Trindade, a formação em pós-graduação obtida no exterior englobava os níveis de mestrado e doutorado. Trindade, por seu turno, antes do doutorado iniciado em 1967, já havia feito uma série de especializações nos EUA e na França.

---

<sup>110</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4797882536342819> Acesso em 25 fev. 2021.

**Tabela 18:** Pioneiros e pioneiras por ano de formação e instituição de pós-graduação

| Nome                                     | Mestrado               | Ano         | Instituição           | Doutorado        | Ano         | Instituição                           |
|------------------------------------------|------------------------|-------------|-----------------------|------------------|-------------|---------------------------------------|
| <b>Antônio Octávio Cintra</b>            | Sociologia             | 1962 - 1963 | FLACSO                | Ciência Política | 1969-1983   | Massachusetts Institute Of Technology |
| <b>Argelina Cheibub Figueiredo</b>       | Ciência Política       | 1971-1976   | USP                   | Ciência Política | 1976 - 1987 | Universidade de Chicago               |
| <b>David V. Fleischer</b>                | Latin American Studies | 1966-1968   | University of Florida | Ciência Política | 1968-1972   | University of Florida                 |
| <b>Renato Boschi</b>                     | Ciência Política       | 1969-1970   | IUPERJ                | Ciência Política | 1971-1978   | University of Michigan                |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b>              | Ciência Política       | 1967-1970   | Harvard               | Ciência Política | 1967-1974   | Harvard                               |
| <b>Helgio Trindade</b>                   | *                      | *           | *                     | Ciência Política | 1967-1971   | Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne  |
| <b>Eli Diniz</b>                         | Ciência Política       | 1969 - 1971 | IUPERJ                | Ciência Política | 1974 - 1978 | USP                                   |
| <b>Ingrid Sarti</b>                      | Ciência Política       | 1971 - 1972 | USP                   | Ciência Política | 1986 - 1989 | IUPERJ                                |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b> | Ciência Política       | 1969 – 1977 | IUPERJ                | Ciência Política | 1975 - 1984 | Universidade de Oxford                |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b> | *                      | *           | *                     | Ciência Política | 1973-1979   | USP                                   |
| <b>Maria Regina Soares de Lima</b>       | Ciência Política       | 1969-X      | IUPERJ                | Ciência Política | 1976-1986   | Vanderbilt University                 |
| <b>Wanderley Guilherme dos Santos</b>    | *                      | *           | *                     | Ciência Política | 1967-1969   | Stanford University                   |

**Fonte:** elaboração da autora com base em dados da Plataforma Lattes.

#### 4.3.2 Internacionalização

O começo dos estudos de pós-graduação nos mestrados brasileiros pode ter dado mais chances para as mulheres permanecerem no país, mas não redundou em impedimento para que elas demarcassem alguns tipos de mobilidade e circulação internacional. Na Tabela 19 tratamos de elementos distintos da internacionalização dos fundadores: a capacidade linguística, as publicações, as traduções, as experiências de formação e trabalho no exterior. As únicas pessoas entre os pioneiros que não obtiveram títulos em universidades estrangeiras foram Eli Diniz e Maria Hermínia. Todos os outros casos passaram por instituições de fora ainda no período formativo. Destaca-se Ingrid Sarti, que após concluir o mestrado na USP, também realizou outro mestrado nos EUA, na Stanford University.

A comparação entre os grupos por gênero revela pouca coisa em termos de tendências partilhadas. Na pequena quantidade de casos que estamos analisando fica patente a oscilação dos demais itens examinados sobre internacionalização. A capacidade linguística dos acadêmicos, conforme declarado em seus CV Lattes, aponta para elites intelectuais versadas em muitos idiomas. No que toca à produtividade de publicações em outros idiomas, apenas Maria Antonieta Leopoldi registrou somente um texto entre as mulheres. As restantes alcançaram alguma regularidade em escrita traduzida a outras línguas. Pertence a uma mulher a liderança na quantidade de produções em outras línguas: Maria Hermínia Tavares de Almeida, que é procedida de David Fleischer e, na sequência, Helgio Trindade. Para os homens, no entanto, vale salientar o perfil de publicações de WGS. Mesmo com formação em uma conceituada universidade estrangeira e intensa produtividade, o politólogo priorizou interações e intervenções em português. No caso de Antônio Octávio Cintra, por seu turno, existe a particularidade da atuação profissional, que foi mais orientada a consultorias e ao serviço público no país, do que à academia propriamente dita. Cintra, além disso, é exceção entre os fundadores no quesito de experiência de trabalho no exterior, pois não a teve.

Finalmente, ambos os grupos compilaram traduções de suas pesquisas. Inglês e espanhol figuram como os idiomas mais recorrentes. Somente Leopoldi e Cintra não assinalaram textos em mais de uma língua estrangeira. Os incentivos à internacionalização se intensificaram deveras desde que esses quadros adentraram profissionalmente na academia. Assim, é importante notar que o pioneirismo esteve

associado, em ambos os gêneros, com um perfil de carreira mais internacionalizado mesmo quando os incentivos para tal ainda não eram fortes, e que entre os fundadores não houve diferenças significativas entre os grupos analisados.



**Tabela 19:** Internacionalização acadêmica dos pioneiros e pioneiras

| <b>Nomes</b>                       | <b>Capacidades linguísticas</b>              | <b>Artigos em outros idiomas</b> | <b>Livros em outros idiomas</b> | <b>Capítulos em outros idiomas</b> | <b>Total de publicações em outros idiomas</b> | <b>Idiomas de traduções</b>                  | <b>Formação (tipo)</b>                | <b>no exterior</b> | <b>Experiência de trabalho no exterior</b> | <b>Última atualização do Lattes</b> |
|------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Antônio Octávio Cintra</b>      | Inglês, espanhol, francês, italiano e alemão | 0                                | 0                               | 1                                  | 1                                             | Alemão                                       | Sim (Mestrado e Doutorado)            |                    | Não                                        | 18/05/12                            |
| <b>Argelina Cheibub Figueiredo</b> | Inglês, espanhol e francês                   | 7                                | 0                               | 14                                 | 21                                            | Inglês, espanhol e alemão                    | Sim (Doutorado)                       |                    | Sim                                        | 04/01/21                            |
| <b>David V. Fleischer</b>          | Inglês, Espanhol e italiano                  | 14                               | 11                              | 22                                 | 47                                            | Inglês, espanhol, alemão, francês e italiano | Sim (Graduação, Mestrado e Doutorado) |                    | Sim                                        | 26/02/15                            |
| <b>Eli Diniz</b>                   | Inglês, espanhol e francês                   | 13                               | 0                               | 12                                 | 25                                            | Inglês, espanhol, francês e alemão           | Não                                   |                    | Sim                                        | 04/03/13                            |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b>        | Inglês, espanhol,                            | 10                               | 0                               | 5                                  | 15                                            | Inglês, espanhol e francês                   | Sim (Mestrado*Doutorado)              |                    | Sim                                        | 17/12/13                            |

|                                          |                                                       |   |    |   |    |    |                                                          |                             |     |          |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---|----|---|----|----|----------------------------------------------------------|-----------------------------|-----|----------|
|                                          | francês<br>italiano                                   | e |    |   |    |    |                                                          |                             |     |          |
| <b>Helgio Trindade</b>                   | Inglês,<br>espanhol,<br>francês<br>italiano           | e | 16 | 8 | 22 | 46 | Inglês,<br>espanhol,<br>francês<br>italiano              | Sim<br>(Mestrado*Doutorado) | Sim | 10/08/19 |
| <b>Ingrid Sarti</b>                      | Espanhol,<br>inglês, italiano<br>e francês            |   | 6  | 1 | 8  | 15 | Inglês,<br>espanhol<br>e francês                         | Sim (Mestrado)              | Sim | 18/03/20 |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b> | Inglês,<br>espanhol,<br>francês<br>italiano           | e | 0  | 0 | 1  | 1  | Inglês                                                   | Sim (Doutorado)             | Sim | 12/03/18 |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b> | Inglês,<br>espanhol,<br>francês, italiano<br>e alemão |   | 21 | 2 | 26 | 49 | Inglês,<br>espanhol,<br>alemão,<br>italiano<br>e francês | Sim (Especialização)        | Sim | 12/02/21 |
| <b>Maria Regina Soares de Lima</b>       | Inglês, espanhol<br>e francês                         |   | 13 | 1 | 10 | 24 | Inglês<br>e espanhol                                     | Sim (Doutorado)             | Sim | 12/08/20 |
| <b>Renato Boschi</b>                     | Inglês,<br>espanhol,                                  |   | 6  | 1 | 14 | 21 | Inglês,<br>espanhol,                                     | Sim (Doutorado)             | Sim | 30/09/20 |

|                                                |                               |   |   |   |   |  |  |                      |                             |     |          |  |
|------------------------------------------------|-------------------------------|---|---|---|---|--|--|----------------------|-----------------------------|-----|----------|--|
|                                                | francês e<br>italiano         |   |   |   |   |  |  | francês e<br>alemão  |                             |     |          |  |
| <b>Wanderley<br/>Guilherme<br/>dos Santos*</b> | Inglês, francês e<br>espanhol | 1 | 0 | 4 | 5 |  |  | Inglês e<br>espanhol | Sim<br>(Mestrado*Doutorado) | Sim | 14/05/19 |  |

Fonte: elaboração da autora com base em dados da Plataforma Lattes.

### 4.3.3 Ensino

Se na esfera da internacionalização diferenças de gênero foram pouco tangíveis, o mesmo não pode ser dito para uma parte do legado das atividades de ensino. A função de docência abarca um montante considerável de tarefas, sobretudo nas pós-graduações, instituições nas quais se produz a maior parte das pesquisas no país. A despeito das atividades de investigação, que reverberam resultados para além da relação professor-aluno, os docentes são responsáveis por lecionar e orientar estudantes, formando as novas gerações de cientistas que darão continuidade ao campo de conhecimento.

Diante da impossibilidade de acessar informações sobre todos os cursos que os fundadores deram, nessa fase da análise utilizo métricas relativas à orientação de teses e dissertações. A Tabela 20 apresenta dados sobre a genealogia dos pioneiros, que foram extraídos da Plataforma Acácia<sup>111</sup>, projeto acadêmico brasileiro que emprega um algoritmo para extrair e examinar a estrutura de relações entre orientadores e orientandos no país. O primeiro aspecto que salta aos olhos é a ausência de números para o Antônio Octávio Cintra. O cientista não orientou estudantes, o que é natural já que direcionou sua carreira para cargos de gestão no serviço público.

**Tabela 20:** Genealogia dos fundadores da ciência política

| Nome                                   | Fecundidade | Descendentes | Ensino<br>Genealógico | Data de<br>extração no<br>Lattes |
|----------------------------------------|-------------|--------------|-----------------------|----------------------------------|
| <b>Antônio Octávio Cintra*</b>         | 0           | 0            | 0                     | *                                |
| <b>Argelina Cheibub<br/>Figueiredo</b> | 35          | 433          | 9                     | 13/03/19                         |
| <b>David V. Fleischer</b>              | 66          | 143          | 5                     | 26/02/15                         |
| <b>Eli Diniz</b>                       | 31          | 284          | 8                     | 04/03/13                         |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b>            | 25          | 377          | 5                     | 17/12/13                         |

<sup>111</sup> Consultar a Plataforma Acácia em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso em 1 de dezembro de 2020. Para ler artigos dos pesquisadores com mais detalhes sobre a metodologia, ver: DAMACENO et al (2019) e DAMACENO, ROSSI e MENA-CHALCO (2017).

|                                          |    |      |    |          |
|------------------------------------------|----|------|----|----------|
| <b>Helgio Trindade</b>                   | 20 | 1537 | 9  | 05/04/18 |
| <b>Ingrid Sarti</b>                      | 29 | 38   | 2  | 30/05/19 |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b> | 36 | 51   | 2  | 12/03/18 |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b> | 42 | 438  | 9  | 25/07/18 |
| <b>Maria Regina Soares de Lima</b>       | 94 | 856  | 13 | 19/02/19 |
| <b>Renato Boschi</b>                     | 57 | 283  | 8  | 21/12/18 |
| <b>Wanderley Guilherme dos Santos</b>    | 19 | 1025 | 7  | 14/5/19  |

\*Antônio Octávio Cintra não possui dados para orientação.

Fonte: elaboração da autora com base em dados da Plataforma Acácia.

Antes de debater os demais casos, cabe elucidar o significado dos rótulos “fecundidade”, “descendentes” e “índice genealógico” dispostos no topo da tabela. Tratam-se de referências a métricas genealógicas criadas pelos pesquisadores da Plataforma Acácia para evidenciar diferentes aspectos de orientação nas pós-graduações. A métrica “fecundidade” se refere à quantidade de pessoas orientadas diretamente pelos professores. Maria Regina Soares de Lima possui destaque isolado nesse rótulo, com 94 ligações diretas com estudantes. Para se ter uma noção, à exceção de David Fleischer e Renato Boschi, que ocupam os segundo e terceiro lugares nesse quesito, Soares de Lima acompanhou mais alunos em suas formações que todos os outros pioneiros homens somados (Fábio Wanderley Reis, Helgio Trindade, WGS e, logicamente, Cintra).

Nas relações de orientação, as mulheres tiveram mais legados na ciência política brasileira que os homens. Fleischer e Boschi são os únicos a ter um desempenho substantivamente alto. Os outros quatro homens – Cintra, Reis, Trindade e WGS – não alcançam nem Ingrid Sarti, que registrou o menor número de orientações entre as mulheres (29). Em contrapartida, os números para “descendentes” notabilizam os nomes de WGS e Helgio Trindade à frente de Soares de Lima. Essa métrica calcula o “número total de

descendentes, em todas as gerações, que um acadêmico possui. Considera filhos, netos, bisnetos, trinotos, e assim por diante”<sup>112</sup>. Ao levarmos em conta que os dois foram os primeiros a ter formação de doutorado entre os intelectuais de nosso recorte, exercendo papéis de destaque no início da docência na disciplina, respectivamente no IUPERJ e na UFRGS, não é de se estranhar que suas linhagens sejam abrangentes, mesmo com um patamar mais baixo de orientações diretas.

O último marcador, do “índice genealógico”, faz “uma adaptação da métrica bibliométrica do índice H, e considera a quantidade (descendentes) e qualidade (abrangência das gerações) dos relacionamentos” (DAMACENO, ROSSI e MENA-CHALCO, 2017: p.10). O critério novamente coloca Soares de Lima em primeiro, seguida de Argelina Figueiredo, Maria Hermínia e Helgio Trindade; Renato Boschi e Eli Diniz; Wanderley Guilherme dos Santos; e, com índices mais baixos, Fábio Wanderley Reis; Maria Leopoldi e Ingrid Sarti.

Embora as três métricas sejam interessantes para apreender aspectos diferenciados dos legados dos fundadores em termos de ensino e reprodução da ciência política entre gerações, é possível ponderar que a questão dos “descendentes” e o “índice genealógico” não serve para distinguirmos as escolhas de alocação de tempo dos pioneiros. É a taxa de “fecundidade” que demonstra a disposição direta dos docentes depositarem energia nas relações de orientação com seus estudantes. E é nesse quesito que fica mais claro uma diferenciação de gênero, com as mulheres priorizando mais a tarefa.

#### 4.3.4 Impacto da produção

As avaliações de impacto de produtividade provocam debates acirrados entre os cientistas em relação a quais métricas viabilizariam a definição da qualidade de pesquisadores, publicações e universidades sem consequências perversas para as desigualdades de recursos e as hierarquias de prestígio no sistema acadêmico mundial (BEIGEL, 2013; 2018)<sup>113</sup>. Não entraremos em maior profundidade na contenda, mas a Tabela 21 facilita a visualização da grande variação que a escolha por um ou outro parâmetro pode ocasionar. Os dados são fruto de consulta ao software *Harzing's Publish*

---

<sup>112</sup> Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/faq> Acesso em 1 de dezembro de 2020.

<sup>113</sup> Recentemente no Brasil vêm sendo discutidas mudanças na avaliação das revistas e nos indicadores empregados. Ver, por exemplo, CAMPOS, 2020.

or *Perish*, que extraiu indicadores do Google Scholar<sup>114</sup>. Nas colunas estão listados os anos de publicação dos textos, o período temporal em que eles receberam citações, a quantidade de produções de cada pesquisador, o total de citações recebidas, as citações divididas por ano e por texto, a média de autores por texto, o índice H (h-index)<sup>115</sup> e o índice G (g-index)<sup>116</sup>. Nas citações em números brutos, a liderança pertence à Eli Diniz, com uma leve diferença em relação a WGS.

---

<sup>114</sup> Data da última coleta: 27 jan. 2021.

<sup>115</sup> Segundo a Wikipedia, “o índice H é o número de artigos com citações maiores ou iguais a esse número. Um par de exemplos certamente ajuda a ilustrar o conceito: um pesquisador com  $h = 5$  tem 5 artigos que receberam 5 ou mais citações; um departamento com  $h = 45$  tem 45 artigos com 45 ou mais citações; e assim por diante”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice\\_h](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_h) Acesso em 27 jan. 2021.

<sup>116</sup> Para detalhes, ver: <https://en.wikipedia.org/wiki/G-index> Acesso em 27 jan. 2021.

**Tabela 21:** Taxas de citações dos fundadores da ciência política brasileira

| <b>Nomes</b>                             | <b>Ano das publicações</b> | <b>Anos das citações</b> | <b>Textos</b> | <b>Citações</b> | <b>Citações por ano</b> | <b>Citações por texto</b> | <b>Autores por texto</b> | <b>h-index</b> | <b>g-index</b> |
|------------------------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------|-----------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------|----------------|
| <b>Antônio Octavio Cintra</b>            | 1966-2015                  | 55<br>(1966-2021)        | 29            | 519             | 9.44                    | 17.90                     | 1.62                     | 9              | 22             |
| <b>Argelina Cheibub Figueiredo</b>       | 1964-2019                  | 57<br>(1964-2021)        | 70            | 4286            | 75.19                   | 61.23                     | 2                        | 19             | 65             |
| <b>David V. Fleischer</b>                | 1968-2016                  | 53<br>(1968-2021)        | 52            | 540             | 10.19                   | 10.38                     | 1.31                     | 22             | 55             |
| <b>Eli Diniz</b>                         | 1964-2019                  | 57<br>(1964-2021)        | 293           | 6786            | 119.05                  | 23.16                     | 1.56                     | 39             | 77             |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b>              | 1966-2016                  | 55<br>(1966-2021)        | 99            | 1786            | 32.47                   | 18.04                     | 1.33                     | 23             | 40             |
| <b>Helgio Trindade</b>                   | 1968-2019                  | 53<br>(1968-2021)        | 193           | 2968            | 56                      | 15.38                     | 1.43                     | 26             | 49             |
| <b>Ingrid Sarti</b>                      | 1971-2017                  | 50<br>(1971-2021)        | 58            | 319             | 6.38                    | 5.5                       | 1.45                     | 9              | 16             |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b> | 1968-2014                  | 53<br>(1968-2021)        | 16            | 330             | 6.23                    | 20.63                     | 2.38                     | 6              | 16             |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b> | 1973-2020                  | 48<br>(1973-2021)        | 97            | 3075            | 64.06                   | 31.70                     | 1.47                     | 12             | 21             |
| <b>Maria Regina Soares de Lima</b>       | 1971-2019                  | 50<br>(1971-2021)        | 118           | 2397            | 47.94                   | 20.31                     | 1.69                     | 23             | 47             |



|                                       |           |                   |     |      |        |       |      |    |    |
|---------------------------------------|-----------|-------------------|-----|------|--------|-------|------|----|----|
| <b>Renato Boschi</b>                  | 1960-2019 | 61<br>(1960-2021) | 220 | 3614 | 59.25  | 16.43 | 1.63 | 30 | 55 |
| <b>Wanderley Guilherme dos Santos</b> | 1962-2018 | 59<br>(1962-2021) | 176 | 6754 | 114.47 | 38.38 | 1.27 | 33 | 81 |

Fonte: elaboração da autora com base em dados do Google Scholar extraídos do software *Harzing's Publish or Perish*.

Como mostra o quadro acima, não é possível estabelecer generalizações acerca de desigualdades de gênero nesse quesito a partir da comparação entre os dois grupos. Tal estado de coisas pode ser tomado como evidência positiva, uma vez feita a ressalva de que se trata de um escopo pequeno e elitizado de intelectuais. Em artigos que tematizaram padrões de citação entre homens e mulheres na ciência política ou nas relações internacionais em outros países, o grupo masculino apareceu recorrentemente em vantagem (MALINIAK, POWERS E WALTER, 2013; MITCHELL, LANGE, E BRUS, 2013; DION, SUMNER, E MITCHELL, 2018). Além disso, as taxas brutas de citação também acabam influenciadas pela quantidade geral de textos que os pesquisadores produziram, assim como pelas redes que cada um estabeleceu na autoria dos trabalhos. Essas observações não pretendem destituir de mérito a liderança de Eli Diniz, mas sim contextualizar a reflexão sobre os dados.

A Tabela 22 detalha os três trabalhos mais citados dos autores pioneiros da ciência política brasileira. O apanhado das obras ressalta outro pormenor importante na comparação entre Diniz e WGS: a autora escreveu mais textos e foi mais referenciada pelo conjunto deles, mas o autor é o que possui o exemplar que encabeça as citações – o livro *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*”, editado pela Campus na década de 1980. Fora a intensa circulação de suas pesquisas, as publicações dos dois que lideraram as taxas de citação são de autoria individual. No tocante ao ranking de visibilidade dos textos, a segunda na lista é Argelina Figueiredo em coautoria com Fernando Limongi – com o livro *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, editado pela Editora da FGV em 1999 – e a terceira é Maria Regina Soares de Lima em parceria com Mônica Hirst – com o artigo “Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities”, publicado na *International Affairs*, em uma data bem mais recente, 2006.

Enquanto os números mais gerais não necessariamente sinalizam desigualdades de gênero entre os grupos de fundadores da disciplina, outros detalhes sobre os autores podem adicionar mais elementos valiosos à análise. Entre as produções mais citadas de Argelina Figueiredo, por exemplo, estão um livro e um artigo em coautoria com Limongi, seguidos de um livro de autoria individual. Todos foram editados por meios prestigiosos, sejam editoras ou revistas, mas as referências privilegiadas às obras de Figueiredo com Limongi podem não ser apenas “neutras”. Estudos mostram que é mais difícil mulheres serem associadas ao brilhantismo intelectual que os homens (LESLIE et al, 2015).

**Tabela 22:** Taxas de citação das três principais obras dos fundadores da ciência política brasileira

| <b>Nomes</b>                       | <b>Top três de citações</b> | <b>Autores</b>           | <b>Título</b>                                                                                      | <b>Ano</b> | <b>Formato</b>    | <b>Revista/Editora</b>              |
|------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------|-------------------------------------|
| <b>Antônio Octacío Cintra</b>      | 218                         | L Avelar, AO Cintra      | Sistema político brasileiro: uma introdução                                                        | 2007       | Livro             | Fundação Editora da UNESP           |
|                                    | 58                          | AO Cintra                | O sistema de governo no Brasil                                                                     | 2004       | Capítulo de livro | Fundação Konrad Adenauer-Stiftung   |
|                                    | 42                          | AO Cintra, PR Haddad     | Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil                                                | 1978       | Livro             | Zahar                               |
| <b>Argelina Cheibub Figueiredo</b> | 1658                        | AC Figueiredo, F Limongi | Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional                                               | 1999       | Livro             | Editora FGV                         |
|                                    | 561                         | AC Figueiredo, F Limongi | Presidential power, legislative organization, and party behavior in Brazil                         | 2000       | Artigo            | Comparative Politics                |
|                                    | 361                         | AC Figueiredo            | Democracia ou reformas?: Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964                     | 1993       | Livro             | Paz e Terra                         |
| <b>David V. Fleischer</b>          | 109                         | DV Fleischer             | Os partidos políticos no Brasil                                                                    | 1981       | Livro             | Editora Universidade de Brasília    |
|                                    | 53                          | RG Wesson, DV Fleischer  | Brazil in transition                                                                               | 1983       | Livro             | Greenwood                           |
|                                    | 42                          | DV Fleischer             | O pluripartidarismo no Brasil - dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo | 1981       | Artigo            | Revista de Ciência Política, FGV-RJ |

|                             |     |                                                     |                                                                                                                    |      |                   |                         |
|-----------------------------|-----|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------------|-------------------------|
| <b>Eli Diniz</b>            | 539 | E Diniz                                             | Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95                                                        | 1997 | Livro             | Editora FGV             |
|                             | 465 | E Diniz                                             | Empresário, Estado, e capitalismo no Brasil, 1930-1945                                                             | 1978 | Livro             | Paz e Terra             |
|                             | 431 | E Diniz                                             | Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90 | 2016 | Capítulo de livro | CNPq, FAPERJ, INCT/PPED |
| <b>Fábio Wanderley Reis</b> | 153 | FW Reis, GA O'Donnell                               | A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas                                                                     | 1988 | Livro             | Veredas                 |
|                             | 151 | FW Reis                                             | Mercado e utopia                                                                                                   | 2009 | Livro             | Centro Edelstein        |
|                             | 128 | FW Reis, B Lamounier, OB Lima Jr, H Trindade, J Cew | Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro                                                  | 2009 | Livro             | Centro Edelstein        |
| <b>Helgio Trindade</b>      | 531 | H Trindade                                          | Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30                                                                | 1979 | Livro             | Difel                   |
|                             | 260 | H Trindade                                          | Universidade em ruínas: na república dos professores                                                               | 1999 | Livro             | Vozes                   |
|                             | 128 | FW Reis, B Lamounier, OB Lima Jr, H Trindade, J Cew | Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro                                                  | 2009 | Livro             | Centro Edelstein        |
| <b>Ingrid Sarti</b>         | 70  | I Sarti                                             | Porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política                                                | 1981 | Livro             | Editora Paz e Terra     |

|                                          |     |                            |                                                                                                                   |      |                   |                                        |
|------------------------------------------|-----|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------------|----------------------------------------|
|                                          | 33  | I Sarti                    | Communication and cultural dependency: A misconception                                                            | 1981 | Capítulo de livro | Praeger New York                       |
|                                          | 24  | I Sarti                    | A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva                                                      | 1996 | Artigo            | Revista Brasileira de Ciências Sociais |
| <b>Maria Antonieta Parahyba Leopoldi</b> | 233 | MAP Leopoldi               | Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado | 2000 | Livro             | Paz e Terra                            |
|                                          | 33  | MAP Leopoldi               | Industrial associations and politics in contemporary Brazil                                                       | 1984 | Tese de Doutorado | Universidade de Oxford                 |
|                                          | 20  | V Alberti, MAP Leopoldi    | Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil                                             | 2001 | Livro             | Fundação Escola Nacional de Seguros    |
| <b>Maria Hermínia Tavares de Almeida</b> | 536 | MHT Almeida                | Federalismo e políticas sociais                                                                                   | 1995 | Artigo            | Revista Brasileira de Ciências Sociais |
|                                          | 441 | MHT Almeida                | Re-centralizing the federation?                                                                                   | 2005 | Artigo            | Revista de Sociologia e Política       |
|                                          | 222 | MHT Almeida, L Weis        | Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar                              | 1998 | Livro             | Companhia das Letras                   |
| <b>Maria Regina</b>                      | 647 | MR Soares de Lima, M Hirst | Brazil as an intermediate state and regional power:                                                               | 2006 | Artigo            | International Affairs                  |

|                                       |      |           |                                                                                                            |      |        |                                              |
|---------------------------------------|------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------|----------------------------------------------|
| <b>Soares de Lima</b>                 |      |           | action, choice and responsibilities                                                                        |      |        |                                              |
|                                       | 277  | MRS Lima  | A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul                                          | 2005 | Artigo | Revista Brasileira de Política Internacional |
|                                       | 135  | MRS Lima  | Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña                                | 1994 | Artigo | América Latina/Internacional                 |
| <b>Renato Boschi</b>                  | 440  | RR Boschi | A arte da associação: política de base e democracia no Brasil                                              | 1987 | Livro  | IUPERJ                                       |
|                                       | 240  | RR Boschi | Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil                           | 1979 | Livro  | Graal                                        |
|                                       | 200  | RR Boschi | Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador | 1999 | Artigo | DADOS                                        |
| <b>Wanderley Guilherme dos Santos</b> | 2293 | WG Santos | Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira                                                 | 1987 | Livro  | Campus                                       |
|                                       | 604  | WG Santos | Razões da desordem                                                                                         | 1993 | Livro  | Rocco                                        |
|                                       | 419  | WG Santos | Ordem burguesa e liberalismo político                                                                      | 1978 | Livro  | Duas Cidades                                 |

Fonte: elaboração da autora com base em dados do Google Scholar extraídos do software Harzing's Publish or Perish.

Em entrevista ao projeto “Mulheres e Ciência Política”, da ABCP, Figueiredo pontuou não ter vivenciado nenhuma situação muito difícil na academia pelo fato de ser mulher, mas ao mesmo tempo declarou que:

...acho que há tratamento diferenciado sim. Por exemplo, quando uma pessoa estabelecida, reconhecida, tem que escolher entre duas pessoas iguais, em geral prefere o homem. Às vezes, mesmo um pouco pior. Já tive, pelo menos, um caso assim. Já aconteceu também com um jornalista que, citando conteúdo de trabalho meu e do Fernando (Limongi), só se refere a ele. Em trabalhos acadêmicos, isso só aconteceu uma vez recentemente. Uma aluna de doutorado me falou que em uma resenha sobre estudos legislativo, meu nome só aparece na bibliografia e o do Fernando aparece em todo o texto ao tratar do nosso trabalho. Inclusive atribui o projeto “Terra Incógnita” ao Fernando, quando fui eu quem convidou o Fernando para participar do projeto, o que foi o início da nossa parceria (FIGUEIREDO, 2018).

A cientista política Ingrid Sarti registrou menos citações em comparação a outros fundadores. Ainda assim, possui entre seus trabalhos mais notórios uma variação de formatos, com um capítulo de livro em inglês, um livro editado pela Paz e Terra e um artigo em uma prestigiosa revista acadêmica brasileira. Nesse item dos tipos de publicação, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi destoa entre os fundadores por ter recebido citações diretas à sua tese de doutorado, presente no banco de teses da Universidade de Oxford, onde defendeu o título. Como a própria autora salientou em entrevista, a tese foi redigida enquanto finalizava concomitantemente seu mestrado no IUPERJ, o que reflete uma produção construída durante o período formativo da pesquisadora<sup>117</sup>. Outros dois livros dela conquistariam mais visibilidade entre suas publicações, ambos mais recentes, um de autoria individual e outro em coautoria.

A produção de maior impacto de Maria Regina Soares de Lima, por seu turno, está toda no formato artigo, um em inglês – em coautoria com Monica Hirst –, outro em português e o último em espanhol. De todo o grupo de homens e mulheres, ela é a que tem mais trabalhos de alto impacto em línguas estrangeiras. Maria Hermínia possui dois artigos com bastante citações. Um em português e outro em inglês. Sua última publicação mais referida é em coautoria com Luiz Weis e no formato livro.

---

<sup>117</sup> “...eu vim fazer o mestrado no antigo IUPERJ, hoje IESP. Fiz o mestrado lá entre 1969, entrei em 1969, fui fazendo cursos, não tinha uma estrutura... Eu fiz cursos até mais ou menos 1970, 71, né, e depois fiquei fazendo a tese. Também, nesse meio tempo, eu comecei a trabalhar na UFF, e aí atrasei com a tese de mestrado, aí surgiu uma oportunidade de fazer um doutorado na Inglaterra. Eu fui para o doutorado e acabei o mestrado lá na Inglaterra. Então eu fiquei com um mestrado do IUPERJ e o doutorado, que eu acabei em 1984, na Universidade de Oxford” (LEOPOLDI, 2020).

WGS, como discutimos em tópicos anteriores, exerceu um papel de intervenção mais voltado ao idioma nacional e angariou popularidade sobretudo a partir dos seus livros. Ainda que esse não seja o mesmo contexto de Renato Boschi, que publicou mais obras em outros idiomas que WGS, o autor teve mais êxito em exemplares de livros e um artigo em português, assumindo o mesmo perfil de produção individual que seu colega do IUPERJ/IESP-UERJ. Somente Fleischer teve entre os mais citados um livro em inglês, que apareceu conjunto a outro livro em português e um artigo na mesma língua. Entre o restante dos fundadores – Antônio Octavio Cintra, Fábio Wanderley Reis e Helgio Trindade –, as características das publicações mais citadas convergem: se concentram no formato livro, estão no idioma português e variam entre autoria individual ou coletiva.

As evidências discutidas não corroboram, portanto, conclusões que indiquem menor reconhecimento das fundadoras mulheres do que dos homens, ao menos no que diz respeito à recepção de suas ideias. A divisão de gênero do trabalho também não produziu cenário degradante para o grupo feminino, uma vez que elas desfrutaram de oportunidades de internacionalização da carreira, formação e aprendizagem de modo similar aos homens. A atividade de orientação, contudo, tão relevante para a reprodução da ciência política entre novas gerações, revelou diferenças um pouco mais consistentes, com as mulheres dedicando mais tempo ao seu exercício.

O fato de que a ciência política brasileira não foi fundada apenas por homens não anula, entretanto, o caráter de excepcionalidade que muitas mulheres ocuparam em sua história, constituída por uma contínua predominância do gênero masculino no topo das hierarquias da carreira. Lima (2013) identificou nesses perfis de destaque na academia duas representações sociais que emergem com efeitos perversos, a de “supermulheres”, que são fortes e merecedoras de êxitos, e a de “inteligências descorporificadas”, que desvinculam os marcadores de diferenciação social desfrutados pelos agentes de suas possibilidades de desenvolvimento. Essas representações podem resvalar na noção de que basta o esforço individual para que se conquiste progresso na carreira ou se escolha determinadas áreas de trabalho, o que enfraquece a formulação de políticas de combate às desigualdades. Há, além disso, o risco de se supor que de que as mulheres deixam de experimentar discriminações de gênero quando acessam posições de poder nas profissões.

Como resultado de entrevistas que realizou com acadêmicas da física, Lima (2013) chamou a atenção ao fenômeno que nomeou de “drible da dor”, baseado na percepção que algumas mulheres partilhavam da meritocracia e da ausência de enfrentamento de violências de gênero em suas trajetórias profissionais. O “drible da dor”, tal qual qualificado pela autora,



consiste na falta de conhecimento, ou mesmo na negação, por parte de algumas mulheres, dos preconceitos, violências e traumas que possivelmente viveram ou estiveram sujeitas por sua condição de gênero, o que fomenta as representações sociais de “supermulheres” e “inteligências descorporificadas”.

Em análises de entrevistas feitas com fundadoras da ciência política brasileira o “drible da dor” foi constatado em alguns casos, assim como uma espécie de tomada de consciência progressiva acerca de opressões que não eram reconhecidas no passado (LIMA, 2013; ALMEIDA E BUARQUE DE HOLLANDA, 2020; PINTO e OLIVEIRA, 2020)<sup>118</sup>. Essa caracterização envolve, no entanto, certas imposições normativas do que deve ou não ser definido como uma experiência de discriminação e pode incorrer em simplificar determinantes sociais que influenciam nos modos como os grupos apreendem suas relações cotidianas. A categoria ainda pode ser criticada por imputar às interlocutoras de pesquisa, ou seja, às acadêmicas entrevistadas, uma falta de discernimento sobre suas próprias vidas.

Por outro lado, “gênero” não é a única categoria importante para analisarmos trajetórias e em conjunto a demais variáveis pode revelar as desigualdades em maior abrangência. Como nossos dados mostraram, o quadro de fundadores e fundadoras da ciência política brasileira é constituído por pessoas que tiveram percursos de formação e reconhecimento relativamente próximas. Se muitas das mulheres são capazes de indicar opressões vivenciadas ao longo de suas trajetórias por conta de seu gênero, pode ser igualmente natural que outras mulheres se percebam como “inteligências descorporificadas” em virtude de seus privilégios de percurso.

As condições socioeconômicas podem, por exemplo, permitir que sejam terceirizadas demandas de cuidado e tarefas domésticas. Tal movimento é bastante presente nas classes abastadas do Brasil e, em grande medida, favoreceu a inserção das mulheres, especialmente brancas, no mercado de trabalho. Apenas como um paralelo, os determinantes de classe têm aparecido em estudos sobre relações raciais como elemento de influência na percepção que pretos e pardos relatam acerca do enfrentamento de racismo (DAFLON, CARVALHAES e FERES JUNIOR, 2017). As impressões de uma mulher que precisa cuidar dos filhos enquanto administra as exigências profissionais da academia pode divergir substantivamente daquelas que possuem recursos para arcar com babás ou creches particulares.

---

<sup>118</sup> Tais capítulos se basearam nas entrevistas realizadas pelo projeto “Mulheres na Ciência Política”, da ABCP, que podem ser consultadas em: <https://cienciapolitica.org.br/projetos/projeto-mulheres-ciencia-politica?fbclid=IwAR1WnoAUtSwiMABBBkb1dW124M7BG3zDFgNIQ02V33xLKvYTVfaar1Vw18Ds> Acesso em 5 dez. 2020.

As mulheres que fundaram a ciência política brasileira notavelmente não compõem uma amostra representativa de toda a comunidade. A comparação delas com os homens de mesmo perfil auxilia na compreensão das interações e repercussões de um âmbito específico da academia: o das elites intelectuais. Trata-se de um contingente bastante homogêneo do ponto de vista social: pessoas em sua maioria de classe média, brancas, moradoras das grandes metrópoles do sudeste brasileiro, a região mais rica do país. De um ponto de vista histórico, é relevante constatar que as mulheres não só contribuíram à institucionalização da disciplina no país, como chegaram a se equiparar aos homens em quesitos de produção e circulação do conhecimento. Isso importa para a promoção de ações que combatam as desigualdades na ciência por nos situar em um legado fundacional que pode ser valorizado por conter homens e mulheres. A força simbólica de podermos narrar o passado da área sem considerá-la uma “ciência masculina” não deve ser menosprezada.

#### **4.4 Considerações finais**

O objetivo desse capítulo foi analisar comparativamente as trajetórias de fundadoras e fundadores da ciência política brasileira a partir de critérios centrais nas avaliações de carreira, tais como a formação, a internacionalização, as atividades de ensino e o impacto das produções bibliográficas dos pesquisadores. A única desigualdade de gênero que apareceu entre os grupos masculino e feminino foi a da dimensão das relações de orientação, com leve predominância das mulheres dando maior estima a essa contribuição. Maria Regina Soares de Lima foi o nome que surgiu como destaque no treinamento de novas levas de estudantes. Eli Diniz, por sua vez, sobressaiu como a autora com mais citações ao conjunto total de seus textos; posto que pertence à Wanderley Guilherme dos Santos se estipulamos o ranking de obras individualmente mais referenciadas.

A institucionalização de disciplinas acadêmicas é um empreendimento coletivo, no qual tomam parte estudantes e professores. Taxas de citação e outros índices de produtividade nem sempre introduzem boas consequências para a comunidade acadêmica como um todo, tendo, por vezes, um papel de asseverar desigualdades na distribuição de recursos para pesquisas, prestígio e desenvolvimento institucional. Um problema particular relativo às citações é que elas podem ocorrer para endereçar críticas negativas ao conteúdo de trabalhos. No entanto, essas métricas também nos auxiliam a mapear grupos que receberam mais visibilidade entre os seus pares ou consolidaram práticas profissionais regulares. O fato das ideias de um cientista

terem circulação e serem referenciadas entre seus colegas parece suficiente para caracterizar uma forma de reconhecimento.

O presente estudo mostra que mulheres e homens de elites intelectuais estiveram par a par na construção de suas carreiras e na reverberação de seus trabalhos na academia. Mulheres e homens fundaram a ciência política brasileira, com um distanciamento quase irrelevante de caráter geracional. O achado contrasta com a pouca consideração que o gênero feminino ganhou na literatura de história da disciplina no país. Mas, além disso, também destoa das severas assimetrias presentes na totalidade da área. Do ponto de vista das escolhas metodológicas dessa tese, nossos últimos resultados, baseados em poucos casos e em um recorte focado em carreiras consolidadas, ajudam a demonstrar que o maior problema das desigualdades em nosso campo de conhecimento está na capacidade de atrair e dar condições de permanência e crescimento profissional às mulheres. Retomar as trajetórias de pioneiros e pioneiras nos auxilia a promover uma mudança de percepção sobre a fundação da ciência política no país, mas, sobretudo, a entender como torna-la mais plural.

## CONCLUSÃO

Essa tese teve como espinha dorsal a pergunta: como homens e mulheres participaram da institucionalização da ciência política no Brasil? O objetivo da pesquisa foi analisar as desigualdades de gênero que estiveram presentes na conformação da disciplina no país. Para tal, o estudo utilizou métodos mistos que aliou abordagens quantitativas, como estatísticas descritivas e técnicas de bibliometria, a qualitativas, como entrevistas semiestruturadas, consulta a acervos de revistas, análise de documentos históricos, observação participante e revisão sistemática da literatura. A hipótese que orientou a investigação foi que as mulheres conquistaram menor prestígio dentre o grupo de pessoas que consolidaram a área por serem afetadas pela divisão de gênero do trabalho, que as concentrou em atividades e tópicos menos estimados nos meios de avaliação da produção científica.

Ao longo de quatro capítulos, tratamos de analisar a questão na bibliografia especializada, nos espaços de ensino e formação, na produção intelectual, e, por fim, nas trajetórias acadêmicas. Cada uma dessas etapas endereçou uma questão secundária. No primeiro capítulo, indagamos como o tema das assimetrias surgiu na ciência política brasileira. Demonstramos que, embora pequena e incipiente, a literatura de história da disciplina tem lacunas no que toca sua interpretação sobre as relações de gênero, com as mulheres sendo postas em representações subalternas. Para entender como o assunto surgiu no país, por seu turno, estabelecemos uma comparação com os EUA, “berço” da profissionalização da área, e a Argentina, um dos países latino-americanos que começou a investir no debate sobre desigualdades no mesmo período que a ABCP o fez.

A observação do contexto histórico desses três casos nacionais levou à identificação de oportunidades políticas distintas para a emergência das discussões sobre desigualdades de gênero no seio da comunidade acadêmica. Nos EUA, onde a ciência política foi fundada no final do século XIX por homens que se opunham ao sufrágio feminino, as mulheres tardaram a ter chances e, quando conseguiram quebrar as barreiras de inserção na área, reivindicaram principalmente o acesso aos cargos de liderança. No Brasil, país em que a ciência política se fortaleceu quase um século depois, ou seja, em outro momento histórico, o gênero feminino desfrutou de realidade diversa, participando da formação da disciplina nas universidades e atingindo posições de poder em períodos temporais curtos. Faltava, entretanto, considerações mais detalhadas sobre nossa memória, sobretudo em relação às mulheres, objetivo que foi sendo progressivamente incorporado e promovido pela ABCP. Finalmente, na Argentina, nosso país

vizinho, a eclosão do debate sobre violência de gênero nas ruas e nas universidades redundou na atenção dada aos assédios por parte da associação profissional local.

No capítulo II enfrentamos o desafio de dimensionar historicamente a evolução da diversidade de gênero na ciência política brasileira ao longo das décadas nos espaços de ensino e na organização de redes profissionais. Dados disponíveis na Plataforma Sucupira auxiliaram a construção de panoramas da contemporaneidade, mas não foram suficientes para revisitar as etapas iniciais de desenvolvimento de formação na área. Tratamos, portanto, de buscar em fontes alternativas evidências de longo prazo. Dois retratos da composição de discentes e docentes puderam, então, ser constituídos. Um deles correspondeu ao conjunto de instituições de pós-graduação pioneiras e o outro ao estado atual de todos os programas do país. O antigo IUPERJ e a USP, duas das sedes dos primeiros cursos de mestrado, foram mais céleres em incorporar mulheres nas posições de instrutoras; enquanto os programas da UFRGS e da UFMG demoraram mais, mas foram mais efetivos em pluralizar o corpo geral de professores no decorrer do tempo. No que toca aos discentes, ou seja, ao futuro da comunidade, é possível identificar retrocessos e avanços na diversificação das universidades.

A análise mostrou que os apontamentos sobre a comunidade acadêmica de ciência política podem variar de acordo com as instituições ou os enfoques temáticos que são cruzados aos dados de gênero. O fenômeno do *leaky pipeline*, contudo, se mostrou permanente entre os cientistas políticos. Se as mulheres chegam a ser maioria entre estudantes de mestrado, o mesmo não ocorre no doutorado e nos quadros docentes. Há uma dificuldade relativamente estável do grupo feminino acessar melhores posições na carreira. Esse desafio, que é coletivo, destoa de trajetórias que adquiriram posições de poder em associações profissionais. Quando contrastado a outros países, o Brasil se mostrou permeável à ascensão de mulheres a cargos de liderança na disciplina.

O capítulo III buscou mapear as fundadoras da área no país. Partindo da questão “Quais são as pioneiras e os pioneiros intelectuais do campo?”, essa etapa retomou as publicações precursoras da disciplina e examinou a esfera editorial dedicada aos estudos de política. Mulheres foram historicamente minoritárias entre as autoras de artigos acadêmicos e, no presente, encontram maior participação como editoras de revistas ou como autoras de livros. Ainda assim, foi possível demonstrar a presença de figuras relevantes na história da disciplina. As mulheres contribuíram para o debate sobre autonomização da ciência política e seguiram trajetórias profissionais diversas, algumas amadurecendo suas carreiras acadêmicas na área, outras derivando para disciplinas próximas, mas permanecendo na academia, e algumas desaparecendo do ambiente acadêmico.

O capítulo IV comparou os percursos acadêmicos de fundadoras consolidadas na ciência política com os de fundadores também consolidados. O recorte do estudo, baseado em poucos casos e em pesquisadores selecionados do topo da elite intelectual da disciplina, suscita uma conclusão que é mais limitada, mas não deixa de ser válida. Nesse grupo de pessoas privilegiadas, assimetrias de gênero usualmente constatadas na ciência não foram identificadas. As diferenças mais substantivas entre os grupos feminino e masculino foi na discrepância de períodos de formação e mobilidade internacional, assim como na dedicação à atividade de orientação de estudantes. Algumas das fundadoras mulheres demoraram mais a cursar ensino superior no exterior e foram mais regulares nas funções de orientação que os homens. No entanto, ambos oscilam na hierarquia dos mais citados e em demais eixos de internacionalização da carreira.

Os resultados dessa pesquisa abrem mais caminhos do que fecham. A hipótese principal por nós levantada não encontrou respaldo contundente para uma resposta unívoca. Podemos dizer que há divisão de gênero do trabalho na totalidade dos quadros discentes e docentes da ciência política na contemporaneidade. A proporção de mulheres é maior nos níveis de formação mais baixos e decresce conforme a carreira progride. Do mesmo modo, elas também estão mais presentes em algumas temáticas do que em outras. Outra assimetria de gênero está na literatura de história da disciplina, pois o reconhecimento das fundadoras nas narrativas propostas até agora é bastante precário. Como mostramos aqui, contudo, não há razão para isso, pois as mulheres não somente participaram ativamente da fundação da disciplina em nosso país como se notabilizaram na área. Mostramos que no grupo de fundadores, mulheres tiveram seus trabalhos citados tanto quanto os dos homens. Ademais, as fundadoras não parecem ter sofrido discriminação temática, isto é, se ocuparam também dos tópicos dominantes na disciplina.

A pergunta “dois gêneros, duas histórias?”, que deu título à tese, tratava com ironia a percepção de que não existiam mulheres na história da ciência política brasileira. A disciplina logicamente tem várias histórias possíveis, mas não foi consolidada apenas por homens. Desconsiderar as mulheres nos relatos de área é ignorar uma parcela considerável da memória intelectual e institucional dos estudos sobre a política. Resta avançar em debates mais abrangentes sobre as desigualdades, dando conta de problematizar o porquê da ausência de pessoas negras entre os líderes do conhecimento produzido nas universidades.

## REFERÊNCIAS

- ABELS, G.; WOODS, D. The status of women in German political science. **European Political Science**, v.14, n.2, p.87–95, 2015.
- ABU-LABAN, Y.; SAWER M.; ST-LAURENT, M. **IPSA Gender and Diversity Monitoring Report 2017**. IPSA, 2018.
- AKHTAR, P.; FAWCETT, P.; LEGRAND, T.; MARSH, D. e TAYLOR, C. Women in the political science profession. **European Political Science**, v.4, n.3, p.242–255, 2005.
- ALMEIDA, C.; BUARQUE DE HOLLANDA, C. Fundadoras da ciência política no Brasil: campo, trajetórias e condição feminina. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- ALMOND, G. Political theory and political science. **The American Political Science Review**, v. 60, n. 4, p. 869-879, 1966.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. **BIB**, n. 53, p.35-78, 2002.
- ALTMAN, D. La institucionalización de la ciencia política en Chile y América Latina: una mirada desde el Sur. **Revista de Ciencia Política**, vol.25, n.1, p.3-15, 2005.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciência política em Brasil em la última década: La nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. **Revista de Ciência Política**, v.35, n.1, p 19-31, 2015.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. **Revista de Ciencia Política**, v. 25, n. 1, p. 101-10, 2005.
- APSA. **Task Force on Political Science in the 21st Century**, Washington, D.C.: American Political Science Association, 2011.
- APSA. **Women`s Advancement in Political Science: A Report of the APSA Workshop on the Advancement of Women in Academic Political Science in the United States**, Washington. DC: American Political Science Association, 2004.
- ARAUJO, C. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n.51, 2003.

- AVRITZER, L. O papel do pluralismo na formação e consolidação da ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.165-183, 2016.
- AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, 449p, 2016.
- BAQUERO, S.; NOGUERA, J.; ORTIZ, J. Claves para problematizar el concepto de institucionalización en los estudios disciplinares: Una revisión crítica de la propuesta conceptual de David Altman. **Civitas**, Porto Alegre, . 19, n. 3, p. 504-522, 2019.
- BARBERIA, L. G., GODOY, S. R. de; BARBOZA, D. P. Novas perspectivas sobre o “calcanhar metodológico”: o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 156-184, 2014.
- BARRIENTOS DEL MONTE, F. La Ciencia Política en América Latina. Una breve introducción histórica. **Convergencia – Revista de Ciencias Sociales**, n.61, p. 105-133, 2013.
- BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. **BIB**, São Paulo, n.94, p.1-25, 2021.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. **Nueva Sociedad**, n. 245, 2013.
- BEIGEL, F. Científicos Periféricos, entre Ariel e Calibán: Saberes Institucionais e Circuitos de Consagração nas Publicações dos Pesquisadores do CONICET na Argentina. **DADOS**, vol.60, n.3, p.825-865, 2017.
- BEIGEL, F. Las relaciones de poder em la ciencia mundial: un anti-ranking para conocer la ciencia producida en la periferia. **Nueva Sociedad**, n.274, 2018.
- BEIGEL, F.; GALLARDO, O. Productividad, bibliodiversidad y bilingüismo en un corpus completo de producciones científicas. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, 2021.
- BERNDTSON, E. The development og political Science: methodological problems of comparative research. In: EASTON, David. GUNNEL, John. GRAZIANO, Luigi. (org). **The Development of Political Science**: a comparative survey. New York: Routledge, 1991.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, F. Ciência, Política e Gênero. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.



BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol,59, n.3, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; GAGO, V.; FREIDENBERG, F. Gênero, Militância Feminista e Conservadorismo na América Latina: entrevista com Flávia Biroli, Flavia Freidenberg e Verónica Gago. **Norus – Novos Rumos Sociológicos**, vol.7, n.11, p.23-42, 2019. Entrevista concedida a M. Candido, S. Gomes e T. Tanscheit.

BIROLI, F.; GUARNIERI, F.; TATAGIBA, L. Apresentação. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; ALMEIDA, C.; BUARQUE DE HOLLANDA, C.; ELIAS DE OLIVEIRA, V. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

BRINGEL, B.; NOBREGA, L.; MACEDO, F.; MACEDO, L.; MACHADO, H. Notas sobre o CLAPCS na “era Costa Pinto” (1957-1961): Construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre a América Latina no Brasil. In: **Dossiê Temático NETSAL – Sociologia latino-americana II: desenvolvimento e atualidade**, n.5, 2015.

BULCOURF, P.; D’ALESSANDRO, M. La ciencia política en la Argentina: desde sus comienzos hasta los años 80. **Revista de Ciencias Sociales**, n.13, p.139-230, 2002.

BULCOURF, P.; MARQUEZ, E.; CARDOZO, N. El desarrollo de la ciencia política en Argentina, Brasil y México: construyendo una mirada comparada. **Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v. 1, pp. 155-184, 2014.

BULCOURF, P.; MÁRQUEZ, E.; CARDOZO, N. Historia y Desarrollo de la Ciencia Política en América Latina: Reflexiones sobre la Constitución del Campo de Estudios. **Revista de Ciencia Política**, v.35, n.1, p.179-199, 2015.

CAMPOS, L. Qualis, para que te quero? **Novos Debates**, p.1-10, 2020.

CAMPOS, L.; FERES JUNIOR, J.; GUARNIERI, F. 50 Anos da Revista DADOS: Uma Análise Bibliométrica do seu Perfil Disciplinar e Temático. *Dados*, vol.60, n.3, p.623-661, 2017.

CANDIDO, M. Cartografia das pioneiras da ciência política. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

- CANDIDO, M. Pioneiras: um estudo sobre a ciência política por Michetti e Kerbaux. **Horizontes ao Sul**, 8 ago., 2018. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/08/06/pioneiras-um-estudo-sobre-a-ci%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-no-brasil-por-michetti-e-kerbaux-1> Acesso em 2 jan. 2019.
- CANDIDO, M.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol.19, n.3, p.564-582, 2019.
- CANDIDO, M.; CAMPOS L.; FERES JÚNIOR, J. The Gendered Division of Labor in Brazilian Political Science Publications. **Brazilian Political Science Review**, 2021, *no prelo*.
- CARDOZO, N. La ciencia política em Brasil: desarrollo, balance y perspectivas. IN: MARQUEZ, E.; TORRES-RUIZ, R. (Org.) **Reflexiones em torno a la ciencia política y la política em América Latina**. México: Universidad Iberoamericana, p.109-., 2018.
- CARPIUC, C. Hacia una hegemonía del 'modelo mainstream norteamericano? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012). **Revista Latino-Americana de Investigación Crítica**, v. 1, n. 1, p. 133-60, 2014.
- CARPIUC, C. Women and diversity in latin american political Science. **European Political Science**, 2016.
- CARPIUC, C.; MADEIRA, R. Desigualdad de género, internacionalización y trayectorias académicas en la Ciencia Política: Evidencia de Brasil y Uruguay. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc**, vol.19, n.3, pp.545-563, 2019.
- CAVALCANTI, T. O Instituto de Direito Público e Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.1, n.1, 1958.
- CERVI, E. O papel da ciência política no discurso científico brasileiro: institucionalização e avanços de uma área em construção. **BIB**, São Paulo, n. 86, 2, p. 116-137, 2018
- CHAPSAL, J. Relatório sobre as recentes tendências da ciência política na França. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.3, n.1, 1960.
- COLAU, J.; OLIVEIRA, L. Political science in Brazil: An analysis of academic articles (1966-2015). **Sociologia e Antropologia**, v. 7, n. 2, p. 371-393, 2017.
- DION, M.; LAWRENCE SUMNER, J.; MITCHELL, S. Gendered Citation Patterns across Political Science and Social Science Methodology Fields. **Political Analysis**, vol. 26, n.3, 2018.
- D`ALESSANDRO, M.; MEDINA, J.; LEIRAS, M. La ciencia política em Argentina 2005-2014: El camino de la consolidación dentro y afuera de las aulas universitarias. **Revista de Ciencia Política**, v.35, n.1, p.3-17, 2015.
- D`ALESSANDRO, M. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Buenos Aires, 18 jun. 2018.

- DAFLON, V.; CARVALHAES, F.; FERES JUNIOR, J. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **DADOS**, vol.60, n.2, p.293-330, 2017.
- DAMACENO, R. J. P.; ROSSI, L.; MENA-CHALCO, J. P. Identificação do grafo de genealogia acadêmica de pesquisadores: Uma abordagem baseada na Plataforma Lattes. In: **Proceedings of the 32nd Brazilian Symposium on Databases**, p. 76-87, 2017.
- DAMACENO, R. J. P.; ROSSI, L.; MUGNAINI, R.; MENA-CHALCO, J. P. The Brazilian academic genealogy: evidence of advisor–advisee relationships through quantitative analysis. **Scientometrics**, 119(1), p.303–333, 2019.
- DION, M.; SUMMER, J.; MITCHELL, S. Gendered Citation Patterns Across Political Science and Social Science Methodology Fields. **Political Analysis**, v.26, n.3, p. 312-327, 2018.
- DOLAN, K. Do Women and Men Know Different Things? Measuring Gender Differences in Political Knowledge. **The Journal of Politics**, vol.73, n.1, p.97-107, 2011.
- DULCI, O. (Org.) **Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- ELSEVIER. The Researcher Journey Through a Gender Lens, 2020. Disponível em: <https://www.elsevier.com/connect/gender-report> Acesso em 7 de dezembro de 2020.
- FERES JUNIOR, J. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2000, n.15, p.97-110, 2000.
- FERES JUNIOR, J. Ensino e pesquisa em ciências sociais no Brasil: um retrato das desigualdades de gênero e raça. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; ASSUMPÇÃO, S. Teoria política normativa. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.217-273, 2016.
- FERGUSON, L. Gender, Work, and the Sexual Division of Labor. In: **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. Edited by WAYLEN, Georgina et. al., 2013. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199751457.013.0013
- FERNANDES, L. M.; CODATO, A.; MOREIRA, W. Documento de área: Ciência Política e Relações Internacionais. CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ciencia-politica-rel-internacionais-pdf> Acesso em 1 de jan. 2020.
- FERNANDEZ, M. Mujer y Ciencia Política en Chile: ¿algo nuevo bajo el sol?\*. **Política**, v.46, p.261-289, 2006.
- FERRIN, M. FRAILE, M. GARCIA-ALBACETE, G. GOMEZ, R. The gender gap in political interest revisited. **International Political Science Review**, vol. 41, n.4, p.473-489, 2019.

- FERRIN, M. FRAILE, M. GARCIA-ALBACETE, G. Is It Simply Gender? Content, Format, and Time in Political Knowledge Measures. **Politics e Gender**, p.1-24, 2018.
- FIGUEIREDO, A. Entrevista. **Projeto Mulheres na Ciência Política**. ABCP, 2020. Entrevista concedida a San Romanelli Assumpção dia 18 nov. 2018.
- FIGUEIREDO, A. Entrevista. **Projeto Mulheres na Ciência Política**. ABCP, 2020. Entrevista concedida a San Romanelli Assumpção dia 18 nov. 2018.
- FIGUEIREDO, A.; SANTOS, F. Estudos legislativos no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.187-216, 2016.
- FLEISCHER, D. A ciência política em Brasília: uma visão histórica. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.123-139, 2016.
- FORJAZ, M. A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, p.1-22, 1997.
- FRAZER, E. MACDONALD, K. Sex Differences in Political Knowledge in Britain. **Political Studies**, vol.51, p.67-83, 2003.
- FREIDENBERG, F. A cegueira de gênero na ciência política latino-americana. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (org). **Cuando hacer política te cuesta la vida**. Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres em América Latina. México: UNAM, Instituto Electoral de la Ciudad de México, 2017.
- GOMES, A. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Rio de Janeiro, 18 ago. 2020.
- GOMES, A. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, vol.1, n.2, p.31-58, 1996.
- GOMES, A. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos**, vol.9, n.17, p.59-84, 1996.
- GOODWIN, M.; BATES, S.; MCKAY, S. Electing to Do Women`s Work? Gendered Divisions of Labor in U.K. Select Committees, 1979-2016. **Politics & Gender**, p.1-33, 2020.
- GOORWAGHTIGH, J. Estatutos da Associação Internacional de Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.1, n.1, 1958.
- GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, v.1, n.1, p.49-64, 2007.

- GUIMARAES, A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, vol.13, n.2, p.121-142, 2001.
- HONNETH, A. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. **Political Theory**, 20, (2), p.187-202, 1992.
- HTUN, M. Puzzles of Women's Rights in Brazil. **Social Research**, v. 69, nº 4, 2002.
- IBARGUENGOYTIA, M. Feminización de la Licenciatura en Ciencia Política en México ¿Igualdad de oportunidades o inclusión desigual?. **Estudios Políticos**, n.32, p.153-173, 2014.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU) AND UN WOMEN. “Women in politics: 2019”. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2019/03/women-in-politics-2019-map>
- JACKSON, L. C.; BARBOSA, D. Histórias das Ciências Sociais Brasileiras. In: MICELI, S & MARTINS, C. (org.). **Sociologia Brasileira Hoje**. São Paulo, Ateliê Editorial, p.217-279, 2017.
- KEINERT, F.; PINHEIRO, D. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social, Revista de sociologia USP**, v.22, n.1, p.79-98, 2010.
- KERBAUY, M. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Via Google meets, 11 fev. 2021.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA, H. et al (Org.) São Paulo: Editora UNESP, p.65-75, 2009.
- KEY, E.; SUMNER, J. You Research Like a Girl: Gendered Research Agendas and Their Implications. **PS: Political Science & Politics**, v.52, is.4, pp.663-668, 2019.
- LEITE, F. Tradições intelectuais na Ciência Política Contemporânea. **DADOS**, v.60, n.3, 2017.
- LEITE, F.; CODATO, A. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v.1, n.1, 2013.
- LEITE, Fernando. **O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens**. 2015. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- LEITE, F. Posições e divisões da ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, n.37, p.149-182, 2010.
- LEOPOLDI, M. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Rio de Janeiro, 13 jul. 2020.

LESLIE, Sarah-Jane.; CIMPIAN, Andrei.; MEYER, Meredith.; FREELAND, Edward. Expectations of brilliance underlie gender distributions across academic disciplines. **Science**, vol.374, n.6219, 2015. Disponível em: <https://www.princeton.edu/~sjleslie/expectations%20of%20brilliance.pdf> Acesso em 8 de setembro de 2020.

LESSA, A. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.48, n.2, p.169-184, 2005.

LESSA, R. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: Martins, Carlos. (Org.), **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 400p, 2010.

LIMA, B. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, vol.21, n.3, p.883-903, 2013.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016.

LIMONGI, F.; TAVARES DE ALMEIDA, M. H.; FREITAS, A. Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.61-91, 2016.

LLENDERROZAS, E. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Buenos Aires, 21 jun. 2018.

LOPES, M. A miopia da eficiência – Entrevista com Fábio Wanderley Reis. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol.9, n.2, 2004.

LYNCH, C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n.19, p.75-119, 2016.

LYNCH, C. Entre a “Velha” e a “Nova” Ciência Política: Continuidade e Renovação Acadêmica na Primeira Década da Revista DADOS (1966-1976). **DADOS**, vol.60, n.3, p.663-702, 2017.

LYNCH, C. Pensamento político brasileiro: conceito, história e estado da arte. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.275-320, 2016.

LYNCH, C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **DADOS**, vol.56, n.4, 2013.

LYNCH, C. The institutionalization of Brazilian Political Thought in the Social Sciences: Wanderley Guilherme dos Santos' Research Revisited (1963-1978). **Brazilian Political Science Review**, vol.7, n.3, p.36-60, 2013.

LYNCH, C. Um Pensador da Democracia: A Ciência Política de Wanderley Guilherme dos Santos. **DADOS**, vol.63, n.1, p.1-46, 2020.

MACEDO, F. Uma sociologia das ciências sociais latino-americanas: O Clapcs como movimento intelectual periférico. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), 2017. (Dissertação de mestrado em sociologia).

MACEDO, F; CANDIDO, M. Análise das assimetrias regionais da produção brasileira em ciência política e sociologia a partir do sistema Qualis-Capes. *43º Encontro Anual da ANPOCS*, 2019.

Disponível

em:

[https://www.academia.edu/40547554/Analise\\_das\\_assimetrias\\_regionais\\_da\\_producao\\_brasileira\\_em\\_Ciencia\\_politica\\_e\\_Sociologia\\_a\\_partir\\_do\\_sistema\\_Qualis\\_CAPES](https://www.academia.edu/40547554/Analise_das_assimetrias_regionais_da_producao_brasileira_em_Ciencia_politica_e_Sociologia_a_partir_do_sistema_Qualis_CAPES)

MADEIRA, R.; MARENCO, A. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 47-74, 2016.

MADURO, L.; OLIVEIRA, N.; TAVARES, A. XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA). **Revista de Ciência Política**, vol.25, n.3, 1982.

MADURO, Lidice. (1979). "O Ensino e a Pesquisa da Ciência Política no Brasil". *Revista de Ciência Política*, v.22, n.1, p.19-37.

MAGLIA, C.; PERES, P. Ciência Política na UFRGS: Formação, evolução e perigo da produção científica. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol.19, n.3, p.625-645, 2019.

MAGLIA, C. **A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil**: Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MALINIAK, D.; POWERS, R.; WALTER, B. The Gender Citation Gap in International Relations. **International Organization**, vol.67, n.4, p.889–922, 2013.

MANCUSO, W. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v.28, p.131-146, 2007.

MARENCO, A. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.141-16, 2016.

- MARENCO, A. The three Achilles' heels of Brazilian political science. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 3-38, 2014.
- MARENCO, A. When institutions matter: Capes and political science in Brazil. **Revista de Ciência Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015.
- MARQUES, D.; CARVALHO, L. As mulheres nos eventos e nas publicações da área de ciência política no Brasil. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- MARQUES, E.; SOUZA, C. Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.321-345, 2016.
- MARQUEZ, E.; TORRES-RUIZ, R. (Org.) **Reflexiones em torno a la ciencia política y la política em América Latina**. México: Universidad Iberoamericana, 292p., 2018.
- MARTIN, M. Ciencia política y género: una relación en los márgenes de la disciplina. **Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v.8, p.19-35, 2019.
- MATOS, M. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feminismos na ciência política brasileira. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.347-391, 2016.
- MATOS, M. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- MATOS, M.; NEVES, M.; SIMÕES, S. Gênero e feminismo. In: LOPES, D.; SOARES, M. (orgs). **Sonhos e Labores: O cinquentenário do primeiro departamento de Ciência Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.239-276, 2018.
- MEDEIROS, A.; CRANTSCHANINOV, T.; SILVA, F. Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. **Revista de Administração Pública**, vol.47, n.3, p.745-775, 2013.
- MENDES DE VASCONCELLOS, B.; LIMA, M. Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre ciência, tecnologia e gênero no Brasil. **REDES**, vol.22, n.43, p.13-32, 2016.
- MENDES, M; FIGUEIRA, A. Women's Scientific Participation in Political Science and International Relations in Brazil. **Revista de Estudos Feministas**, v.27, n.2, p.1-13, 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n254033
- MENEZES, M.; PEREZ, O.; SERAFIM, L.; SILVA, D. Trajetória profissional das mulheres da ciência política nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. In: BIROLI, F. et al. (orgs).



**Mulheres, Poder e Ciência Política:** debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

MENEZES, D. Political science in brazil during the last thirty years. **Contemporary political science**, ONU, 1950.

MICELI, S. (org) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Vol. I, 1989.

MICHETTI, H.; LEOPOLDI, M. O jogo das forças políticas da vida de Araraquara. **Revista de Ciência Política**, vol.2, n.3, p. 59-78, 1968.

MICHETTI, H.; MICELI, M. A Situação do Ensino e Pesquisa de Ciência Política no Brasil. **Revista de Ciência Política**, v.2, n.4, pp. 89-110, 1969.

MILL, J; MILL, H. **Essays on sex equality**. University of Chicago Press, 1970.

MITCHELL, J. The Women`s Caucus for Political Science: A view of tht “Founding”. **PS: Political Science and Politics**, vol.23, n.2, p.204-209, 1990.

MITCHELL, S.; LANGE, S.; BRUS, H. Gendered Citation Patterns in International Relations Journals. **International Studies Perspectives**, vol.14, n.4, p.485–492, 2013.

MONROE, K.; CHIU, W. Gender Equality in the Academy: The Pipeline Problem. **PS: Political Science e Politics**, 2010.

MOREIRA DA SILVA, T. Nem tão “Flamengo”: questões de posição e o voto no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, vol.27, n.68, 2019.

MOREIRA, M.; TEODORO DOS SANTOS, R. Cidadania regulada e Era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e a sua fortuna crítica. **Estudos Históricos**, vol.33, n.71, p.539-558, 2020.

MOREIRA, M. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. **DADOS**, vol.57, n.2, p.293-323 2014.

MOREIRA, M. Entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. In: DULCI, O. (Org.) **Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrano, 2013.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **DADOS** [online]. vol.58, n.3, p.749-789, 2015.

MUSSI, D; ZANINI, D. #Eles não! O confronto eleitoral feminino contra Trump e Bolsonaro. p. 143-165. In: BIROLI, F. et al. (org). **Mulheres, Poder e Ciência Política:** debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

NICOLAU, J.; OLIVEIRA, L. Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015). **Sociologia e Antropologia**, v.7, n.2, p.371-393, 2017.

- OLLIER, M. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Buenos Aires, 13 jun. 2018.
- PANSARDI, P.; VERCESI, M. Party Gate-Keeping and Women's Appointment to Parliamentary Committees: Evidence from Italian Case. **Parliamentary Affairs**, p.1-22, 2017. Available in: <https://academic.oup.com/pa/article-abstract/70/1/62/2823688>
- PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D.; CARVALHO DA ROCHA, E.; SILVA JUNIOR, J.; FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, vol.18, n.42, p.384-411, 2016.
- PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Paz e Terra, 1988.
- PELL, A. Fixing the leaky pipeline: women scientists in academia. **Journal of Animal Science**, v.74, n.11, 1996.
- PEREIRA, F.; RODRIGUES, G. Entrevista com Fábio Wanderley Reis. **Revista Três Pontos**, vol.6, n.2, 2009.
- PERRI, M. Por que pensar en clave de género dentro de la ciencia política argentina? **Espacios Políticos**, Año.16, n.11, 2015.
- PINHEIRO DA SILVA, D. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, n.46, p.165-196, 2016.
- PINHEIRO DA SILVA, D. Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969). Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo: USP, 2008.
- PINTO, C.; OLIVEIRA, A. Caminhos e descaminhos das cientistas políticas brasileiras. In: BIROLI, F. et al. (orgs). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- QUIRINO, C. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, vol.8, n.22, p.337-348, 1994.
- RAVECCA, Po. **The politics of political science**: re-writing Latin American experiences. Routledge, 2019.
- REID, R.; CURRY, T. Are We There Yet? Addressing Diversity in Political Science Subfields. **PS: Political Science and Politics**, p.1-5, 2019.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil subordinado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política. **Revista de Ciência Política**, vol.17, n.1, 1974.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Histórico do Instituto de Direito Público e Ciência Política, desde a sua fundação como Núcleo de Direito Público. **Revista de Ciência Política**, vol.20, n. esp., 1977.

- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Noticiário. **Revista de Ciência Política**, vol.1, n.1, 1967a.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Noticiário. **Revista de Ciência Política**, vol.1, n.3, 1967b.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Noticiário. **Revista de Ciência Política**, vol.1, n.4, 1967c.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Noticiário. **Revista de Ciência Política**, vol.4, n.2, 1970.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Relatório anual do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas – Exercício de 1967. **Revista de Ciência Política**, vol.2, n.1, 1968.
- REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Relatório da Secretaria Geral da Associação Internacional de Ciência Política, apresentado no VII Congresso Mundial de Ciência Política. **Revista de Ciência Política**, vol.2, n.1, 1968.
- REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA. Associação Brasileira de Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.9, n.3, 1966a.
- REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA. Congresso Internacional de Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.IV, n.3, 1961.
- REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA. Criação dos Centros de Ensino e Pesquisas de Ciências Sociais na América Latina. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.1, n.1, 1958.
- REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA. Reunião da Associação Brasileira de Ciência Política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, vol.9, n.4, 1966b.
- RODRIGUES, L. Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. **Urbana**, vol.18, p.71-95, 2017.
- RUBIM, A.; AZEVEDO, F. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.43, 1998.
- SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, F. et al. (orgs). Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- SAAP - SOCIEDAD ARGENTINA DE ANALISIS POLITICO. **Primera Encuesta sobre Violencia y Género en la Ciencia Política Argentina**, 2019. Disponível em: <https://saap.org.ar/novedades-45-primeraencuestasobreviolenciaygeneroenlacienciapoliticaargentina.html> Acesso em 10 de dezembro de 2020.

- SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, vol.15, n.2, 2009.
- SARMENTO, R.; REZENDE, D.; FELIPPE DOS SANTOS JÚNIOR, H. Para além do horizonte: ensino em Ciência Política no interior de Minas Gerais. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, vol.19, n. 3, p.605-624, 2019.
- SHAMES, S. Women`s Leadership in Political Science. In: O`CONNER, K. (Org). **Gender and Women`s Leadership: a reference handbook**, p.669-678, 2010.
- SILVA, Leonardo Nóbrega da. **Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-IERJ), 2019.
- SOARES DE LIMA, M. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Rio de Janeiro, 12 fev. 2021.
- SOARES DE LIMA, M.; MILANI, C. Política externa brasileira: campo de estudos e principais avanços. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.393-422, 2016.
- SOARES, G. Ciência política e segurança pública. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.423-442, 2016.
- SOARES, G. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.48, p.27-52, 2005.
- SOARES, G.; RIBEIRO DE SOUZA, C.; WHATELY DE MOURA, T. Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras. **Sociedade e Estado**, vol.25, n.3, 2010.
- SOCIEDAD ARGENTINA DE ANÁLISIS POLÍTICO. **Primera encuesta sobre violencia y género en la ciencia política argentina**. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://saap.org.ar/novedades-45-primeraencuestasobreviolenciaygeneroenlacienciapoliticaargentina.html>
- SOLA, L. Entrevista. **Projeto Mulheres na Ciência Política**. ABCP, 2020. Entrevista concedida a San Romanelli Assumpção dia 18 nov. 2018.
- SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, n.39, p.11-24, 2003.

SPIRANDELLI, C. **Trajetórias intelectuais**: professoras do curso de ciências sociais da FFCL-USP (1934-1969). São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2009.

TABAK, F. A Declaração Universal e os Direitos da Mulher. **Revista de Ciência Política**, vol. 2, n. 4, 1968.

TABAK, F. **O Laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

TABAK, Fanny. Alguns problemas de pesquisa no campo da Ciência Política. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, 1969.

TABAK, Fanny. Estudos de política local - a experiência do Brasil. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1971a.

TABAK, Fanny. Relatório sobre o trabalho do Instituto de Direito Público e Ciência Política para a formação de pesquisadores em conjunto com o Instituto Universitário de Pesquisas, a Pontifícia Universidade Católica e o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971c.

TABAK, Fanny. Universitário brasileiro e desenvolvimento nacional - relatório preliminar. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971b.

TAVARES, A. Entrevista concedida a Marcia Rangel Candido. Rio de Janeiro, 15 jan. 2020.

TAVARES, F.; CAETANO DE OLIVEIRA, I. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19, p.11-45, 2016.

TEELE, D.; THELEN, K. Gender in the journals: Publication Patterns in Political Science. **PS: Political Science & Politics**, v. 50, n.2, 2017.

TOLLESON-RINEHART, S.; CARROLL, S. "Far from Ideal": The Gender Politics of Political Science. **American Political Science Review**, v.100, n.4, 2006.

TORRES, V.; ARANZA, M.; VIESCA, K. La perspectiva de género en el estudio de la ciencia política mexicana (2010-2020). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n.240, p.261-291, 2020.

TRINDADE, H. (org.). **As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada** (1930-2005). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

TRINDADE, H. A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (org.). **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. FGV: Rio de Janeiro, p.93-122, 2016.

UNESCO. **Women in Science**, n.55, Jun. 2019. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs55-women-in-science-2019-en.pdf>

Acesso em 4 de novembro de 2020.

VALLEJO, A. El XIII Congreso Nacional de Ciencia Política. **Revista SAAP**, vol.11, n.2, p.387-399, 2017.

VERBA, S. BURNS, N. SCHLOZMAN, K. Knowing and Caring about Politics: Gender e Political Engagement. **The Journal of Politics**, vol.59, n.4, p.1051-1072, 1997.

VILLAS BÔAS, G. **A Vocação das Ciências Sociais no Brasil**: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional (1945-1966). Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

YOUNG, C. An assessment of articles published by women in 15 top political science journals. **PS: Political Science and Politics**, v.28, n.3, pp.525–533, 1995.

**ANEXO A** - Documentos de criação da pós-graduação em ciência política na UFMG

**Imagem 5:** Resolução que regulamenta a implementação do Departamento de Ciência Política da UFMG

**RESOLUÇÃO N° 11/65**  
**de 6 de dezembro de 1965**

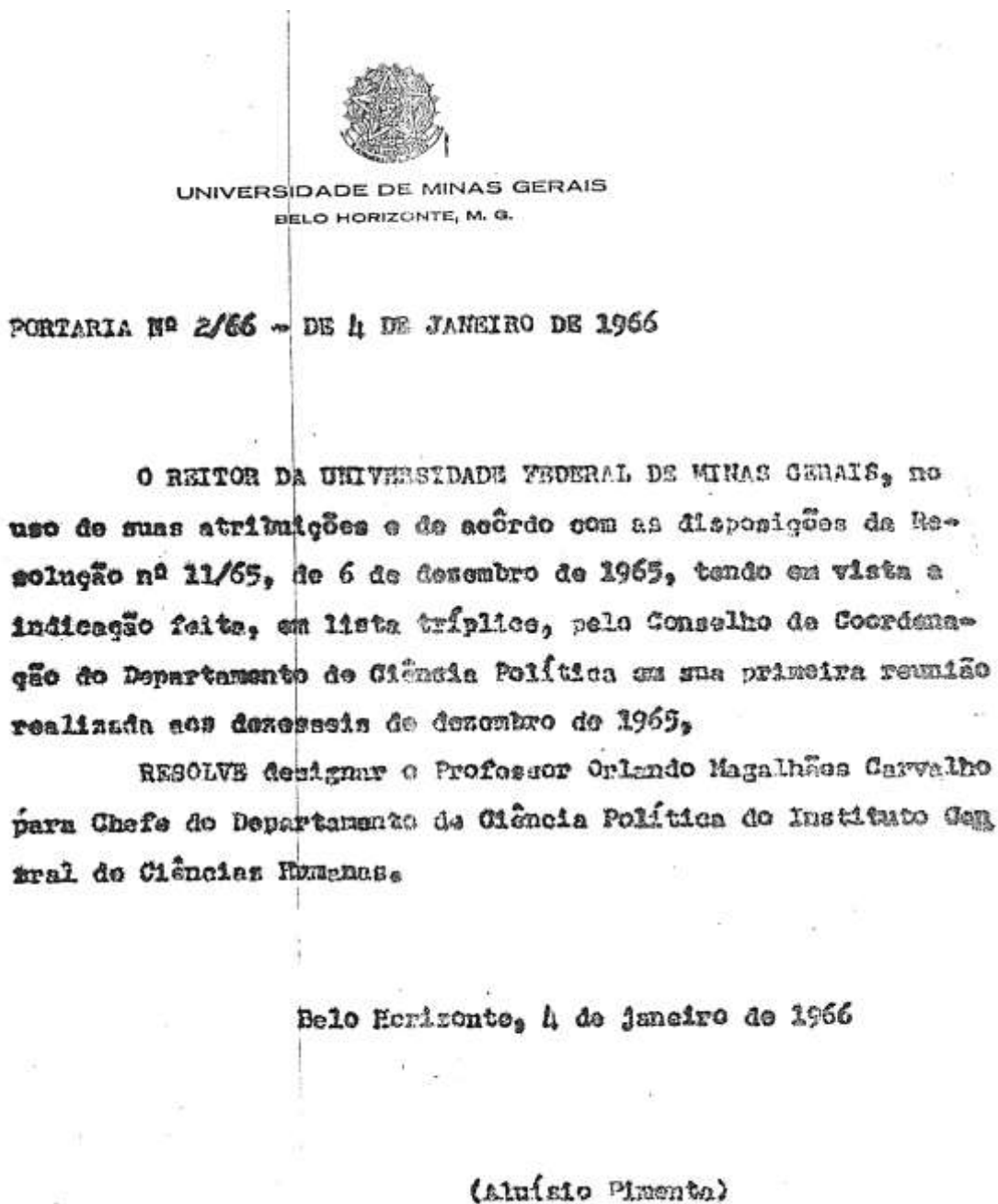
Regulamenta, em caráter provisório, a implantação do Departamento de Ciência Política.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de sua atribuição prevista no item 1º do artigo 15 do Estatuto em vigor,

— 21 —

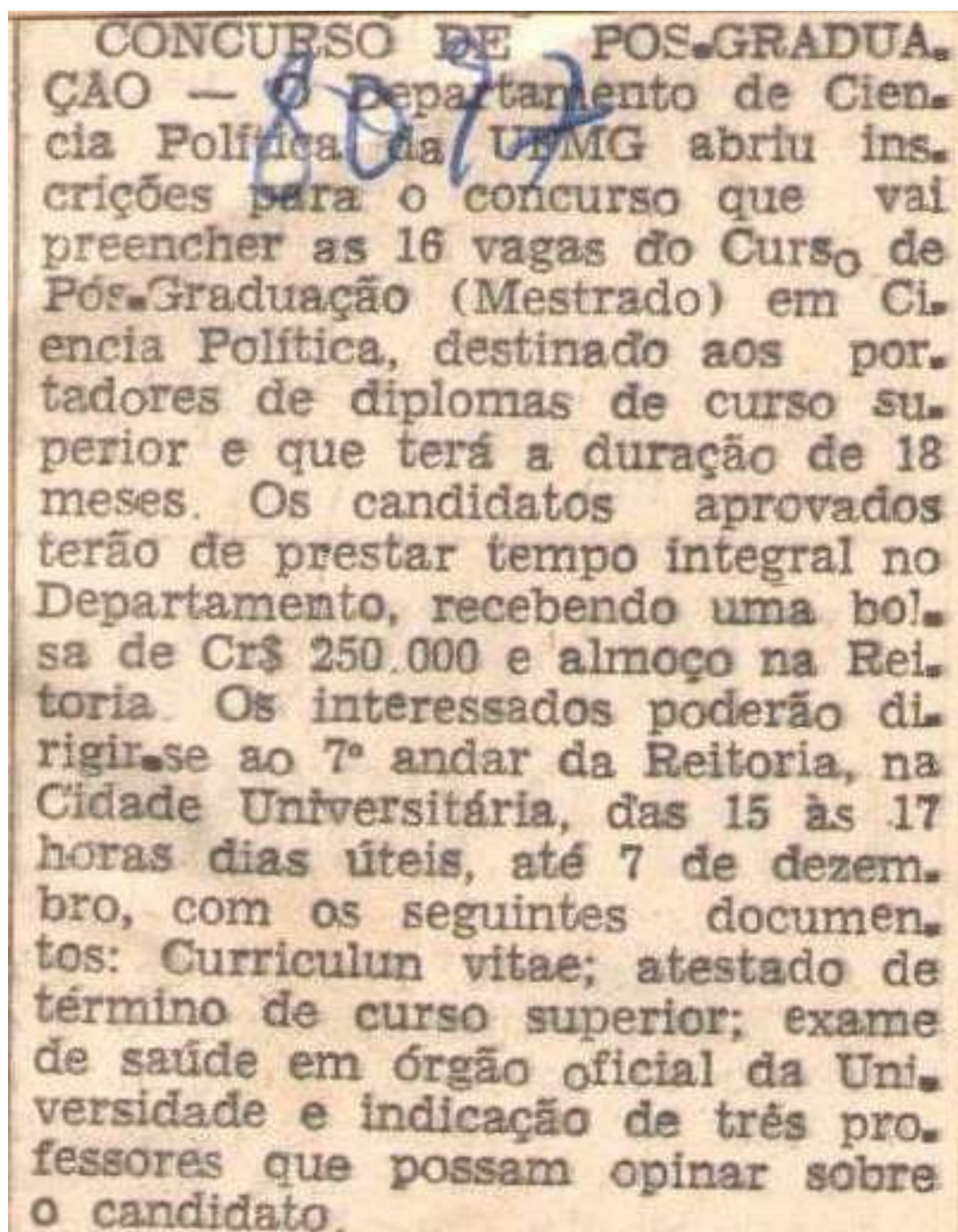
Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.

**Imagem 6:** Documento de Nomeação de Orlando Magalhães Carvalho como Chefe do DCP da UFMF





**Imagem 7:** Chamada no jornal *Estado de Minas* para inscrições na primeira turma de mestrado do DPC-UFMG, 22 de outubro de 1966



CONCURSO DE POS-GRADUAÇÃO — O Departamento de Ciência Política da UFMG abriu inscrições para o concurso que vai preencher as 16 vagas do Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência Política, destinado aos portadores de diplomas de curso superior e que terá a duração de 18 meses. Os candidatos aprovados terão de prestar tempo integral no Departamento, recebendo uma bolsa de Cr\$ 250.000 e almoço na Reitoria. Os interessados poderão dirigir-se ao 7º andar da Reitoria, na Cidade Universitária, das 15 às 17 horas dias úteis, até 7 de dezembro, com os seguintes documentos: Curriculum vitae; atestado de término de curso superior; exame de saúde em órgão oficial da Universidade e indicação de três professores que possam opinar sobre o candidato.

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.

**Imagem 8:** Registro do credenciamento do curso de mestrado em ciência política da UFMG, 9 de julho de 1973

|          |                   |            |
|----------|-------------------|------------|
| UFMG - 3 | - RETEMEC -       | TELEFONADO |
|          | <b>RADIOGRAMA</b> | A _____    |
|          | RECEBIDO          | Por _____  |
|          |                   | Hora _____ |
|          |                   | Data _____ |

PLN= 6 DE BRASÍLIA NR 251 = 12 = 09/7/73 - 10.15 -

PROF JOSEH MURILO = DEPTº CIENCIA POLITICA U F M G =

945 - PRAZER INFORMAR CFE APROVOU PARECER RELATOR FAVORAVEL CREDENCIAMENTO  
CURSO MESTRADOS SDS

BSBSU = (DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR OU DEPTº  
DE ASSUNTOS UNIVERSITARIOS)

(PPA211 = LN/LZ = 09/7/73 = 12.57)

*LIHA O MEU  
"PG" BUCINTA*

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFMG.

## ANEXO B

Imagem 9: Documento de credenciamento dos cursos de pós-graduação do IUPERJ

180/82

|       |                                |      |
|-------|--------------------------------|------|
| CESU  | APRECIADO                      | P    |
| Grupo | Subjeto a Liberação do FLUÁRIO | Lib. |
| Lota  | Secretário                     |      |

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

*Renato*

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| INTERESSADO/MANTENEDORA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | UF                                   |
| SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO - RJ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | RJ                                   |
| ACERVO<br>Credenciamento dos cursos de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                      |
| RELATOR: SR. CONS. Tarcísio Meirelles Padilha                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                      |
| PALECEER Nº 180/82                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | CAMARA DO COMISSÃO<br>CFSu, 19 Grupo |
| APROVADO em 31/03/82                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                      |
| PROCESSO Nº 2316 e 2317/80                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                      |
| R - RELATÓRIO<br><p>O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro encaminha a este Conselho pedido de credenciamento de seu curso de pós-graduação - em nível de doutorado - em Ciências Políticas e Sociologia.</p> <p>Analisamos a natureza jurídica da instituição, a quantidade e o vulto das pesquisas que vem desenvolvendo, a qualificação do corpo docente e, em anexo, a estrutura curricular e uma apresentação analítica das curriculum vitae. Referimos também dados atinentes às instalações e ao processo de seleção dos candidatos.</p> <p>Frise-se, desde logo, que o programa e o leciona pessoas de comprovadas aptidões intelectuais e com vivo interesse pela carreira acadêmica.</p> <p>A obtenção de créditos demanda dois anos e a elaboração da tese cerca de três.</p> <p>O plano didático evidencia uma integração interdisciplinar formalmente proposta para o primeiro ano e uma bifurcação posterior nas duas áreas de Ciência Política e Sociologia.</p> |                                      |

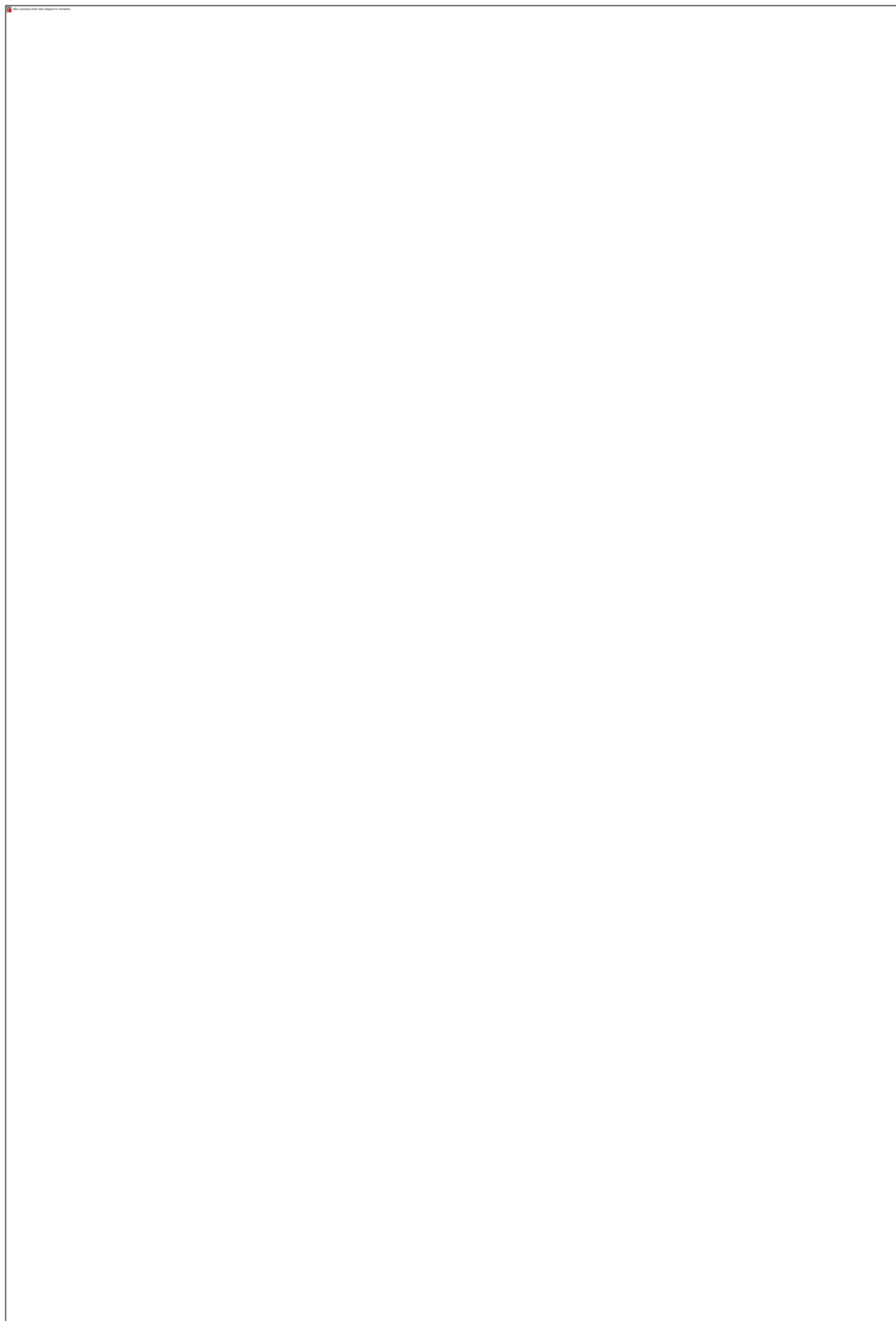
*7*

Fonte: Projeto Memória 50 anos do Iesp-Uerj<sup>119</sup>.

<sup>119</sup> Disponível em: [http://50anos.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/09/1982\\_MEC.pdf](http://50anos.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/09/1982_MEC.pdf) Acesso em 1 de janeiro de 2020.

**ANEXO C**

**Imagem 10:** Listagem dos fundadores e fundadoras da Associação Brasileira de Ciência  
Política vinculada à FGV-RJ  
(1966)



## — 158 —

11. Prof. Roberto Costa Fachin  
Instituto de Administração  
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade  
do Rio Grande do Sul.  
Av. João Pessoa  
Porto Alegre — RS.
12. Prof. Manoel Gonçalves Filho  
Rua Cardoso de Almeida, 1642  
São Paulo — SP.
13. Prof. Oliveiros da Silva Ferreira  
Rua Salto, 110  
São Paulo — SP
14. Prof. Ary Guimarães  
Chefe do Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal da Bahia  
Salvador — Bahia
15. Prof. Raul Machado Horta  
Rua Espírito Santo, 2202  
Belo Horizonte — MG.
16. Prof. Eutacilio da Silva Leal  
Rua Cel. Moreira César, 173 - ap. 1103  
Niterói — E. Rio
17. Prof.<sup>a</sup> Maria Regina Dayrell de Lima  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
18. Prof. Carlos Alberto Estevan Aldo Martins  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
19. Prof. Aderson Menezes  
Instituto Central de Ciências Humanas  
Universidade de Brasília  
Brasília — DF.
20. Prof. Abelardo F. Montenegro  
Instituto Cearense de Ciência Política (ICECIPO)  
Ed. S. Pedro — Ap. 25 — Av. Beira Mar — Praia de Iracema  
Ceará — Fortaleza.
21. Prof. Albérico Motta  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia  
Salvador — Bahia.
22. Prof. Flávio Bauer Novelli  
Rua Senador Vergueiro, 198 - ap. 1201  
Rio de Janeiro — GB.

— 159 —

23. Prof.<sup>a</sup> Nilda Agueda Martínez Pita  
Instituto de Ciências Sociais  
Rua Marquês de Olinda, 64  
Rio de Janeiro — GB.
24. Prof. Hélio Pontes  
Rua Curitiba, 832  
Belo Horizonte — MG.
25. Prof. Miguel Reale  
Rua Senador Feljó, 176 - 9.<sup>o</sup> andar - s/929/924  
São Paulo — SP.
26. Prof. Fábio Wanderley Reis  
Universidade de Minas Gerais  
Departamento de Ciência Política  
Caixa Postal, 1621  
Belo Horizonte — MG.
27. Prof. João Ubaldo Ribeiro  
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia  
Praça Teixeira de Freitas  
Salvador — Bahia
28. Prof.<sup>a</sup> Margarida Maria Lessa de Sá  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
29. Prof. Nelson de Souza Sampaio  
Rua Barão de Capanema, 16  
Salvador — Bahia
30. Prof. Wanderley Guilherme dos Santos  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
31. Ministro Oscar Saraiva  
Universidade de Brasília  
Brasília — DF.
32. Prof.<sup>a</sup> Glória Maria Mariani Collet Solberb  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
33. Prof. Amaury Guimarães de Souza  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Praça XV de Novembro, 101 - 1.<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro — GB.
34. Prof. Ruy de Souza  
Rua Euclides da Cunha, 61  
Belo Horizonte — MG.

## — 160 —

35. Prof. Amílcar Alves Tupiassú  
Rua dos Mundurucus, 1286  
Belém — Pará
36. Prof. João Camilo de Oliveira Tórres  
Rua Cristina, 1352  
Belo Horizonte — MG.
37. Prof. Roque Spencer  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
Largo de São Francisco  
São Paulo — SP.
38. Prof. Paulo Bonavides  
Rua Paula Rodrigues, 35 — Bairro de Fátima  
Fortaleza — Ceará
39. Prof. Júlio Barbosa  
Universidade de Minas Gerais  
Caixa Postal, 1621  
Belo Horizonte — MG.
40. Prof. José Pedro Galvão de Souza  
Rua Avaré, 43  
São Paulo — SP.



**APÊNDICE A** - Guia bibliográfico de uma geração selecionada de autoras pioneiras que publicaram na RBEP, DADOS E RCP

**ALESSIO, Nancy.**

ALESSIO, N. Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional (1872-1920).

**DADOS**, Rio de Janeiro, n.7, 1970.

ALESSIO, N. Transformação política ao nível do poder local – estudo de caso (Caxias) – relatório preliminar. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971\*.

**BEIGUELMAN, Paula.**

BEIGUELMAN, P. A extinção do tráfico negreiro no Brasil como problema político. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, abr./jun., 1967.

BEIGUELMAN, P. O Processo Político no Império de 1840 a 1869. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Minas Gerais, n.22, 1967.

**BOMENY, Helena.**

BOMENY, Helena. “Arquivos privados de história contemporânea”. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol.20, n.1, 1977\*.

BOMENY, Helena. “Educação Moral e Cívica: Uma Experiência de Socialização Política”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.23, n.2, 1980.

BOMENY, Helena. “Cidade, República, Mineiridade”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.30, n.2, 1987.

BOMENY, Helena. “Encontro Suspeito: História e Ficção”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.33, n.1, 1990.



**BRASILEIRO, Ana Maria.**

BRASILEIRO, Ana Maria. “O Federalismo Cooperativo”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.39, 1974.

BRASILEIRO, Ana Maria. “O comportamento eleitoral nos municípios Fluminenses”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 3, 1977.

BRASILEIRO, Ana Maria. “Regionalismo na federação”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 3, 1979\*.

BRASILEIRO, Ana Maria. “O Empobrecimento dos Municípios e o Sistema Tributário”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.52, 1981.

BRASILEIRO, Ana Maria. “Participação e representação: mesa-redonda realizada pelo INDIPO/FGV”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 4, 1986\*.

**CAMARGO, Aspasia.**

CAMARGO, A. “A teoria política de Azevedo Amaral”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, n.2-3, 1967.

CAMARGO, A. “Autoritarismo e Populismo Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, n.12, 1976.

CAMARGO, A. “Condição Política e Social da Mulher”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, n.25, vol.1, jan./abr.,1982\*.

CAMARGO, A. “Os Usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.27, n.1, 1984.

CAMARGO, Aspásia. “Participação e representação: mesa-redonda realizada pelo Indipo/FGV”. Revista de Ciência Política, vol. 29, n. 4, 1986\*.

CAMARGO, Aspásia. “Reforma agrária e a Nova República: mesa-redonda realizada pelo INDIPO/FGV”. Revista de Ciência Política, vol.30, n.4, 1987\*.

CAMARGO, Aspásia. “As Gerações Políticas e a Transição Brasileira”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.30, n.1, 1987.

**D'ARAUJO, Maria Celina.**

D'ARAUJO, Maria Celina. "O Tratado Comercial Brasil-EUA de 1935 e os Interesses Industriais Brasileiros". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol.21, n.1, 1978\*.

D'ARAUJO, Maria Celina. "O PTB na Cidade do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Minas Gerais, n.74/75, 1992.

D'ARAUJO, Maria Celina. "A Extinção do Imposto Sindical: Demandas e Contradições". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.36, n.2, 1993\*.

D'ARAUJO, Maria Celina. "A Imprensa, os Mitos e os Votos nas Eleições de 1990". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Minas Gerais, n.76, 1993\*.

**DINIZ, Eli.**

DINIZ, Eli. "O Modelo Político de Oliveira Vianna". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Minas Gerais, n.30, 1971\*.

DINIZ, Eli. "Magnitude das Empresas e Diferenciação da Estrutura Industrial: Caracterização da Indústria Paulista na Década de 30". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.14, 1977\*.

DINIZ, Eli. "Burocracia, Clientela e Relações de Poder: Um Modelo Teórico". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.17, 1978\*.

DINIZ, Eli. "Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.22, 1979\*.

DINIZ, Eli. "Máquinas Políticas e Oposição: o MDB no Rio de Janeiro". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.23, n.3, 1980.

DINIZ, Eli. "A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.28, n.3, 1985.

DINIZ, Eli. "Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.32, n.3, 1989.

DINIZ, Eli. “Empresariado e Projeto Neoliberal na América Latina: Uma Avaliação dos Anos 80”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.34, n.3, 1991.

DINIZ, Eli. “Reformas Econômicas e Democracia no Brasil dos Anos 90: As Câmaras Setoriais como Fórum de Negociação”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.37, n.2 1994.

DINIZ, Eli. “O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010)”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.54, n.4, 2011.

### **FIGUEIREDO, Argelina Cheibub.**

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Intervenções Sindicais e o "Novo Sindicalismo"”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.17, 1978.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Sindicalismo e Política Social nos Estados Unidos”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.24, n.2, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 38, n.3, 1995\*.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Instituições e Política no Controle do Executivo”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.44, n.4, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.45, n.2, 2002\*.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, n.4, 2005\*.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Maria D'Alva Gil Kinzo”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 51, n.2, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, n.2, 2009\*.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.55, n.4, 2012\*.

**GOMES, Ângela de Castro.**

GOMES, Ângela de Castro. “A Representação de Classes na Constituinte de 1934”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.21, n.3, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. “A Extinção do Imposto Sindical: Demandas e Contradições”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.36, n.2, 1993\*.

**HERESCU, Mariana.**

HERESCU, Mariana. “O Princípio da Não-Extradição por Crime Político”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.18, 1975.

HERESCU, Mariana. “Extradição”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.19, n.4, 1976\*.

HERESCU, Mariana. “Poder Judiciário: estrutura e organização. A reforma do Poder Judiciário”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.21, n.2, 1978.

HERESCU, Mariana. “Tendências do sistema representativo”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.23, n.2, 1980\*.

HERESCU, Mariana. “Violência e criminalidade urbana”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.23, n.3, 1980\*.

HERESCU, Mariana. “Instituições políticas brasileiras: adequação para a plena realização da democracia”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 1982.

**KLEIN, Lúcia Maria Gomes.**

KLEIN, L. “Atores Políticos do Império”. **DADOS**, n.7, 1970\*.

KLEIN, Lúcia. “Poder e legitimidade”. Debate. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 1976\*.

**LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba.**

LEOPOLDI, Maria. “O jogo das forças políticas na vida de Araraquara”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1968\*.

LEOPOLDI, Maria. “Resenha bibliográfica”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, 1969.

LEOPOLDI, Maria. “Abertura Social e Participação no Brasil”. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.7, 1970.

LEOPOLDI, Maria. “Nota de pesquisa - estudo de representação política no estado da Guanabara: eleitos em 15-11-70”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1971\*.

LEOPOLDI, Maria. “Candidatos versus sistema político - notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971\*.

LEOPOLDI, Maria. “Sobre as funções do legislativo (I)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, 1972.

LEOPOLDI, Maria. “Sobre as funções do Legislativo (II): considerações empíricas sobre a função de representação política”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 4, 1972.

LEOPOLDI, Maria. “Carreira política e mobilidade social: o legislativo como meio de ascensão social”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 1973.

**MACULAN, Anne-Marie.**

MACULAN, Anne-Marie. “Relatório final da pesquisa: o papel do parlamento no sistema político francês”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 1974\*.

MACULAN, Anne-Marie. “Tendências do constitucionalismo francês”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 1973.

**MADURO, Lidice Aparecida Pontes.**

MADURO, Lidice. “Nota de pesquisa - estudo da representação política no estado da Guanabara: eleitos em 15-11-70”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1971\*.

MADURO, Lidice. “Candidatos versus sistema político - notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971\*.

MADURO, Lidice. “Nota de pesquisa - estudo da representação política no estado da Guanabara: eleitos em 15-11-70”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971\*.

MADURO, Lidice. “O processo político-partidário”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 4, 1972.

MADURO, Lidice. “Socialização e participação política do candidato carioca”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 1973.

MADURO, Lidice. “O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 18, 1975\*.

MADURO, Lidice. “O ensino e a pesquisa de Ciência Política no Brasil”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 1979.

MADURO, Lidice. “Os representantes do município do Rio de Janeiro”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 1980.

MADURO, Lidice. “XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, 1982\*.

MADURO, Lidice. “Segunda parte: Pesquisa documental”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 27, 1984\*.

MADURO, Lidice. “Participação e movimentos sociais”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 4, 1986.

MADURO, Lidice. “O Poder Legislativo no município do Rio de Janeiro: atividade parlamentar”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 2, 1987.

MADURO, Lidice. “Parlamentarismo no Brasil: experiência histórica”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 31, 1988.

MADURO, Lidice. “Eleições municipais: a virada das urnas”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 1, 1990.

### **MICHETTI, Heloisa.**

MICHETTI, Heloisa. “O jogo das forças políticas na vida de Araraquara”. Revista de Ciência Política, vol.2, n.3, 1968\*.

MICHETTI, Heloisa. “A situação do ensino e pesquisa de Ciência Política no Brasil”. Revista de Ciência Política, vol.3, n.4, 1969\*.

### **MONTEIRO, Norma de Góes.**

MONTEIRO, Norma. “Esboço da Política Imigratória e Colonizadora do Governo de Minas Gerais 1889/1930”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.29, 1970.

MONTEIRO, Norma. “Francisco Campos: Trajetória Política”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.53, 1981.

**MOREIRA, Maria Teresinha.**

MOREIRA, Maria Teresinha. "A renovação dos quadros políticos na Guanabara". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1967.

MOREIRA, Maria Teresinha. "Composição do poder legislativo da Guanabara". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1967.

**OLIVEIRA, Lucia Lippi.**

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "O Contexto Político da Revolução de Trinta". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.7, 1970\*.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Notas Sobre o Estudo do Partido Social Democrático". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.10, 1973.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.22, 1979.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "A Inteligência Brasileira à Luz da Sociologia Profética de Guerreiro Ramos". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.31, n.3, 1988.

**REIS, Elisa.**

REIS, Elisa. "Migração Rural-Urbana e Políticas Agrárias na América Latina: Notas para uma Investigação". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.13, 1976.

REIS, Elisa. "The State and Society: Peru in Comparative Perspective, de Alfred Stepan". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.23, n.2, 1980.

REIS, Elisa. "Sociedade Agrária e Ordem Política". DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.23, n.3, 1980.



REIS, Elisa. “Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 1982.

REIS, Elisa. “As Elites Agrárias e a Abolição da Escravidão no Brasil”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.31, n.3, 1988\*.

REIS, Elisa. “Brasil: Cem Anos de Questão Agrária”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.32, n.3, 1989.

REIS, Elisa. “Pobreza, Desigualdade e Consolidação Democrática”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.36, n.2, 1993\*.

REIS, Elisa. “Valores Políticos das Elites e Consolidação Democrática”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.38, n.1, 1995\*.

### **RUSSOMANO, Rosah.**

RUSSOMANO, Rosah. “Grupos de Pressão e Governo Representativo nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.11, 1961.

RUSSOMANO, Rosah. “Condição Política e Social da Mulher”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, n.25, vol.1, jan./abr.,1982\*.

### **SARTI, Ingrid.**

SARTI, Ingrid. “Educação e Estado no Brasil”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 21, 1979.

SARTI, Ingrid. “A Reprodução da Desigualdade, de Carmen Cenira Macedo”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.23, n.1, 1980.

SARTI, Ingrid. “Desafios e Desafios nos Caminhos da Cidadania”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.26, n.3, 1983\*.

**SIQUEIRA, Moema Miranda de.**

SIQUEIRA, Moema. “Elites Políticas em Minas Gerais”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.29, 1970.

SIQUEIRA, Moema. “Mudança da Capital de Minas: uma Questão Ideológica”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.33, 1972.

SIQUEIRA, Moema. “O Papel da Função Administrativa na Evolução Urbana de Belo Horizonte”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.44, 1977.

**SOARES DE LIMA, Maria Regina.**

SOARES DE LIMA, M. R. A Trajetória do Pragmatismo - Uma Análise da Política Externa Brasileira. **DADOS**, vol.25, n.3, 1982\*.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. “Democracia e Reforma Econômica: A Visão das Elites”. **DADOS**, vol.38, n.1, 1995\*.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. “O Modelo Político de Oliveira Vianna”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Minas Gerais, n.30, 1971\*.

**TABAK, Fanny.**

TABAK, Fanny. “Os países do terceiro mundo e suas opções políticas”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1967.

TABAK, Fanny. “A declaração universal e os direitos da mulher”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1968.

TABAK, Fanny. “Alguns problemas de pesquisa no campo da Ciência Política”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, 1969.

TABAK, Fanny. “Estudos de política local - a experiência do Brasil”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1971a.

TABAK, Fanny. “Universitário brasileiro e desenvolvimento nacional - relatório preliminar”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971b.

TABAK, Fanny. “Relatório sobre o trabalho do Instituto de Direito Público e Ciência Política para a formação de pesquisadores em conjunto com o Instituto Universitário de Pesquisas, a Pontifícia Universidade Católica e o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971c.

TABAK, Fanny. “O Papel da Mulher na Definição de Políticas Públicas no Brasil”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, n.54, 1982.

### **TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia.**

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. “Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.24, n.2, 1981.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. “Novas Demandas, Novos Direitos: Experiências do Sindicalismo Paulista na Última Década”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.26, n.3, 1983.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. “Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.39, n.2, 1996.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. “Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.42, n.3, 1999.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. “Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol.51, n.2, 2008\*.

### **TAVARES, Ana Lucia de Lyra.**

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. “A federação brasileira (primeira parte)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 4, 1979\*.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "O ensino interdisciplinar e o Direito". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 4, 1979.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "O Estado Federal numa visão comparativa". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 2, 1981.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma da Constituição: apresentação dos questionários". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 2, 1982\*.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA)". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, 1982\*.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Relatório - Pesquisa sobre as aspirações nacionais com vistas à reforma da constituição - relatório preliminar". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol.26, n.1, 1983\*.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Introdução". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 27, 1984.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Primeira Parte: análise dos questionários". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 27, 1984.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Segunda Parte: pesquisa documental". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, Número especial, vol. 27, 1984\*.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Nota sobre sistema parlamentar". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "A utilização do direito comparado pelo legislador". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 3, 1987.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "Sistemas parlamentares contemporâneos". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 31, 1988.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. "O direito comparado na história do sistema jurídico brasileiro". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 1, 1990.

#### **TOSTES DE CARVALHO, Maria Luiza.**

TOSTES DE CARVALHO, Maria Luiza. "Organismos internacionais". Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, 1979.

TOSTES DE CARVALHO, Maria Luiza. “A federação brasileira (primeira parte)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 4, 1979\*.

TOSTES DE CARVALHO, Maria Luiza. “A federação brasileira - (segunda parte)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 1980\*.

TOSTES DE CARVALHO, Maria Luiza. “A Federação Brasileira (parte final)”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 2, 1981.

### **VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck.**

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. “Ação Coletiva e Participação Política do Pequeno e Médio Empresário”. DADOS, Rio de Janeiro, vol. 25, n.1, 1982\*.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. “Nota de pesquisa - estudo da representação política no estado da Guanabara”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1971\*.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. “Nota de pesquisa - estudo da representação política no estado da Guanabara: eleitos em 15-11-70”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 1971\*.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. “Candidatos versus sistema político - notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro. vol. 5, n. 4, 1971\*.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. “O candidato e o processo eleitoral”. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 1973.

\* Artigos com mais de um(a) autor(a).

Fonte: Elaboração da autora a partir de pesquisas nos acervos das revistas.

**APÊNDICE B** - Guia bibliográfico de uma geração selecionada de autores pioneiros que publicaram na RBEP, DADOS E RCP

**BOSCHI, Renato.**

BOSCHI, R. Populações faveladas do Rio de Janeiro: Histórico de um Trabalho. **DADOS**, n.7, 1970.

BOSCHI, R. Perspectivas Teóricas no Estudo de Organizações. **DADOS**, n.12, 1976.\*

BOSCHI, R. Magnitude das Empresas e Diferenciação da Estrutura Industrial: Caracterização da Indústria Paulista na Década de 30. **DADOS**, n.14, 1977.

BOSCHI, R. Burocracia, Clientela e Relações de Poder: Um Modelo Teórico. **DADOS**, n.17, 1978.\*

BOSCHI, R. Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais. **DADOS**, n.22, 1979.\*

BOSCHI, R. A Abertura e a Nova Classe Média na Política Brasileira: 1977-1982. **DADOS**, vol.29, n.1, 1986.

BOSCHI, R. Democracia e Reforma Econômica: A Visão das Elites Brasileiras. **DADOS**, vol.38, n.1, 1995.\*

BOSCHI, R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **DADOS**, vol. 42, n.4, 1999.

**CINTRA, Antônio Octávio.**

CINTRA, A. A função política no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.18, 1965.

CINTRA, A. Sociologia e problemas do desenvolvimento sócio-político: uma visão dos processos recentes. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.20, 1966.

CINTRA, A. O. Educação e protesto político: estudo preliminar de uma hipótese. **DADOS**, n.4, 1968.

CINTRA, A. Partidos Políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado. **DADOS**, n.5, 1968.

CINTRA, A. Um Estudo de Modernidade, Ideologia e Envolvimento Político. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.31, 1971.

### **GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley.**

GUILHERME DOS SANTOS, W. Robert A. Dahl, econômico. **DADOS**, vol. 57 n. 2 Rio de Janeiro abr./jun, 2014.

GUILHERME DOS SANTOS, W. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. **DADOS**, vol. 56, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2013.

GUILHERME DOS SANTOS, W. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. **DADOS**, vol. 47, n. 4, Rio de Janeiro, 2004.

GUILHERME DOS SANTOS, W. Poliarquia em 3D. **DADOS**, vol. 41, n. 2, Rio de Janeiro, 1998.

GUILHERME DOS SANTOS, W. A Lógica Dual da Ação Coletiva. **DADOS**, vol. 32, n.1, Rio de Janeiro, 1989.

GUILHERME DOS SANTOS, W. A Guerra do Paraguai: Lição para os Conflitos Contemporâneos. **DADOS**, vol. 30, n. 3, Rio de Janeiro, 1987.

GUILHERME DOS SANTOS, W. O Estado Social da Nação. **DADOS**, vol. 29, n. 3, Rio de Janeiro, 1986.

GUILHERME DOS SANTOS, W. O Século De Michels: Competição Oligopólica, Lógica Autoritária e Transição na América Latina. **DADOS**, vol. 28, n. 3, Rio de Janeiro, 1985

GUILHERME DOS SANTOS, W. Autoritarismo e Após: Convergências e Divergências entre Brasil e Chile. **DADOS**, vol. 25 n. 2 Rio de Janeiro, 1982.

GUILHERME DOS SANTOS, W. A Ciência Política na América Latina: Nota Preliminar de Autocrítica. **DADOS**, vol. 23, n. 1, Rio de Janeiro, 1980.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro. **DADOS**, n. 14 Rio de Janeiro, 1977.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. A Cidade Política e seu Problemático Futuro. DADOS, n. 13, Rio de Janeiro, 1976.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos, Governadores-Militares. DADOS, n. 8, Rio de Janeiro, 1971.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Eleição, Representação, Política Substantiva. DADOS, n. 8, Rio de Janeiro, 1971.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Raízes da Imaginação Política Brasileira. DADOS, n. 7, Rio de Janeiro, 1970.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Teoria Política e Prospectos Democráticos. DADOS, n. 6, Rio de Janeiro, 1969.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Nota sobre Conflito Internacional. DADOS, n. 5, Rio de Janeiro, 1968.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. A Imaginação político-social brasileira. DADOS, n. 2-3, Rio de Janeiro, 1967.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. Estudos sobre a Teoria da Demonstração: (1) a teoria da agressão de Johan Galtung. DADOS, n. 2-3, Rio de Janeiro, 1967.

### **REIS, Fábio Wanderley.**

REIS, F. W. Autoritarismo, Democracia e Teoria: Notas para Um Simpósio Parcialmente Malogrado. **DADOS**, vol. 29, n.2, 1986.

REIS, F. W. O Grifo é Nosso: Academia, Democracia e Dependência. **DADOS**, vol.23, n.1, 1980.

REIS, F. W. As Eleições e o Problema Institucional. **DADOS**, n.14, 1977.\*

REIS, F. W. Educação, Economia e Contestação Política na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.31, 1971.

REIS, F. W. Uma teoria sócio-psicológica do desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.18, 1965.



**TRINDADE, Helgio.**

TRINDADE, H. A ação integralista Brasileira: aspectos históricos e ideológicos. **DADOS**, n.10, 1973.

TRINDADE, H. Participação Político-Social ao Nível Local. **DADOS**, n.8, 1978.

TRINDADE, H. A Construção do Estado Nacional na Argentina e no Brasil (1810-1900): Esboço de uma Análise Comparativa. **DADOS**, vol.28, n.1, 1985.

TRINDADE, H. A Questão do Fascismo na América Latina. **DADOS**, vol.26, n.1, 1983.

TRINDADE, H. Plínio Salgado e a Revolução de 30: Antecedentes da A.I.B. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.38, 1974.